

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em História

Cleverton Luis Freitas de Oliveira

A Cidade Pálida:

ação política empresarial-militar e construção de hegemonia durante a ditadura de
Segurança Nacional em Rio Grande/RS (1964-1975)

Porto Alegre

2023

Cleverton Luis Freitas de Oliveira

A Cidade Pálida:

ação política empresarial-militar e construção de hegemonia durante a ditadura de
Segurança Nacional em Rio Grande/RS (1964-1975)

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de doutor em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Caroline Silveira
Bauer.

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Cleverton Luis Freitas de
A Cidade Pálida: ação política empresarial-militar
e construção de hegemonia durante a ditadura de
Segurança Nacional em Rio Grande/RS (1964-1975). /
Cleverton Luis Freitas de Oliveira. -- 2023.
268 f.
Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Empresariado. 2. Ditadura de Segurança Nacional.
3. Rio Grande - RS. I. Bauer, Caroline Silveira,
orient. II. Título.

Cleverton Luis Freitas de Oliveira

A Cidade Pálida:

ação política empresarial-militar e construção de hegemonia durante a ditadura de
Segurança Nacional em Rio Grande/RS (1964-1975)

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de doutor em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Caroline Silveira
Bauer.

Aprovado em:Porto Alegre,25 de outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Caroline Silveira Bauer – orientadora.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Prof^a Dr^a Alessandra Gasparotto.
Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuão.
Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

DEDICATÓRIA

À Nilce Azevedo Cardoso
(*in memoriam*) e ao professor Enrique Serra
Padrós (*in memoriam*), que combateram a
ditadura e seu apagamento histórico, mas,
infelizmente, partiram revivendo o pesadelo
de um Brasil militarizado.

RESUMO

A presente tese investiga as relações entre o empresariado de Rio Grande – RS e a direção da ditadura de Segurança Nacional em âmbito local. Seu objetivo é compreender as estratégias de ação política de que o empresariado local lançou mão em defesa de seus interesses na formação de alianças, parcerias, pressões e inserções em diferentes agências e esferas administrativas do aparelho estatal, bem como os interesses dos dirigentes políticos nestas relações, durante as fases de institucionalização e consolidação da ditadura de Segurança Nacional, entre o golpe de 1964 e o início da abertura “lenta, gradual e segura” sob o ditador general Ernesto Geisel. Entre as décadas de 1950 e 1970 ocorreu, em Rio Grande, uma reconversão produtiva, iniciada com o fechamento de indústrias têxteis, frigoríficos entre outras e completada pela expansão da indústria pesqueira, da infraestrutura portuária e implementação do Distrito Industrial voltado à produção de fertilizantes e processamento de grãos, no contexto do projeto “Grande Rio Grande” (1971-1974). Com a refinaria matriz do grupo Ipiranga em funcionamento na cidade desde 1937, a conjuntura local do golpe de Estado de 1964 foi fortemente marcada pela proposta de encampação das refinarias no governo João Goulart e sua anulação, já na ditadura do marechal Castelo Branco. A limitação imposta pela lei 2.004/53 ao processamento diário de barris de petróleo bruto por refinarias privadas representou sempre um impulso à diversificação de investimentos do grupo Ipiranga, mas suas principais ramificações ocorreram quando a ditadura passou a priorizar os incentivos aos setores industriais da pesca e fertilizantes, na conjuntura 1968-1973. Neste período, a pesquisa identificou a constituição de uma rede empresarial-militar que visava garantir, em âmbito municipal, as condições políticas e sociais para a implementação dos projetos de desenvolvimento econômico da ditadura de Segurança Nacional para a região. Ao mesmo tempo, a participação neste bloco de poder local proporcionou a seus membros o máximo aproveitamento das políticas de incentivo à indústria e o manejo de instrumentos de formação de hegemonia, possibilitando a passagem do Poder Executivo municipal a representantes do empresariado local em 1975 e garantindo a impunidade ou insuficiência de investigações nas relações entre o empresariado e o Estado. O principal conjunto de fontes desta pesquisa é composto de documentos produzidos por órgãos de informações da ditadura, acessados pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). As atas de sessões legislativas da Câmara Municipal de Rio Grande, consultadas no Setor de Atas da instituição, são também relevantes, bem como os jornais acessados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As edições da Revista Ipiranga e outras publicações do grupo empresarial foram consultadas no Museu da Cidade do Rio Grande e na Bibliotheca Riograndense. Diversas legislações federais, oriundas sobretudo do Poder Executivo, foram consultadas em portais virtuais, assim como muitas informações sobre empresários, políticos e entidades organizativas de classe de Rio Grande.

Palavras-chave: Empresariado; Ditadura de Segurança Nacional; Rio Grande – RS.

ABSTRACT

This thesis investigates the relationships between the business community in Rio Grande – RS and the leadership of the National Security dictatorship at the local level. Its objective is to comprehend the political action strategies employed by the local business community in defense of their interests through the formation of alliances, partnerships, pressures, and engagements in different agencies and administrative spheres of the state apparatus. It also aims to explore the interests of political leaders in these relationships during the phases of institutionalization and consolidation of the national security dictatorship, spanning from the 1964 coup to the onset of the "slow, gradual, and safe" opening under General Ernesto Geisel. Between the 1950s and 1970s, Rio Grande experienced a productive reconversion initiated by the closure of textile industries, slaughterhouses, and others, followed by the expansion of the fishing industry, port infrastructure, and the implementation of an Industrial District focused on fertilizer production and grain processing within the "Grande Rio Grande" project (1971-1974). With the Ipiranga group's main refinery operational in the city since 1937, the local context of the 1964 coup was strongly marked by the proposal to nationalize refineries during João Goulart's government and its subsequent annulment under Marshal Castelo Branco's dictatorship. The constraints imposed by Law 2.004/53 on the daily processing of barrels of crude oil by private refineries consistently drove the Ipiranga group to diversify its investments. However, significant developments occurred when the dictatorship began prioritizing incentives for the fishing and fertilizer industries between 1968 and 1973. During this period, the research identified the formation of a business-military network aimed at ensuring the political and social conditions for the implementation of the National Security dictatorship's economic development projects in the municipal context. Simultaneously, participation in this local power bloc provided its members with maximum leverage over industry incentives and the use of instruments for hegemony formation. This facilitated the transition of municipal executive power to representatives of the local business community in 1975, ensuring impunity or insufficient investigations into the relationships between the business community and the State. The primary source material for this research consists of documents produced by the dictatorship's intelligence agencies, accessed through the National Archive's Information System (SIAN). Legislative session minutes from the Municipal Council of Rio Grande, consulted in the institution's Records Section, are also relevant, along with newspapers accessed through the National Library's Digital Hemeroteca. Editions of the Ipiranga Magazine and other publications from the business group were consulted at the Museum of the City of Rio Grande and the Bibliotheca Riograndense. Various federal legislations, primarily from the Executive Branch, were consulted on virtual platforms, along with information about entrepreneurs, politicians, and organizational entities in Rio Grande.

Keywords: Business community; National Security dictatorship; Rio Grande - RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapas indicando localizações do RS no Brasil e de Rio Grande no RS..... p. 41.

Figura 2: Organograma do Sistema Nacional de Informações (SISNI)..... p. 141.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais empresas industriais de Rio Grande durante a industrialização dispersa (1873 – 1930)..... p. 43.

Tabela 2: Censos industriais do Rio Grande do Sul - Dados sobre o município de Rio Grande e seus posicionamentos em relação aos demais municípios..... p. 45.

Tabela 3: Presos políticos no Navio Hidrográfico H-22 Canopus em Rio Grande-RS..... p. 96-97.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

18ª DRE – 18º Delegacia Regional de Educação
5º BEC – 5º Batalhão de Engenharia e Construção
6º GAC – 6º Grupamento de Artilharia de Campanha
7º GACosM – 7º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada
AC/SNI – Agência Central do SNI
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADP – Ação Democrática Popular
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
APA/SNI – Agência Porto Alegre do SNI
APHs – Aparelhos Privados de Hegemonia
Arena – Aliança Renovadora Nacional
ARS – Aliança Republicana Socialista
ASI – Assessoria de Segurança e Informações
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAEPE/ESG – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra
CAMDE – Campanha da Mulher Democrática
CCCRG – Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande
CEMA – Chefe do Estado Maior da Armada
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CENTRONAVE – Centro de Navegação Rio-Grandense
CGI – Comissão Geral de Investigações
CGI – Comissão Geral de Investigações
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIA – *Central Intelligence of America*
CIE – Centro de Informações do Exército
CIERGS – Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
CINFA – Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul
CIRG – Centro de Indústrias de Rio Grande
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMG – Capitão de Mar e Guerra (Marinha do Brasil)
CNP – Conselho Nacional de Petróleo
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CODEPE – Conselho de Desenvolvimento da Pesca
COHAB-RS – Cooperativa Habitacional do Rio Grande do Sul
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento
COTRIJUÍ – Cooperativa Triticola Ijuí
CPRS – Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul
CRA – Companhia Rio-Grandense de Adubos
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CTI – Colégio Técnico Industrial
DAER – Departamento Autárquico de Estradas de Rodagem
DATC – Departamento Autárquico de Transportes Coletivos
DCI – Divisão Central de Informações
DEPREC – Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
DIRG – Distrito Industrial de Rio Grande
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações- Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DPF – Departamento de Polícia Federal
DSI – Divisão de Segurança e Informações
EEI – Escola de Engenharia Industrial
EPB – Estudos dos Problemas Brasileiros
ESG – Escola Superior de Guerra
ESNI – Escola Nacional de Informações
EUA – Estados Unidos da América
FAO/ONU – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FCRG – Fundação Cidade do Rio Grande
FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul
FEE/RS – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FFAP – Fundo Federal Agropecuário
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
FURG – Fundação Universidade do Rio Grande / Universidade Federal do Rio Grande
GEDIP – Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
IPOI – Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial
MCRG – Museu da Cidade do Rio Grande
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
NPK – Nitrogênio, Fósforo e Potássio (adubos)
OEA – Organização dos Estados Americanos
OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista do Brasil (1922-1961)/ Partido Comunista Brasileiro (1961-presente)
Pcdob – Partido Comunista do Brasil (1961-presente)
PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR – Partido Republicano
PSD – Partido Social Democrático
PSL – Partido Social Liberal
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SCI – Serviço Centralizado de Informações
SCP-RS – Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul
SEORG – Sociedade de Estudos Oceanográficos de Rio Grande
SERGTUR – Serviço Rio-Grandino de Turismo
SFICI – Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SI/DPF – Setor de Informações da Polícia Federal
SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SISNI – Sistema Nacional de Informações e Contrainformações
SISSEGIN – Sistema de Segurança Interna
SNI – Serviço Nacional de Informações
SOPS – Seção de Ordem Política e Social
SRGAE – Serviço Rio-Grandino de Água e Esgotos
SRGTC – Serviço Rio-Grandino de Transportes Coletivos
SSP-RS – Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento
SUPRA – Superintendência da Política Agrária
TCU - Tribunal de Contas da União
UCPel –Universidade Católica de Pelotas
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
URES – União Rio-Grandina dos Estudantes
USAID – *United States Agency for International Development*
VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

SUMÁRIO

Introdução:	15
1 Breve histórico das relações entre Estado e empresariado em Rio Grande – RS	40
1.1 Formação e industrialização do município do Rio Grande	40
1.2 A Refinaria de Petróleo Ipiranga e os primeiros passos do refino de petróleo no Brasil	46
1.3 A Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo como impulso à diversificação da Ipiranga	52
1.4 A Sociedade de Estudos Oceanográficos e a indústria da pesca em Rio Grande	58
1.5 Formas organizativas do empresariado e liderança de Francisco Martins Bastos/Ipiranga na sociedade civil local.....	64
1.6 Movimentos e organizações de trabalhadores em Rio Grande.....	73
1.7 Partidos Políticos e eleições municipais.....	76
Considerações parciais:	81
2 Conspiração empresarial-militar, golpe de Estado e o primeiro governo local da ditadura em Rio Grande (1964 – 1966)	83
2.1 Encampação das refinarias privadas de petróleo e conspiração empresarial-militar contra o governo João Goulart em Rio Grande	83
2.2 Operações <i>gaiola</i> e <i>limpeza</i> – prisões e intervenções militares imediatas ao golpe de Estado em Rio Grande	93
2.3 O comando local da “revolução” em Rio Grande e as diretrizes econômicas da ditadura do Marechal Castelo Branco	104
2.4 Capitão Martiniano Francisco de Oliveira – o primeiro governo local da ditadura e a resistência democrática na Câmara de Vereadores.....	112
Considerações parciais:	121
3 Intervenção Federal na Prefeitura Municipal, binômio <i>segurança e desenvolvimento</i> e institucionalização jurídica e informacional-repressiva da ditadura de segurança nacional em Rio Grande (1966 – 1968)	123
3.1 Legitimação social e manutenção de <i>características híbridas</i> durante a institucionalização da ditadura de segurança nacional	123
3.2 Intervenção Federal do general Armando Cattani na Prefeitura Municipal e a administração pública dos serviços de transportes coletivos, água e esgotos em Rio Grande	127
3.3 Institucionalização do aparato informacional-repressivo e lógica da comunidade de informações na interventoria do general Armando Cattani	136

3.4 <i>Binômio segurança e desenvolvimento</i> : indústria da pesca, desenvolvimentismo privado e as estratégias de diversificação e crescimento do grupo Ipiranga	147
3.5 Consolidação jurídica da ditadura de segurança nacional: a Constituição Federal de 1967 e a declaração de Rio Grande como área de interesse da segurança nacional.....	161
Considerações parciais:	168
4 Hegemonia da aliança empresarial-militar local e reorientação produtiva estadual e municipal durante o governo do prefeito nomeado tenente coronel Cid Scarone Vieira (1969 – 1975).....	170
4.1 A nomeação do tenente-coronel Cid Scarone Vieira como prefeito de Rio Grande e a busca de legitimação pela eficiência econômica.....	170
4.2 A rede empresarial-militar local durante o governo do tenente coronel Cid Scarone Vieira.....	175
4.3 Financeirização da economia, indústria da pesca e modernização agrícola no Rio Grande do Sul.....	185
4.4 Ação política empresarial-militar no planejamento econômico estadual: a PLANISUL S/A e o Montepio da Família Militar na elaboração do “Projeto Grande Rio Grande (1971 – 1974)”	192
4.5 Os debates sobre a concessão dos serviços de água e esgoto à CORSAN e o papel dos vereadores governistas na crise legislativa de 1972	201
4.6 A Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e a rede empresarial-militar local.....	213
4.7 Consolidação da hegemonia, renovação política e perpetuação no poder da rede empresarial-militar local	226
Considerações parciais:	236
Conclusão	238
REFERÊNCIAS.....	244
Acervos e fontes.....	244
Bibliografia:	260

Introdução:

No dia 21 de agosto de 2011 a Praça Almirante Tamandaré, no centro de Rio Grande/RS, foi palco de um *espetáculo* que colocaria a cidade na contramão do crescente debate nacional sobre a importância e necessidade de construirmos uma memória social crítica das responsabilidades pelos crimes cometidos durante a ditadura de segurança nacional (1964 – 1988). Naquela manhã de domingo, o Prefeito Municipal Fábio Branco, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), presidiu ali uma cerimônia de homenagem ao general Golbery do Couto e Silva¹ que, se vivo fosse, completaria um século de existência naquele ano.

Nascido em Rio Grande no ano de 1911, Golbery teve uma trajetória profissional marcada por conspirações antidemocráticas desde a década de 1950. Em 1964, presidindo o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), desempenhou papel central na articulação empresarial-militar que planejou e executou o golpe de Estado contra o mandato presidencial de João Goulart. Com a instalação da ditadura, responsabilizou-se pela criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), tornando-se o primeiro ministro-chefe daquele que se tornaria o mais amplo serviço de espionagem de cidadãos brasileiros na história da República. Com a posse do ditador general Arthur da Costa e Silva (1967-1969), afastou-se do Ministério e assumiu cadeira no Tribunal de Contas da União (TCU). Em 1969, quando o comando da ditadura passou ao general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), se aposentou do TCU e passou a presidir a seção para a América Latina da empresa privada multinacional *Dow Chemical*. Com os generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985) no comando da ditadura, Golbery retornou ao centro do poder como Ministro-Chefe da Casa Civil, deixando o cargo em agosto de 1981 para compor o conselho de administração do Banco Cidade de São Paulo².

¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Lançada a pedra fundamental do monumento ao gal. Golbery do Couto e Silva.** Site da Prefeitura Municipal de Rio Grande, 22 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/http-www-riogrande-rs-gov-br-p10423/>. Acesso: 31/7/2023.

² MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Biografia – Golbery do Couto e Silva.** Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/golbery-do-couto-e-silva/>. Acesso: 31/7/2023; CUNHA, Luiz Claudio. **Benfeitor em Rio Grande, malfeitor no Brasil.** Observatório da Imprensa, 5 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/voz-dos-ouvidores/benfeitor-em-rio-grande-malfeitor-no-brasil/>. Acesso: 31/7/2023.

À cerimônia em homenagem ao centenário do general Golbery compareceram, dentre outros, o comandante da unidade local do Exército, o 6º Grupamento de Artilharia de Campanha (6º GAC), major Aldenir de Andrade, o chefe de gabinete do Prefeito e ex-vereador da Arena local Edes Cunha, o empresário do ramo imobiliário, ex-vice-reitor da FURG e representante da Academia da História Militar, João Marinômio Carneiro Lages, e o jornalista, pesquisador e escritor Willy Cesar. Acompanhado do major Aldenir, o Prefeito Fábio Branco enterrou simbolicamente uma cápsula contendo jornais do dia, uma biografia do homenageado e a Lei municipal que instituíra a homenagem, de autoria do vereador e ex-membro da Arena Renato Espíndola Albuquerque (PMDB)³. Depois disso, afirmou que era “(...) uma honra para o Município fazer esta homenagem a um rio-grandino que muitos serviços prestou à nossa terra (...)”⁴ e que uma placa alusiva ao centenário do general em breve seria fixada no local. No evento, também discursaram Edes Cunha e João Lages, glorificando a biografia do homenageado e salientando supostos benefícios que a cidade teria recebido por ter um de seus naturais nos altos escalões político-militares da ditadura.

Celebrada na imprensa e grupos políticos conservadores locais, a homenagem causou revolta em professores e estudantes universitários, entidades estudantis, sindicais, partidos políticos e movimentos sociais da cidade ligados à defesa dos Direitos Humanos. Constituída como fundação de direito privado durante o período ditatorial e tendo profundas relações com o empresariado industrial local, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) não assumiu um posicionamento institucional, mas alguns professores e estudantes interviram no debate. Em meio ao crescimento das discussões e mobilizações contrárias à homenagem, o chefe de

³ PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Lançada a pedra fundamental do monumento ao gal. Golbery do Couto e Silva.** Site da Prefeitura Municipal de Rio Grande, 22 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/http-www-riogrande-rs-gov-br-p10423/>. Acesso: 31/7/2023; COUGO JUNIOR, Francisco. “**Golbery e a Cidade Surreal**”: reflexões de uma luta sem fim. In: COSTA, Leandro; FRIDERICHS, Lidiane. (orgs.). Rio Grande século XX: olhares históricos. Pelotas: editora e gráfica universitária, 2012, pp. 207-230.

⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Lançada a pedra fundamental do monumento ao gal. Golbery do Couto e Silva.** Site da Prefeitura Municipal de Rio Grande, 22 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/http-www-riogrande-rs-gov-br-p10423/>. Acesso: 31/7/2023.

gabinete Edes Cunha, no ímpeto de limpar a imagem do prefeito, afirmou que Fábio Branco “(...) nem era nascido, não tem conhecimento desta história⁵”.

O historiador e arquivista Francisco Cougo Junior produziu, em seu *blog*, uma série de 23 textos intitulada “*Golbery e a cidade surreal*”, nos quais apurou que, além de Renato Albuquerque, o multimilionário rio-grandino Ronald Levinsohn estava por trás da homenagem, ficando responsável pela doação de um busto do general que, depois, foi substituído pela placa mencionada pelo prefeito na cerimônia. Residente no Rio de Janeiro, Levinsohn destacou-se nas décadas de 1970 e 1980 por dirigir o Grupo Delfin, que controlava a maior caderneta de poupança do país e foi à falência após diversas denúncias de beneficiamentos ilícitos junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH), no início da década de 1980.

A justificativa oficial construída pelos propositores e defensores da homenagem centrava-se no argumento de que o general Golbery, desde o centro do poder de Estado, garantiu “benfeitorias” à cidade do Rio Grande. Os exemplos alcançados por esta memória elogiosa do general iam desde obras de infraestrutura urbana, como o calçamento de ruas, até a transferência do comando do 5º Distrito Naval de Florianópolis para Rio Grande, já na ditadura do General Figueiredo⁶. Mas a principal “benfeitoria” atribuída à intercessão do general por sua terra natal era a construção do canal adutor do rio São Gonçalo para o abastecimento de água da cidade, inaugurado em 1982, apontado como necessário ao pleno funcionamento das indústrias de fertilizantes e processamento de soja instaladas no Distrito Industrial de Rio Grande. A obra, desde a apresentação do projeto até a complexa articulação política que possibilitou sua execução⁷, entretanto, havia sido iniciada em 1972, período em que Golbery atuava na *Dow Chemical* e o ditador era o General Médici, de quem o conspirador rio-grandino não contava com afeição.

Esta expansão da memória indica que a homenagem, embora personificada naquele “ilustre filho da terra” nascido ali há cem anos e justificada por suas supostas “benfeitorias” à cidade – não por acaso, o vocabulário remete ao clientelismo – significava, na verdade, uma celebração da ditadura. Mais especificamente, dos

⁵ COUGO JUNIOR, Francisco. “**Golbery e a Cidade Surreal**”... Op. Cit., p. 219.

⁶ *Ibid.*, p. 212.

⁷ Articulação que será tema do subcapítulo 4.5.

benefícios que a ditadura trouxe a grupos empresariais e políticos que, na democracia, permaneciam com poder local e lideravam a proposição. Neste sentido, a homenagem ao general Golbery pode ser compreendida como uma “memória do capitalismo”⁸, uma celebração do caráter de classe da ditadura de Segurança Nacional, enquanto regime de dominação burguesa.

Refletindo sobre o monumento ao Marechal Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura, instalado no Parque Moinhos de Vento em Porto Alegre em 1979 por iniciativa de grupos empresariais – dentre os quais, Ipiranga e Montepio da Família Militar, que serão objetos de análise nesta tese – e associações de militares, Caroline Bauer afirma que este tipo de celebração

“(…) revelaria mais que um saudosismo, mas a busca de orientação em um passado idealizado frente aos desafios colocados pelo presente e pelo futuro econômico e político do país. Desta forma, saudou-se a ditadura e seu primeiro ditador como forma de celebrar a parceria entre o capital e aqueles que possibilitaram o golpe de 1964, relação que seguiu sendo saudada nos anos posteriores. (...) Portanto, o monumento a Castelo Branco pode ser lido como um monumento ao capitalismo, às suas práticas e aos seus valores, ainda que essa abordagem esteja ocultada, sub-reptícia. Se ‘democracia’ era uma noção em disputa no cenário político brasileiro durante o final dos anos 1970, a elite empresarial sul-rio-grandense, aliada a alguns militares, não pouparia esforços para o controle do processo de transição, garantindo a democracia liberal como o único projeto possível, o ‘fim da história’”⁹.

Se em fins da década de 1970, em plena execução da “abertura lenta, gradual e segura”, a noção de democracia estava no centro das disputas, em 2011 era a ideia que a população geral tinha – ou não tinha – da ditadura que se colocava como central. Em novembro, a presidenta Dilma Rousseff assinou as Leis nº 12.527/2011, regulando o acesso a informações na administração pública, e 12.528/2011, instituindo a Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹⁰. Finalmente, passados vinte e três anos da promulgação da Constituição democrática e com notável atraso em relação aos

⁸ BAUER, Caroline Silveira. Comemorando a ditadura, celebrando o capital: uma leitura do monumento a Castelo Branco em Porto Alegre. In: MENEGUELLO, Cristina, BENTIVOGLIO, Julio. (Org.). **Corpos e Pedras**: estátuas, monumentalidade e história. Rio de Janeiro: HelpBook, 2022, p. 105-128.

⁹ *Ibid.*, p. 115.

¹⁰ BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso: 31/7/2023. BRASIL. LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso: 31/7/2023.

países vizinhos do cone sul americano, o Brasil teria sua iniciativa estatal oficial para promoção da verdade sobre sua última ditadura. Neste contexto fazia sentido, aos grupos empresariais e políticos locais herdeiros da ditadura, buscar desvincular a memória da “(...) parceria entre o capital e aqueles que possibilitaram o golpe de 1964 (...)”¹¹ da memória social em torno das violações de direitos humanos pela ditadura. A escolha por uma homenagem ao centenário de um “ilustre filho da terra”, suposto intercessor de benfeitorias concretamente notáveis na cidade – quase todas em atendimento a demandas do empresariado local, em especial sua fração industrial – e conhecido como artífice político da abertura parecia perfeita a este objetivo.

No entanto, o general rio-grandino que personificava esta “memória do capitalismo” havia sido também o presidente do principal instituto de articulação empresarial-militar do golpe de 1964, o IPES, e criador do Serviço Nacional de Informações. Suas responsabilidades nas violações de direitos humanos cometidas pela ditadura não podiam ser ignoradas, a não ser em uma postura abertamente negacionista. O debate ganhou alcance regional e, de forma mais restrita, nacional quando o jornalista Luiz Claudio Cunha escreveu o artigo “benfeitor em Rio Grande, malfeitor no Brasil”¹², cuja publicação no site *Observatório da Imprensa* motivou um neto do general a enviar carta solicitando desagravo pela “(...) covardia de ofender o caráter de quem já não pode mais defender-se”¹³. Em resposta, Cunha publicou outro artigo que, além de novos detalhes sobre a trajetória política do general Golbery, relatava o debate e os protestos locais pela homenagem¹⁴.

No dia 6 de setembro, um grupo anônimo desenterrou a cápsula depositada dias antes na Praça Tamandaré, a destruiu junto da placa apologética ao general e pichou o local com as cores da bandeira nacional¹⁵. Na FURG, a polêmica suscitou novas pesquisas e a criação de um grupo no qual, sob orientação do Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuão, o autor desta tese entrou em contato com o tema pela primeira vez, enquanto cursava o quarto semestre do Bacharelado em História.

¹¹ BAUER, Caroline Silveira. Comemorando a ditadura, celebrando o capital... *Op. Cit.*, p. 115.

¹² CUNHA, Luiz Claudio. **Benfeitor em Rio Grande, malfeitor no Brasil**... *Op. Cit.*

¹³ CUNHA, Luiz Claudio. **Histórias de tirar o sono**. Observatório da Imprensa, 27 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/historias-de-tirar-o-sono/>. Acesso: 1º/8/2023.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ COUGO JUNIOR, Francisco. **“Golbery e a Cidade Surreal”**... *Op. Cit.*, p. 224.

Em 2014, com a publicação do relatório final da CNV, eventos acadêmicos e publicações discutindo os 50 anos do golpe de 1964, as lutas por uma memória social crítica da ditadura pareciam, finalmente, ganhar terreno. Ainda que não se ultrapassasse a interdição à justiça imposta pela Lei de Anistia em 1979, a publicação do relatório e a ampliação do acesso a acervos abriam caminhos para a elaboração de políticas de memória mais sólidas. O otimismo era tamanho que, mesmo entre especialistas com valiosas contribuições na pesquisa histórica do tema, havia a sensação de que a esquerda, derrotada nos embates com a ditadura, venceria as disputas pela memória histórica do período¹⁶.

Em 2016, entretanto, uma nova articulação golpista afastou Dilma Rousseff da Presidência, dando posse a seu vice, Michel Temer (PMDB). Durante a votação para abertura de seu processo de *impeachment*, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ) dedicou seu voto à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra¹⁷”, torturador que comandou a Operação Bandeirantes e o DOI-CODI II¹⁸, em São Paulo. Cinco anos antes, a homenagem ao general Golbery feita em Rio Grande havia parecido anacrônica e, agora, ela quase causava saudades a quem se importava e temia o que estava por vir em relação às políticas de memória no Brasil.

Em um cenário político cada vez mais marcado pela crise econômica, pelo ativismo jurídico, pela mobilização do pânico moral e disseminação de notícias falsas, chegamos ao ano de 2018 com a campanha presidencial do deputado apologista da ditadura, que acabaria sendo eleito. Ao autor, que havia ingressado no curso de Doutorado em História naquele ano com outra proposta de pesquisa, a realidade impunha diversas inquietações. Como se havia passado de um momento otimista em relação às políticas de memória sobre a ditadura àquela paralisia diante de uma distopia autoritária que parecia mais perto de se realizar a cada amigo, parente ou colega de trabalho que lhe declarava apoio? Pensando na cidade do Rio Grande,

¹⁶ JOFFILY, Mariana. **O aparato repressivo**: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014, p. 170-171.

¹⁷ PORTAL EBC. **Bolsonaro dedicou seu voto a favor do *impeachment* ao torturador Ustra**. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/viva-maria/edicao/2016-04/bolsonaro-dedicou-seu-voto-favor-do-impeachment-ao-torturador-ustra>. Acesso: 1º/8/2023.

¹⁸ Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna – Segunda Zona de Defesa Interna. Ver subcapítulo 3.3.

como era possível que aquela que já foi conhecida como a “cidade vermelha”, tamanha a vivacidade de seu movimento operário comunista¹⁹, tivesse se transformado na orgulhosa terra do presidente do IPES e criador do Serviço Nacional de Informações, um dos mais importantes líderes militares da ditadura? Quais as reais motivações da boa memória que nutrem do general e da ditadura os líderes do empresariado local²⁰? Como esta memória positiva do empresariado e líderes políticos locais comprometidos e beneficiados com a ditadura foi transformada em uma “dívida de gratidão da cidade”²¹? Quando e como, afinal, a “cidade vermelha” havia se tornado “pálida”? Sem respostas para a maior parte dessas perguntas, ficava a sensação de que elas exigiam um maior aprofundamento no estudo das relações e conexões entre o empresariado e a ditadura de segurança nacional brasileira em nível local.

Foi então que, em outro 6 de setembro como aquele em que a homenagem ao general Golbery foi destruída em Rio Grande, mas agora em Porto Alegre no ano de 2018, tais inquietações foram partilhadas, acolhidas e incentivadas pela orientadora da pesquisa, Prof^a Dr^a Caroline Silveira Bauer. Naquela tarde, durante nossa reunião no café Santo de Casa, na Casa de Cultura Mário Quintana em Porto Alegre, soubemos que o candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro sofrera um atentado à faca em Juiz de Fora, Minas Gerais. Mal explicado e sem vítimas fatais, o episódio nos pareceu uma espécie de arremedo de *via crucis*, através da qual Jair se transfigurava em Messias. Por um momento, sentimos medo do que o futuro nos poderia reservar. Mas tivemos certeza da importância de pesquisar, ensinar, debater, construir e socializar conhecimento histórico sobre a ditadura civil-militar brasileira,

¹⁹ Cf.: LANDGRAF, Lênin Pereira. **Confronto no primeiro de maio de 1950 em Rio Grande: o massacre da linha do parque e a disputa pela memória**. Porto Alegre: Evangraf, 2022; SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952**. Porto Alegre: edição do autor, 2012.

²⁰ No ano de 1998, a Associação Comercial dos Varejistas criou o Troféu Ministro Golbery do Couto e Silva, com o fim de homenagear “(...) anualmente uma personalidade que, como ele, tenha prestado relevantes serviços à comunidade”. Cf.: COUGO JUNIOR, Francisco. **“Golbery e a Cidade Surreal”...** Op. Cit., p. 213.

²¹ Como defendeu o editorial do jornal Agora de 20 de agosto de 2011. Cf.: RODRIGUES, Moacir. **Editorial** – jornal Agora. 20 de agosto de 2011. *Apud* COUGO JUNIOR, Francisco. **“Golbery e a Cidade Surreal”...** Op. Cit., p. 209.

suas relações com o grande capital e seu caráter de dominação de classe e decidimos, finalmente, reorientar o projeto de tese nesta direção.

As reflexões sobre a homenagem ao general Golbery, as mencionadas inquietações e outras pesquisas sobre Rio Grande²² apontavam para a importância em se compreender as relações estabelecidas entre o empresariado local e a direção político-militar da ditadura em diversas esferas administrativas, bem como os interesses e benefícios mútuos mobilizados no processo. Em pesquisa exploratória no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)²³, que disponibiliza fundos documentais digitalizados sobre o período para acesso remoto, foi identificado um documento que trazia nomes e informações sobre políticos, sindicalistas, empresários e outros dados considerados relevantes a uma visão panorâmica da municipalidade, elaborado pela Seção de Informações da Polícia Federal em Rio Grande em 1977. A partir deste documento e de um amplo levantamento bibliográfico, foi elaborada uma listagem com nomes de pessoas relevantes para a política municipal durante a ditadura, transformada em novas entradas de pesquisa no SIAN. Retroalimentada pela leitura inicial dos documentos, a listagem chegou a mais de 400 nomes de vereadores, empresários, membros do Executivo municipal, sindicalistas e pessoas vigiadas pelos órgãos de informações²⁴ que, utilizados como entradas de pesquisa livre no SIAN²⁵, resultaram no levantamento de aproximadamente 700 documentos resguardados em diferentes fundos²⁶. Embora só uma pequena parcela deles tenha

²² Particularmente, um livro de Solismar Martins e um artigo de Leandro Costa nos quais os autores mencionam a reconversão produtiva da economia rio-grandina e sul-rio-grandense por meio do “Projeto Grande Rio Grande”, na primeira metade da década de 1970. Cf.: MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016, p. 196; COSTA, Leandro. **A Cidade do Rio Grande na primeira metade da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância, repressão e legitimação da ditadura civil-militar**. In: COSTA, Leandro; FRIDERICHS, Lidiane (orgs.). Rio Grande Século XX: olhares históricos. Pelotas: Editora e gráfica Universitária, 2012, p. 128-9.

²³ ARQUIVO NACIONAL. **Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)**. Disponível em: <http://sian.an.gov.br>

²⁴ A lista de nomes politicamente relevantes durante a ditadura em Rio Grande, elaborada dentre os primeiros passos desta pesquisa com entradas de busca no SIAN, pode ser acessada em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MXd8_A0ikx2NXB2wmlpx2B1aZb6rxLjkRpSQRZLhRbs/edit#gid=0.

²⁵ A ferramenta de pesquisa livre do SIAN realiza a identificação das entradas de busca no corpo dos documentos, possibilitando assim que se encontre referências aos nominados não apenas em registros que os tenham como principais alvos, mas quaisquer notas dos produtores a seu respeito.

²⁶ Pelo recebimento de acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI), Serviço Nacional de Informações (SNI) e outros órgãos do Sistema Nacional

sido efetivamente útil à pesquisa, a maioria doa quais compõe a seção da Agência Porto Alegre (APA) do Fundo SNI, a diversidade de temas abordados e o caráter praticamente inédito de sua análise fez deste o principal conjunto de fontes nesta pesquisa.

Com pedidos de busca²⁷, informes²⁸, informações²⁹ e outros tipos de documentos secretos ou sigilosos produzidos nos mais diversos órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI), além de boa parte dos anexos citados e levantados nas investigações, os documentos acessados pelo SIAN tornaram-se o principal corpo de fontes desta pesquisa³⁰. Referindo-se ao conjunto de órgãos e funcionários especializados no levantamento, processamento e tratamento de informações consideradas relevantes à segurança nacional no período da ditadura civil-militar, o termo *comunidade de informações*, utilizado pelos próprios agentes dos órgãos de serviço secreto, acabou se tornando mais conhecido que a sigla SISNI. Neste sistema, coordenado pelo SNI e composto por órgãos civis e militares anteriores e posteriores ao golpe de 1964, as informações levantadas e processadas deveriam circular pelos órgãos da comunidade, de forma a potencializar sua aplicabilidade nas ações repressivas. É essa tendência que permite, por outro lado, que a pesquisa encontre, nestes fundos, documentos originados dos mais diversos órgãos do aparato de informações.

O fundo SNI é identificado no SIAN pela sigla V8, sendo dividido em documentos micrográficos (MIC) e textuais (TXT). A seção micrográficos é subdividida em agências (GNC) e prontuários (PTR), enquanto os documentos textuais são

de Informações e Contrainformações (SISNI), o Arquivo Nacional organizou 64 fundos de documentação sobre a ditadura civil-militar. Entre outros, nesta pesquisa, acessamos os fundos do SNI, da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça, do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), da Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, da Comissão Geral de Investigações (CGI), do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). Cf.: ARQUIVO NACIONAL – GOV.BR. **Acervos sobre o Regime Militar (1964-1985)**. Disponível em <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/consulta/acervos-mais-consultados/acervos-sobre-o-regime-militar-1964-1985>. Acesso: 7/3/2020.

²⁷ Solicitação de informações sobre pessoas, instituições e eventos enviada por um órgão da *comunidade de informações* para outro, normalmente em formato de telegrama.

²⁸ Dados informacionais brutos, que ainda não foram submetidos à análise dos agentes.

²⁹ Resultado do processo de análise dos dados informacionais levantados no órgão de inteligência, constituindo-se em subsídio útil ao planejamento da administração estatal e/ou de ações repressivas.

³⁰ As fontes complementares, sendo algumas tão importantes quanto os documentos do fundo SNI e outros do SIAN, serão apresentadas adiante, no detalhamento metodológico da pesquisa.

dispostos em oito categorias. A subseção agências respeita a estrutura organizacional do SNI, apresentando séries documentais das unidades central e regionais. Dentre elas, a série da Agência Porto Alegre, responsável pela área do Rio Grande do Sul e identificada, no acervo, pela sigla GGG, onde está a maior parte dos documentos relevantes a esta pesquisa. Cada dossiê é identificado ainda por uma numeração, respeitada nas referências deste artigo. Assim, um documento referenciado como BR DFANBSB V8 MIC GNC GGG pertence ao fundo do SNI, seção de micrográficos, subseção agências, série Agência Porto Alegre. A numeração ao final da sequência identifica cada dossiê, cujo título e ano de produção, indicados na descrição do arquivo digital, também constam nas referências.

A tese resultante desta pesquisa tem como objetivo geral identificar e compreender as estratégias de *ação política* e os interesses do empresariado local em suas inserções, pressões e relações com a *sociedade política* e a *sociedade civil* em diferentes esferas (local, regional e nacional), bem como os interesses dos dirigentes políticos nestas relações, durante as fases de institucionalização e consolidação da ditadura de segurança nacional, entre o golpe de 1964 e o início da abertura “lenta, gradual e segura” sob o ditador general Ernesto Geisel.

No período que ficou marcado, em esfera nacional, pela conspiração empresarial-militar contra o governo de João Goulart, Rio Grande vivia o governo do prefeito Farydo Salomão (PTB) e os conflitos em torno da proposta de estatização das refinarias privadas de petróleo, que obteve o apoio do prefeito. Com o golpe de Estado de 1964, iniciou-se um período no qual a direção local do poder político foi exercida por interventores militares. Com a instituição do bipartidarismo em 1966, deu-se a reorganização política dos representantes do grande empresariado local e das classes médias que haviam se unido em torno do golpismo. Este processo, tal como ocorreu em esfera nacional, também afastou parte dos civis da base de apoio local da ditadura em Rio Grande.

O governo do último prefeito/interventor militar da ditadura, o tenente coronel Cid Scarone Vieira (1969-1975) coincidiu majoritariamente com o período de ditadura do general Emílio Médici (1969-1974) e as altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) propagandeadas como um “milagre econômico”. Neste, como veremos, a aplicação de um planejamento econômico centralizado promoveu uma reorientação produtiva da economia sul-rio-grandense. Em Rio Grande, as indústrias de tecelagem e outras de bens de consumo estavam em crise aguda desde a década

de 1950 e, naquele período, foram substituídas por projetos de industrialização beneficiados por incentivos fiscais e orientados para a produção de *commodities*. Neste sentido, destacaram-se o Distrito Industrial de Rio Grande, com a produção de fertilizantes sintéticos e o beneficiamento da soja para exportação pelo Porto de Rio Grande, e a ampliação da captura e industrialização de pescado. Neste processo, os principais representantes do empresariado local organizaram sua ação política para garantir o melhor aproveitamento do planejamento econômico, aproximando-se da direção local do poder político e constituindo uma aliança empresarial-militar dirigente em esfera local. Além da inserção e representação de interesses na sociedade política, o grande empresariado local – com destaque para o grupo Ipiranga – também investiu em organizações representativas na sociedade civil, contribuindo decisivamente para a consolidação de uma hegemonia empresarial-militar em âmbito local e garantindo, junto do Executivo municipal e esferas político-militares superiores, as condições necessárias para os planos de desenvolvimento econômico da ditadura para a região. Desta forma, em 1975 foi possível, pela primeira vez desde o golpe de 1964, que um representante orgânico do empresariado local politicamente organizado – Rubens Emil Correa, empresário rural da rizicultura e membro do conselho fiscal da indústria de fertilizantes da Ipiranga (Fertisul)³¹ – fosse nomeado prefeito municipal, o que se repetiu em 1981 com a escolha de Abel Abreu Dourado – empresário da pesca industrial – para o cargo. O escopo de análise desta tese, portanto, abrange desde a conjuntura anterior ao golpe de 1964 até o momento de consolidação da hegemonia empresarial-militar durante o governo Cid e a passagem do poder político local diretamente ao empresariado, em 1975.

A respeito das conexões entre o empresariado e o Estado na ditadura, a tese do cientista político René Dreifuss, publicada em livro em 1981, foi pioneira e mantém a validade de suas formulações principais. Em *1964: a conquista do Estado* Dreifuss demonstrou como representantes do empresariado internacional e associado ao capital externo no Brasil e oficiais militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG)

³¹ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos eleições parlamentares de 15.11.1978 - Dados de qualificação e antecedentes** - APA.SNI 1980. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80002008;

organizaram um polo de ação política – nos termos de Dreifuss, uma “elite orgânica³²” – com a intenção de depor o presidente João Goulart e ocupar postos estratégicos na direção do Estado nacional, especialmente aqueles relacionados à formulação da política econômica. Conforme o autor, a articulação empresarial-militar expressa no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – o complexo IPES/IBAD – representou “(...) a passagem da supremacia econômica multinacional-associada ao seu posicionamento de força política de liderança. Significou também a passagem de antigas tentativas de reforma dentro da lei para um golpe de Estado (...)”³³.

A pesquisa de Dreifuss sobre a ação política empresarial-militar no golpe de Estado de 1964 tem, em grande medida, um caráter fundador de uma área de estudos a respeito do tema, que se expande e aprofunda no período recente. Inspirado pelo caminho aberto por esta e outras pesquisas, o historiador Pedro Campos defendeu, em 2012, um estudo a respeito das relações entre as grandes empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar. Publicada em livro em 2014, a tese analisa a conformação empresarial do setor e suas diversas formas organizativas na sociedade civil, bem como suas conexões e inserções no aparelho estatal e as políticas públicas direcionadas ao setor³⁴. A formação, em 2017 no Rio de Janeiro, do Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil³⁵ significou um novo passo na consolidação desta tendência historiográfica, da qual se alimenta esta tese. As publicações coletivas de pesquisadores vinculados ao grupo têm fomentado a expansão do debate e a realização de novas pesquisas, com abordagens semelhantes, voltadas para diferentes setores e grupos empresariais e suas

³² Para Dreifuss, elites orgânicas são “(...) agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe. Seu objetivo é “traduzir” (...) as exigências da esfera da produção para o plano da ação política, onde busca a sua realização institucional”. Cf.: DREIFUSS, René. **A internacional capitalista**. Estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986, p. 24.

³³ DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981, p. 145.

³⁴ CAMPOS, Pedro. **Estranhas catedrais**: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói, RJ: EDUFF, 2014, p. 31-32.

³⁵ O Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil (GTEDB) é uma iniciativa conjunta do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (Lemp), da UFRJ, e do Laboratório de Economia e História (Lehi), da UFRRJ. Cf.: CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael; LEMOS, Renato (org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 28.

estratégias de inserção no aparelho estatal e/ou representação de seus interesses nas políticas econômicas da ditadura³⁶.

A definição da escala municipal como objeto de análise das relações entre o empresariado e o Estado traz consigo o risco de se presumir, equivocadamente, ser possível compreender completamente os sentidos ação política empresarial militar nos limites institucionais e não-institucionais ou na ação de personagens relevantes na política e na organização empresarial municipal, o que poderia ser chamado de uma tendência *localista*. Para evita-la, esta tese busca constantemente estabelecer relações entre as esferas local, regional e nacional na análise do processo histórico. Se não se pode compreender, por exemplo, a constituição do polo industrial de fertilizantes sintéticos em Rio Grande, na década de 1970, fora do contexto de modernização da agricultura através da aplicação de pacotes tecnológicos e ampliação de culturas como a soja e o arroz no Brasil, da política dos “corredores de exportações” e das obras de ampliação do “superporto”³⁷, tampouco se deve negligenciar a possibilidade do empresariado local organizado ter dirigido sua ação política para a conquista de lugares de privilégio nas novas formações da economia e da política no país, no estado e no município.

Além disso, conforme Pedro Campos, a presença de empresários em governos municipais e estaduais da ditadura era evidente³⁸. Em Rio Grande, como veremos, entre 1964 e 1975 a Prefeitura se manteve em mãos de militares, que governaram em coalizão com representantes do empresariado local. Depois disso, os dois prefeitos nomeados foram empresários locais de setores prioritários à ditadura.

Ação política é aqui entendida como a capacidade que uma classe desenvolve para exercer poder e influência, de forma intencional e organizada, sobre o Estado e o conjunto da sociedade, com finalidades relacionadas ao atendimento de seus

³⁶ Cf.: CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael; LEMOS, Renato (org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020; MARTINS, Mônica; CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael (org.). **Política econômica nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. De publicação anterior à formação do Grupo de Trabalho, mas com alguns capítulos de grande relevância para a temática, Cf.: CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael (org.). **Os donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

³⁷ Cf.: COSTA, Leandro. **A cidade do Rio Grande na primeira metade da década de 1970...** *Op. Cit.*, pp. 125-163.

³⁸ CAMPOS, Pedro. **Estranhas catedrais...** *Op. Cit.*, p. 330.

interesses econômico-corporativos e à direção hegemônica dos interesses coletivos. De acordo com Dreifuss, trata-se de um

(...) esforço de intervenção abrangente ao nível de campanha, através do qual se deflagram um número de operações e manobras táticas projetadas para apoiar-se e complementar-se umas às outras, obtendo um efeito cumulativamente significativo, espelhando e constituindo o poder de uma classe. A ação política é realizada por meio de mecanismos repressivos, coercitivos e recursos ideológico-propagandísticos, de pressão política e coação econômica além de mobilização ou do uso de força³⁹.

Para organizar e executar sua ação política, as frações de classe formam alianças ou blocos, unificando objetivos em torno dos interesses hegemônicos em seu interior⁴⁰. Para tanto, a ação política exige uma dimensão estratégica – “(...) arte/ciência do planejamento e condução da ação política de conjunto (...)” – e uma tática – “(...) organização do conjunto de meios imediatos e a sua operacionalização cumulativa para obter o resultado almejado⁴¹”. Neste sentido, a análise de Dreifuss demonstra que o golpe de 1964 “(...) ocorreu como a culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart⁴²”.

Por isso, o golpe de Estado de 1964 recebe a denominação de “civil-militar”, assim como a ditadura que se seguiu a ele. Em “A conquista do Estado”, Dreifuss chama a atenção ainda para a necessidade de identificar melhor os civis que participaram deste esforço de ação política, afirmando que

(...) a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de techno-empresários⁴³.

Disso decorre a nomenclatura “ditadura empresarial-militar”, também utilizada aqui para se referir ao período. Ideologicamente, a ditadura apoiou-se nas elaborações da Doutrina de Segurança Nacional feitas a partir de 1949 no âmbito da

³⁹ DREIFUSS, René. **A internacional capitalista...** *Op. Cit.*, p. 29.

⁴⁰ BUGIATO, Caio. **O BNDES na ditadura militar e no rumo do neoliberalismo**. In: CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael; LEMOS, Renato (org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2020, p. 280.

⁴¹ DREIFUSS, René. **A internacional capitalista...** *Op. Cit.*, p. 29-30.

⁴² DREIFUSS, René. **A conquista do Estado...** *Op. Cit.*, p. 361-362.

⁴³ *Ibid.*, p. 417.

Escola Superior de Guerra (ESG), cujas referências oriundas da política externa estadunidense para o subcontinente latino-americano inspiraram diversos outros golpes de Estado em defesa do alinhamento de seus países ao “bloco ocidental” na guerra fria⁴⁴. Conforme Rodrigo Lentz, a ESG, sob direção do general Cordeiro de Farias (1949-1952), deu início a uma proposta que

(...) uniu o que nos EUA se fazia em separado – segurança na *War College* e desenvolvimento na *Industrial College* – e incluiu no projeto a integração das elites civis anticomunistas, visando justamente a médio prazo resolver o problema da coesão ideológica pela interação entre civis e militares em torno do binômio desenvolvimento-segurança⁴⁵.

Neste processo de elaboração ideológica, destacou-se também o ainda tenente-coronel Golbery do Couto e Silva, que no início da década de 1950 “(...) despontava como liderança entre os jovens oficiais com estreitas relações junto aos empresários nacionais e associados ao projeto das multinacionais (...)” e “(...) se tornou a referência intelectual da ESG⁴⁶”. Em publicação da Biblioteca do Exército de 1955 intitulada “planejamento estratégico”, Golbery definia as bases de um projeto de ação política empresarial-militar para a segurança nacional e o desenvolvimento econômico, já utilizando termos e conceitos que, como veremos, seriam frequentes no planejamento estratégico da ditadura:

(...) a finalidade da ação política se concentra na fixação de *objetivos nacionais* de caráter permanente e conjunturais; os meios de efetivação desses objetivos dependem do *poder nacional* traçado por fatores políticos, econômicos, psicossociais e militares; a *política nacional* visaria ‘fortalecer’ e desenvolver o ‘potencial nacional’ desse poder visando os objetivos nacionais; e a melhor forma de combinar fins e meios, por uma *estratégia nacional* que produzisse *diretrizes governamentais* a serem administradas⁴⁷.

⁴⁴ BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 58.

⁴⁵ LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional – Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2022, p. 105.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 122.

⁴⁷ COUTO E SILVA, Golbery do. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Companhia Editora Americana, 1955 *apud* LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional... Op. Cit.**, p. 123.

Com tal inspiração ideológica, a mais recente ditadura brasileira pode ser denominada também uma “ditadura de segurança nacional”, o que intrinsecamente denota a importância do *binômio segurança e desenvolvimento* em suas diretrizes.

Por suas elaborações ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional, pela direção do complexo IPES/IBAD na conspiração empresarial-militar contra Goulart a partir de 1961 e por suas atuações como Ministro-Chefe do SNI e Ministro da Casa Civil após 1964, Golbery é com frequência apontado como “eminência parda” da ditadura de segurança nacional. Seu perfil discreto de ação política, mais ligado às formulações estratégicas do que à direção política direta, também deram lugar a muitas especulações sobre seu papel na aliança empresarial-militar formada em Rio Grande durante a ditadura. Alguns membros proeminentes desta rede, sobretudo entre os políticos civis, frequentemente apontam a intercessão de Golbery como relevante para o alcance de interesses do bloco empresarial-militar local junto à administração federal. Para além dos relatos, entretanto, há poucas evidências de interferência direta do general Golbery na prefeitura de Rio Grande, sendo possível que parte dos feitos a ele atribuídos sejam, na verdade, apenas reflexos de sua imagem de articulador das sombras em uma ditadura onde quase tudo que era relevante à política econômica era organizado desta forma. Conforme demonstra Rodrigo Lentz, “em cada governo [da ditadura], se formou um ciclo de *alianças militares-civis* que, apesar de comungar nos termos gerais do anticomunismo, divergia sobre a leitura da conjuntura política e na escolha de estratégias e ações políticas (...)”⁴⁸. Como vimos, Golbery não se manteve no centro de tomada de decisões do Estado Nacional durante o período em que a ditadura foi governada pelos generais *antiliberais conservadores*⁴⁹ Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e, desta forma, é improvável que o ideólogo da segurança nacional tenha tido a relevância a ele atribuída na Prefeitura Municipal durante o governo do tenente-coronel Cid Scarone Vieira, contemporâneo da euforia de crescimento ilusório do “milagre econômico” e frequentemente celebrado como

⁴⁸ LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 146.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 110.

“momento áureo” da relação entre empresariado e militares na direção política municipal⁵⁰.

Na perspectiva aqui exposta, as denominações da ditadura como “civil-militar”, “empresarial-militar” ou de “segurança nacional” implicam o reconhecimento de que os interesses organizados e mobilizados na sociedade civil, por meio da ação política, disputam, permeiam e constituem o Estado. O processo teorizado por Antônio Gramsci como de “ampliação” ou “ocidentalização” do Estado Nacional refere-se a uma complexificação dos polos da “unidade orgânica” entre “sociedade política” – agências estatais, também chamado “Estado restrito” – e “sociedade civil” – o conjunto de “intelectuais orgânicos” e “aparelhos privados de hegemonia” envolvidos na organização dos interesses coletivos.

A função social dos intelectuais, para Gramsci, está associada à organização das vontades coletivas e formação do consenso na construção da hegemonia de uma classe social. Neste sentido, na interpretação de Pasquale Voza,

(...) todo grupo social, ‘ao nascer na base originária de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico’, de modo que ‘o empresário capitalista cria, junto consigo, o economista, o cientista da economia política’ (Q4, 474-5). (...) A relação entre intelectuais e produção ‘não é imediata, como ocorre com os grupos sociais fundamentais, mas é mediada, e é mediada por dois tipos de organização social: a) pela sociedade civil, isto é, pelo conjunto de organizações privadas da sociedade, b) pelo Estado’ (Q4, 476)⁵¹.

Assim definida, a categoria de *intelectuais orgânicos* pode ajudar a compreender, por exemplo, as relações entre os pesquisadores da Sociedade de Estudos Oceanográficos de Rio Grande (SEORG) e a indústria pesqueira da região a partir da década de 1950. Além disso, o conceito aponta para o entendimento segundo o qual a organização dos interesses coletivos na sociedade civil se insere em uma

⁵⁰ Em entrevista ao historiador Leandro Costa, por exemplo, um oficial do Exército não identificado afirmou que Golbery “(...) participava ativamente do planejamento e execução dos projetos municipais (...)” durante o governo Cid, o que não se confirma nesta pesquisa, mas tampouco se pode negar em definitivo dado a característica de atuação nas sombras que rendeu ao general a fama de “eminência parda” da ditadura. Cf.: COSTA, Leandro. **A Cidade do Rio Grande na primeira metade...** *Op. Cit.*, p. 136.

⁵¹ VOZA, Pasquale. **Intelectuais orgânicos**. In: LIGUORI, Guido., VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926 – 1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 430-431.

disputa que objetiva formação de consenso e realização institucional, por meio de influências na formulação de políticas públicas. Para Gramsci, por isso, “(...) a distinção entre sociedade política e sociedade civil (...) é puramente metódica, não orgânica, e, na vida histórica concreta, sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa⁵²”.

De acordo com Pedro Campos, o processo de “ampliação” ou “ocidentalização” do Estado Nacional brasileiro remete à formação dos primeiros “aparelhos privados de hegemonia” no país, a partir da instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Os 10 anos que antecederam o golpe de Estado de 1964, conforme Campos, marcam “um momento da história nacional em que houve uma aceleração do processo de ocidentalização (...)”⁵³. Durante a ditadura civil-militar, conforme Virgínia Fontes, este processo tornou-se mais “seletivo”, propiciando um estrangulamento das “(...) vias de crescimento das entidades organizativas populares” simultâneo a uma “(...) importante expansão de associações empresariais por setores e ramos de produção a partir da década de 1970, as chamadas ‘associações paralelas’, que duplicavam a estrutura de representação oficial, de cunho corporativo-estatal⁵⁴”. Analisada no quarto capítulo, esta “ampliação seletiva” ocorreu em Rio Grande durante o governo do tenente-coronel Cid Scarone Vieira, contribuindo para o que estamos compreendendo como um momento de consolidação da hegemonia empresarial-militar em âmbito local. Outros estudiosos renomados da obra de Antônio Gramsci, com destaque para Carlos Nelson Coutinho, atribuíram a “ocidentalização” do Estado brasileiro apenas ao período de transição para a democracia constitucional liberal, nas décadas de 1970 e 1980, quando a sociedade civil teria, finalmente, superado a condição de extrema fragilidade na qual se encontrava frente ao superdesenvolvido aparelho estatal⁵⁵. Nesta pesquisa, concordamos com a perspectiva de Pedro Campos e Virgínia Fontes da ocorrência de uma “ampliação seletiva” do Estado já durante a década de 1970.

⁵² GRAMSCI, Antônio *Apud* LIGUORI, Guido. **Estado**. In: LIGUORI, Guido., VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926 – 1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 261.

⁵³ CAMPOS, Pedro. **Estranhas Catedrais...** *Op. Cit.*, p. 133.

⁵⁴ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010, p. 224-225.

⁵⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 202-207.

Para Sonia Regina de Mendonça, a noção gramsciana de sociedade civil remete exatamente ao conjunto dos “aparelhos privados de hegemonia” (APHs), que por definição implicam sempre a adesão voluntária: “igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa, encarregados de organizar as vontades coletivas, quer dos grupos dominantes, quer dos subalternos⁵⁶”, com o objetivo de “construir/generalizar o consenso, inclusive – e sobretudo –, junto às grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua ‘adesão’ aos projetos articulados pelos grupos dominantes⁵⁷”. É importante pontuar, no entanto, que se sem o aspecto do consenso um grupo, fração ou aliança de classe não consegue chegar a dirigir a sociedade, tampouco isto é possível apenas por esta via. Neste sentido, o Estado para Gramsci pode ser definido como o resultado de “(...) sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção⁵⁸”. De acordo com Sonia Mendonça

Conceber o Estado gramscianamente é concebê-lo em duplo registro: o das formas dominantes na produção (classes e frações) que se constituem e consolidam por intermédio de organizações da sociedade civil, e o da presença, nos mais diversos organismos do Estado restrito, de intelectuais vinculados a aparelhos de hegemonia da sociedade civil em busca de afirmação hegemônica⁵⁹.

A autora propõe, com isso, que o método de pesquisa da “constituição/transformações sofridas pelo Estado ampliado (...)” envolva o mapeamento de aparelhos privados de hegemonia relacionados ao tema em análise, seus aspectos organizacionais, elaborações ideológico-culturais, campanhas e eventos, fontes de financiamento, trajetórias e pertencimento de classe de seus dirigentes, além da inserção de seus membros em agências do estado restrito, as correlações de forças no interior do próprio aparelho estatal e as políticas públicas em benefício do(s) setor(es) efetivamente implementadas através deste processo⁶⁰. Adaptadas às fontes disponíveis e às particularidades derivadas dos recortes temporal

⁵⁶ MENDONÇA, Sônia Regina de. **Pesquisando com Gramsci: sugestões metodológicas**. In: MENDONÇA, Sônia Regina de; LAMOSA, Rodrigo (orgs.). **Gramsci e a pesquisa histórica**. Curitiba: Appris, 2018, p. 10.

⁵⁷ *Ibid*, p. 11.

⁵⁸ GRAMSCI, Antonio *Apud* LIGUORI, Guido. **Estado...** *Op.Cit.*, p. 262.

⁵⁹ MENDONÇA, Sonia Regina. **Pesquisando com Gramsci...** *Op. Cit.*, p. 14.

⁶⁰ *Ibid*, p. 16-22.

e geográfico, tais orientações serviram de guia para o método de análise do objeto desta tese.

Constituindo, como vimos, o principal *corpus* documental da pesquisa, os documentos levantados junto ao Arquivo Nacional representam uma alternativa à dificuldade de “(...) acesso às fontes produzidas pelas empresas e suas associações no Brasil, em particular no período da ditadura⁶¹” apontada por Pedro Campos. É preciso lembrar, contudo, que esta é uma documentação produzida pelos órgãos de informações da ditadura utilizando métodos de espionagem, como o recurso a informantes ocultos, a reprodução de informações e a vigilância dos “inimigos” e mesmo dos “aliados” políticos da ditadura. Em que pese a preocupação dos analistas dos órgãos de espionagem em diferenciar informações verificáveis das apenas confiáveis – indicadas pelos frequentes “consta que” ou “segundo pessoa de reputação ilibada” – é notório que a análise de tal documentação precisa considerar que ela não se limita a “informar” a realidade, mas sua produção é também permeada por interesses, muitas vezes conflitantes, de diferentes grupos de sustentação da ditadura e da própria comunidade de informações.

No desenvolvimento da pesquisa, considerou-se relevante consultar os acervos das principais organizações do empresariado na sociedade civil local, sobretudo a Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande (CCCRG) e o Centro de Indústrias de Rio Grande (CIRG). Um conjunto de fatores que inclui as dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19 à pesquisa presencial em documentos físicos, as dificuldades de se obter liberação destes à pesquisa e a quantidade e qualidade das fontes já levantadas através do SIAN, entretanto, levou a exclusão destes acervos do projeto. Pelos mesmos motivos, os documentos produzidos pela Prefeitura Municipal no período, disponibilizados no Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Grande, também não foram consultados. Sobre as direções dos aparelhos privados de hegemonia, entretanto, em alguns casos há informações disponibilizadas em seus endereços virtuais que foram consultadas.

⁶¹ CAMPOS, Pedro. Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. **Sillogés**, v. 3, n. 1, 2020, p. 17.

Por outro lado, na Câmara Municipal do Rio Grande, foi possível consultar e fotografar as atas das sessões legislativas ocorridas entre os anos de 1963 e 1982, mantidas e disponibilizadas pelo Setor de Atas da instituição. Para a análise dos materiais, foram selecionadas datas e conjunturas apontadas pela bibliografia e outros documentos como relevantes à compreensão das relações entre Estado e empresariado na cidade durante o recorte temporal estabelecido. Com isso, foi possível identificar posicionamentos assumidos pelos vereadores em conflitos entre o Legislativo e o Executivo, colaborações com a implementação dos projetos da ditadura na cidade e argumentos mobilizados em cada caso. Os registros do Tribunal Regional Eleitoral sobre as eleições para o legislativo municipal, disponíveis no Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha, permitiram um melhor mapeamento das composições da Câmara Municipal de Vereadores após os pleitos de 1959, 1968 e 1972⁶².

Os jornais *Rio Grande*, *O Peixeiro* e *Agora* do período de interesse desta pesquisa já foram consultados e analisados por diversos pesquisadores, alguns dos quais até mesmo reproduziram recortes de suas edições como anexos às publicações⁶³. Desse modo, a revisão bibliográfica teve o potencial de compensar em parte as dificuldades de acesso aos jornais encontradas nessa pesquisa. De forma mais sistemática, foram realizadas buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a partir de entradas relacionadas ao tema. Assim, foi possível consultar notícias relacionadas à cidade em jornais de circulação estadual publicados em Porto Alegre, como o *Diário de Notícias*⁶⁴.

⁶² MEMORIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL GAÚCHA. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/otrememorial-da-justica-eleitoral-gaucha/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha>. Acessado em 08 de março de 2021. As atas da eleição de 1963 não foram disponibilizadas no memorial.

⁶³ Por exemplo, a monografia de conclusão de curso de Glaucia Nabaes tem como anexos reproduções de mais de uma dezena de edições do jornal *Rio Grande* do ano de 1964. As dissertações de mestrado de Lidiane Friderichs e Leandro Costa e um artigo de Luiz Henrique Torres, embora não reproduzam as fontes em anexo, analisaram diversas publicações dos jornais *Rio Grande*, *Agora* e *O Peixeiro*, respectivamente. Cf.: NABAES, Glaucia. **Rio Grande no contexto de 64: a repressão institucionalizando o regime militar**. Monografia (bacharelado em História). Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1999; FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970)**. Dissertação (mestrado em História). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2013; COSTA, Leandro. **A “Era dos Festivais” em Rio Grande**. Rio Grande: editora da FURG, 2022; TORRES, Luiz Henrique. 1964 na visão de *O Peixeiro*. *Historiae*, Rio Grande, v.5, n.2, 2014, pp. 297-311.

⁶⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 8/3/2021.

Outra importante fonte deste trabalho que diz respeito ao Grupo Ipiranga é a biografia de Francisco Martins Bastos publicada pelo jornalista Willy Cesar em 2011. Como alerta Pedro Campos, este tipo de fonte geralmente apresenta “(...) uma visão oficial, laudatória e selecionada da trajetória das empresas e organizações⁶⁵”, e o livro em questão não foge a essa tendência. Ainda assim, encontra-se ali inúmeras informações fundamentais sobre os ramos de operação do grupo, dirigentes, famílias acionistas, associações civis, vinculações partidárias, relações com a imprensa e com agências e instituições da sociedade política. Além disso, o livro dá consideráveis contribuições para o desenho das relações entre empresariado, políticos e militares em Rio Grande, que se estendem do campo familiar ao econômico e ao político.

Também de forma complementar, foram consultados os acervos da *Revista Ipiranga* e outras publicações do grupo empresarial disponíveis no Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG) e na *Bibliotheca Riograndense*. Estas fontes foram relevantes, sobretudo, no mapeamento da expansão e diversificação de operações do grupo Ipiranga que, como veremos, acompanhou os setores priorizados pelo planejamento econômico da ditadura. Para a compreensão destes fenômenos, foram importantes ainda as produções da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE/RS), vinculada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo os dados publicados em “RS uma década -1964-1974⁶⁶” e estudos de seus pesquisadores sobre o planejamento econômico estadual e a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul⁶⁷. Estas fontes e publicações contribuíram também para a constante relação entre as esferas local e regional/estadual na análise.

Já a relação com a esfera federal foi possibilitada, dentre outros aspectos, pela consulta a fontes legislativas, nas formas de Leis, Decretos, Atos Institucionais e Complementares acessados em portais virtuais. As atas do Conselho de Segurança Nacional, também acessadas através do SIAN,

⁶⁵ CAMPOS, Pedro. **Empresariado e ditadura no Brasil...** *Op. Cit.*, p. 20.

⁶⁶ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE/RS. **RS Um Década: 1964 – 1974**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1974.

⁶⁷ DALMAZO, Renato. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul – 1940-74**. Porto Alegre: FEE, 1992; BENETTI, Maria Domingues. **Agropecuária na região sul do Rio Grande do Sul (1970-1990)**. In: BENETTI, Maria; ALONSO, José; BANDEIRA, Pedro (orgs.). **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser, 1994.

permitiram a relação entre local e nacional em questões como, por exemplo, os debates sobre a encampação das refinarias privadas de petróleo e seu cancelamento.

O primeiro capítulo tem o objetivo de historicizar a formação do empresariado industrial de Rio Grande, suas formas organizativas na sociedade civil e relações com o Estado em suas diferentes agências e esferas. Com o único porto de escoamento marítimo do estado, por onde era transportado o charque produzido em Pelotas durante o século XIX, o município do Rio Grande foi pioneiro na industrialização do Rio Grande do Sul. Parte significativa do capital industrial vinha do comércio exterior, mas a formação do que seria o maior grupo econômico da cidade e um dos maiores do país na década de 1970 – o grupo Ipiranga – se deu com capital de estancieiros do oeste do estado que já investiam em petróleo com a Destilaria Rio-Grandense, associados inicialmente a investidores uruguaios e argentinos. Em consonância com a análise de Virgínia Fontes e Pedro Campos sobre a intensificação da “ocidentalização” do Estado no Brasil durante a década que antecedeu o golpe de 1964⁶⁸, vemos que em 1953 o empresariado local criou a Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG), entidade organizativa de grande relevância na sociedade civil local. No mesmo ano, o setor da pesca industrial e pesquisadores locais organizaram a SEORG, entidade sempre relacionada à FCRG. Analisa-se também a conformação político-partidária municipal anterior ao golpe de Estado, identificando o PSD local como principal representante do empresariado industrial e o bloco ADP, formado em 1963, como agente mais exaltado da ideologia anticomunista em defesa do golpe.

O segundo capítulo tem o objetivo de compreender a instituição da ditadura de segurança nacional em âmbito local, identificando seu comando, seus métodos e contradições e mapeando as relações do empresariado local com a direção político-militar e os principais interesses envolvidos. Com a refinaria de petróleo Ipiranga inaugurada em 1937, a proposta de encampação das refinarias do Presidente João Goulart foi o principal ponto de conflito entre seus aliados políticos locais, como o prefeito Farydo Salomão (PTB) e o vereador Athaydes Rodrigues (PR), e a direção do

⁶⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais...** *Op. Cit.*, p. 134. FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo...** *Op. Cit.*, p. 224-225.

empresariado organizado. Em resposta, mas já depois do golpe de Estado consumado e das tentativas locais de organização da resistência fracassadas, os presidentes de duas das principais entidades representativas do empresariado promoveram uma versão local da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Além disso, evidencia-se que o comando local da ditadura logo após o golpe foi exercido pelo CMG Mário Rodrigues da Costa, tanto em seu aspecto repressivo – onde destacou-se a utilização do navio *H-22 Canopus* como centro ilegal de detenção – quanto no que diz respeito ao planejamento executivo municipal. Por fim, analisa-se como o primeiro governo municipal instituído pela ditadura, do prefeito capitão Martiniano Francisco de Oliveira, escancarou as contradições entre o discurso anticorrupção dos golpistas e suas práticas de beneficiamentos ilícitos e outras irregularidades na administração pública municipal.

O terceiro capítulo objetiva compreender o processo gradual de institucionalização da ditadura de segurança nacional e o crescente papel nele atribuído ao planejamento estatal para o incentivo do desenvolvimento no setor privado, bem como suas implicações para o empresariado e a direção política municipal. À medida que se institucionalizava, a ditadura aos poucos abandonou as *características híbridas* mantidas inicialmente como estratégia de legitimação social – por exemplo, a manutenção do Congresso Nacional – e colocou o crescimento econômico protagonizado pelo setor privado nesta função. No poder Executivo municipal de Rio Grande, isso significou a substituição do capitão Martiniano por um general interventor, em 1966, e a perda definitiva da autonomia municipal na escolha do prefeito, em 1968. Para a indústria da pesca, a orientação do *desenvolvimentismo privado* significou a edição de um novo Código, por meio do Decreto-Lei 221/1967, que instituiu robustos incentivos e abriu grandes perspectivas de expansão. Com isso, o grupo Ipiranga fez pesados investimentos no setor pesqueiro, inaugurando a ISAPEIXE em 1968 como primeira planta industrial do país a utilizar os benefícios fiscais oferecidos no DL-221/67.

O objetivo do quarto capítulo é compreender as relações entre a ação política do empresariado local e os projetos de desenvolvimento da ditadura para a região durante a fase áurea do *desenvolvimentismo privado* e o governo do prefeito nomeado tenente-coronel Cid Scarone Vieira. Em âmbito municipal, a definição da forma de sucessão à prefeitura e a proposição de obras de infraestrutura e outros incentivos ao crescimento econômico na região levou à formação de uma rede empresarial-militar

local mais ativa politicamente, fosse através de sua inserção na administração pública ou no legislativo municipal, fosse por meio de suas entidades organizativas. Os esforços desta rede para garantir as condições necessárias ao desenvolvimento dos projetos econômicos da ditadura para a região naquela conjuntura envolveram desde a defesa do prefeito Cid em acusações de irregularidades até articulações políticas para fomentar a crise no legislativo municipal e possibilitar a concessão dos serviços de água e esgoto à CORSAN. Mas o planejamento econômico da ditadura não acontecia em âmbito municipal e, por isso, o capítulo analisa também, embora de forma menos detalhada, a ação política-empresarial do grupo Montepio da Família Militar, através de sua empresa de planejamento, a PLANISUL S/A, na elaboração do “Projeto Grande Rio Grande” junto ao Governo do Rio Grande do Sul. Orientado pela perspectiva de aprofundar a financeirização da economia estadual através da modernização agrícola e aumento das exportações geradoras de divisas, o projeto criou incentivos para a indústria de fertilizantes sintéticos, área para a qual o grupo Ipiranga também direcionou novos investimentos. Por fim, são abordadas estratégias de criação de consenso para a consolidação da hegemonia e perpetuação no poder político municipal da rede empresarial-militar local, o que em 1975 possibilitou a passagem da direção política municipal diretamente às mãos do empresariado local organizado nos setores prioritários da política econômica regional, com a nomeação do prefeito Rubens Emil Correa.

1 Breve histórico das relações entre Estado e empresariado em Rio Grande – RS

O objetivo deste capítulo é compreender a formação do empresariado industrial de Rio Grande, sobretudo dos setores da pesca e do refino de petróleo, identificando quando possível a origem dos capitais revertidos nestes setores e seus representantes mais destacados. Além disso, pretende mapear suas formas organizativas na sociedade civil, pressões e inserções no aparelho estatal antes do golpe que daria início à ditadura de segurança nacional, em 1964. Com um recorte temporal bastante extenso, a análise aqui procedida tem o intuito de contextualizar as relações entre Estado e empresariado em âmbito local, de modo que se possa compreender, posteriormente, os interesses em disputa na conjuntura da conspiração empresarial-militar contra o governo João Goulart e da implementação da ditadura de segurança nacional.

1.1 Formação e industrialização do município do Rio Grande

A cidade do Rio Grande está localizada na planície costeira do estado do Rio Grande do Sul, a 239km em linha reta da capital Porto Alegre e 223km do Chuí – RS, fronteira situada no extremo sul do Brasil. Ao Norte de seus limites territoriais estão a Lagoa dos Patos e o município de Pelotas. Ao Sul, o município de Santa Vitória do Palmar. A Leste, o Oceano Atlântico – a praia do Cassino – e o Canal do Rio Grande. A Oeste, a Lagoa Mirim e os municípios de Pelotas e Arroio Grande⁶⁹. Outras formações hídricas são importantes, sobretudo o Saco da Mangueira, uma lagoa rasa situada próxima do centro da cidade e com área de 32 km²⁷⁰. O município tem área total de 2.709,391 km² e população estimada em 211.965 pessoas em 2020⁷¹.

⁶⁹ VIEIRA, Eurípedes. **Rio Grande**: geografia física, humana e econômica. Porto Alegre: Sagra, 1983, p. 15.

⁷⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Atrativos turísticos – Saco da Mangueira**. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+3042,,saco-da-mangueira.html>. Acesso 23/02/2021.

⁷¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades e estados – Rio Grande – RS. Site do IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/riogrande.html>. Acessado em 23/02/2021.

Figura 1: Mapas indicando localizações do RS no Brasil e de Rio Grande no RS.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Grande_\(Rio_Grande_do_Sul\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Grande_(Rio_Grande_do_Sul))

Como forma de garantir a posse dos territórios ao sul da colônia, no ano de 1737 a Coroa portuguesa ordenou que ali fosse erigido o forte Jesus-Maria-José, dando origem à mais antiga vila de colonização lusitana no atual território do Rio Grande do Sul⁷². A partir de 1823, com a construção do seu primeiro porto, a cidade passou a enviar o charque produzido em Pelotas para o centro/norte do país e para a América Central, onde era destinado à alimentação de trabalhadores/as escravizados/as⁷³. A pujança do ciclo econômico do charque, cuja produção foi considerada das formas mais cruéis de exploração do trabalho de pessoas escravizadas, possibilitou o acúmulo de capital por parte de comerciantes radicados em Rio Grande e Pelotas, além é claro do enriquecimento de charqueadores de Pelotas e estancieiros da região da campanha sul-rio-grandense⁷⁴. Em Rio Grande, o capital comercial acumulado neste período deu origem às suas primeiras experiências industriais a partir da década de 1870⁷⁵. Na realidade, o marco inicial da industrialização no estado do Rio Grande do Sul foi a fundação da Fábrica Nacional

⁷² MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande...** *Op.Cit.*, p. 67.

⁷³ *Ibid*, p. 79.

⁷⁴ *Ibid*, p. 70.

⁷⁵ *Ibid*, p. 82

de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater⁷⁶, em Rio Grande no ano de 1873⁷⁷. Em 1889 foi fundada a Indústrias Leal Santos S.A., que produzia conservas alimentícias e biscoitos e, anos mais tarde, se especializou na industrialização do pescado⁷⁸.

No ano de 1915 foi concluída a construção de um novo porto, contando com dois braços de pedra – os molhes – para facilitar a navegação e aumentar o calado no canal⁷⁹. Dois anos depois foi instalada a indústria frigorífica da empresa estadunidense Swift na cidade, em terreno junto ao Porto Novo⁸⁰. Ao final da década de 1920, conforme Solismar Martins, existiam em Rio Grande quinze indústrias com cem ou mais trabalhadores empregados, sendo que em algumas delas, como a Rheingantz e a Swift, o número de operários passava de mil⁸¹.

Esta primeira fase da industrialização de Rio Grande, vista desde uma perspectiva nacional, caracterizou-se como expressão da “industrialização dispersa”, momento em que a integração nacional da economia brasileira era muito baixa, favorecendo a coexistência de incipientes indústrias regionais de bens de consumo autônomas e diversificadas⁸². No caso de Rio Grande, a condição de cidade com o único porto marítimo do estado e a disponibilidade de capital oriundo do comércio foram cruciais para a formação desse mercado regional, criando também as condições para investimentos estrangeiros na indústria. A tabela abaixo, elaborada por Solismar Martins, relaciona as principais indústrias existentes em Rio Grande neste período.

⁷⁶ Em 1881 a sociedade que controlava a fábrica foi dissolvida, ficando essa sob controle apenas de Carlos Guilherme Rheingantz e alterando seu nome, na década de 1890, para Companhia União Fabril – nomenclatura que permaneceu até a década de 1960. A fábrica permaneceu em atividade até a década de 1970. Cf.: MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 109-110.

⁷⁷ FERREIRA, Maria Letícia. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, 2013, p. 72; GROS, Denise. **Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional – 1964-1978**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990, p. 40.

⁷⁸ MARTINS, César Augusto; RENNERT, Marco Antônio. Industrialização de pescado no município do Rio Grande: da gênese ao final do século XX. **Geosul**. Florianópolis, v. 29, n. 58. 2014, p. 43.

⁷⁹ MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 135.

⁸⁰ *Ibid*, p. 147.

⁸¹ *Ibid*, p. 127-128.

⁸² *Ibid*, p. 104-105.

Tabela 1: Principais empresas industriais de Rio Grande durante a industrialização dispersa (1873 – 1930)⁸³					
Ano de Fundação	Empresa	Tipo	Principal(is) produto(s)	Produção	Nº de trabalhadores
1873	Rheingantz	Têxtil	Lã	-	1.200
1876	Fábrica Aliança	Calçados	-	-	-
1876	Fábrica de Conservas Cunha Amaral	Alimentos	Conservas	-	-
1889	Indústrias Leal Santos S.A.	Alimentos	Conservas Biscoitos	2 milhões de latas/ano (1916)	500 (1940)
1891	Charutos Poock	Charutos	Charutos	7.000.000 unidades/ano	300
1894	Companhia Fiação e Tecelagem Ítalo-Brasileira	Têxtil	Algodão	-	600
1894	S.A. Moinhos Rio-Grandense	Alimentos	Farinha de trigo	45 ton/dia	112
1902	Fábrica de calçados João Llopart	Calçados	Calçados	80 mil pares/ano	180
1906	Companhia de Conservas Rio Grande	Alimentos	Conservas	-	-
1917	Cia. Swift	Frigorífico	Carne e derivados	Abate de 1000 reses/dia	1.500
1923	Eduardo Ballester Ind. De Pescados	Alimentos	Pescado industrial	-	-
-	Plano Inclinado Rio-Grandense Luiz Lorea	Construção e reparos navais	Ferro/bronze Mecânica	-	120
-	Fábrica de Juta Sociedade Industrial Ltda.	Aniagem	Fios	10.000m de fios/dia	140
-	Luiz Lorea & Cia.	Óleo vegetal	Linhaça	-	-
1929	Cordoaria São Luiz	Aniagem	Fios	3.000kg de cordoalhas/dia	120

A partir da década de 1930 a economia brasileira entrou em uma nova fase de industrialização, conhecida como “industrialização restringida” ou “industrialização por substituição de importações”⁸⁴. Neste processo, o Estado Nacional passava a direcionar políticas de planejamento, investimentos em infraestrutura e incentivos fiscais à industrialização em setores e regiões prioritárias. Com isso, ocorreu uma

⁸³ Tabela elaborada por Solismar Martins e adaptada pelo autor. Cf. MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 127-128.

⁸⁴ CANO *apud* MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 163.

concentração da indústria mais avançada nos dois maiores centros econômicos e populacionais do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Nas palavras de Francisco Oliveira, isso significou “a substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais por uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional⁸⁵”. Na condição de polo exportador da economia regional estabelecida na região sul do estado do Rio Grande do Sul, envolvendo estancieiros da campanha, indústria e comércio de Pelotas e Rio Grande, a economia da cidade do Rio Grande certamente seria transformada por essa nacionalização.

A ocorrência da segunda guerra mundial, com o direcionamento da produção dos países centrais do capitalismo mundial para a indústria bélica, possibilitou uma sobrevida às regiões industriais periféricas na economia nacional, como era o caso de Rio Grande. Terminado o conflito, entretanto, a crise se agravou e acarretou, a partir da década de 1950, o fechamento de grande parte das fábricas instaladas na cidade – como o frigorífico Swift em 1954, a Cia. Ítalo-Brasileira em 1961 e a Cia. de Charutos Poock, em 1966. A Rheingantz seguiu em atividade até a década de 1970, mas com sua produção drasticamente reduzida⁸⁶. Conforme Solismar Martins, no início da década de 1960 cerca de 7 mil trabalhadores e trabalhadoras estavam sem emprego na cidade, à época com quase 82 mil habitantes⁸⁷. A tabela abaixo, elaborada com dados dos censos industriais de 1960, 1970 e 1975 publicados pela Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS), nos dá um interessante panorama de como as atividades industriais de Rio Grande foram afetadas pela crise da indústria de bens de consumo e pela resposta a esta crise, que veio na forma do Distrito Industrial com incentivos estatais à concentração de capital em grandes indústrias.

⁸⁵ OLIVEIRA *apud* MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 165.

⁸⁶ MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 182.

⁸⁷ *Ibid*, p. 182.

Tabela 2: Censos industriais do Rio Grande do Sul - Dados sobre o município de Rio Grande e seus posicionamentos em relação aos demais municípios⁸⁸.

	Estabelecimentos	Pessoal		Salários (Cr\$ 1000)	Valor bruto de produção (Cr\$ 1000)	Valor da transformação industrial (Cr\$ 1000)
		Total	Operários			
1960	284	6146	5161	453982	6661583	3232080
Posição	7º	5º	5º	4º	2º	2º
1970	234	5093	4653	20722	271315	105399
Posição	11º	8º	8º	8º	7º	7º
1975	228	8136	7208	109086	2810537	760969
Posição	17º	9º	9º	7º	5º	7º

Em 1960, mesmo após os fechamentos de fábricas já mencionados, a cidade do Rio Grande contava com 284 unidades industriais em funcionamento, ocupando o sétimo lugar na lista de municípios do estado neste quesito. Note-se que o número absoluto de estabelecimentos se manteve em queda nos quinze anos seguintes, por fim colocando a cidade na décima sétima posição da lista. O total de trabalhadores empregados em indústria em Rio Grande, entretanto, aumentou em números absolutos, de 6146 em 1960 para 8136 em 1975, caindo proporcionalmente do 5º para o 9º maior contingente de trabalhadores fabris no estado. O aumento do número de trabalhadores acompanhado da redução de estabelecimentos indica um processo de concentração de capitais, no qual as indústrias menores tenderam ao fechamento enquanto as maiores, geralmente parte de grupos de empresas diversificadas e setores priorizados pelo planejamento econômico estatal, apresentaram crescimento.

Esta tendência é confirmada também pela comparação entre a queda do número de estabelecimentos, de dez colocações entre 1960 e 1975, e a queda do peso relativo do valor da transformação industrial⁸⁹ de Rio Grande na produção estadual, que perdeu apenas cinco colocações no mesmo período. Em outras palavras, conclui-se que, de 1960 a 1975 – quando o Distrito Industrial de Rio Grande

⁸⁸ Tabela elaborada pelo autor com base em dados dos Censos Industriais do Rio Grande do Sul de 1960, 1970 e 1975 publicados pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE/RS). Cf.: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE/RS. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** – Censos do RS 1960 – 1980. Porto Alegre, 1984, pp. 72, 95 e 128.

⁸⁹ O Valor de Transformação Industrial (VTI) corresponde à diferença entre o Valor Bruto de Produção Industrial (VBPI) e o custo com as Operações Industriais (OI). Cf.: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Universidade Federal de Santa Catarina. **Valor da Transformação Industrial – IBGE**. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/valor-de-transformacao-industrial-ibge/> Acesso 20/12/2022.

já havia sido inaugurado – a cidade passou a ter menos fábricas que, no entanto, empregavam e produziam mais – beneficiadas, como veremos, por isenções fiscais e outros incentivos estatais.

1.2 A Refinaria de Petróleo Ipiranga e os primeiros passos do refino de petróleo no Brasil

Na década de 1930, a industrialização por substituição de importações exigia que o Brasil iniciasse o refino de petróleo. A primeira experiência industrial nesta área no território nacional foi iniciada em 1934, com a fundação da Destilaria Rio-Grandense de Petróleo S.A., em Uruguaiana – RS. Seus sócios eram o brasileiro João Francisco Tellechea, o argentino residente no Brasil Eustáquio Ormazábal⁹⁰ e os argentinos Manuel Morales e Raul Aguiar⁹¹. Os dois primeiros eram primos, membros de famílias grandes proprietárias de terras dedicadas à pecuária em Uruguaiana – RS⁹²; João Francisco Tellechea era casado com Bina Bastos Tellechea, filha de outro grande estancieiro da região, Ângelo Martins Bastos⁹³. Os argentinos Aguiar e Morales, além do investimento, contribuíram com o conhecimento técnico básico e indicação de profissionais, uma vez que já tinham experiência na indústria do petróleo no seu país de origem⁹⁴. A empreitada era, em parte, financiada com capital oriundo da pecuária nas estâncias das famílias Bastos, Tellechea e Ormazábal. A própria localização destas na fronteira oeste do estado, mantendo intensas relações comerciais com argentinos e uruguaios, possibilitou o intercâmbio técnico necessário ao início do refino – neste caso, somente destilação – de petróleo no Brasil.

Pouco depois da inauguração da Destilaria, o grupo formou uma sociedade maior, desta vez para construir uma refinaria de petróleo em Rio Grande – RS. No dia 7 de setembro de 1937, feriado de Independência Nacional, foi inaugurada a Refinaria

⁹⁰ Eustáquio Ormazábal vivia no Brasil desde 1914 e, em 1952, naturalizou-se brasileiro. Cf. CESAR, Willy. **Chico Bastos, o pescador**. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., 2011, p. 92.

⁹¹ MARTINS, Denise. **Ipiranga: a trajetória de uma refinaria em Rio Grande (RS) rumo à consolidação de um grupo empresarial (1930-1967)**. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008, p.33.

⁹² CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op Cit.*, p. 66.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ *Ibid.*

de Petróleo Ipiranga S.A. A sociedade fora oficialmente constituída em agosto de 1936, sob o nome de Ipiranga Sociedade Anônima – Companhia Brasileira de Petróleos e, além de Manuel Morales, Raul Aguiar, Eustáquio Ormazábal e João Francisco Tellechea, tinha em sua base acionária os uruguaios Juan Ganzo Fernández, Numa Pesquera e Luiz Supervielle e os brasileiros Oscar Germano Pereira e Her Ribeiro de Mattos⁹⁵ – que, segundo Willy Cesar, assinava em nome do irmão mais velho do governador do estado, Francisco Flores da Cunha⁹⁶. A Revista Ipiranga de agosto/setembro de 1965 traz uma cópia da listagem de nomes constante do primeiro livro de registro de ações da empresa, onde se pode ler, dentre outros e além dos citados, os nomes do próprio Francisco Flores da Cunha, de Gustavo A. Pooch Jr., da Charutos Pooch de Rio Grande e de A.J. Renner, industrial da fiação e tecelagem da região de Porto Alegre⁹⁷.

Cunhado de João Francisco Tellechea, o jovem engenheiro Francisco Martins Bastos foi escolhido para a vaga de engenheiro-adjunto à gerência na refinaria. Sob orientação técnica do engenheiro argentino Eduardo Elli e reportando-se ao gerente-geral, o uruguaio Carlos Alberto Clulow, Bastos supervisionou a preparação do terreno, construção e montagem da refinaria⁹⁸, adquirida da Esso na Argentina por Manuel Morales⁹⁹.

Assim como os Ormazábal e os Tellechea, os Bastos eram grandes proprietários de terras na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, com suas estâncias-sede em Uruguaiana. Os primeiros membros da família chegaram à região vindo dos Açores em 1815¹⁰⁰. Filho de Ângelo Martins Bastos e Corintha de Carvalho Bastos, Francisco Martins Bastos nasceu no dia 1º de março de 1907 na estância Nazareth, administrada por seu pai desde 1900¹⁰¹. Na década de 1930, os sete filhos de Ângelo e Corintha¹⁰² constituíram a sociedade Irmãos Bastos Ltda, passando a administrar as estâncias Pai Passo, Santo Ângelo, Umbu, Palma e Camoati, de propriedade da

⁹⁵ MORAES, Rafael. **Estratégia & crescimento da firma**: as respostas aos desafios organizacionais e o destino da Ipiranga. Dissertação (mestrado em Administração). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 77.

⁹⁶ CESAR, Willy. **Chico Bastos**... *Op. Cit.*, p. 84.

⁹⁷ BIBLIOTHECA RIOGRANDENSE. **Revista Ipiranga**. Nº 39, agosto/setembro de 1965, p. 4.

⁹⁸ CESAR, Willy. **Chico Bastos**... *Op. Cit.*, pp. 69, 71 e 76.

⁹⁹ MORAES, Rafael. **Estratégia & crescimento**... *Op. Cit.*, p. 75.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 147.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 22.

¹⁰² Felisbina, Hilda, Antonio, Telmo, Francisco, Ângelo e Luiz.

família. Nas décadas de 1940 e 1950, a sociedade já se destacava na produção de bovinos de raça *Hereford* e *Aberdeen Angus*, ovinos *Corriedale*, *Merino* e *Ideal* e cavalos crioulos¹⁰³. Em 1942, segundo Willy Cesar, Ângelo Martins Bastos era o maior produtor de lã de Uruguaiana¹⁰⁴.

Com a morte de Ângelo Martins Bastos em 1962, as propriedades foram redistribuídas na família e, em alguns casos, redimensionadas¹⁰⁵. A sociedade Irmãos Bastos Ltda foi transformada em Escritório Rural Irmãos Bastos Ltda¹⁰⁶ e este, em 1992, uniu-se ao Escritório Tellechea Associados Rural, formando a Tellechea & Bastos Leilões Ltda., ainda em atividade¹⁰⁷. Este quadro situa estas famílias dentre as mais tradicionais das oligarquias de latifundiários do oeste sul-rio-grandense.

Em 1924, Francisco Martins Bastos iniciou seus estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde formou-se engenheiro mecânico-eletricista em 1928. Em 1930, ingressou como auxiliar técnico na Viação Férrea do Rio Grande do Sul e, no ano seguinte, desempenhava ali a função de engenheiro¹⁰⁸. Em outubro, uniu-se como voluntário às tropas comandadas pelo coronel Baptista Lusardo – outro grande proprietário de terras da campanha sul-rio-grandense, conhecido como ‘centauro dos pampas’ – e rumou ao Rio de Janeiro a fim de depor o presidente Washington Luís. Quando o destacamento chegou à capital no dia 29, entretanto, o movimento já era vitorioso e a posse de Getúlio Vargas estava marcada para os primeiros dias de novembro¹⁰⁹. Em seu diário, Vargas anotou no dia 23: “(...) as tropas de Uruguaiana vêm cheias de entusiasmo, rapazes das melhores famílias do

¹⁰³ AVILA Jr., CELSO. **Leilões: História, suas dinâmicas e psicologias – leilão de pecuária mais antigo do Rio Grande do Sul**. Artigo publicado no site da FF Velloso & Dimas Rocha Assessoria Agropecuária, 17 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.assessoriaagropecuaria.com.br/noticia/2016/11/17/leiloes-historia-suas-dinamicas-e-psicologias-cap-7-leilao-de-pecuaria-mais-antigo-do-rio-grande-do-sul/modo-impressao>. Acesso: 04/1/2023.

¹⁰⁴ CESAR, Willy. **Chico Bastos...**, *Op. Cit.*, p. 147.

¹⁰⁵ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 144.

¹⁰⁶ A pesquisa encontrou datas conflitantes para a formação do referido escritório. Celso Avila Jr. indica o ano de 1962, enquanto os registros de CNPJ apontam 1972. Cf.: AVILA Jr., CELSO. **Leilões: História...** *Op. Cit.*; <http://www.assessoriaagropecuaria.com.br/noticia/2016/11/17/leiloes-historia-suas-dinamicas-e-psicologias-cap-7-leilao-de-pecuaria-mais-antigo-do-rio-grande-do-sul/modo-impressao>. Acesso: 04/1/2023.

¹⁰⁷ Site da empresa Tellechea & Bastos Leilões Ltda. Disponível em: <http://www.tellecheaebastos.com.br/quem-somos>. Acesso: 04/1/2023.

¹⁰⁸ *Ibid.*, pp. 47 e 52.

¹⁰⁹ *Ibid.*, pp. 56 a 60,

município¹¹⁰". De volta a Porto Alegre, Bastos retomou seu emprego na Viação Férrea, onde permaneceu até 1936, quando foi convidado por João Francisco Tellechea e Eustáquio Ormazábal para o cargo na refinaria.

Após a inauguração, em 7 de setembro de 1937, Bastos relatou que, à exceção de Eduardo Elli, nem ele nem os demais engenheiros tinham conhecimento do processo industrial de refino de petróleo. Em janeiro de 1938 o russo Esteban Polanski¹¹¹, formado em Ciências Físicas e Matemática na Áustria, foi contratado para substituir Elli e passou também a dar aulas sobre refino de petróleo para os engenheiros da Ipiranga em turno inverso ao do trabalho. Conforme Bastos, "(...) só a partir daí é que todos na refinaria começam a somar e a multiplicar em petróleo¹¹²". Polanski já havia trabalhado com alguns sócios na Destilaria em Uruguiana, e seria a primeira opção para o cargo que foi de Elli, se não estivesse hospitalizado na Argentina na época da inauguração da refinaria¹¹³.

Em 1938, em decorrência do decreto presidencial nº 395, que proibia a participação estrangeira em refinarias de petróleo no Brasil, os sócios argentinos e uruguaios precisaram vender suas ações na Ipiranga. Na nova base acionária o filho brasileiro de Eustáquio Ormazábal, René, detinha a maior quantia de ações, seguido de João Francisco Tellechea e Francisco Martins Bastos, que adquiriu as ações pertencentes aos uruguaios Numa Pesqueira e Carlos Alberto Clulow. O advogado dos sócios argentinos no Rio de Janeiro, João Pedro Gouvêa Vieira, acabou recebendo parte de seus honorários em ações e comprando outras, tornando-se também sócio da refinaria¹¹⁴.

Com a reformulação da base acionária, foi alterada também a composição da diretoria da companhia, com Aristides Almeida, de Santana do Livramento, assumindo o posto de Presidente e João Francisco Tellechea o de vice-presidente. Francisco Martins Bastos, que na nova diretoria passava a ser diretor-suplente, assumiu também a função de gerente geral da companhia e de superintendente da refinaria. A diretoria

¹¹⁰ Diário de Getúlio Vargas, vol. 1, p. 15. *Apud* CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 57.

¹¹¹ Na biografia de Francisco Martins Bastos, Esteban Polanski é diversas vezes chamado de "engenheiro", mas a única menção direta à sua formação acadêmica fala em "ciências físicas e matemática". *Cf.*: CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 91.

¹¹² CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 91.

¹¹³ *Ibid.*, p. 91.

¹¹⁴ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 92-94.

formada neste momento tinha ainda Carlos Fagundes de Mello, de Porto Alegre, como secretário; José Carrion Moglia, de bagé, Waldemar Thiesen, de Rio Grande, René Ormazábal, de Uruguaiana e Emílio Begher, de São Paulo como diretores; e Vitor Kessler e J. Oswaldo Rentzsch, de Porto Alegre, como diretores-suplentes ao lado de Francisco Martins Bastos¹¹⁵.

Durante a guerra, a Ipiranga orientou sua produção para atender às necessidades da indústria nacional da borracha, produzindo um solvente especial que estava escasso no mercado. Por tal colaboração, a empresa foi considerada de interesse militar pelo governo federal, através de um decreto-lei de 16 de abril de 1945¹¹⁶. A começar pelo nome da empresa e a data escolhida para sua inauguração, dia da Independência do Brasil, nota-se que os dirigentes da Ipiranga desde cedo fortaleceram uma retórica nacionalista, demonstrando congruência com os objetivos de desenvolvimento industrial do Estado Novo de Getúlio Vargas. Desta forma, em entrevista ao jornal *O Tempo*, de Rio Grande, em 1940, o gerente-geral Francisco Martins Bastos declarou:

A Ipiranga surgiu há pouco mais de dois anos, enfrentando corajosamente um mercado saturado, mas confiante no patriotismo dos brasileiros que a ampararia, como o fizeram. Desde o começo procuramos dar um cunho nacionalista à nossa empresa, buscando o elemento nacional para formar nossos técnicos¹¹⁷.

O apelo nacionalista permaneceu sendo um traço componente da memória social da Ipiranga mesmo após o término do Estado Novo. Em 1953, em visita a Rio Grande, o presidente Getúlio Vargas referia-se à Ipiranga como uma "(...) iniciativa brasileira, desde o seu capital até a sua administração, devendo-se também a um grupo de abnegados engenheiros nacionais a sua atual fase de franca prosperidade¹¹⁸". Como vimos, no entanto, a Ipiranga era originalmente uma iniciativa multinacional, na qual associavam-se investidores brasileiros, uruguaios e argentinos.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 93-94.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 108-111.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 101.

¹¹⁸ Conforme Willy Cesar, o presidente Getúlio Vargas estava em Rio Grande para a inauguração do entreposto de pesca na cidade, com capacidade para armazenar 400 toneladas de pescado congelado, e da nova unidade de refino de petróleo da Ipiranga quando proferiu, do parlatório da prefeitura, o discurso do qual foi retirado o trecho citado. Cf.: CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 126.

E foram, como já afirmamos, as relações dos pecuaristas do oeste sul-rio-grandense com investidores do petróleo nos países fronteiriços que criaram as condições técnicas básicas para a instalação da destilaria em Uruguaiana e da refinaria Ipiranga em Rio Grande.

Além disso, o discurso nacionalista escondia deliberadamente a fundamental contribuição do engenheiro russo Esteban Polanski para o desenvolvimento técnico inicial em refino de petróleo no Brasil. Polanski já havia trabalhado como responsável técnico pela execução da Destilaria Rio-Grandense de Petróleo Ltda., em 1934 em Uruguaiana, quando foi contratado pela Ipiranga em 1938. Mesmo quando não trabalhava mais na empresa, algumas vezes lhe foi solicitada orientação técnica. Em 1947, viajou com Francisco Martins Bastos para os Estados Unidos da América em busca de soluções tecnológicas para um refino mais competitivo na conjuntura do pós-guerra¹¹⁹. Sob sua orientação, Bastos decidiu comprar uma unidade para produzir 5 toneladas de ácido sulfúrico por dia e outra para produzir superfosfato simples, com capacidade para 12 mil toneladas por ano¹²⁰. Estes insumos seriam necessários para modernizar o processo de refino de petróleo da Ipiranga, passando a utilizar o sistema de *cracking* térmico, inaugurado em 1953. Até sua morte em 1961, Polanski manteve contato com os dirigentes da Ipiranga. Conforme Willy Cesar, nas entrevistas do Projeto Memória Ipiranga, gravadas em 1985, Francisco Martins Bastos

(...) não se cansa de dizer que sem Polanski a Ipiranga teria naufragado e o desenvolvimento que o Brasil obteve em refino de petróleo não teria acontecido naquele momento. A entrada em operação da Petrobras se vale da experiência dos técnicos da Ipiranga, com os ensinamentos trazidos ao Brasil pelo engenheiro russo¹²¹.

Alinhados na retórica nacionalista e no desejo de uma industrialização acelerada no Brasil, Vargas e a Ipiranga entretanto nunca concordaram em relação à política industrial de petróleo. Ao retornar à presidência da República em 1951, Vargas convidou Bastos a compor o Conselho Nacional do Petróleo, sobre o que o empresário comentou:

¹¹⁹ *Ibid*, p. 117.

¹²⁰ *Ibid*, p. 117.

¹²¹ *Ibid*, p. 139.

Fui convidado e não aceitei. Ser do governo me impediria de dizer o que eu sempre pensei e acreditei. Os governos veem a questão do petróleo como política e eu vejo como questão econômica. Vargas e eu nunca nos entendemos nesse ponto¹²².

Já sobre a criação de uma empresa estatal de petróleo, Bastos se mostrava favorável. Defendia, entretanto, a coexistência dos modelos público e privado em detrimento do monopólio estatal, caminho por fim adotado pelo governo Vargas na criação da Petrobrás¹²³.

1.3 A Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo como impulso à diversificação da Ipiranga

Em 3 de outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas assinou a Lei nº 2.004, que criava a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e instituía seu monopólio sobre atividades de extração e refino no país¹²⁴. As refinarias privadas já existentes teriam, à princípio, autorização para seguir em atividade sem aumentar a produção. No caso da Ipiranga, o limite seria a quantia de 9.300 barris de petróleo bruto processados por dia¹²⁵. Ainda na década de 1950, para facilitar a fiscalização das refinarias, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) passou a exigir a formação de empresas separadas para cada ramo de atividade do setor, como o refino, a distribuição e a produção de fertilizantes¹²⁶.

A exigência do CNP contribuiu para acelerar uma tendência necessária à sobrevivência e crescimento do grupo empresarial após a imposição do limite de refino: a diversificação de ramos de operação. A partir de então, começaram a ser desenhadas estratégias de ampliação e diversificação que, inicialmente, priorizaram detores relacionados ao refino, como a distribuição de derivados e a industrialização

¹²² BASTOS, Francisco. Projeto Memória Ipiranga, 22/08/1985. *Apud* CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 122.

¹²³ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 122.

¹²⁴ BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2004.htm. Acesso: 6/3/2021.

¹²⁵ MARTINS, Denise. **Ipiranga...** *Op. Cit.*, p. 74.

¹²⁶ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 129.

de fertilizantes a partir do petróleo. Nas décadas de 1960 e 1970, como veremos, a diversificação dos ramos de operação do grupo Ipiranga aconteceria principalmente em setores priorizados por políticas de incentivo ou planos de desenvolvimento da ditadura de segurança nacional, como hotelaria, pesca industrial, fertilizantes e petroquímica.

Atendendo às determinações do CNP, em 1957 foi criada a Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. Com sede em Rio Grande, a empresa seria responsável pela “(...) exploração do comércio de distribuição dos derivados do petróleo, a logística de transportes e outras tarefas comerciais¹²⁷”. Em 1961, a sede da empresa foi transferida para Porto Alegre, onde permaneceu em atividade até 2007. Desde 1949 a empresa comercializava o superfosfato simples excedente na sua produção como fertilizante químico, além de produzir asfalto sólido e inseticidas¹²⁸. Apontada por João Pedro Gouvêa Vieira como a primeira diversificação do grupo, a entrada da Ipiranga no setor de produção de fertilizantes químicos seria formalizada com a criação da Industrial e Comercial Ipiranga S.A. – Icisa, em Rio Grande no ano de 1958. Suas atividades envolviam

(...) a industrialização e o comércio de fertilizantes e produtos químicos em geral, fabricação de latas e de caixas de madeira. (...) A Icisa vendia os superfosfatos simples e triplo, mantendo contatos com os agricultores e prestando assistência técnica na pós-venda¹²⁹.

Percebendo a necessidade de profissionalizar suas ações de propaganda para incrementar as atividades de distribuição, em 1956 a Ipiranga iniciou um longo relacionamento com a MPM Propaganda, agência de Antônio Mafuz, Petrônio Corrêa e Luiz Vicente Goulart Macedo¹³⁰. Paralelamente, traçou uma estratégia para ampliar sua rede de postos de combustíveis para outros estados da federação. Em 1959, em consórcio com a Refinaria de Petróleo União, de Capuava/SP e o Banco Mercantil de São Paulo, a Ipiranga comprou a *Gulf Corporation* do Brasil, detentora de 10% do mercado nacional de distribuição de derivados de petróleo e com postos nos estados

¹²⁷ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 130.

¹²⁸ MARTINS, Denise. **Ipiranga...** *Op. Cit.*, p. 68.

¹²⁹ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 130.

¹³⁰ MARTINS, Denise. **Ipiranga...** *Op. Cit.*, p. 81.

do Recife, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais¹³¹. No mesmo ano, para gerir os negócios adquiridos da empresa estadunidense no Brasil, a Ipiranga criou a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga S.A. – CBPI, com sede no Rio de Janeiro, presidida por João Pedro Gouvêa Vieira¹³². Além da dimensão de empresa nacional, não mais restrita ao mercado do Rio Grande do Sul, a compra da *Gulf* garantiu à Ipiranga “(...) um lugar à mesa de negociações com as demais companhias distribuidoras junto ao CNP, que taxavam os preços dos combustíveis (...)”, como ressaltou Gouvêa Vieira¹³³. Desta forma, a Ipiranga encerrou a década de 1950 com quatro empresas e atuação em outros estados além do Rio Grande do Sul. Sob a presidência de Francisco Martins Bastos a partir de 1960¹³⁴, esta tendência à diversificação seria aprofundada durante a ditadura de segurança nacional, quando o conglomerado empresarial Ipiranga alcançou o patamar de um dos maiores grupos privados nacionais¹³⁵.

Membro da diretoria das Empresas Ipiranga desde 1944, João Pedro Gouvêa Vieira nasceu em Petrópolis/RJ em 1912¹³⁶. Em 1938, defendeu os sócios argentinos na tentativa, sem sucesso, de reverter a nacionalização das ações da Ipiranga e, como parte dos honorários, recebeu suas primeiras ações da empresa¹³⁷. A partir de então, mantendo o escritório Gouvêa Vieira Advogados no Rio de Janeiro, começou sua carreira que o situou como um importante industrial brasileiro. No segundo governo do presidente Getúlio Vargas, colaborou com a redação do estatuto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), fundado em 1952¹³⁸. Em 1969, o Ministério da Aeronáutica produziu um dossiê secreto sobre Gouvêa Vieira, onde ele aparece como membro de diretorias de diversas empresas, exercendo o cargo de presidente nas seguintes:

¹³¹ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 132.

¹³² *Ibid.*, p. 135.

¹³³ GOUVÊA VIEIRA, João Pedro *Apud* CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 132.

¹³⁴ Doente, Aristides Almeida foi substituído na presidência das empresas Ipiranga em 1959 por João Francisco Tellechea. No ano seguinte, Francisco Martins Bastos assumiu o cargo, que ocupou até sua morte em 1987. *Cf.*: CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 136 e 201.

¹³⁵ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 193.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 109.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 91.

¹³⁸ Histórico da Gouvêa Vieira Advogados. Disponível em: <http://www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx>. Acesso: 04/1/2023.

1. Banco Francês e Brasileiro S.A. 2. Mecânica Pesada S.A. (Schneider & Cia.). 3. Cia. Mineira de Cimento Portland S.A. – COMINCI (Ciment Lafarge). 4. Cimento Portland Pains S.A. 5. Cia. Produtora de Vidro – PROVIDRO (Clace de Boussois). 6. Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga – CBPI. 7. Indústrias Elétricas e Musicais Fábrica Odeon S.A. (Industries Electricals). 8. Cia. Brasileira de Fósforos (John Mastres &Co. Ltd.). 9. Induselet S.A. – Indústria Brasileira de Material Elétrico (Charleroi). 10. Phoenix Brasileira Companhia de Seguros Gerais. 11. Estabelecimentos CH Lorilleux S.A. (Tintas)¹³⁹.

Expandindo sua atuação como dirigente empresarial muito além do grupo Ipiranga, Gouvêa Vieira consolidou-se como representante de empresas de capital nacional e internacional associado no país. Em 1962, para melhor representar os interesses de suas empresas, elegeu-se suplente do Senador Vasconcelos Torres, pelo PTB do Rio de Janeiro¹⁴⁰. Enquanto isso, de maio de 1967 a outubro de 1968, publicou artigos semanais no *Jornal do Brasil*, nos quais defendia a necessidade de que o Estado defendesse a indústria nacional com barreiras alfandegárias e pedindo cautela na formação do “mercado comum latino-americano (...) visando proteger as indústrias nacionais da região do domínio do capital estrangeiro (...)”¹⁴¹. Como se percebe por sua trajetória, possuía uma visão da industrialização na qual o Estado assumisse papel ativo no planejamento e, sobretudo, incentivo e financiamento das indústrias privadas nacionais, muitas vezes atuando em associação com capitais internacionais.

Na cidade do Rio Grande, o Grupo Ipiranga diversificou suas operações para os ramos da hotelaria, com a inauguração do Hotel Charrua em 1965¹⁴²; de serviços financeiros, com a Corcel Corretora de Seguros Ltda., em 1966; captura e industrialização do pescado e produção de conservas, com a aquisição das Indústrias

¹³⁹ ARQUIVO NACIONAL. **João Pedro Gouvea Vieira** - SISA.GabMin.MA 1969. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69015622.

¹⁴⁰ *Ibid.* CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 141.

¹⁴¹ GOUVÊA VIEIRA, João Pedro. **O Mercado Comum Latino-Americano.** *Jornal do Brasil*, 10 de janeiro de 1968. *In:* ARQUIVO NACIONAL. **João Pedro Gouvea Vieira** - SISA.GabMin.MA 1969. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69015622.

¹⁴² Ainda que a Hotéis Charrua S.A. tenha sido fundada em 12.07.1962, Willy Cesar afirma que o primeiro hotel inaugurado pela rede foi o de Rio Grande, em julho de 1965. Dia 9 de setembro do mesmo ano foi inaugurado o Charrua em São Borja, dia 10 em Bagé e dia 10 de outubro em Santa Cruz do Sul. A rede teve ainda hotéis em Canela, inaugurado em 1970, Júlio de Castilhos, em 1971 e Novo Hamburgo, em 1978. *Cf.:* CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande: do big bang a 2015.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2016, p. 392.

Reunidas Leal Santos em 1966, da Leal Santos Pescados S.A. em 1969 e da Wigg Pescados em 1971, além da fundação da Indústria Rio-Grandense de Pescado – ISAPEIXE, nas dependências do antigo frigorífico Swift, em 1968 e da Indústria de Conservas Prinsul Ltda., em 1972. No ramo de fertilizantes químicos, a Fertilizantes do Sul – Fertisul, com fábrica inaugurada em 1972 também no espaço do antigo frigorífico Swift incorporou a já mencionada Icisa. Em 1976, foram fundadas na cidade a Mecanisa – Produtos Químicos e Equipamentos Industriais Ltda e a Isagro – Agricultura, florestamento e fruticultura Ltda., e a Prodicem – Produtos Químicos Ltda encontrava-se em implementação¹⁴³.

As empresas Ipiranga com atuação em outras cidades do estado normalmente tinham sede em Porto Alegre. A exceção foi a Isacouro – Indústria Rio-Grandense de Couros S.A., fundada em 1974 com sede em Uruguaiana. Com unidades espalhadas pelo interior do estado, a Hotéis Charrua S.A. foi fundada na capital do Rio Grande do Sul em 1962. Ainda no setor hoteleiro, o grupo criou a Charrua Motéis Rodoviários S.A., em 1968; Charrua Motéis de Veraneio S.A., também em 1968 e Charrua Motéis Paraná – Santa Catarina S.A., em 1969, todas sediadas em Porto Alegre. Em 1967 o grupo fundou a Processamento de Dados S.A. – PRODASA. Na área de distribuição de combustíveis e postos de serviços, além da DPPI, em 1971 a Ipiranga fundou a Comercial Farroupilha S.A. Assim como fizera em Rio Grande, em 1972 o grupo fundou em Porto Alegre uma empresa de seguros, a Porto Nazareth-Isa Corretores de Seguros Ltda. No ramo da petroquímica, em consórcio com a Petrobrás e a alemã Hoecsht A.G., a Ipiranga instalou a Polisul no Distrito Industrial de Triunfo – RS, e a empresa também era sediada na capital do estado, Porto Alegre¹⁴⁴.

No Rio de Janeiro, conforme a listagem publicada na Revista Ipiranga de 1976, além da já mencionada CBPI, o grupo Ipiranga fundou a Isalube S.A. – Indústria e Comércio de Lubrificantes, em 1968; a Sinal Isa Indústria e Comércio – S.A., em

¹⁴³ CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 392; CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 169, 170 e 177; ACERVO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Grupo Ipiranga – empresas integradas na expansão brasileira. **Revista Ipiranga**, ano XVI, nº 67, 1976, pp. 24-25.

¹⁴⁴ **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 193; ACERVO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. **Publicação de 70 anos da Ipiranga**. 2007, p. 72-73; ACERVO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Grupo Ipiranga – empresas integradas na expansão brasileira. **Revista Ipiranga**, ano XVI, nº 67, 1976, pp. 24-25.

1971; a Isapar – Fertilizantes, Produtos Químicos e Participações S.A., em 1972; Tropical Transportes e Pavimentações Ltda, em 1973; Isatec – Isa Estudos e Assistência Técnica Ltda., em 1975; Química Geral do Brasil S.A., em 1975; e a Fosfato Ipiranga S.A., em 1976. Em São Paulo, o grupo fundou a Mariluz – Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda., em 1970; a Assfrio – Asfalto Frio Ipiranga S.A., em 1971; a Betubrás – Pavimentação e Revestimentos Ltda., em 1972 e uma unidade da Prodichem também estava em implementação em 1976, direcionada à importação e exportação de fertilizantes e suas matérias primas¹⁴⁵. Em 1972, foi fundada a Agrofertil S.A. – Indústria e Comércio de Fertilizantes no Município do Cabo, Pernambuco. No município de Feira de Santana, na Bahia, o grupo fundou a Engeminas – Empresa Geral de Mineração e Indústria Ltda., em 1975, a Química Geral do Nordeste S.A., em 1976 e, no mesmo ano, a Isafertil – Indústria e Comércio de Fertilizantes¹⁴⁶. Foram relevantes ainda a instalação da Isapeixe Norte em Macapá/AP e da Assfrio – Asfalto Frio Ipiranga, em Porto Velho/RO, em 1980, e a expansão da rede de postos de combustíveis para locais isolados, como as proximidades do garimpo de Serra Pelada, no Pará¹⁴⁷.

Nas festividades em alusão aos 40 anos da Refinaria, em 1977, ocorridas quando o presidente Francisco Martins Bastos estava afastado por problemas de saúde, uma mensagem escrita por ele e lida aos funcionários afirmava que 32 empresas pertenciam ao Grupo Ipiranga¹⁴⁸. O relatório anual distribuído aos sócios em 1982 revelava já uma redução no número de empresas, que agora totalizavam 22 somadas as controladas diretamente pelo Conselho de Administração e indiretamente, através da *holding* ISAPAR – Fertilizantes, Produtos Químicos e Participações S.A.¹⁴⁹ Mas foi na década de 1990, com as políticas de flexibilização do monopólio estatal do petróleo, que se percebeu uma redução mais significativa, quando o Conselho de Administração do grupo decidiu vender as empresas de

¹⁴⁵ ACERVO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Grupo Ipiranga – empresas integradas na expansão brasileira. **Revista Ipiranga**, ano XVI, nº 67, 1976, pp. 24-25.

¹⁴⁶ ACERVO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Grupo Ipiranga – empresas integradas na expansão brasileira. **Revista Ipiranga**, ano XVI, nº 67, 1976, pp. 24-25.

¹⁴⁷ **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 198.

¹⁴⁸ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 177.

¹⁴⁹ ACERVO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. **Relatório Anual de 1982 – Empresas Petróleo Ipiranga**. 1982, p. 22.

diversificação nas áreas de fertilizantes, pescado industrial, hotelaria, seguros, pecuária e reflorestamento para concentrar e expandir sua atuação nas áreas química, petroquímica, de refino e distribuição de derivados de petróleo¹⁵⁰. O grupo de Empresas Petróleo Ipiranga se manteve sob controle familiar¹⁵¹ até ser vendido para um consórcio entre Petrobrás, Grupo Ultra e Braskem, no ano de 2007¹⁵².

1.4 A Sociedade de Estudos Oceanográficos e a indústria da pesca em Rio Grande

Compreendendo a captura com barcos de grande capacidade e a produção de mercadorias diversas, desde os enlatados até as farinhas de peixe, a indústria da pesca cedo se estabeleceu no município do Rio Grande. Já no período 1901-1905, foram registradas exportações de peixes e camarões secos pelo porto de Rio Grande¹⁵³. A tabela 1 já indicava, antes de 1930, a existência de ao menos três fábricas que processaram, naquele período ou posteriormente, o pescado – Cunha Amaral, Leal Santos e Eduardo Ballester Pescados. Adquirida pela Ipiranga em 1966, a Leal Santos estava entre as primeiras iniciativas industriais de Rio Grande, fundada em 1889 como fábrica de biscoitos e conservas¹⁵⁴.

Dentre as primeiras iniciativas do governo central para regulamentar as atividades pesqueiras no Brasil estão a criação, em 1846, das capitânicas dos portos, organizações militares da Marinha responsáveis pelas matrículas de pescadores e registros de embarcações; a efêmera Inspetoria da Pesca, instalada em 1912 e extinta em 1914; a criação, pela Marinha do Brasil, das primeiras colônias de pescadores do país, em 1919¹⁵⁵; e o primeiro e o segundo códigos de regulamento da pesca,

¹⁵⁰ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 306.

¹⁵¹ Conforme Denise Martins, em 2007 faziam parte do comitê executivo do grupo Ipiranga os seguintes representantes das famílias dos acionistas originais: João Pedro Gouvêa Vieira Filho, Bolivar Baldisserotto Moura, Roberto Bastos Tellechea Filho, Carlos Alberto Martins Bastos e Sérgio Silveira Saraiva. Cf. MARTINS, Denise. **Ipiranga...** *Op. Cit.*, p. 14.

¹⁵² MARTINS, Denise. **Ipiranga...** *Op. Cit.*, p. 13-14.

¹⁵³ MARTINS, César Augusto; RENNERT, Marco Antônio. Industrialização de pescado... *Op. Cit.*, p. 40.

¹⁵⁴ MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 104.

¹⁵⁵ GOULARTI FILHO, Alcides. Da SUDEPE à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, nº 49, 2017, p. 386.

respectivamente de 1923 e 1938¹⁵⁶. O registro de pescadores, atribuição da Marinha, na década de 1930 passou a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial na década de 1940, no entanto, os registros retornaram ao Ministério da Marinha¹⁵⁷.

Na década de 1950, a modernização e o crescimento da indústria pesqueira eram vistos como possibilidades de aumentar a produção de alimentos e, com isso, garantir o abastecimento das cidades em processo de industrialização. Para tanto, pretendia-se melhorar a frota pesqueira e construir entrepostos com câmaras frigoríficas e fábricas de gelo nas cidades com potencial para a pesca industrial. Em Rio Grande, o entreposto construído com verbas federais foi inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas em 1953, tendo capacidade para armazenar 400 toneladas de pescado congelado¹⁵⁸. No mesmo período, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) promovia campanhas mundiais de incentivo ao consumo do pescado e ao desenvolvimento da pesca. Em Rio Grande, dois destes projetos foram desenvolvidos com a participação dos pesquisadores Eliezer Rios e Boaventura Barcellos, resultando na publicação, em 1961, de uma “carta da pesca”, na qual eles manifestavam “(...) a preocupação com a racionalização da exploração dos estoques para que não se venha comprometer as safras futuras¹⁵⁹”.

Em 1953, os pesquisadores mencionados participaram da fundação da Sociedade de Estudos Oceanográficos de Rio Grande (SEORG). Além deles, era relevante na associação o engenheiro Cícero Marques Vassão. Funcionário público do Ministério de Viação e Obras Públicas, Vassão possuía longa trajetória vinculada a problemáticas do extremo sul do Brasil. Na década de 1940, lotado em Pelotas – RS, iniciou estudos sobre a salinidade da Lagoa Mirim e seus impactos nas lavouras de arroz. Por isso, a partir de 1961, participaria da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia do Programa Regional 35, da FAO/ONU¹⁶⁰. No início da década de 1950, Vassão

¹⁵⁶ *Ibid*, p. 386-387

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 388.

¹⁵⁸ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 126.

¹⁵⁹ TORRES, Luiz Henrique. Ciência Oceanográfica, academia e o processo industrial: Rio Grande na década de 1950. *Historiae*, Rio Grande, 2 (2), pp. 175-188, 2011, p. 187.

¹⁶⁰ Blog do Lineu Vassão – As origens da família Vassão. **Engenheiro Cícero Marques Vassão**. Disponível em: <http://vassao.blogspot.com/p/personagens-inesqueciveis.html>. Acesso: 20 de fevereiro de 2023.

transferiu-se para o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC), atuando como engenheiro chefe do 18º distrito, responsável pelo porto de Rio Grande. Ali, passou a estudar os problemas de infraestrutura enfrentados pela indústria da pesca. Em 1953, participou da fundação e tornou-se vice-presidente da SEORG, enquanto Eliezer Carvalho Rios presidia a associação¹⁶¹. No mesmo ano, a associação criou o Museu Oceanográfico, passando a promover visitas a coleções de animais e vegetais marinhos, além de encontros e palestras com pesquisadores locais e estrangeiros¹⁶². Conforme o historiador Luiz Henrique Torres, os principais motivos da criação da SEORG foram:

o interesse de seus fundadores pelos estudos oceanográficos – alguns deles já desenvolviam trabalhos nessa área, ligados à indústria pesqueira; a influência do meio ambiente a partir das possibilidades oferecidas pela localização geográfica e recursos naturais da região, e a identificação do setor pesqueiro industrial com a pesquisa oceanográfica como forma de possibilitar maior incremento de suas atividades. Os pesquisadores da área oceanográfica desse período estavam ligados à indústria pesqueira, que prestava apoio material e, por vezes, financeiro¹⁶³.

Apesar da “identificação do setor pesqueiro industrial com a pesquisa oceanográfica”, a SEORG não recebia qualquer subvenção fixa do Estado ou do setor privado, sendo “(...) mantida pelos sócios mediante o pagamento de mensalidade e, posteriormente, também pela cobrança de uma pequena taxa aos visitantes do museu¹⁶⁴”. Ainda assim, as pesquisas financiadas pela FAO e outras realizadas pela SEORG, bem como o intercâmbio constante com pesquisadores da bacia do Rio da Prata, indicavam fortes possibilidades de expansão da captura pesqueira no Atlântico Sul. Como resultado, conforme Torres, “(...) a atividade pesqueira predatória foi intensa nas décadas de 1950 e 1960 (...)”¹⁶⁵ na região. Para a pesquisadora Flavia Altmayer,

independente das intenções e dos objetivos da SEORG, o setor econômico pesqueiro, o governo e as elites intelectuais locais apropriaram-se da ideia

¹⁶¹ TORRES, Luiz Henrique. **Ciência Oceanográfica, academia e o processo industrial...** *Op. Cit.*, p. 187.

¹⁶² *Ibid.*, p. 185.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 183-184.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 186.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 187.

de pesquisa e provavelmente dos resultados da pesquisa, como forma de estimular e/ou justificar a exploração dos recursos naturais da região (...)¹⁶⁶.

Como indício desta expansão, em 1958, o Rio Grande do Sul já tinha a 2ª maior frota de embarcações fechadas com motor do Brasil, com 150 barcos (22,88% do total nacional), a maioria deles pescando para indústrias de Rio Grande¹⁶⁷. Na virada para a década de 1960, portanto, as principais reivindicações dos empresários do setor não diziam respeito ao incentivo às pesquisas ou à racionalização da pesca visando sustentar os estoques, apesar dos alertas dos pesquisadores a respeito de tais necessidades. Suas principais demandas eram a criação de mecanismos e agências estatais que viabilizassem sua “(...) participação ativa nos bancos de fomento e (...) sua inclusão nos planos nacionais de desenvolvimento¹⁶⁸”, de forma a incrementar a produção e intensificar o crescimento de suas empresas.

Nesse sentido, inicialmente foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (Codepe), pelo Decreto nº 50.872, de 28 de junho de 1961, assinado pelo presidente Jânio Quadros¹⁶⁹. No ano seguinte, em meio à uma reforma administrativa que reorganizou o Ministério da Agricultura, foram criadas a Superintendência da Política Agrária (Supra), a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), o Fundo Federal Agropecuário (FFAP) e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), esta última definida pela Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962, assinada pelo presidente João Goulart¹⁷⁰.

Dirigida por um superintendente nomeado pelo Presidente da República e composta de um conselho deliberativo com órgãos de Estado, um conselho consultivo com representantes de classe dos pescadores, armadores, industriais e comerciantes e uma secretaria executiva, a SUDEPE representou um importante passo na centralização das tomadas de decisões políticas relativas à pesca¹⁷¹. Na prática,

¹⁶⁶ ALTMAYER, Flavia. **A criação da Sociedade de Estudos Oceanográficos (SEORG)**. Rio Grande, s.d., datilografado, p. 2. *Apud* TORRES, Luiz Henrique. **Ciência oceanográfica, academia...** *Op. Cit.*, p. 187.

¹⁶⁷ MARTINS, César; RENNERT, Marco Antônio. Industrialização de pescado... *Op. Cit.*, p. 42.

¹⁶⁸ GOULARTI FILHO, Alcides. Da SUDEPE à criação da Secretaria... *Op. Cit.*, p. 391.

¹⁶⁹ *Ibid*, p. 390.

¹⁷⁰ *Ibid*, p. 386 e 392.

¹⁷¹ BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leidel/1960-1969/leidelegada-10-11-outubro-1962-364967-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 6/3/2021.

entretanto, a autarquia sofreu com a instabilidade política e a falta de técnicos qualificados no país, tendo sérias dificuldades para desenvolver as atividades para as quais foi instituída¹⁷².

A SEORG continuava tendo dificuldades financeiras e, a partir de 1961, passou a receber auxílio da Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG), até passar a ser administrada por esta em 1969¹⁷³. Outra organização da sociedade civil local fundada também em 1953, como veremos, a FCRG era dirigida por representantes da Ipiranga, tendo como presidente, em diversos momentos, o próprio Francisco Martins Bastos. Seu primeiro vice-presidente era o mesmo da SEORG, o engenheiro Cícero Vassão, e o pesquisador Eliezer Rios também era seu membro fundador¹⁷⁴. Além da SEORG, a Marinha do Brasil também promovia pesquisas e levantamentos sobre os mares na região. Entre abril de 1961 e março de 1964, por exemplo, o navio *H-22 Canopus* realizou levantamentos hidrográficos no Atlântico Sul, os quais poderiam servir de dados para estudos dos intelectuais vinculados à indústria da pesca.

Em Rio Grande, no início da década de 1960, a crise que levou ao fechamento de muitas indústrias de bens de consumo, como tecelagens e frigoríficos, agravou a situação de desemprego. O setor pesqueiro, portanto, era o responsável pelo maior número de vagas na indústria local no período, empregando, conforme Luiz Henrique Torres, cerca de 20 mil trabalhadores na cidade¹⁷⁵. No geral, entretanto, os salários pagos por esta indústria eram bem mais baixos do que aqueles praticados nas antigas indústrias de fiação e tecelagem, por exemplo, aumentando os índices de pobreza no município.

As consequências negativas do desenvolvimento da indústria pesqueira para a sociedade local iam bem além, entretanto, da questão salarial. A utilização de técnicas avançadas e barcos pesqueiros com alta tecnologia e capacidade de captura gerava forte pressão sobre a reprodução dos cardumes, criando uma situação de competição desigual com os pescadores artesanais, que perfaziam boa parte da

¹⁷² GOULARTI FILHO, Alcides. Da SUDEPE à criação da Secretaria... *Op. Cit.*, p. 392.

¹⁷³ TORRES, Luiz Henrique. **Ciência Oceanográfica, academia...** *Op. Cit.*, p. 187.

¹⁷⁴ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 376.

¹⁷⁵ TORRES, Luiz Henrique. **1964 na visão de O Peixeiro.** *Historiae*, Rio Grande, v.5, n.2, 2014, p. 297.

população de baixa renda da cidade. A poluição derivada dos processos industriais a que o pescado era submetido agravavam a situação. Entrevistando trabalhadores das indústrias locais sobre suas percepções acerca do meio ambiente em que estavam inseridos, o historiador Daniel Prado recolheu relatos de ações altamente poluidoras praticadas por indústrias pesqueiras da cidade. As entrevistas foram realizadas em 1998, e tratavam de ações praticadas ainda naquele tempo pela Furtado, umas das doze indústrias de pescado de Rio Grande apontadas dentre as maiores do país no período 1969-1989 pela “Revista Visão¹⁷⁶”. Um dos trabalhadores relatou que o processo de cozimento das vísceras de peixe para fabricação de farinha exalava “(...) um cheiro muito ruim, um cheiro sufocante (...)”, levando os moradores do entorno a pedir, por diversas vezes, a interdição da fábrica¹⁷⁷. Outro trabalhador entrevistado explica:

‘A fábrica de peixe é o seguinte, tem um poluente natural dela que é jogado assim no esgoto e lançado ao mar, que é a mistura da água com o óleo do peixe (...) e o óleo, ele cai no sistema de esgoto, só que esse sistema de esgoto não é tratado’. Luis Agostinho ainda nos esclarece em relação à poluição aérea (...) que, fruto da fervura do peixe, é emitido na atmosfera um gás úmido que provoca odor forte e prejudicial à saúde dos moradores. (...) os resíduos podem prejudicar o meio ambiente pois, se forem colocados em quantidades muito grandes, formam uma borra oleosa em cima da água, que acumula o lixo jogado pela população. (...) a borra oleosa é depositada diretamente no canal da Lagoa dos Patos¹⁷⁸.

No final da década de 1990, apesar dos relatos acima, Rio Grande era descrita por um dos entrevistados como “(...) uma cidade melhor para se viver, pois as fábricas que permanecem em atividade, por pressão de organismos sociais e públicos, começam a se adequar na diminuição de emissões aéreas (...)”¹⁷⁹, referindo-se principalmente às indústrias de fertilizantes, abundantes na cidade a partir da década de 1970. Outro trabalhador informava que a indústria de pescado Furtado havia sido interdita e recebera prazos para instalar filtros de emissões¹⁸⁰. As pressões sociais

¹⁷⁶ MARTINS, César Augusto; RENNER, Marco Antônio. Industrialização de pescado no município do Rio Grande... *Op. Cit.*, p. 63.

¹⁷⁷ GALLO, Altair *Apud* PRADO, Daniel. **Operariado e meio ambiente: um estudo sobre os trabalhadores da indústria de Rio Grande e sua percepção ambiental**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001, p. 71.

¹⁷⁸ PRADO, Daniel. **Operariado e meio ambiente...** *Op. Cit.*, p. 72.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 76.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 71.

que viabilizaram este controle estatal, ainda muito tímido, sobre a poluição industrial eram características do período de democracia constitucional que o Brasil então vivia. Durante a ditadura de segurança nacional, enquanto as indústrias de pescado e fertilizantes recebiam fortes incentivos para expandir suas atividades em Rio Grande sem qualquer controle de poluição, tais pressões até poderiam existir por parte de organizações da sociedade civil, mas não encontraram respaldo no Estado. Foi o caso, por exemplo, do encontro promovido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pela Comissão de Estudos Ambientais do Instituto dos Arquitetos do Brasil, em 1979, em Rio Grande, onde foram feitas sérias denúncias de poluição causada pelas indústrias de fertilizantes do Distrito Industrial recentemente criado na cidade. O tema foi debatido nos jornais e na câmara de vereadores, mas não surtiu efeitos determinantes¹⁸¹.

Em 1986, já sob o governo civil de José Sarney e em plena transição para a democracia, pela primeira vez foi movida uma ação na Justiça pedindo a suspensão de atividades da refinaria Ipiranga e indústrias de fertilizantes, consideradas altamente poluidoras. As indústrias pesqueiras não foram alvo das denúncias, que tiveram como estopim uma reportagem da TV Gaúcha que apontava Rio Grande como a cidade mais poluída do Rio Grande do Sul, mas a ação do promotor Paulo Fernando dos Santos Vidal não foi acolhida pelo Judiciário¹⁸².

1.5 Formas organizativas do empresariado e liderança de Francisco Martins Bastos/Ipiranga na sociedade civil local

As primeiras entidades organizativas da classe empresarial em Rio Grande foram formadas ainda no século XIX por membros da burguesia comercial local com atividades vinculadas ao porto. Em 1844 foi fundada a Praça de Comércio, renomeada em 1919 como Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande (CCCRG). Ainda em atividade, a entidade mantém o Clube do Comércio, onde tradicionalmente são

¹⁸¹ Jornal Agora. **Técnicos realizam movimento contra o Distrito Industrial de Rio Grande.** Rio Grande, 31 de julho de 1979. CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE – SETOR DE ATAS. **Ata nº 4.171, de 9 de agosto de 1979.**

¹⁸² CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, pp. 489-494.

realizadas atividades sociais do empresariado local. Apesar da delimitação expressa em seu nome, a Câmara reúne empresas dos mais diversos ramos em atividade no município, inclusive as indústrias¹⁸³. Ainda no fim do século XIX, foi criada a Associação Comercial dos Varejistas, parceira da CCCRG em diversas atividades¹⁸⁴

Sobre o Centro de Indústrias de Rio Grande (CIRG), em que pese se mantenha também em funcionamento, existem menos informações disponíveis. A tentativa de acessar documentos em sua sede não teve sucesso, e a entidade não disponibiliza informações na internet. Embora não tenha sido possível identificar o ano de fundação do CIRG, a pesquisa mostrou que a entidade se manteve, em diferentes conjunturas, estreitamente vinculada à indústria pesqueira. Durante a ditadura, em diversos momentos a entidade foi voz ativa na reivindicação de políticas em benefício do setor. Em dezembro de 1966, por exemplo, o Diário de Notícias publicou que

(...) o sistema de promissória rural para a cobertura das atividades industriais no setor pesqueiro do Rio Grande do Sul, recentemente reclamado pelo Centro de Indústrias da Cidade do Rio Grande e pela Delegacia Regional-Sul da SUDEPE, é assunto já aprovado pela alta direção do Banco do Brasil (...)¹⁸⁵.

De fato, como veremos, a pesca industrial foi considerada apta a recorrer ao crédito rural pelo Decreto-Lei 221 de 1967, que instituiu também diversas outras reivindicações do setor¹⁸⁶. Em 1969, conforme Willy Cesar, todas as 18 indústrias pesqueiras em funcionamento na cidade eram filiadas ao CIRG¹⁸⁷. Em 1978, o Ministério da Agricultura e a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional encaminharam ao presidente da República informação sobre reivindicações feitas por entidades de classe do setor pesqueiro. Entre os anexos, diversos documentos produzidos pelo CIRG demonstram a prevalência do setor pesqueiro na organização.

¹⁸³ Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande. **História**. Disponível em: <https://www.camaradecomercio.com.br/historico>. Acesso: 15/4/2020.

¹⁸⁴ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op.Cit.*, p. 163.

¹⁸⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Pesca está no terreno das ideias. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 14 de dezembro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093726_04&pasta=ano%20196&pesq=Nunes%20Souza&pagfis=43137. Acesso: 21 de fevereiro de 2023.

¹⁸⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm. Acesso: 6/3/2021.

¹⁸⁷ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 244.

São abundantes, por exemplo, as correspondências entre a entidade empresarial e Boaventura Barcellos, pesquisador da Sociedade de Estudos Oceanográficos de Rio Grande e colaborador da SUDEPE. As assinaturas presentes em alguns documentos também permitem identificar a participação ativa dos dirigentes das principais indústrias do ramo na cúpula do CIRG¹⁸⁸. Dentre outros, foi possível identificar que Abel Abreu Dourado, da Abel Dourado S.A. Ind. Alimentícia, foi 1º secretário do CIRG em 1979-80¹⁸⁹, e Herman Werner Hädrich, da Pescal S.A. Ind. Bras. de Peixes, era o presidente da entidade em 1987¹⁹⁰.

No ano de 1926, foi fundado na cidade o Centro de Navegação Rio-Grandense (CENTRONAVE), tendo como um de seus objetivos “defender os interesses das Companhias de Navegação e de seus agentes perante os poderes públicos ou particulares da Cidade do Rio Grande¹⁹¹”. Considerado órgão técnico-consultivo do poder público pelo decreto nº 35.687, de 18 de julho de 1954, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, o Centro de Navegação acumulou à função de representação de interesses classistas na sociedade civil a de componente do aparelho estatal, ainda que sem poderes deliberativos. Como é perceptível até mesmo pelos nomes de seus dirigentes – como George Th. Conditis, entre 1967 e 1973 e Rex Wigg, de 1975 a 1977¹⁹² – o CENTRONAVE foi historicamente vinculado a interesses de empresas estrangeiras de comércio exterior atuando no porto de Rio Grande.

Além das entidades organizativas locais, cabe mencionar também a formação de organizações estaduais¹⁹³. Conforme Denise Gros, a ideia de criar uma entidade própria para representar os interesses dos industriais sul-rio-grandenses surgiu no contexto da greve geral de 1906, mas só foi efetivada em 1930, com o Centro da

¹⁸⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Informação para o excelentíssimo senhor presidente da República sobre Exposição de Motivos do Setor Pesqueiro**. Fundo Conselho de Segurança Nacional – CSN. 1978. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_AIC_0130.

¹⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL. **Abel Abreu Dourado – APA.SNI**. Fundo SNI. 1981. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003001.

¹⁹⁰ CESAR, Willy. **Chico Bastos**... *Op. Cit.*, p. 271.

¹⁹¹ CENTRO DE NAVEGAÇÃO RIOGRANDENSE – CENTRONAVE. **Institucional**. Disponível em: <http://www.centronave.com.br/>. Acesso 15/4/2020.

¹⁹² *Ibid.*

¹⁹³ Por um imperativo de recorte nas fontes pesquisadas, a participação de dirigentes de indústrias de Rio Grande nestas organizações não será objeto de análise detalhada nesta tese.

Indústria Fabril do Rio Grande do Sul (CINFA)¹⁹⁴. Em 1937, dado o expressivo crescimento das empresas e sindicatos patronais filiados ao CINFA, industriais sul-rio-grandenses liderados por A. J. Renner decidiram criar a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Desde então, as duas entidades tiveram a mesma presidência e, em 1951, o CINFA passou a se chamar Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), mantendo-se atrelado à FIERGS até os dias de hoje¹⁹⁵. Em 1961, a FIERGS se posicionou publicamente favorável à posse de João Goulart na Presidência da República, quando da renúncia de Jânio Quadros – como o fizeram também a Federação da Agricultura (FARSUL) e a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL)¹⁹⁶. Já no ano seguinte, contudo, as três entidades empresariais mais representativas do estado lançaram manifesto no qual “[...] criticavam a política econômica e atribuíam ao governo João Goulart a responsabilidade pela crise econômica e a inflação [...]”¹⁹⁷. Em 1964, todas elas declararam confiança no Congresso Nacional e contrariedade às reformas de base e, por fim, à permanência de João Goulart na Presidência. Após o golpe de Estado, ainda em 1964, a FIERGS lançou o manifesto “Chamamento à Meditação”, no qual os empresários industriais “[...] relembavam suas apreensões com a pregação marxista e a tendência estatizante que identificavam na condução da política econômica do governo de João Goulart¹⁹⁸”. Ao longo da ditadura, a entidade manteve o apoio à política de arrocho salarial e a proibição de greves, mas também pressionou o governo federal pela destinação de mais recursos ao Rio Grande do Sul, sobretudo nas áreas de energia e transportes¹⁹⁹.

Com a crise das indústrias de bens de consumo na década de 1950 e a expansão e diversificação do grupo Ipiranga, se constituiu na cidade uma liderança pessoal de Francisco Martins Bastos no meio empresarial, sobretudo industrial. Presidente do Conselho de Administração das Empresas Petróleo Ipiranga desde

¹⁹⁴ GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. In: GERTZ, René; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul** – Volume 4. República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930 – 1985). Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 260.

¹⁹⁵ *Ibid*, p. 267.

¹⁹⁶ *Ibid*, p. 267.

¹⁹⁷ *Ibid*, p. 268.

¹⁹⁸ *Ibid*, p. 269.

¹⁹⁹ *Ibid*, p. 269.

1960, Bastos viveu em Rio Grande do tempo das obras de construção da refinaria, em 1936, até falecer em 1987. Ainda que seu biógrafo, o jornalista e ex-funcionário da Assessoria de Comunicação da Ipiranga Willy Cesar, ao procurar sempre ressaltar o protagonismo de seu biografado na sociedade local, por vezes possa incorrer em exageros, muitos depoimentos e documentos reproduzidos na biografia e outras fontes não deixam dúvidas de que Francisco Martins Bastos exercia uma liderança no empresariado e forte influência no Estado e na sociedade.

Em geral, sua ação política orientou-se para a educação – alcançando a criação da Escola de Engenharia Industrial (EEI), do Colégio Técnico Industrial (CTI), do curso de Oceanologia e da própria Universidade do Rio Grande – e para as áreas da saúde – parcerias com a prefeitura e a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, criação da Faculdade de Medicina e construção do seu Hospital de Ensino –, esportes e cultura – através do patrocínio de programas de rádio, eventos e festivais, da criação do Ipiranga Atlético Clube, da construção da nova sede do Museu Oceanográfico e da criação do Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG). No decorrer deste trabalho, veremos que a maior parte destas ações tinha como objetivos a formação de mão-de-obra qualificada, o desenvolvimento de pesquisas necessárias à expansão do Grupo Ipiranga em setores estratégicos e a manutenção e aprofundamento da influência dos dirigentes da empresa, sobretudo Francisco Martins Bastos, sobre o Estado e a sociedade locais. As condições para o pleno desenvolvimento destes fatores seriam alcançadas, como veremos, durante a ditadura de segurança nacional, no que estamos tratando como a consolidação de uma *hegemonia empresarial-militar* local sob a liderança, no setor privado, do Grupo Ipiranga. Os benefícios sociais alcançados por tais ações, entretanto, foram muito além dos objetivos mencionados. A construção de um novo hospital, a escola técnica e a Universidade, especialmente depois de sua federalização na década de 1980, por exemplo, beneficiam a população local de diversas formas.

A principal organização da sociedade civil representativa do protagonismo de Bastos na ação política empresarial local foi a Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG). Criada em 1953 para ser a entidade mantenedora da Escola de Engenharia Industrial – cujo funcionamento foi autorizado pelo presidente da República em 1955 –, a FCRG teve como instituidores iniciais a Prefeitura Municipal, Ipiranga, Cia. União Fabril e o comerciante Fuad Abdalla Nader, cada parte colaborando com 25 mil cruzeiros. As indústrias Cia. Fiação e Tecelagem, Cunha Amaral Ind. Alimentícia, Cia.

Luiz Loréa S.A. e as filiais da Shell e da Esso na cidade também colaboraram financeiramente. Francisco Martins Bastos foi escolhido presidente da Fundação e, nesta condição, nomeou o vice-presidente Cícero Marques Vassão para a primeira direção da Escola de Engenharia. Em 1961, a EEI foi federalizada, passando a ser vinculada ao Ministério da Educação, e seus professores foram incluídos no quadro do magistério público federal²⁰⁰. Durante a ditadura de segurança nacional, a Fundação permaneceu atuante na área da educação, com sua presidência sendo revezada entre Bastos e assessores próximos dele, como o advogado e acionista da Ipiranga Jorge da Cunha Amaral²⁰¹. Em 1969, como veremos, logrou a criação da Universidade do Rio Grande, instituindo a Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) como sua entidade mantenedora, também presidida por Francisco Martins Bastos²⁰².

Na área da saúde, a atuação da Ipiranga é ainda anterior à Fundação Cidade do Rio Grande. Na década de 1940, Francisco Martins Bastos constituiu e presidiu a Liga Rio-Grandina de Combate à Tuberculose, uma parceria com a prefeitura, médicos, empresários e profissionais liberais da cidade. Segundo Willy Cesar, foi ali que ele se aproximou da administração do Hospital da Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande²⁰³. Entre 1951 e 1959, Bastos foi vice-presidente da associação, permanecendo membro do seu conselho até seu falecimento, em 1987²⁰⁴.

O presidente da Santa Casa entre 1959 e 1988 era Bolívar Nóbrega Frazão. Nascido em 1905, foi jornalista, representante comercial e fez carreira como gerente e diretor das Indústrias Reunidas Leal Santos S.A., onde trabalhou por 32 anos. Embora não se tenha conseguido verificar as datas de seu ingresso e saída, é possível que Frazão tenha sido funcionário e/ou diretor da indústria já sob a administração da Ipiranga, que a comprou em 1966²⁰⁵. A participação dele nas entidades organizativas

²⁰⁰ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, pp. 258-260 e 262.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 264.; HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Ipiranga doa Cr\$100 milhões para criação da Faculdade de Medicina em Rio Grande. **Diário de Notícias**. Edição 269 de 1965. Porto Alegre, 20 de janeiro de 1965, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/32666. Acesso 15/4/2020.

²⁰² CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 268-269.

²⁰³ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, pp. 231-232.

²⁰⁴ RODRIGUES, Sued. **Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia**. Rio Grande: Ed. da Fundação Universidade do Rio Grande, 1985, pp. 118-122.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 123.

do empresariado local, no entanto, foi bem mais ampla: foi delegado do Centro de Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS), vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), membro do Conselho Superior de Ensino da Fundação Cidade do Rio Grande, vice-reitor da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), presidente e conselheiro do Clube do Comércio, fundador e presidente do Conselho Comunitário da Municipalidade do Rio Grande, diretor e presidente do Rotary Club-Litoral, membro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e da Liga de Defesa Nacional e presidente da Câmara do Comércio da Cidade de Rio Grande de 1966 a 1981²⁰⁶.

Além de Bastos – e possivelmente Frazão –, outros nomes ligados à Ipiranga aparecem nas diferentes administrações da Santa Casa de Rio Grande. O sobrinho de Francisco e executivo da Ipiranga, Roberto Bastos Tellechea, ocupou a vice-presidência da associação no biênio 1967-1968, e Jorge da Cunha Amaral esteve entre seus conselheiros e/ou diretores em quase todas as gestões entre 1955 e 1986²⁰⁷. O caso mais representativo da indicação de assessores próximos de Bastos para a administração da Santa Casa parece ter sido o de Ênio Duarte Fernandes. Funcionário do escritório da refinaria, Ênio participou da criação da primeira publicação interna da empresa, *O Petrolinho*, em 1959. Três anos depois, o nome foi alterado para *Revista Ipiranga* e a publicação foi melhorada e ampliada, passando a ser meio de comunicação social com os públicos interno (funcionários) e externo (consumidores). Ênio escreveu diversos artigos para a revista, que editou até 1982, quando a Assessoria de Comunicação Social da Ipiranga passou a editá-la no Rio de Janeiro²⁰⁸. Ele entrou para a diretoria da Associação Santa Casa na terceira gestão de Bolívar Nóbrega Frazão, em 1963, por indicação de Bastos²⁰⁹. Foi secretário de

²⁰⁶ RODRIGUES, Sued. **Santa Casa do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 123; Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande. **História**. Disponível em: <https://www.camaradecomercio.com.br/historico>. Acesso: 15/4/2020.

²⁰⁷ RODRIGUES, Sued. **Santa Casa do Rio Grande...** *Op. Cit.*, pp. 118-122. Como a lista de membros da administração da Associação Santa Casa disponibilizada pelo autor se encerra no biênio 1985-86, não foi possível verificar se Jorge da Cunha Amaral se manteve presente nas gestões seguintes.

²⁰⁸ Em 1982, foi criada a revista *Nossa Gente*, direcionada ao público interno das empresas Ipiranga, e a *Revista Ipiranga* foi totalmente direcionada ao público externo. *Cf.*: CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, pp. 167 e 189.

²⁰⁹ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 238.; RODRIGUES, Sued. **Santa Casa do Rio Grande...** *Op. Cit.*, pp. 118-122.

1965 a 1966 e de 1971 a 1974 e vice-presidente de 1975 a 1986²¹⁰. Em 1989, assumiu a presidência da Associação Santa Casa de Rio Grande, cargo que ocupou até janeiro de 2016, quando foi afastado pela Justiça Estadual, a pedido do Ministério Público, sob a acusação de desviar R\$191 mil reais da instituição entre janeiro de 2014 e março de 2015²¹¹. Faleceu em julho de 2016, depois de 27 anos administrando o complexo hospitalar e há 7 meses afastado do cargo²¹².

Além de publicações corporativas como a *Revista Ipiranga*, os jornais impressos e emissoras de rádio locais, como meios de comunicação social mais amplos, tinham papel fundamental na ação política empresarial. A defesa de posicionamentos políticos nestes veículos podia ocorrer por meio de entrevistas e publicação de artigos de dirigentes empresariais, ou mesmo por influência econômica nas empresas de comunicação. Em março de 1963, por exemplo, quando surgiam os primeiros debates em torno da possibilidade de extensão do monopólio estatal do refino de petróleo previsto na Lei 2.004/53 às refinarias privadas, a direção da Ipiranga, através da MPM Propaganda, firmou contratos com a Rádio Minuano e indicou o jornalista Paulo Corrêa para dirigi-la. Criador do *slogan* “Refinaria de Petróleo Ipiranga – orgulho continental do Rio Grande” e comentarista da transmissão de jogos de futebol dos campeonatos municipais, Paulo Corrêa com frequência usava os microfones da Rádio Minuano para defender a existência da Refinaria Ipiranga como empresa privada e atacar quem fosse favorável à encampação²¹³.

Outra emissora relevante do município no período foi a Rádio Cultura Rio-Grandina, que também teve suas transmissões esportivas locais patrocinadas pela Ipiranga, mas sem indícios de interferência na escolha de seus diretores²¹⁴. Ao menos

²¹⁰ RODRIGUES, Sued. **Santa Casa do Rio Grande...** *Op. Cit.*, pp. 118-122. É provável que Ênio Duarte Fernandes tenha sido também vice-presidente da Santa Casa no último biênio de Bolívar Nóbrega Frazão à frente da associação (1987-1988), uma vez que foi o próximo presidente da mesma.

²¹¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DENÚNCIA CULMINA EM AFASTAMENTO DO PRESIDENTE DA SANTA CASA DE RIO GRANDE. 14 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/40634/>. Acesso: 5 de janeiro de 2023.

²¹² GRUPO OCEANO. **Advogado Enio Fernandez Jr. iniciou debate da Oceano FM sobre a Santa Casa.** Rio Grande, 17 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.grupoceano.com.br/noticias/rio-grande/advogado-enio-fernandez-iniciou-o-debate-da-oceano-fm-sobre-a-santa-casa-8381/>. Acesso: 5/1/2023.

²¹³ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 160.

²¹⁴ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 132.

em duas ocasiões²¹⁵ ela polarizou com a Rádio Minuano e Paulo Corrêa, ao ceder seus microfones a políticos locais criticados pela rádio concorrente, primeiro por serem favoráveis à estatização das refinarias privadas de petróleo²¹⁶ e, depois, por denunciar negociatas e criticar o primeiro governo municipal instituído pela ditadura²¹⁷.

Na imprensa local, os quinze anos entre 1960 e 1975 foram marcados por uma significativa diminuição das publicações, especialmente pelo encerramento das atividades do jornal *O Tempo*, fundado em 1906²¹⁸. O jornal *Rio Grande*, fundado em 1913 por Augusto Alves como órgão do Partido Republicano, mas já naquela época sob a forma de jornal comercial não-partidário, passou a ser o único publicado na cidade com alta tiragem e circulação²¹⁹. Em 1964, o *Rio Grande* era dirigido por Daoiz de la Rocha²²⁰, Gilberto Cardoso, Hugo Dantas da Silveira e Alberto Alves, e foi um importante veículo de comunicação na construção de consenso em torno do golpe de Estado e, posteriormente, da ordem ditatorial.

Além do *Rio Grande*, circulou na cidade durante a década de 1960 o folhetim *O Peixeiro*. Criado em dezembro de 1962 por Germano Toralles Leite, o jornal teve entre oito e dezesseis páginas e de dois mil a três mil exemplares, distribuídos aos domingos nas filas dos cinemas da cidade²²¹. Em sua linha editorial, Luiz Henrique Torres percebeu uma mescla entre posicionamentos mais alinhados à direita liberal udenista, como “(...) o combate à corrupção e às forças ocultas; (...) comentários

²¹⁵ Ambos casos serão objeto de análise no segundo capítulo.

²¹⁶ A Rádio Cultura Rio-Grandina transmitiu discursos feitos no comício promovido em Rio Grande, em março de 1964, em apoio à estatização das refinarias – incluída a Ipiranga. Enquanto isso, Paulo Corrêa usou a Rádio Minuano para defender a permanência da Refinaria Ipiranga como empresa privada. Cf.: CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 424.

²¹⁷ CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 437.

²¹⁸ TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande: 180 anos de jornalismo**. Rio Grande: FURG, 2012, p. 41.

²¹⁹ FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 94; TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande: 180 anos de jornalismo...** *Op. Cit.*, p. 43; Jornal Rio Grande, 7 de abril de 1964. In: NABAES, Gláucia. **Rio Grande no contexto de 64...** *Op. Cit.*, s/p.

²²⁰ Bacharel em direito e sócio do jornal *Rio Grande*. Enquanto diretor do mesmo, fez campanha em prol de Rubens Emil Correa para a sucessão do Tenente Coronel Cid Scarone Vieira como prefeito nomeado de Rio Grande, em 1975. No mesmo ano, já com Rubens como prefeito, foi chefe de gabinete da prefeitura. Cf.: ARQUIVO NACIONAL. **Dados sobre os municípios de Rio Grande/RS e Pelotas/RS**. 1977. Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005050; ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS – processamento de denúncias formuladas contra os candidatos**. 1975. Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810

²²¹ TORRES, Luiz Henrique. 1964 na visão de *O Peixeiro...* *Op. Cit.*, p. 299.

anticomunistas e antiesquerdistas (...) ²²² e outros mais próximos do nacional-reformismo, como “(...) a necessidade de melhor distribuição de renda e do fortalecimento salarial dos trabalhadores (...) e comentários (...) contrários ao dirigismo antidemocrático do novo regime ²²³”, já após o golpe de 1964.

Em agosto de 1975, Germano Toralles Leite criou também o jornal *Agora*, que incorporaria *O Peixeiro* como caderno especial. Editado como jornal comercial, na interpretação de Leandro Costa, o *Agora* assumia uma “(...) perspectiva liberal-democrática (...) ²²⁴”, oferecendo espaço aos vereadores de oposição e às reivindicações pelo retorno das eleições para a prefeitura ²²⁵, além de noticiar as péssimas condições de moradia em periferias da cidade, os altos índices de analfabetismo, prisões abusivas e violência policial contra trabalhadores e precariedades nos serviços de saúde ²²⁶.

1.6 Movimentos e organizações de trabalhadores em Rio Grande

A caracterização de Rio Grande como cidade industrial e portuária desde o final do século XIX possibilitou também a precoce formação de um importante movimento operário. Embora o foco de nossa pesquisa esteja sobre a ação política empresarial através de suas organizações e seus *intelectuais orgânicos*, cabe mencionar este aspecto da sociedade rio-grandina, em outros tempos conhecida pela alcunha de “cidade vermelha ²²⁷”. Até mesmo porque as articulações políticas de trabalhadores e empresários acontecem de forma relacional, constituindo-se como processo de luta de classes, que abrange não somente oposição e confrontação diretas, mas também cooptação, colaboração e consenso.

²²² *Ibid.*, p. 309-310.

²²³ *Ibid.*, p. 309-310.

²²⁴ COSTA, Leandro. **A cidade do Rio Grande na primeira metade da década de 1970...** *Op. Cit.*, p. 152.

²²⁵ Como veremos, Rio Grande foi considerada área de segurança nacional pela Lei nº 5.449/68, tendo prefeitos nomeados pela ditadura até 1985. *Cf.*: BRASIL. **Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5449.htm.

²²⁶ COSTA, Leandro. **A cidade do Rio Grande na primeira...** *Op.Cit.*, p. 154-155.

²²⁷ *Cf.*: KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977).** Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Pelotas: UFPel, 2011.

Ainda no século XIX, surgiram as primeiras entidades organizativas do operariado de Rio Grande. Dentre outras, destacaram-se o jornal *Echo Operário* e a Sociedade União Operária, respectivamente o mais importante meio de comunicação social e associação de classe trabalhadora existentes por longos anos no município²²⁸. Analisando comparativamente as organizações do operariado de Rio Grande e da vizinha Pelotas no período da primeira República, Beatriz Ana Loner concluiu que

A diferença maior entre a combatividade de Pelotas e Rio Grande, deveu-se a que Rio Grande era um porto e concentrava maior número de operários em vários ramos. A repressão foi maior, o que resultava em enfrentamentos duros com a polícia, perda de entidades, necessidade de migração de militantes. Devido a isso, esta cidade enfrentou maiores dificuldades de reorganização e mobilização inicial em cada conjuntura, porque a repressão desarticulou mais profundamente o movimento, dificultando sua recomposição. Mas, quando ocorria, suas lutas apresentavam maior radicalidade²²⁹.

A tendência apontada se perpetuou nos períodos posteriores, como demonstrou Mário San Segundo ao analisar os significados do protesto operário e as ações de repressão policial nas manifestações políticas de 1949, 1950 e 1952 na cidade²³⁰. No ano de 1950 Rio Grande já tinha 78.341 habitantes, dos quais 82% (64.241) residiam em zona urbana²³¹. No dia 1º de maio daquele ano os militantes operários, com destacada liderança dos comunistas, organizaram um churrasco em comemoração ao dia do trabalhador no Parque Riograndense, próximo ao entroncamento das duas linhas de bondes que transportavam trabalhadores para as fábricas têxteis. Ao final da atividade, decidiram realizar uma caminhada até a sede da Sociedade União Operária, que desde sempre convivia com ações repressivas e

²²⁸ SCHMIDT, Benito. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). **Cadernos AEL**, v. 6, n. 10/11, 1999, pp. 148-170.

²²⁹ LONER, Beatriz. **Construção de classe**. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. da UFPel, 2001, p. 412.

²³⁰ SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo...** *Op. Cit.*

²³¹ *Ibid.*, p. 21. O autor se baseia nos dados do recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1950, disponíveis em <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>. Acessado em 20 de junho de 2020.

tinha sido fechada por determinação do Ministério da Justiça em 1949²³². Seria uma manifestação pública pela reabertura da entidade, marcando aquele 1º de maio como um dia de festa e confraternização, com o churrasco, mas também de luta organizada das trabalhadoras e dos trabalhadores.

No trajeto, o delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Civil Ewaldo Miranda, escoltado por forças da Brigada Militar, interceptou os manifestantes para exigir sua dispersão. Houve confronto e foram mortos quatro operários e um soldado da Brigada Militar. Muitos outros manifestantes foram feridos, como o vereador comunista Antonio Rechia, que foi atingido por um disparo e ficou paraplégico. Dentre os mortos estava a tecelã Angelina Gonçalves²³³. Ela fazia parte da organização da União das Mulheres Rio-Grandinas e, em abril daquele ano, fora delegada em um congresso estadual de operários²³⁴. Ao contrário de algumas versões sobre as circunstâncias de sua morte²³⁵, portanto, é evidente que a tecelã era uma militante do movimento operário rio-grandino, provavelmente comunista. O episódio ficou conhecido dentre os trabalhadores da cidade como o Massacre da Linha do Parque. Em 1959, o jornalista, literato e militante comunista paraense Dalcídio Jurandir publicou o romance histórico *Linha do Parque*, uma homenagem à história da organização de trabalhadores em Rio Grande que toma o episódio como epicentro narrativo²³⁶. Em homenagem à militante assassinada no massacre, o Centro Acadêmico dos cursos de História da Universidade Federal do Rio Grande hoje leva o nome de Angelina Gonçalves.

O relato acima visa exemplificar as experiências de organização da classe trabalhadora em Rio Grande, bem como as dificuldades impostas a ela pela repressão policial. Estas experiências organizativas e reivindicatórias tiveram continuidade até o golpe de Estado de 1964²³⁷. Em 1952 irrompeu uma greve em protesto contra a

²³² GANDRA, Egdar; SILVEIRA, Marcos César. **Rio Grande na Era dos Titãs, 1880 – 1920: O movimento operário em sua “fase heroica”**. In: COSTA, Leandro; FRIDERICHS, Lidiane (orgs.). **Rio Grande Século XX: Olhares históricos**. Pelotas: Editora e gráfica Universitária, 2010, p. 86.

²³³ SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto operário...** *Op. Cit.*, p. 152-154.

²³⁴ *Ibid*, p. 143.

²³⁵ SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto operário...** *Op. Cit.*, p. 157.

²³⁶ Em 2020, através de financiamento coletivo virtual, o Instituto Caio Prado Jr. lançou a 3ª edição da obra. Cf.: JURANDIR, Dalcídio. **Linha do parque**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.

²³⁷ O golpe de Estado de 1964 significou uma intensificação da repressão aos trabalhadores organizados, de modo que, ainda que tenham existido experiências organizativas da classe

carestia da vida, como era comum se referir aos preços abusivos praticados em alimentos e itens básicos do cotidiano. Os grevistas chegaram a negociar o valor de venda de algumas mercadorias, mas o governo do estado decidiu reprimir a mobilização, enviando um representante policial à cidade²³⁸. As lideranças do movimento foram presas e, durante um protesto por sua libertação, a polícia matou 4 manifestantes²³⁹. Apesar da recorrente e violenta repressão, o período de democratização aberto em 1946 proporcionou um crescimento de movimentos e organizações dos trabalhadores em Rio Grande, registrando 41 greves com participação de 15 categorias entre 1954 e 1964²⁴⁰.

1.7 Partidos Políticos e eleições municipais

Em paralelo ao crescimento das greves e mobilizações operárias, a democratização de 1946 foi marcada pela reorganização dos partidos políticos e do sistema eleitoral. Permitido em 1946, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi recolocado na ilegalidade já em 1947²⁴¹, e alguns de seus militantes filiaram-se a outras agremiações para concorrer nas eleições. Em Rio Grande, isso ocorreu principalmente por meio do Partido Republicano (PR), que teve dentre seus fundadores do capitão da brigada militar Athaydes Rodrigues. Em seu livro, Athaydes afirmou que já era próximo do republicanismo antes do Estado Novo extinguir os partidos políticos e, em 1946, fundou o diretório municipal do Partido Republicano em

trabalhadora após abril de 1964, pode-se falar em uma nova fase do movimento operário a partir de então.

²³⁸ Conforme Athaydes Rodrigues, tratava-se do subchefe de polícia Renato Souza, que mais tarde foi presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Cf.: RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** A Revolução de 1964, em Rio Grande. Rio Grande: edição do autor, 1980, p. 136-137.

²³⁹ RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu...** *Op. Cit.*, p. 136. Sobre as mobilizações contra a carestia de vida e, em especial, a greve geral de agosto de 1952 em Rio Grande, ver: SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo...** *Op. Cit.*, pp. 189-242.

²⁴⁰ FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 54.

²⁴¹ Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil, com sigla PCB, teve seu registro autorizado em 1946 e cassado no ano seguinte. Em 1961, alterou seu nome para Partido Comunista Brasileiro em tentativa sem sucesso de conseguir a autorização de registro. Em 1962, uma cisão na organização retomou o nome original, Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Atualmente ambos partidos afirmam ser a continuidade do PCB fundado em 1922, estabelecendo uma interessante disputa de memória que alimenta divergências teóricas e políticas no campo da esquerda socialista. Cf.: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5ª Ed. São Paulo: Expressão Popular – Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 39-40.

Rio Grande “(...) juntamente com outros velhos ‘pica-paus’” com o objetivo de “(...) batalhar contra a carestia de vida e pela paz entre todos os povos²⁴²”. A adesão a pautas como estas, a participação em movimentos grevistas importantes como o de 1952 e a liderança conquistada por Athaydes no partido aproximou dele alguns militantes comunistas que buscavam legenda eleitoral em Rio Grande, como Carlos de Lima Aveline, Manoel Rechia e Antônio Rodrigues²⁴³. A Ficha Informativa sobre Athaydes produzida pelo DCI/SSP/RS em 1969 afirma que “(...) o epigrafado (...) desde 1952, vem se destacando (...) como agitador e comunista dos mais ativos. (...) embora diga não ser comunista, seus discursos e ações o contradizem. (...) prega luta de classes, dirigiu greves (...)”²⁴⁴. Nas eleições de 1959, o PR conquistou três vagas na Câmara Municipal, e em 1963 foram dois eleitos²⁴⁵.

Criado sob forte influência e liderança de Getúlio Vargas ainda no fim de Estado Novo, em 1945, organizado a partir do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e em torno da defesa dos direitos dos trabalhadores, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tinha suas principais bases nos sindicatos e institutos previdenciários de trabalhadores. Conforme Angela de Castro Gomes,

Antes de tudo, tratava-se de um partido marcado e dominado pelo carisma de Vargas, o ‘pai dos pobres’ e o maior responsável pelo desenvolvimento econômico e social do país. Trata-se de um partido criado para ser popular e nacionalista, defendendo um formato de Estado intervencionista e agitando, como principal bandeira, o trabalhismo. O PTB nasceu *de e para* Vargas, ainda no Estado Novo, e se afirmou nas eleições de 1945 *com* Vargas²⁴⁶.

²⁴² RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, p. 36.

²⁴³ SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo...** *Op. Cit.*, p. 205.

²⁴⁴ ARQUIVO NACIONAL. **Nova diretoria da Câmara de Vereadores de Rio Grande.** 1969. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012329.

²⁴⁵ MEMORIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL GAÚCHA. **Resultados das eleições municipais de 1959 – Rio Grande.** Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/municipios-de-l-a-z/rio-grande> Acesso: 09/04/2020.; CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Atas de sessões de 1964.** Setor de Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Grande.

²⁴⁶ GOMES, Angela de Castro. **Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1965):** getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. *In:* FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 61-62.

No pleito citado, por orientação de Getúlio, o PTB apoiou a candidatura vitoriosa do general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD). O apoio a este governo conservador coexistiu com a defesa da consolidação e extensão dos direitos trabalhistas e de reformas sociais. O período de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho durante o governo eleito de Vargas, por exemplo, foi marcado por “(...) uma presença mais descontrainda e próxima aos sindicatos e aos órgãos previdenciários²⁴⁷”, enquanto sua carta de demissão revela “(...) o ideário de um partido, liderado por uma nova geração de políticos, francamente marcado por propostas nacionalistas e projetos de reformas sociais e econômicas (...)”²⁴⁸, sobretudo a ala da qual participavam João Goulart e Leonel Brizola.

Em Rio Grande, o PTB teve força principalmente entre os sindicalistas portuários, além de outras categorias, o que o levou ao patamar de um dos maiores partidos do município. Como expressão das contradições do partido, quando ocorreu a greve contra a carestia de vida em 1952 e o assassinato de 4 grevistas por forças policiais em Rio Grande, o prefeito municipal Ernesto Buchholz, do PTB, publicou mensagem no jornal local dizendo haver uma divisão entre a maioria do “(...) Povo laborioso e ordeiro (...)” que buscava a solução dos problemas da carestia pela negociação e uma minoria de “(...) agitadores profissionais (...)” que praticavam “(...) proselitismo político em prol de ideologias exóticas e importadas (...)” que teriam como objetivo “(...) a destruição do Brasil²⁴⁹”. Apesar das contradições, que revelavam também disputas entre o partido do prefeito Buchholz e o PCB por liderança nas organizações sindicais locais, o PTB conquistou as maiores bancadas em 1959, com seis vereadores e em 1963, com quatro cadeiras na Câmara Municipal.

Em 1959, no entanto, seu candidato a prefeito, Oswaldo Miller Barlem, foi derrotado. O vencedor foi Horacio Ubatuba de Faria, do Partido Social Democrático (PSD). Outro partido de inspiração varguista, o PSD teve seu diretório fundado em Rio Grande em 1946, tendo como vice-presidente o então diretor da Ipiranga Francisco

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 71.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 70-71.

²⁴⁹ SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo...** Op. Cit., p. 204.

Martins Bastos²⁵⁰ e, como tesoureiro, Bolívar Nóbrega Frazão²⁵¹. Conforme Rafael Lameira, o PSD do Rio Grande do Sul entre 1946 e 1965 foi o “(...) maior partido do campo conservador e tinha na sua base, as elites regionais remanescentes do Estado Novo, grandes proprietários rurais e uma fatia de profissionais liberais, identificados com o projeto conservador”²⁵². Marcos Asturian acrescenta nesta lista alguns “(...) industriais, comerciantes [e] funcionários públicos (...)”²⁵³. Francisco Martins Bastos era, a um só tempo, membro de uma família que estava dentre as maiores proprietárias rurais do estado e industrial, dirigente da Refinaria Ipiranga, que havia sido considerada de interesse militar por decreto do Presidente Getúlio Vargas ainda durante a guerra quando era, segundo Willy Cesar, a maior das três refinarias em atividade no país²⁵⁴. Ou seja, era um legítimo representante do que Lameira chamou de “(...) elites regionais remanescentes do Estado Novo (...)”²⁵⁵. No ano de 1959, além da prefeitura, o PSD conquistou quatro cadeiras no Legislativo Municipal. Em 1963, perdeu a chefia do Poder Executivo e elegeu três vereadores.

Na legislatura da Câmara Municipal de 1960-63, portanto, estavam representados PTB, com seis vereadores, PSD com quatro e PR com três, totalizando as treze cadeiras. Na legislatura seguinte, todos estes partidos perderam vereadores. Em parte, essa mudança no cenário político partidário foi devida ao surgimento de uma dissidência do PTB: o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), liderado no Rio Grande do Sul por Fernando Ferrari, que elegeu um representante na Câmara de Rio Grande em 1963 – David Manoel Gautério. Mas a grande novidade foi, sem dúvidas, a Ação Democrática Popular (ADP) que, em sua primeira disputa, elegeu três vereadores: Francisco Santana Ferreira, líder da bancada da ADP e membro do Partido Democrata Cristão, Alvary Becker de Freitas, do Partido Liberal e Silvério

²⁵⁰ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 113.

²⁵¹ RODRIGUES, Sued. **Santa Casa do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 123.

²⁵² LAMEIRA, Rafael. **O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul: a ação política liberal-conservadora.** Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012, p. 171.

²⁵³ ASTURIAN, Marcos. **A República Democrática (1945-1964) e a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul.** In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza (org.). **O PTB no Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964).** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, p. 69.

²⁵⁴ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 108. A afirmação do autor sobre a liderança da Refinaria Ipiranga em refino de petróleo no país é em relação ao ano de 1942.

²⁵⁵ LAMEIRA, Rafael. **O golpe civil-militar...** *Op. Cit.*, p. 171.

Miranda Junior²⁵⁶. Na Câmara de Vereadores, a ADP agiu como verdadeiro partido político²⁵⁷, formando uma bancada e destacando-se como vanguarda local na oposição ao governo de João Goulart e na sustentação do golpe de Estado. Diferentemente do que ocorreu em âmbito estadual²⁵⁸, entretanto, em Rio Grande o PSD não compôs a bancada da ADP na Câmara de Vereadores.

A disputa pela chefia do Executivo Municipal em 1963 foi vencida pelo professor e empresário varejista Farydo Salomão, do PTB²⁵⁹. Seu nome foi considerado uma alternativa de consenso no partido, que já havia se dividido e sido derrotado na eleição anterior e, naquele ano, tinha parte de seus membros defendendo uma candidatura de Alberto Martins da Silva e outra apoiando Álvaro Ribeiro Pereira – que seria eleito vice-prefeito²⁶⁰. Conforme o historiador Francisco Alves, o breve governo de Farydo foi marcado por uma ampla reforma administrativa, pelo constante diálogo com os sindicatos de trabalhadores e pela adesão à campanha pelas reformas de base²⁶¹. Mas foi a proposta do presidente João Goulart de encampar as refinarias privadas de petróleo que mais dividiu opiniões na cidade. Como veremos, Farydo e alguns vereadores como ele alinhados ao nacional-reformismo defenderam a encampação, que possivelmente colocaria em xeque os negócios da Ipiranga. Por sua vez, o empresariado local organizado, sob liderança ou em solidariedade aos dirigentes da Ipiranga, se mobilizou em defesa do entendimento

²⁵⁶ A pesquisa não encontrou referências a algum partido ao qual Silvério tenha sido filiado antes de 1963, quando foi eleito vereador pela primeira vez.

²⁵⁷ Convergindo, neste sentido, com o bloco parlamentar da ADP na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul que, conforme observação de Maria Mercedes Cânepa interpretada por Rafael Lameira, "(...) tratava-se quase da formação de um novo partido através da fusão dos integrantes dos partidos do bloco (...)". Cf. LAMEIRA, Rafael. **O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 175.

²⁵⁸ Na eleição ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1962, PSD, UDN, PDC, PL e PRP formaram a Ação Democrática Popular (ADP) e lograram eleger o governador Ildo Meneghetti, do PSD, mas eleito pela ADP. Cf.: LAMEIRA, Rafael. **O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 174-176.

²⁵⁹ Sobre o pleito de 1959, o Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha disponibiliza documentação informando nomes e partidos dos candidatos eleitos e quantidade de votos recebidos por cada partido, tanto para a prefeitura quanto para a câmara de vereadores. A mesma documentação não está disponível sobre a eleição de 1963. Por esse motivo, investigamos a filiação partidária dos vereadores da legislatura de 1964-1968 através das atas das sessões da câmara municipal, da documentação do TRE-RS sobre a eleição anterior, do livro de memórias de Athaydes Rodrigues e do livro do jornalista Willy César, todos referenciados ao final deste texto.

²⁶⁰ ALVES, Francisco. Governo do prefeito Farydo Salomão. **Biblos**, Rio Grande, n.3, 1990, p. 29.

²⁶¹ *Ibid*, p. 32.

vigente da Lei 2.004/53, que autorizava o funcionamento das refinarias privadas de capital nacional já existentes quando de sua publicação.

Considerações parciais:

Como vimos, o município do Rio Grande foi pioneiro na industrialização no estado do Rio Grande do Sul, o que fez com que surgissem, ainda no século XIX, importantes organizações patronais e operárias na cidade. Parte significativa do capital industrial vinha do comércio exterior, mas a formação do que seria o maior grupo econômico da cidade e um dos maiores do país na década de 1970 – o grupo Ipiranga – se deu com capital de estancieiros do oeste do estado que já investiam em petróleo com a Destilaria Rio-Grandense, associados inicialmente a investidores uruguaios e argentinos. Em consonância com a análise de Virgínia Fontes e Pedro Campos sobre a intensificação da “ocidentalização” do Estado no Brasil durante a década que antecedeu o golpe de 1964²⁶², vimos que em 1953 o empresariado local criou a Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG), entidade organizativa de grande relevância na sociedade civil local, inicialmente pensada como estratégia para a criação de uma Escola de Engenharia para qualificar a mão-de-obra industrial.

Desde a criação da Petrobrás em 1953, a imposição de limite diário ao processamento de barris de petróleo pressionava o grupo Ipiranga na direção da diversificação de investimentos. Naquele mesmo ano, algumas das lideranças da FCRG fundaram também a Sociedade de Estudos Oceanográficos (SEORG), que teve atuação sempre estreitamente ligada à indústria pesqueira atuante na cidade.

Apesar da liderança pessoal do presidente do grupo Ipiranga e de sua influência no diretório municipal do PSD, do qual foi vice-presidente, na Fundação Cidade do Rio Grande e em outras organizações da sociedade civil local, vimos que o PTB alcançou melhores resultados eleitorais no período, elegendo Farydo Salomão para a prefeitura em 1963. Em sintonia com os projetos do Presidente João Goulart e

²⁶² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais...** *Op. Cit.*, p. 134. FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo...** *Op. Cit.*, p. 224-225.

ao lado de lideranças do PTB e do PR – dentre os quais, alguns comunistas – Farydo defendeu a encampação da refinaria Ipiranga, empresa matriz do grupo.

2 Conspiração empresarial-militar, golpe de Estado e o primeiro governo local da ditadura em Rio Grande (1964 – 1966)

O objetivo deste capítulo é compreender os interesses e formas de ação do empresariado local na conspiração empresarial-militar contra o presidente João Goulart, bem como na instituição da ditadura de segurança nacional, identificando seu comando em âmbito municipal, métodos empregados e contradições entre o discurso de combate à corrupção e práticas antirrepublicanas na gestão do Estado. O recorte temporal analisado tem início ainda durante o governo Goulart, com a proposta de estatização das refinarias privadas de petróleo e seus impactos na sociedade civil de Rio Grande, cidade sede da Refinaria Ipiranga, e estende-se à ditadura do marechal Humberto Castelo Branco. Compreende, portanto, das campanhas de desestabilização contra o governo Goulart à institucionalização da ditadura, com a ampliação gradativa dos órgãos e ações repressivas, a prorrogação do mandato ditatorial e a reorganização partidária. Pode-se dizer, ainda, que o capítulo corresponde aos períodos de mandato do prefeito Farydo Salomão e do capitão Martiniano Francisco de Oliveira, indicado ao cargo pelo comandante da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, C.M.G. Mário Rodrigues da Costa.

2.1 Encampação das refinarias privadas de petróleo e conspiração empresarial-militar contra o governo João Goulart em Rio Grande

O prefeito Farydo Salomão foi empossado no cargo no dia 31 de dezembro de 1963, para exercê-lo até o fim de 1967. Na prática, entretanto, este seria um mandato bastante curto, pois encerrado com a cassação dos direitos políticos de Farydo em maio de 1964. Seu período à frente do Executivo Municipal, portanto, já iniciou sob tensão. Em 1963, João Goulart havia vencido o plebiscito que restaurava o presidencialismo e lhe devolvia poderes retirados no acordo firmado com chefes militares golpistas para garantir a sua posse na Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

O governo João Goulart orientava sua proposta de industrialização na perspectiva do nacional-desenvolvimentismo e, como tal, considerava a indústria do petróleo de fundamental importância para a soberania nacional. As reformas de base por ele propostas, no geral, visavam solucionar ou amenizar problemas estruturais da

economia brasileira, dinamizando a demanda interna e alcançando um “[...] modelo autossustentado de crescimento – no qual os trabalhadores pudessem consumir aquilo que produziam²⁶³”. No comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Goulart defendeu a necessidade de promover mudanças na Constituição de 1946 para implementar as reformas e assinou decretos determinando a desapropriação de terras às margens de rodovias, o tabelamento de alugueis de imóveis desocupados e a encampação das refinarias privadas de petróleo. Mais à esquerda, Brizola via a necessidade da convocação de uma nova Assembleia Constituinte, o que se justificaria pela árdua oposição que as propostas de reformas enfrentavam no Congresso Nacional²⁶⁴.

Em Rio Grande, a assinatura do decreto nº 53.701, que implicava na encampação da Refinaria de Petróleo Ipiranga, teve grande repercussão. Pelo menos desde o ano anterior a possibilidade da extensão do monopólio previsto pela Lei 2.004/53 às refinarias privadas anteriores à sua publicação causava preocupações no empresariado rio-grandino. Já mencionamos a indicação do jornalista Paulo Corrêa para dirigir a Rádio Minuano, feita pela direção da Ipiranga em março de 1963, por meio de contratos firmados entre a rádio e a agência de publicidade que representava a Ipiranga, a MPM Propaganda. Willy Cesar relata que naquela ocasião, corriam na cidade “(...) os primeiros boatos de que a Ipiranga será encampada pela Petrobrás. Usando criticamente o microfone, Paulo Corrêa faz a defesa da Ipiranga como empresa privada²⁶⁵”. Em outubro de 1963, a Associação Comercial dos Varejistas de Rio Grande promoveu uma solenidade em homenagem à Ipiranga e seus diretores e em repúdio à encampação, na qual compareceram Francisco Martins Bastos e sua esposa²⁶⁶.

No dia 16 de março de 1964, três dias após Goulart determinar a encampação das refinarias, o prefeito Farydo Salomão promoveu um comício no parlatório da

²⁶³ PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio Sá. **O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org.). **O Brasil Republicano**. V. 4. O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 212.

²⁶⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. São Paulo: editora UNESP, 2010, p. 313.

²⁶⁵ CESAR, Willy. **Chico Bastos, o Pescador...** *Op. Cit.*, p. 160.

²⁶⁶ *Ibid*, p. 163.

prefeitura de Rio Grande, onde ele e vários apoiadores defenderam a encampação, as reformas de base e o governo Goulart em discursos presenciados por aproximadamente cinco mil pessoas, gravados e transmitidos pela Rádio Cultura Rio-Grandina²⁶⁷. No dia anterior, o Prefeito compareceu à primeira sessão ordinária daquele ano no Legislativo Municipal e lançou o convite para o ato da seguinte forma:

Sensível aos desejos das entidades sindicais, das classes estudantis e da população em geral, o meu Governo aceitou o apelo dessas organizações para que amanhã seja prestado um ato público em regozijo aos atos do Presidente da República pela encampação das refinarias particulares²⁶⁸.

Ainda que o comício na prefeitura ocorresse como demonstração de apoio ao governo Goulart em geral, as palavras de Salomão deixam claro que era a questão das refinarias que adquiria, localmente, maior importância – uma vez que era ela, também, que suscitava mais reação dentre o empresariado e os oposicionistas locais. No comício, Farydo Salomão defendeu que nada seria “(...) mais justo do que cumprir a lei 2.004, inspirada por Getúlio Vargas, que visava o monopólio estatal em toda a sua plenitude, em favor da exploração petrolífera no nosso país²⁶⁹”. Já o vereador Athaydes Rodrigues declarou:

O povo patriota de nossa terra já sabe dizer aos trustes, aos vendilhões, que chega de exploração [...] a democracia que defendemos não é essa de fachada, de matar o povo de fome, não é a liberdade do senhor Meneghetti, nem dos representantes dos trustes, dos donos dos setores privilegiados de nossa pátria [...] somos revolucionários e iniciamos a revolução patriótica, da liberdade nacional contra a fome e a miséria [...] eles que escolham, que não finjam defender o Congresso, porque nos defenderemos de armas na mão se necessário for²⁷⁰.

Enquanto o prefeito Farydo optava por um discurso mais cauteloso, remetendo à autoridade e inspiração de Getúlio Vargas, Athaydes acusava diretamente os representantes dos capitais multinacional e nacional associado – os trustes – e os políticos comprometidos com o golpe em preparação – como o

²⁶⁷ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 423.

²⁶⁸ SETOR DE ATAS – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.118 de 15 de março de 1964.**

²⁶⁹ SALOMÃO, Farydo *apud* CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 424.

²⁷⁰ RODRIGUES, Athaydes *apud* CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 424.

governador Ildo Meneghetti (PSD/ADP) – de desejarem uma “democracia de fachada”. Menciona também a oposição criada entre apoiadores do governo federal e das reformas de base, de um lado, e supostos defensores do Congresso Nacional, de outro, a quem acusa de barrar a “revolução patriótica (...) contra a fome e a miséria”.

Após o comício na estação Central do Brasil no dia 13, a mobilização contra o presidente João Goulart foi intensificada. Em São Paulo, no dia 19, a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), organização vinculada à Igreja Católica e comprometida com os conspiracionistas do complexo IPES/IBAD, promoveu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Lincoln Gordon, também muito atuante nas conspirações contra Goulart, comunicou o Departamento de Estado que a passeata fora um grande sucesso e deveria se espalhar pelos outros estados do país para encorajar a oposição no Congresso Nacional e as Forças Armadas a seguir com os planos golpistas, mas lamentou a limitada participação das classes mais baixas na marcha²⁷¹. A “versão rio-grandina” da Marcha da Família aconteceria, como veremos, já com o golpe de Estado consumado, tendo o duplo propósito de comemorar a “redenção” promovida pelos militares e pressionar pela revogação da encampação da Ipiranga e pela cassação de “subversivos” locais, incluindo o Prefeito Farydo Salomão, o vereador Athaydes e outros que discursaram no comício do dia 16 de março.

De volta à conjuntura de março de 1964, quando ocorreram os comícios da Central do Brasil e da Prefeitura de Rio Grande, é notável que já havia, na cidade, uma campanha político-ideológica sendo desenvolvida por políticos, jornalistas e organizações do empresariado local para desestabilizar o Governo João Goulart. Enquanto o comício era transmitido pelas ondas da Cultura Rio-Grandina, o diretor da Rádio Minuano, Paulo Corrêa, combatia à encampação, agora atacando os posicionamentos assumidos por Farydo, Athaydes e outros²⁷². O jornal *Rio Grande*, por sua vez, desde janeiro se empenhava na campanha contra as reformas de base, o presidente João Goulart e outros políticos e atores sociais que apoiavam seu

²⁷¹ *Ibid.*, p. 317.

²⁷² CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 424.

governo. Analisando as publicações deste periódico entre janeiro e agosto de 1964, Lidiane Friderichs percebeu

[...] uma tática argumentativa, que começa ponderando ambos os lados, mas termina por enfatizar qual deles realmente expressava um perigo para a democracia, objetivando, assim, convencer o leitor ao longo de um pequeno artigo (geralmente uma ou duas páginas), sobre qual dos setores políticos estava mais correto, ou qual grupo mantinha posições equivocadas²⁷³.

A partir de março daquele ano, entretanto, a autora aponta que os artigos do jornal passaram a ter um tom mais agressivo, alertando, por exemplo, sobre o “perigo” de “idiotas úteis do tipo Brizola”, da infiltração comunista que estaria comprometendo “a homogeneidade de pensamento dos militares” e de “greves criminosas” em setores onde seria “maior a pressão dos vermelhos”²⁷⁴. Em outro artigo, pedia que a população se tranquilizasse, “pois no Brasil ainda existem generais e soldados democratas”²⁷⁵, em claro pedido por um golpe militar. Segundo Edgar Gandra, haveria mesmo alguma articulação entre os três vereadores da ADP, que eram os políticos locais mais atuantes na defesa do golpe e a direção do Jornal *Rio Grande*, o que seria “[...] atestado pelas frequentes reuniões entre ambos”²⁷⁶.

Ainda em março, após o comício na prefeitura e a abertura dos trabalhos legislativos, as discussões sobre os rumos da política nacional foram bastante frequentes na Câmara Municipal. As atas das sessões nos mostram, contudo, que entre os vereadores tinha mais força a defesa do governo Goulart do que os ataques a ele. No dia 20, Francisco Santana Ferreira (ADP) solicitou o envio de “(...) solidariedade e apoio à Câmara dos Deputados e ao Senado”, acusados pelo Executivo de barrar o avanço das reformas de base, e um “(...) apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República, no sentido de que proceda a um expurgo de elementos reconhecidamente comunistas que integram o seu governo”, enquanto Silvério Miranda Jr. (ADP) solicitou expressão de “solidariedade ao Governador do Estado

²⁷³ FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 95.

²⁷⁴ Jornal *Rio Grande*, 12 de março de 1964 *apud* FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 96.

²⁷⁵ Jornal *Rio Grande*, 28 de março de 1964 *apud* FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 96.

²⁷⁶ GANDRA, Edgar. **O caos da resistência.** a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969. Cruz Alta: Unicruz, 1999, p. 86.

[Ildo Meneghetti, PSD], por seu pronunciamento de apoio ao Congresso Nacional”. Na sessão seguinte, a mensagem de apoio ao Congresso Nacional foi aprovada, mas foram rejeitadas a solidariedade ao Governador Meneghetti e o apelo ao Presidente João Goulart – apesar dos votos favoráveis da bancada da ADP – Francisco Santana, Alvary Freitas e Silvério Miranda Jr. –, além de David Manoel Gautério (MTR) e Paulo David Francisco (PSD)²⁷⁷.

Com isso, a totalidade dos vereadores do PTB e do PR e mesmo a maioria do PSD posicionavam-se em defesa do governo Goulart ou, ao menos, do respeito ao mandato democrático. O vereador Walter Guimarães (PR), que mesmo depois do golpe de Estado se intitulava “(...) representante de uma corrente política que é bastante combatida pelas forças da reação (...)”²⁷⁸, conseguiu que a Câmara aprovasse suas “(...) congratulações ao Presidente da República pela assinatura dos decretos da SUPRA e das Refinarias²⁷⁹”. O surpreendente é que este não era um posicionamento exclusivo ou isolado do único vereador assumidamente comunista daquela legislatura. Na mesma sessão, o vereador Nilo Corrêa da Fonseca (PSD), propôs “(...) o envio de aplausos ao Presidente da Câmara [Municipal, ver. Gil dos Santos Ferreira] pelo seu pronunciamento em favor das Reformas de Base, no comício promovido pelo Prefeito Municipal (...)”²⁸⁰. Pode-se inferir, com isso, que o apoio às reformas de base e outras medidas do governo Goulart tinha potencial para conferir, aos vereadores de Rio Grande, certa popularidade entre os eleitores, uma vez que mesmo o líder da bancada do partido do qual Francisco Martins Bastos havia sido vice-presidente e no qual mantinha-se muito influente assumia tal posicionamento.

No dia 1º de abril de 1964, com a chegada das primeiras notícias sobre as mobilizações de tropas iniciadas na noite anterior, em Minas Gerais, por ordem do General Olímpio Mourão Filho, a capital do Rio Grande do Sul transformou-se em um

²⁷⁷ SETOR DE ATAS – ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.121 de 20 de março de 1964; Ata nº 2.122 de 23 de março de 1964.**

²⁷⁸ SETOR DE ATAS – ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.127 de 3 de abril de 1964.**

²⁷⁹ SETOR DE ATAS – ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.121 de 20 de março de 1964; Ata nº 2.122 de 23 de março de 1964.**

²⁸⁰ SETOR DE ATAS – ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.121 de 20 de março de 1964.**

reduto de apoiadores de João Goulart. O governador Ildo Meneghetti, tentando evitar que se repetisse algo semelhante à campanha da legalidade de 1961, isolou o Palácio do Planalto e, em seguida, transferiu a capital do estado para a cidade de Passo Fundo²⁸¹.

Naquele mesmo dia, chegava a Rio Grande uma equipe da Petrobrás com o objetivo de concretizar a encampação da Refinaria Ipiranga. Com o golpe já em andamento, entretanto, a estatização foi suspensa e a equipe deixou a cidade naquela mesma tarde²⁸². Também em 1º de abril, o General Artur da Costa e Silva autoproclamou-se “Comandante do Exército Nacional” e líder do “Comando Supremo da Revolução”, composto também pelo Tenente Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e pelo Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald²⁸³.

Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade, o trabalhador portuário e líder sindical Antônio Nailem Espíndola relatou que o porto de Rio Grande “(...) ficou em estado de sítio²⁸⁴” após o golpe, reabrindo apenas no dia 6 de abril. Conforme o pesquisador Edgar Gandra, os presidentes dos sindicatos dos estivadores e dos conferentes decidiram entrar em greve até “(...) se resolver o problema²⁸⁵”. Mais do que a paralisação do trabalho, que já estava impedido pelo fechamento do porto, essa tentativa de articulação de greve tinha o objetivo de organizar a resistência ao golpe. Neste sentido, Gandra aponta que foram formados, em Rio Grande, comitês de resistência e, “(...) desde o primeiro momento, começaram a circular listas para a inscrição de voluntários para enfrentar os golpistas”²⁸⁶.

Percebendo que suas chances de resistir seriam maiores em Porto Alegre do que se permanecesse isolado em Brasília, João Goulart deixou a Capital Federal rumo

²⁸¹ PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia; LOPEZ, Vanessa; FERNANDES, Ananda (orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. V. 1, 3ª ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014, p. 230.

²⁸² CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 428-429.

²⁸³ Portal Memórias da Ditadura – Linha do tempo. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/>. Acesso: 20/4/2020; BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de Abril de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm; Acesso: 18/2/2021.

²⁸⁴ ESPÍNDOLA, Antônio. **Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade e Memória do Rio Grande do Sul em 12 de julho de 2013** *apud* BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. 2014. V. 1, p. 828.

²⁸⁵ ESPÍNDOLA, Antônio *apud* GANDRA, Edgar. **O cais da resistência...** *Op. Cit.*, p. 87.

²⁸⁶ GANDRA, Edgar. **O cais da resistência...** *Op. Cit.*, p. 88.

ao Rio Grande do Sul. Na madrugada do dia 2 de abril, reuniu-se com Leonel Brizola, o General Ladário Telles, nomeado no dia anterior para o comando do III Exército sediado em Porto Alegre, e outros generais contrários ao golpe, mas não obteve apoio dos militares para tentar uma resistência. Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia 2 de abril, deixou o país no avião presidencial *Viscount*, rumo ao exílio em Montevideú²⁸⁷. Na mesma madrugada da reunião entre João Goulart, Brizola e os militares em Porto Alegre, o presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade (PSD), já comprometido com os golpistas, declarou vaga a Presidência da República pois, de acordo com ele, João Goulart já estaria fora do país. Ainda conforme os planos conspiracionistas, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli (PSD) foi investido no cargo de Presidente da República no dia 2 de abril²⁸⁸.

Quem dirigia o golpe de fato, no entanto, não era Ranieri Mazzilli, Auro de Moura Andrade e nem mesmo o general Olímpio Mourão Filho, mas sim o Comando Supremo da Revolução. No dia 9 de abril, com o golpe de Estado já consolidado e o presidente deposto João Goulart fora do território nacional, esta junta militar editou o primeiro Ato Institucional, importante instrumento jurídico na construção da ditadura. No dia 15 o General Humberto Castelo Branco assumiu a presidência, eleito indiretamente por um Congresso Nacional que já havia tido dezenas de parlamentares cassados²⁸⁹.

Ainda em 1º de abril, a Câmara de Vereadores de Rio Grande aprovou um requerimento de Walter Chaves Troina (PTB) que “solicitava que a Casa se mantivesse em sessão permanente, vigilante em defesa da Constituição”, além de uma emenda de autoria de Athaydes Rodrigues (PR) pela qual o legislativo municipal manifestava “(...) solidariedade ao Presidente da República (...)”, João Goulart, e o “(...) desejo de defender a Constituição e as liberdades democráticas (...)”. Mesmo os vereadores que mais abertamente defendiam o golpe em marcha, como Alvary Becker de Freitas e Francisco Santana Ferreira da ADP, naquele momento votaram

²⁸⁷ PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia; LOPEZ, Vanessa; FERNANDES, Ananda (orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul...** *Op. Cit.*, p. 231.

²⁸⁸ Portal Memórias da Ditadura – Linha do tempo. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/>. Acessado em 20 de abril de 2020.

²⁸⁹ *Ibid.*

favoravelmente ao requerimento e à emenda, aprovando-os por unanimidade, com as ausências de Pedro Correa de Azevedo (PSD), Silvério Miranda Jr. (ADP) e David Manoel Gautério (MTR)²⁹⁰.

No dia 2 de abril, diversas categorias de trabalhadores já estavam em greve na cidade, como propunha o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Os grevistas impediram a circulação do jornal *Rio Grande*, defensor ferrenho do golpe de Estado. Na edição seguinte o jornal atacava os grevistas, que já esmoreciam perante a inação das lideranças trabalhistas e comunistas nacionais, e comemorava a vitória do golpe civil-militar²⁹¹. No dia 3, ainda foi aprovado na Câmara Municipal um requerimento de Walter Guimarães (PR) para que fosse “(...) dirigido um apelo ao Congresso Nacional no sentido de que sejam mantidas as prerrogativas constitucionais e respeitados os mandatos eletivos²⁹²”. Era a expressão do medo que tomava conta dos apoiadores dos governos de João Goulart e Farydo Salomão, defensores das reformas de base e da encampação das refinarias frente à velocidade com que os golpistas se apossaram do Estado.

Com a mudança nos ventos da política nacional, rapidamente mudaram também alguns posicionamentos de vereadores em Rio Grande. No dia 15 de abril, estando a câmara com dois vereadores a menos – um preso e um foragido – Nilo Fonseca (PSD) e Alvary Freitas (ADP) propuseram congratulações ao Marechal Humberto Castelo Branco pela posse na Presidência da República, aprovadas por unanimidade²⁹³. Além disso, os vereadores Walter Chaves Troina (PTB) – que havia proposto vigilância permanente em defesa da Constituição - e Nilo Correa da Fonseca (PSD) – que manifestara congratulações ao Presidente da Câmara de Vereadores pelo apoio manifesto às reformas de base do governo Goulart – apresentaram requerimentos “(...) solicitando ao Presidente da República a revogação do decreto de encampação das refinarias particulares”, o que foi aprovado por maioria. A mudança de opinião quanto às encampações é outro indício de que o apoio prestado a tais

²⁹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata n° 2.125 de 1° de abril de 1964.** Setor de Atas da Câmara de Vereadores de Rio Grande.

²⁹¹ FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 98-99.

²⁹² CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata n° 2.127 de 3 de abril de 1964.** Setor de Atas da Câmara de Vereadores de Rio Grande.

²⁹³ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata n° 2.132 de 15 de abril de 1964.** Setor de Atas da Câmara de Vereadores de Rio Grande.

medidas, por parte de alguns vereadores, era motivado por interesses eleitorais. A conversão repentina de posicionamentos chamou a atenção do vereador Lindalvo Curupy Monteiro (PTB), que leu no plenário a mensagem que a Câmara havia encaminhado ao governo federal em congratulação pela estatização das refinarias, aprovada na sessão de 23 de março²⁹⁴.

Flagrante a contradição, o vereador Walter Troina tentou explicar-se alegando que “(...) talvez não estivesse no plenário na ocasião da votação (...)”, mas foi repreendido pela Mesa Diretora sob o argumento de que a ausência voluntária em parte de sessão na qual conste o nome do vereador como presente não pode servir como justificativa para o desconhecimento de debates e votações. Francisco Santana Ferreira disse que “(...) provavelmente ainda não tinha chegado a esta Casa no horário em que foi votado aquele requerimento”, enquanto Nilo Correa da Fonseca afirmou que estava “(...) presente na votação (...) e votou favorável ao mesmo apesar de reconhecer que errara²⁹⁵”. Os pedidos pela revogação das encampações acabaram aprovados, com votos contrários de Lindalvo Curupy Monteiro e Alberto Martins da Silva, ambos do PTB. Nas justificativas, à exceção dos dois petebistas mencionados, todos demonstraram uma preocupação em prestar desagravo a Francisco Martins Bastos e aos demais diretores da Ipiranga, bem como mostrar-se alinhado ao novo governo – mesmo que este não estivesse ainda, como veremos, completamente convencido da necessidade de revogar as encampações. Como exemplo dos argumentos levantados ao defender o requerimento, temos a fala do vereador Walter Troina (PTB):

(..) que não existe pronunciamento diferente, porque nesta tribuna sempre levantou a sua voz em defesa da Cia. Ipiranga. (...) Deve-se fazer sentir ao Governo da República que o povo rio-grandino, através de seus representantes, deseja a revogação da encampação da Refinaria Ipiranga, porque é um orgulho para o Rio Grande e muito tem contribuído para o desenvolvimento educacional do município. (...) Portanto, se votarmos contra o requerimento, estaremos votando contra a Escola de Engenharia Industrial e a futura Faculdade de Medicina²⁹⁶.

²⁹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata n° 2.132 de 15 de abril de 1964.** Setor de Atas da Câmara de Vereadores de Rio Grande.

²⁹⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata n° 2.132 de 15 de abril de 1964.** Setor de Atas da Câmara de Vereadores de Rio Grande.

²⁹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata n° 2.132 de 15 de abril de 1964.** Setor de Atas da Câmara de Vereadores de Rio Grande.

Apesar da negativa de Troina, vimos que Lindalvo Monteiro comprovou que houve, sim, mudança de posicionamento da maioria dos vereadores entre a sessão de 23 de março, quando foi aprovada a moção de Walter Guimarães em solidariedade a encampação e outras medidas do presidente João Goulart, e aquela de 15 de abril. Na justificativa de Walter Troina, destaca-se a relação entre a defesa da Refinaria Ipiranga enquanto empresa privada e a valorização das iniciativas de seus diretores na área educacional. Mas tanto a Escola de Engenharia quanto as mobilizações em prol da criação de uma Faculdade de Medicina já existiam quando a Câmara apoiou a encampação. O que mudou, portanto, não foi a avaliação que os vereadores faziam dos administradores da empresa, mas sim o espaço de poder que estes teriam, presumivelmente, na nova conformação do Estado Nacional. No dia 15 de abril, já se multiplicavam as prisões e intervenções militares em organismos públicos e as autoridades militares locais, como veremos, mostravam ter proximidade com o empresariado local, particularmente com a Ipiranga. Em outras palavras, não foi apenas o posicionamento dos vereadores que mudou, mas a conjuntura política nacional que passou de um momento de entusiasmo nacional-popular com as encampações e as reformas de base para um período de fechamento de canais de participação popular dirigido por uma aliança empresarial-militar.

2.2 Operações *gaiola e limpeza* – prisões e intervenções militares imediatas ao golpe de Estado em Rio Grande

O jornal Rio Grande do dia 7 de abril de 1964 anunciava que na noite de domingo, 5 de abril, teriam tido início na cidade as operações “gaiola” e “limpeza”, com a realização de “diversas prisões” de “líderes vermelhos” por agentes do DOPS, enquanto o advogado e vereador suplente da ADP Washington Ballester de Sá Freitas estaria preparando²⁹⁷ um “processo visando a cassação dos mandatos dos

²⁹⁷ Uma vez que, como foi demonstrado, o Jornal *Rio Grande* era ativo no combate ao governo João Goulart e seus aliados e apoiadores, é difícil dizer se a menção à preparação da cassação dos vereadores do PR feita aqui noticia algo que, de fato, estava acontecendo ou se trata de uma cobrança pública com o objetivo de reforçar o consenso sobre a “necessidade” do expurgo. É possível, ainda, que ambas motivações agissem na publicação da informação.

vereadores do PR”²⁹⁸. Se a “gaiola” significava, sobretudo, realizar prisões rapidamente, a “operação limpeza” teria um caráter mais duradouro, pois envolveria intervenções em órgãos estatais e uma coordenação local das ações autointituladas “revolucionárias”. A cassação dos mandatos dos dois vereadores do PR e todos os seus suplentes, como veremos, acabou sendo feita através de um projeto de lei do vereador Francisco Santana Ferreira²⁹⁹, aprovado em sessão da câmara do dia 2 de maio de 1964³⁰⁰.

Mesmo antes da cassação, Athaydes Rodrigues e Walter Guimarães ausentaram-se das sessões da câmara³⁰¹: Athaydes foi preso no dia 7 de abril³⁰²; Walter, assim como o vereador titular licenciado Antônio Rodrigues, estava foragido³⁰³. O pesquisador Robert Castro menciona ainda uma prisão realizada já no dia 3 de abril, quando professor e capitão da Marinha Aldo Lapolli foi detido por ordem do Comando do 5º Distrito Naval³⁰⁴ e levado para um navio improvisado como centro clandestino de presos políticos³⁰⁵.

O navio de pesquisa hidrográfica da Marinha do Brasil *H-22 Canopus*, comandado pelo Capitão de Fragata Maximiano Eduardo da Silva Fonseca³⁰⁶, iniciou

²⁹⁸ Jornal *Rio Grande*. **Iniciadas, em Rio Grande, as operações “limpeza” e “gaiola”**. 7 de abril de 1964. *Apud* NABAES, Glaucia. **Rio Grande no contexto de 64...** *Op. Cit.*, s/p.

²⁹⁹ Washington Ballester de Sá Freitas, citado acima, era suplente de vereador pela ADP e, em futuro próximo, assumiria a vaga de Francisco Santana Ferreira, licenciado.

³⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.142 de 2 de maio de 1964**. Setor de atas da câmara de vereadores de Rio Grande.

³⁰¹ Após a ata nº 2.127 de 3 de abril, foi preservada apenas a ata nº 2.132, de 15 de abril. Não tenho informações sobre presenças e ausências nas quatro sessões ocorridas neste intervalo, mas a partir de 15 de abril constata-se a ausência de Athaydes Rodrigues e Walter Guimarães. *Cf.*: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.127 de 3 de abril de 1964**. Setor de atas. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.132 de 15 de abril de 1964**. Setor de atas.

³⁰² RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, p. 14.

³⁰³ *Ibid*, p. 184.

³⁰⁴ O comando do 5º Distrito Naval da Marinha do Brasil era localizado em Florianópolis – SC. Em Rio Grande as instalações militares da Marinha eram imediatamente comandadas pela Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul. No ano de 1983 o comando do 5º Distrito Naval foi transferido para Rio Grande, onde permanece atualmente. *Cf.*: COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL. **Histórico**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com5dn/historico>. Acesso: 24/4/2020.

³⁰⁵ CASTRO, Robert. **Na esteira da memória: a questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande – RS (1962-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2016, p. 128.

³⁰⁶ Maximiano Eduardo da Fonseca (1919-1998) foi promovido a Contra-Almirante em 1969, Vice-Almirante em 1974 e Almirante de Esquadra em 1976. Comandou o I Distrito Naval, sediado no Rio de Janeiro, entre 1975 e 1977. Entre 1979 e 1984 foi Ministro da Marinha, durante o governo do General ditador João Batista Figueiredo. No início da década de 1980 Maximiano incentivou a realização de uma primeira expedição brasileira à Antártica, que foi realizada em uma parceria da Marinha do Brasil

um levantamento hidrográfico na costa no Rio Grande do Sul em abril de 1961. Tendo concluído a pesquisa, estava atracado em Rio Grande desde 29 de março de 1964 quando, no dia 2 de abril, foi designado pelo Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA) para fechar a entrada do canal do porto. Conforme o livro do navio, “ainda não havia uma definição clara, favorável à Revolução (sic), por parte do 3º Exército³⁰⁷”, o que justificaria aquela ordem. No dia 3 de abril, já fundeado ao largo no canal do Rio Grande, o *Canopus* recebeu o primeiro dos 22 presos políticos que estiveram detidos no navio – o capitão Aldo Lapolli. No dia 22 de abril daquele ano, após entregar os prisioneiros à custódia da Brigada Militar em Porto Alegre³⁰⁸, o Navio *H-22 Canopus* partiu para o Rio de Janeiro³⁰⁹.

Dentre os presos, além do militar e professor Aldo Lapolli, estavam o vereador do PR e capitão reformado da Brigada Militar Athaydes Rodrigues, o jornalista e vereador de Pelotas Edgar José Curvello (PR), o Promotor de Justiça Heitor Viterbo de Oliveira, um funcionário do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC – RS) filiado ao PTB, quatro trabalhadores portuários, cinco ferroviários – dois deles também vereadores suplentes pelo PR –, um professor, um agricultor, um pedreiro, outro vereador suplente do PR cuja ocupação principal não foi identificada e outras quatro pessoas sobre as quais não temos informações profissionais ou de filiação partidária.

com a Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), atual Universidade Federal do Rio Grande. Cf.: ARIOZA, Moisés. **Maximiano Eduardo da Fonseca** (verbete biográfico). In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas – versão *Online* disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso: 13/06/2020.

³⁰⁷ ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* – Livro do Navio, capítulo III, folha 3aa (0131) *apud* CASTRO, Robert. **Na esteira da memória...** *Op. Cit.*, p. 127.

³⁰⁸ À exceção do Capitão Aldo Lapolli, que foi encaminhado ao Navio Militar Princesa Leopoldina, no Rio de Janeiro. Cf.: CASTRO, Robert. **Na esteira da memória...** *Op. Cit.*, p. 135.

³⁰⁹ CASTRO, Robert. **Na esteira da memória...** *Op. Cit.*, p. 126-127.

Tabela 3: Presos políticos no Navio Hidrográfico <i>H-22 Canopus</i> em Rio Grande - RS ³¹⁰					
NOME	PROFISSÃO	PARTIDO/SINDICATO	PRISÃO	SAÍDA	DESTINO
Aldo Lapolli	Militar/professor	Nenhuma	03/04/1964	17/04/1964	Navio Militar <i>Princesa Leopoldina</i> - RJ
Manuel Gonçalves	Portuário	---	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Enestor Farias de Albernaz	Portuário	PCB e PR	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Edgar José Curvello	Jornalista/Vereador	PR	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Antônio Nailem Espíndola	Portuário	PTB	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Dinarte Luz Alves	Portuário	---	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Athaydes Rodrigues	Militar/vereador	PR	07/04/1964	10/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
José Ferreira da Costa	Pedreiro	PCdoB	07/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Savio da Silva Pinto	---	---	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS

³¹⁰ Tabela elaborada por Robert Castro, baseando-se em informações do livro do navio *H-22 Canopus*, e adaptada pelo autor. Na tabela original, Robert apresenta oito nomes para os quais não há referência de profissão ou ocupação, mas Lidiane Friderichs já havia, em trabalho anterior, identificado dois deles como ferroviários – Nery de Ávila e Roberto Leonardo Germano. Lidiane baseou-se em uma lista de presos publicada no jornal *Rio Grande* em 24 de abril de 1964, contendo 19 nomes. Três dos nomes constantes na tabela de Robert Castro estão também na listagem de vereadores suplentes do PR apresentada por Athaydes Rodrigues em seu livro: Evandro Victor Rodrigues, identificado por Robert como ferroviário e, de forma equivocada, membro do PTB; Roberto Leonardo Germano, identificado por Lidiane Friderichs como ferroviário; e João Victor Rodrigues, de profissão desconhecida. A informação de que Manuel Gonçalves era trabalhador portuário foi obtida em conversa informal com seu neto, Leonardo Dorneles Gonçalves, amigo do autor. Cf: CASTRO, Robert. **Na esteira da memória...** *Op. Cit.*, p. 135-136; FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 102; RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** A revolução de 1964, em Rio Grande. Edição do autor, 1980, p. 151.

Miguel Gomes	Ferroviário	PTB	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Nery de Ávila	Ferroviário	---	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
João Flores Aguiar	Agricultor	PCB	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
João Rodrigues Viana	Suplente de vereador	PR	09/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Osmar Santa Helena	Professor	---	09/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Evandro Victor Rodrigues	Ferroviário/Suplente de vereador	PR	10/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Roberto Leonardo Germano	Ferroviário/suplente de vereador	PR	10/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Raul Duarte Prestes	---	---	11/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Claudomir o Farias	---	---	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Heitor Viterbo de Oliveira	Promotor de Justiça do Ministério Público do RS	---	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Manoel Rechia	Ferroviário	PCB/PR	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Eurides Paim Vieira	DEPREC-RS	PTB	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS
Ruben Dutra Ferreira	---	---	19/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar – Porto Alegre/RS

Relatos destes presos políticos sobre sua detenção no *canopus* e o tratamento a eles dispensado ali são raros, sendo de conhecimento desta pesquisa apenas os constantes no livro de memórias de Athaydes Rodrigues e algumas

entrevistas e depoimentos do portuário Antônio Nailem Espíndola. Sabe-se que havia, no navio, uma separação de acordo com um *status* hierárquico, tendo os capitães Aldo Lapolli e o próprio Athaydes, assim como os civis com maior “prestígio social” como o vereador Edgar Curvello, ocupado camarotes enquanto os líderes sindicais ficaram conveses abaixo, nos porões³¹¹. De acordo com Robert Castro, essa divisão não correspondia somente a um rito hierárquico da organização militar, mas tinha como objetivo separar “as lideranças sindicais e trabalhistas das lideranças políticas, e, certamente, estas dos militares presos por contravenções disciplinares ou questões políticas”³¹². Assim, o Capitão Athaydes relatou que a bordo do *Canopus* podia “ler jornais” e que “as refeições” eram “boas e três vezes por dia”, mas que os “líderes sindicais (...) estavam ‘invisíveis’”³¹³. Já o trabalhador portuário Antônio Nailem Espíndola, em duas oportunidades distintas, relatou o seguinte sobre sua prisão e custódia no *Canopus*:

[...] fomos levados para o navio e daí fomos colocados ali, um monte de homens dentro de uma pecinha que tinha uns 5m², a gente dormia nuns beliches e a comida vinha pra gente, o vigia nos alcançava por uma frestinha. A pessoa não podia nem conversar, não podia ouvir rádio, não podia ler jornal, não podia se comunicar com a família³¹⁴.

Nos colocaram numa camarita no navio que ficava abaixo do nível do mar, quer dizer, nós não tínhamos ar direto para respirar, respirávamos através de um exaustor. Eles ligavam o exaustor e descia o ar por um cano e subia por outro, para renovar o ar dentro da camarita. Ali nós ficamos em torno de 15 a 18 dias. Tínhamos direito a meia hora de sol a cada 72 horas. Só³¹⁵.

Os depoimentos de Antônio Nailem são, até o momento presente, os únicos conhecidos de um prisioneiro dos porões do *Canopus*. Ainda que ele não relate a ocorrência de torturas físicas sistemáticas em interrogatórios, a permanência por quase 20 dias em um estado de incomunicabilidade, em uma cela improvisada e superlotada, com pouco ar respirável e quase nenhuma exposição à luz solar configura graves violações de direitos humanos. É possível também que Antônio

³¹¹ *Ibid*, p. 131-132.

³¹² *Ibid*, p. 133.

³¹³ RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, p. 21-22.

³¹⁴ EPÍNDOLA, Antônio *apud* CASTRO, Robert. **Na esteira da memória...** *Op. Cit.*, p. 132.

³¹⁵ ESPÍNDOLA, Antônio. **Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade...** *Op. Cit.*, p. 828.

tenha omitido de seus relatos, por medo ou vergonha, violências físicas que sofrera enquanto esteve naquele centro clandestino de detenção em que o *Canopus* foi transformado.

O silêncio, com o tempo, criou sobre o navio-prisão um ar de mistério no imaginário da população local³¹⁶. Para Willy Cesar, seria “(...) pura lenda que o *Canopus* teria sido lugar de tortura e morte dos detidos após o golpe militar (...)”³¹⁷. Sem mencionar fontes além do livro de Athaydes Rodrigues, e ignorando deliberadamente que este mencionou que os líderes sindicais presos no navio estavam em local por ele desconhecido, Willy Cesar afirma que os prisioneiros do *Canopus* foram “(...) tratados com cordialidade (...)” e podiam “(...) se locomover livremente³¹⁸”. Os depoimentos de Antônio Naillem, e mesmo uma leitura mais cuidadosa da obra de Athaydes Rodrigues, impõem uma revisão crítica dessas afirmações, compreendendo que as violações de direitos humanos impostas aos *subversivos* já neste momento inicial estendiam-se muito além da violência física. O emprego de centros clandestinos de detenção e a imposição de incomunicabilidade visavam dificultar a localização dos presos e a adoção de medidas judiciais por sua liberação. No caso do *Canopus*, há que somar-se a tudo isso as condições precárias para a custódia de presos em uma embarcação de pesquisa hidrográfica e a sensação de insegurança causada pela ciência de estar preso em um navio atracado no canal, que facilmente poderia mudar sua localização ou transferir prisioneiros a embarcações menores sem chamar atenção na cidade.

Conforme Robert Castro, realmente não há registro de mortes ou desaparecimento de pessoas no *Canopus*³¹⁹. Os efeitos daquela detenção ilegal na vida dos que passaram por ela, entretanto, estenderam-se muito além de seu término. Primeiro porque os presos não foram libertados de imediato, e sim entregues à custódia da Brigada Militar e, depois disso, tiveram diferentes destinos. Mas mesmo após o retorno à liberdade, as consequências sociais e psicológicas da prisão

³¹⁶ O silêncio e o mistério sobre o que ocorreu no *H-22 Canopus* enquanto servia de centro clandestino de detenção foi objeto de reflexão em recente obra do cartunista Alisson Affonso, publicada pela Comissão da Verdade da AProFURG/ANDES-SN. Cf.: APROFURG. **3 Marias**. n.1, 2019.

³¹⁷ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 433.

³¹⁸ *Ibid*, p. 432.

³¹⁹ ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* – Livro do Navio, capítulo III, folha 3aa (0131) *apud* CASTRO, Robert. **Na esteira da memória...** *Op. Cit.*, p. 127.

permaneceram. Em conversas informais com um neto de Manuel Gonçalves, obtivemos a informação de que, ao ser libertado da prisão para onde foi enviado após ter sido mantido no *Canopus* por quatorze dias, o portuário fechou a oficina que mantinha e decidiu viver em outra cidade, abandonando sua profissão³²⁰.

O desfecho da vida do promotor de justiça Heitor Viterbo de Oliveira, que estava entre os presos supostamente “bem tratados” do *Canopus*, é mais um trágico e misterioso exemplo das possíveis consequências sociais e psicológicas daquela prisão. Promotor do Ministério Público do RS desde 1950, Heitor desempenhava a função em Rio Grande desde 1961 quando, no dia 14 de abril de 1964, foi preso, levado à Capitania dos Portos e, de lá, a bordo do *Canopus*³²¹. Naquele momento, Viterbo já possuía um histórico que o caracterizava como subversivo e o colocava dentre os alvos da *operação gaiola*: em duas ocasiões, em 1945 e em 1960, havia manifestado apoio ao líder comunista Luís Carlos Prestes; em Rio Grande, por sua atuação no Ministério Público, adquiriu fama de protetor dos direitos dos trabalhadores; e em 1962, investigou irregularidades na gestão da Fiação e Tecelagem Rio Grande, cuja descoberta teria resultado na falência da empresa³²². Enquanto esteve preso no *Canopus*, Heitor foi afastado do Ministério Público. No dia 20 de abril, foi encaminhado ao Serviço Social do Menor em Porto Alegre, onde permaneceu preso até 30 de maio de 1964. Em outubro daquele ano, com base no Ato Institucional nº I, Heitor foi cassado do Ministério Público³²³.

Afetado pelo alcoolismo, pelo divórcio, sem receber aposentadoria e sem perspectivas de trabalho, o promotor passou seus últimos dias em reclusão, num pequeno apartamento na Rua dos Andradas, Porto Alegre. No dia 27/3/1969 foi encontrado morto no sofá-cama com três tiros no peito desferidos por um pequeno revólver calibre 22. A morte rendeu uma manchete de capa de Zero Hora, mas a Polícia e a Justiça concluíram ter sido suicídio.³²⁴

³²⁰ Informação obtida em conversa informal com o neto de Manuel Gonçalves, Leonardo Dorneles Gonçalves, amigo do autor.

³²¹ CASTRO, Robert. **Na esteira da memória...** *Op. Cit.*, p. 136.

³²² VIANNA, Marcelo. “Um gigante confinado entre as paredes de um cubículo” – o Golpe Militar de 1964 no Ministério Público do Rio Grande do Sul. **MÉTIS: história & cultura**. V. 12, n. 23, 2013, p. 167.

³²³ *Ibid*, p. 168.

³²⁴ *Ibid*, p. 168.

Se a “*operação gaiola*” consistia em prender e levar para o *Canopus* ou outros centros de detenção as lideranças que poderiam apresentar resistência ao golpe, a chamada “*operação limpeza*” visava retirar de cargos importantes aqueles que não estivessem comprometidos com o novo governo. Na quinta-feira, 9 de abril, o jornal *Rio Grande* já noticiava a nomeação, feita pelo comando revolucionário, de interventores militares para a inspetoria da Alfândega e para a Delegacia Regional do Sul da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)³²⁵, em Rio Grande. Segundo o mesmo periódico, o general Ney Futuro Rocha assumiu a inspetoria da Alfândega e, conforme documento da Comissão Geral de Investigações, criada no âmbito do Ministério da Justiça após o golpe de Estado, o Tenente Rosalino Dutra de Araújo assumira a chefia da Delegacia Regional da Sudepe em Rio Grande³²⁶. Ainda em 1964, foram nomeados interventores militares para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) – general José Maria Bastide Schneider, logo substituído pelo general Antonio Adolpho Manta³²⁷ – e o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC) – general Odilon Vitor Denardin³²⁸ –, ao qual se vinculava o Porto do Rio Grande. Logo neste primeiro momento de institucionalização da ditadura, é notável a militarização das agências estatais. Nos casos do DEPREC e da Viação Férrea, a direção de um militar significava um nítido recrudescimento nas relações com os trabalhadores portuários e ferroviários, como indica a manchete do jornal *Rio Grande* de 25 de setembro de 1964, afirmando que a “‘linha dura’ no DEPRC já está se fazendo sentir³²⁹”. Em todos os casos, a militarização era também legitimada pela retórica da moralidade supostamente inerente às Forças Armadas em combate à corrupção e à subversão.

No dia 4 de abril, o prefeito Farydo Salomão publicou nota no jornal *Rio Grande* afirmando que reinava “absoluta tranquilidade em todo o município” e pedindo

³²⁵ Jornal *Agora*. **Operações “limpeza” e “gaiola” continuam em ritmo intenso**. 9 de abril de 1964. *Apud* NABAES, Glaucia. **Rio Grande no contexto de 1964...** *Op. Cit.*, s/p.

³²⁶ ARQUIVO NACIONAL. **Processo SUDEPE nº 8.011/67**. Ministério da Justiça. Comissão Geral de Investigações. Fundo Comissão Geral de Investigações. BR_DFANBSB_1M_0_0_0159.

³²⁷ FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 109.

³²⁸ Jornal *Rio Grande*. **General no DEPREC, sinal de “linha dura”**. 21 de setembro de 1964. *Apud* NABAES, Glaucia. **Rio Grande do contexto de 1964...** *Op. Cit.*, s/p.

³²⁹ Jornal *Rio Grande*. **“Linha dura” no DEPRC já está se fazendo sentir**. 5 de setembro de 1964. *In*: NABAES, Glaucia. **Rio Grande no contexto de 64...** *Op. Cit.*, s/p.

que a população retornasse às atividades normais³³⁰. Conforme Lidiane Friderichs, os comandantes das instalações das Forças Armadas na cidade – o Capitão de Mar e Guerra Mário Rodrigues da Costa, comandante da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (CPRS) e o Tenente Coronel Oscar José Blom, comandante do 7º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada (GACosM³³¹) do III Exército – também publicaram nota no mesmo jornal, no mesmo dia, com conteúdo idêntico à publicada pelo prefeito. A tentativa de aparentar normalidade, entretanto, chocava-se com a realidade. Além das greves e tentativas de organizar a resistência, naquele dia ao menos uma prisão já havia sido realizada – o professor e militar da Marinha Aldo Lapolli, dia 3 de abril³³² – e muitas outras eram preparadas. O jornal *Rio Grande*, o mesmo veículo que publicava as notas, continuava incitando prisões e “denunciando” que Farydo Salomão era “esquerdista”, ligado à João Goulart e Brizola³³³.

Já no dia 24 de abril, o presidente da Câmara do Comércio, Walter Albrecht, o da Associação Comercial dos Varejistas, Plínio Nissenson e um dos diretores do jornal *Rio Grande*, Hugo Dantas da Silveira promoveram, no centro da cidade, uma marcha em comemoração e agradecimento às Forças Armadas pelo golpe de Estado, que estes viam como a “revolução redentora”, e em repúdio à encampação das refinarias e ao comício de 16 de março³³⁴. Era também, de certo modo, a versão rio-grandina das Marchas da Família, com Deus pela Liberdade, que mobilizavam o empresariado, familiares de militares e setores da classe média em todo o país.

A princípio, a ideia seria utilizar o mesmo parlatório da Prefeitura de onde partiram os discursos favoráveis ao governo Goulart no dia 16 de março, mas o Prefeito Farydo Salomão, ainda respondendo pelo cargo, teria negado autorização. Walter Albrecht declarou ao jornalista Willy Cesar que “a passeata não foi promovida pela Câmara do Comércio, era iniciativa pessoal nossa³³⁵”. É possível que tal afirmação seja verdadeira, no sentido de que a realização da marcha não tenha sido discutida entre as diretorias das entidades representativas. No entanto, ao promover

³³⁰ Jornal *Rio Grande*, 04 de abril de 1964 *apud* FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 100.

³³¹ Atualmente denominado 6º Grupamento de Artilharia de Campanha – 6º GAC.

³³² CASTRO, Robert. **Na esteira da memória...** *Op. Cit.*, p. 127.

³³³ FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos...** *Op. Cit.*, p. 100.

³³⁴ Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 426.

³³⁵ ALBRECHT, Walter *apud* CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 426.

uma ação política sendo lideranças de classe, Walter Albrecht e Plínio Nissenonn estavam claramente posicionando politicamente as entidades que dirigiam em apoio ao novo governo instituído pelo golpe de Estado e em defesa da revogação das encampações.

Conforme Willy Cesar, no dia seguinte à marcha promovida pelos empresários, o jornal *Rio Grande* publicou manchete afirmando que o “comando revolucionário cassou mandato do prefeito Farydo Salomão³³⁶”. As atas da Câmara de Vereadores mostram, entretanto, que seu mandato foi encerrado de fato no dia 10 de maio, quando foi realizada a leitura, em sessão extraordinária do Legislativo Municipal, de um telegrama do Conselho de Segurança Nacional informando que o presidente Castelo Branco “assinara decreto suspendendo, por 10 anos, os direitos políticos do cidadão Prof. Farydo Salomão, prefeito municipal desta cidade³³⁷”. Neste mesmo dia, segundo Cesar, o major do exército Antônio de Pinho Maçada prendeu Farydo Salomão na prefeitura e o entregou à Capitania dos Portos, sob custódia do comandante Mário Rodrigues da Costa³³⁸. Em 1985, Farydo relatou para o jornal *Agora*, de Rio Grande, o seguinte sobre a experiência de sua prisão:

O capitão dos Portos, Mário Rodrigues, queria que eu renunciasse ao cargo. Resisti e fui preso num rebocador que ficou ao largo, distante do cais. Sofri torturas físicas e morais que tinham por objetivo a renúncia e, também, a assinatura de documento que incriminaria Jango e Brizola de terem ligações com os governos comunistas de Cuba e China. Não assinei nada³³⁹.

Em que pese a gravidade das denúncias no relato do ex-prefeito, a utilização de outras embarcações como locais clandestinos de detenção e o emprego sistemático de torturas físicas e psicológicas neste contexto não receberam, até o momento, a devida atenção da pesquisa histórica. Deve-se a isso a frequente menção a uma suposta prisão de Farydo Salomão no *Canopus*, o que nunca aconteceu. Uma melhor compreensão da dimensão dos aparatos clandestinos de detenção sob

³³⁶ CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 431.

³³⁷ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.150, de 10 de maio de 1964.** Livro 034 A, 5ª Legislatura.

³³⁸ MAÇADA, Antônio *apud* CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 432.

³³⁹ SALOMÃO, Farydo. *Jornal Agora*, 6 de janeiro de 1985 *apud* CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 433.

responsabilidade da Marinha do Brasil em Rio Grande esbarra, por óbvio, na escassez de arquivos liberados à pesquisa pelas organizações militares sobre o período.

Além disso, o relato de Farydo aponta mais uma vez para o papel do Capitão Mário Rodrigues da Costa no comando da repressão após o golpe, fazendo questão de manter sob custódia da Capitania dos Portos os presos políticos considerados mais influentes. Como veremos, no entanto, o comandante da capitania teve papel de destaque não apenas na “operação *gaiola*”, mas também na “*limpeza*”, assumindo em Rio Grande o posto de representante máximo da “revolução”. Na lógica militar fazia sentido que fosse assim, pois Mário era o oficial de mais alta patente em atividade na cidade. Hierarquicamente, a posição de Capitão de Mar e Guerra da Marinha seria equivalente à de Coronel do Exército, e o 7º GACosM era comandado por um Tenente-Coronel. Na ótica específica dos conspiradores que haviam tomado o poder este fato também tinha razão de ser, pois havia desconfiança em relação ao posicionamento que adotaria o comando do III Exército e a repressão precisava ser rápida para evitar o sucesso das articulações de resistência que cedo despontaram na cidade. Além do mais, o controle do único porto marítimo do estado, subordinado à Capitania dos Portos comandada pelo C.M.G Mário Rodrigues da Costa, era estratégico para o sucesso tomada do poder.

2.3 O comando local da “revolução” em Rio Grande e as diretrizes econômicas da ditadura do Marechal Castelo Branco

O Capitão de Mar e Guerra Mário Rodrigues da Costa comandou a Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul entre 3 de junho de 1963 e 24 de março de 1965³⁴⁰. Apesar do curto período à frente da organização militar, ficou conhecido na sociedade local como “reizinho”³⁴¹. Athaydes Rodrigues relatou que, ao retornar a Rio Grande após ser libertado da prisão em Porto Alegre, tomou conhecimento de que o Capitão Mário Rodrigues “(...) intimou o vereador Gil dos Santos Ferreira, presidente da

³⁴⁰ CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Galeria de ex-comandantes**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cprs/comandantes> Acesso: 16/06/2020.

³⁴¹ CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 435.

Câmara de Vereadores, a que renunciasse ao cargo (...) ³⁴², bem como os demais membros da mesa diretora e, posteriormente, convocou alguns vereadores a comparecerem à Capitania, onde foi “(...) estabelecida a chapa única que devia ser ‘eleita’ pelos vereadores ‘livres’ ³⁴³”.

De fato, as atas da Câmara mostram que no dia 8 de maio todos os membros da mesa diretora renunciaram, tendo sido eleitos Alvary Becker de Freitas (ADP) para a presidência e Francisco Santana Ferreira (ADP) para a vice-presidência ³⁴⁴. Com apenas 3 vereadores nas 13 cadeiras do Legislativo Municipal, portanto, a coligação de partidos mais diretamente comprometida com a conspiração golpista que tomara o poder em abril conquistou, em maio, os dois cargos mais importantes da mesa diretora. O novo vice-presidente, Francisco Santana Ferreira, havia sido autor da lei que cassava os mandatos de todos os vereadores e suplentes do Partido Republicano ³⁴⁵, aprovada no dia 2 de maio ³⁴⁶. A cassação era baseada na suposta filiação dos políticos ao “(...) extinto Partido Comunista do Brasil (...)” e afirmava fundamentar-se em “(...) documentação comprobatória fornecida pela Delegacia de Ordem Política e Social ³⁴⁷”. Assinado pelo inspetor chefe da Seção de Ordem Política e Social (SOPS) ³⁴⁸ e pelo delegado da Polícia Civil Ewaldo Miranda, o atestado ideológico foi reproduzido por Athaydes Rodrigues em seu livro, e informava que “(...) feito um confronto dos nomes mencionados no presente requerimento, com o fichário desta secção de O.P.S, constatei que todos estão fichados como membros do extinto Partido Comunista do Brasil ³⁴⁹”. O capitão da Brigada Militar e vereador republicano escreveu que naqueles dias “Rio Grande era uma praça de guerra e tinha um rei

³⁴² RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu...** *Op. Cit.*, p. 146.

³⁴³ *Ibid*, p. 146.

³⁴⁴ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata n° 2.148, de 8 de maio de 1964**. Livro 034 A, 5ª Legislatura.

³⁴⁵ Eram eles, os titulares Athaydes Rodrigues e Antônio Rodrigues; e os suplentes Walter Guimarães, Alfredo Cassahy, Delmar Simão, Luiz Maria Carvalho, Roberto Leonardo Germano, Evandro Victor Rodrigues, Cristóvão Barbosa dos Santos, Nilo Guimarães, João Rodrigues Vianna, Amélio Doral Reis, Wenceslau José de Barros, Françoal Terra Pires e Abelardo de Oliveira Costa. *Cf.*: RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu...** *Op. Cit.*, p. 151.

³⁴⁶ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata n° 2.142, de 2 de maio de 1964**. Livro 034, 5ª Legislatura.

³⁴⁷ RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu...** *Op. Cit.*, p. 153.

³⁴⁸ Cujá assinatura foi considerada ilegível por Athaydes Rodrigues, ao reproduzir o documento em seu livro. *Cf.*: RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu...** *Op. Cit.*, p. 153.

³⁴⁹ RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu...** *Op. Cit.*, p. 152.

absoluto no governo (...)” referindo-se a Mário Rodrigues, e que o vereador “(...) Santana, nessa hora, era o legítimo representante do rei³⁵⁰”.

Na já mencionada sessão de 10 de maio de 1964, o presidente do Legislativo Municipal vereador Alvary Becker de Freitas leu o telegrama do Conselho de Segurança Nacional (CSN) informando a cassação dos direitos políticos de Farydo Salomão e considerou vago o cargo de prefeito. Em seguida, convocou o vice-prefeito Álvaro Ribeiro Pereira (PTB) a tomar posse, o que foi feito naquela mesma noite. Estando presente à cerimônia de posse, o Capitão Mário Rodrigues foi convidado a discursar, e suas palavras expuseram o papel a ele atribuído na nova coalizão dirigente:

(...) os srs. terão paz, tranquilidade e um pouco de energia, **cabendo-nos a grande responsabilidade de liderança nas circunstâncias atuais (...)**. Temos que utilizar o excesso de pessoal da Prefeitura para outros setores de trabalho (...). Espero em breve poder apresentar aos srs. o plano que temos elaborado. Devo declarar ainda que é mais suave evitar o emprego da força. Esperamos ter a colaboração de todos pela redução dos gastos e para isso temos a certeza de que contaremos com a colaboração da Câmara de Vereadores. Procuraremos cumprir com o nosso dever custe o que custar. Muito obrigado³⁵¹.

O discurso evidencia que o capitão dos portos estava assumindo a liderança no planejamento e execução das ações políticas do novo bloco no poder em âmbito municipal, impondo-se como representante máximo da “revolução” na cidade. Por isso, em um discurso aos vereadores e ao novo prefeito, comunicava a elaboração de um “plano” da qual, aparentemente, executivo e legislativo municipais sequer participavam. O chamado à “colaboração” dos vereadores era acompanhado da sutil ameaça – “(...) mais suave evitar o emprego da força (...)” – e se encerrava com a afirmação obstinada de cumprir o “dever custe o que custar”, em uma conjuntura na qual se multiplicavam prisões e intervenções militares. A “*operação limpeza*” exigia, além das intervenções militares diretas nos órgãos públicos, o controle militarizado sobre os poderes executivo e legislativo municipais, antes comprometidos em maior

³⁵⁰ *Ibid*, p. 152.

³⁵¹ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.150, de 10 de maio de 1964**. Livro 034 A, 5ª Legislatura. *Grifo nosso*.

ou menor grau com o governo de João Goulart. O comando desta tarefa na cidade coube, como se viu, ao capitão dos portos C.M.G. Mário Rodrigues da Costa.

A tônica na necessidade da “(...) colaboração de todos pela redução de gastos (...)” revelava também o alinhamento com a política econômica do novo governo, orientada por uma estratégia gradualista de combate à inflação amparada em um conjunto de reformas que pode ser classificado em quatro grupos: reforma trabalhista; reforma do sistema financeiro e da gestão monetária; do sistema tributário; e da regulação da inserção externa na economia brasileira³⁵². O ditador Castelo Branco nomeou os membros do IPES Octávio Gouvêa de Bulhões como Ministro da Fazenda e Roberto Campos como Ministro do Planejamento³⁵³ e impediu o Congresso Nacional de aumentar dispêndios orçamentários, transferindo grande parte do poder decisório que a Constituição garantia ao Legislativo para o Poder Executivo. Com isso, os tecnocratas do IPES, intelectuais orgânicos do grande empresariado golpista, conquistavam importantes espaços de poder relacionados à área econômica do novo governo. Nas palavras de René Dreifuss,

O novo Estado estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo IPES. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder³⁵⁴.

O Ministro Bulhões defendia, enquanto economista liberal, que o papel do Estado deveria ser o de “(...) garantir estabilidade monetária e um modelo de tributação que incentivasse os investimentos³⁵⁵”, sobretudo no setor privado. Essa nova orientação da ação estatal na área econômica pode ser chamada de *desenvolvimentismo privado*, definido como um “(...) projeto de industrialização baseado em uma política protecionista, no qual o capital privado estaria no centro do

³⁵² MATTOS, Fernando; BASTOS, Pedro; BARONE, Ricardo. **o “debate pioneiro” sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira.** In: MARTINS, Mônica; CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael (org.). Política econômica nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 26.

³⁵³ Como demonstrou René Dreifuss, “[...] os membros significativos do Ministério do Planejamento não eram técnicos, mas tecno-empresários, se não simplesmente industriais e banqueiros”. Cf.: DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado...** Op. Cit., p. 427.

³⁵⁴ DREIFUSS, René. 1964, a conquista do Estado... Op. Cit., p. 488.

³⁵⁵ PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio. **O ‘milagre’ brasileiro...** Op. Cit., p. 212.

processo de acumulação (...) ³⁵⁶. Nessa perspectiva, “(...) a ação estatal deveria induzir o desenvolvimento econômico abrindo espaços para a iniciativa privada (...) ³⁵⁷” e, para isso, o planejamento econômico seria fundamental. Nas palavras de Octavio Ianni, “planejar passou a ser a palavra mágica, em nome da qual se exercia a ditadura, à revelia dos interesses dos assalariados em geral ³⁵⁸”.

A estratégia gradualista de combate à inflação como incentivo à expansão dos investimentos no setor privado foi descrita no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG 1964-1966), que pretendia “(...) ‘conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966 ³⁵⁹’”. Inicialmente, preços reprimidos de tarifas públicas, câmbio e produtos subsidiados, como trigo e gasolina, foram reajustados. Na política salarial, além do controle e repressão de sindicatos e organizações de trabalhadores, adotou-se uma fórmula que calculava os reajustes do salário mínimo considerando a projeção oficial de inflação para o período seguinte, que acabava sempre se revelando subestimada. Assim, o valor real do salário mínimo teve queda de 42,5% entre fevereiro de 1964 e fevereiro de 1968, enquanto a proibição quase total das greves e as intervenções nos sindicatos de trabalhadores conferiam a estabilidade necessária a esta política de austeridade ³⁶⁰. Além disso, o dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que garantia estabilidade no emprego após 10 anos de contrato e impunha o pagamento de indenização por demissão foi substituído por uma poupança compulsória que só poderia ser utilizada em caso de demissão, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ³⁶¹.

A reforma tributária, efetivada através do novo Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) e da lei da correção monetária (Lei nº 4.357/64), modernizava a arrecadação do Estado através de impostos como, por exemplo, sobre produtos industrializados (IPI) e estabelecia juros atraentes o bastante para permitir a criação

³⁵⁶ BUGIATO, Caio. **O BNDES na ditadura militar e no rumo do neoliberalismo...** *Op. Cit.*, p. 282.

³⁵⁷ MATTOS, Fernando; BASTOS, Pedro; BARONE, Ricardo. **O “debate pioneiro sobre distribuição de renda...** *Op. Cit.*, p. 26.

³⁵⁸ IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 28.

³⁵⁹ BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Programa de Ação Econômica do governo (1964 – 1966)** *Apud* IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital...** *Op. Cit.*, p. 30.

³⁶⁰ MATTOS, Fernando; BASTOS, Pedro; BARONE, Ricardo. **O “debate pioneiro sobre distribuição de renda...** *Op. Cit.*, p. 27 e 29.

³⁶¹ PRADO; EARP. **O “milagre” brasileiro...** *Op. Cit.*, p. 216.

de um mercado para os títulos da dívida pública brasileira. Ao mesmo tempo, como incentivo às exportações, o governo concedia isenções do IPI e do Imposto de Renda sobre lucros destas operações comerciais internacionais. Garantia-se, assim, uma forma não inflacionária de financiamento privado do déficit público e, ao mesmo tempo, um cenário de incentivos públicos à expansão dos investimentos privados, sobretudo na indústria³⁶².

No sistema financeiro, a criação das cadernetas de poupança e do FGTS possibilitaram ampliação de crédito para o setor privado e, ao mesmo tempo, viabilizaram o Plano Nacional de Habitação, financiado com estes recursos por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH). Apesar dos esforços do governo para controlar a inflação, entretanto, as metas de 25% para 1965 e 10% para 1966 não foram atingidas, ficando o índice acima dos 40% no período³⁶³. Apesar disso, as reformas nas políticas fiscais, creditícias e trabalhistas criaram, conforme Luiz Carlos Prado e Fábio Earp, "(...) as bases para um novo modelo de crescimento econômico, cuja forma definitiva só viria a aparecer no governo seguinte³⁶⁴".

As políticas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico³⁶⁵ (BNDE) também foram reorientadas para atender aos imperativos do desenvolvimentismo privado. Conforme Caio Bugiato, o BNDE foi inicialmente tratado com hostilidade pela ditadura, haja visto seu perfil de investimentos prioritários no setor público e as muitas acusações de "infiltrações esquerdistas" na instituição. Entretanto, o novo bloco no poder logo percebeu sua importância e tratou de reverter seus investimentos em favor da iniciativa privada. Foi criado o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), visando dinamizar a indústria nacional, e os investimentos do banco no setor privado cresceram gradativamente, superando o setor público pela primeira vez em 1968³⁶⁶.

³⁶² PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio. **O 'milagre' brasileiro...** *Op. Cit.*, p. 215.

³⁶³ *Ibid.*, p. 216.

³⁶⁴ *Ibid.*, p. 216.

³⁶⁵ O BNDE foi fundado em 1952 para ser o principal banco de financiamento da industrialização promovida pelo governo Getúlio Vargas. Em 1982, incorporou o "social" ao nome ao assumir a administração do Fundo de Investimento Social (Finsocial). *Cf.*: BUGIATO, Caio. **O BNDES na ditadura militar e no rumo do neoliberalismo...** *Op. Cit.*, p. 278.

³⁶⁶ *Ibid.*, pp. 278-281.

Vinculada à perspectiva econômica do nacional-desenvolvimentismo, segundo a qual o Estado deveria monopolizar setores estratégicos da indústria de base para fomentar o desenvolvimento industrial privado em setores de transformação, a ideia de encampação das refinarias privadas de petróleo foi abandonada, na prática, desde o início do governo Castelo Branco. Em julho de 1965, após debater o tema em reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN), o ditador editou um decreto anulando o anterior, de autoria do Presidente João Goulart, que determinava as encampações³⁶⁷. Na ata da reunião, os argumentos contrários à encampação alinhavam-se ao desenvolvimentismo privado. O Ministro do Planejamento Roberto Campos defendeu que a manutenção das refinarias privadas seria um dos requisitos principais para que as empresas do setor pudessem desenvolver, no Brasil, a moderna indústria petroquímica, que ainda teria pouca concorrência na América do Sul. Segundo ele, as refinarias privadas dariam “(...) à indústria privada uma alternativa de abastecimento, podendo ela recorrer seja a matérias primas fornecidas pela PETROBRÁS, seja a matérias primas fornecidas pelas refinarias privadas, de vez que no setor privado há alguma apreensão em relação a um supridor único de natureza estatal (...)”³⁶⁸. A diversificação de empresas de petróleo para a indústria petroquímica no Brasil aconteceu de fato, mas apenas na década seguinte. No caso do grupo Ipiranga, como veremos, a ampliação para o setor petroquímico foi iniciada em 1976, com a coparticipação na Polisul, inaugurada no Polo Petroquímico de Triunfo/RS em 1982 com investimentos também da Petrobrás e da alemã Hoechst AG, com experiência no setor³⁶⁹.

Já o argumento do Ministro da Guerra Gen. Arthur da Costa e Silva contra as encampações atacava o populismo que, para ele, motivara o decreto de João Goulart. Para o general, as encampações foram “(...) justamente a pedra de toque do célebre comício de 13 de março, em que demagogicamente se fez a assinatura de um decreto

³⁶⁷ BRASIL. **Decreto nº 56.570, de 9 de julho de 1965.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56570-9-julho-1965-396912-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso: 18/2/2021.

³⁶⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Ata da 27ª sessão do Conselho de Segurança Nacional.** 2/7/1965. Fundo CSN. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0002_0011_f_108_122.

³⁶⁹ MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. **Publicação de 70 anos da Ipiranga.** 2007.

que devia ser estudado e profundamente meditado (...) ³⁷⁰. Tendo sido importante na justificativa do golpe de Estado, a revogação de tal “medida populista” seria agora uma urgência na consolidação do regime político.

A única contraposição à anulação do decreto das encampações veio de outro general que desempenhava a função de Secretário Geral do CSN, Ernesto Geisel. Posicionando-se abertamente “(...) favorável à desapropriação das refinarias particulares (...) ³⁷¹”, Geisel argumentava que as exceções previstas na Lei 2.004/53, que permitiam o funcionamento de refinarias privadas anteriores à Petrobrás, colocariam estas empresas em uma situação de privilégio, pois elas se beneficiavam indiretamente de todas as medidas governamentais que visassem proteger a estatal. Para o General,

Essas empresas se diferenciam em vários sentidos, em vários aspectos, das empresas que nós normalmente chamamos aqui de iniciativa privada, de capital privado. Elas têm assegurado o suprimento de matérias primas, têm assegurado o mercado, não precisam competir por mercado, têm assegurado o preço altamente vantajoso, de modo que elas não têm absolutamente as características das empresas que decorrem da iniciativa privada que vão disputar e que vão lutar o mercado e procuram então apresentar os seus produtos nas melhores condições e pelos preços mais baixos. Então é preciso desde logo caracterizar essas empresas sob esse aspecto, o que constitui um privilégio porque só elas podem fazer isso. Qualquer outro capital privado que queira investir nos negócios do refino do petróleo não tem possibilidade de fazê-lo. São empresas por outro lado fechadas, embora apresentem grande número de acionistas, porque elas estão sempre sob o controle de um reduzido grupo que é quem realmente auferes as maiores vantagens desse privilégio ³⁷².

O argumento do general Geisel centrava-se na ideia de que o Estado não deveria privilegiar alguns grupos privados em detrimento de outros. Uma vez que o governo Castelo Branco não pretendia abandonar a política de monopólio da Petrobrás, a posição que menos interferiria na competição privada pelo desenvolvimento industrial seria, para ele, o fim das exceções. A decisão, por fim, de não abandonar a política de monopólio da Petrobrás e manter as refinarias privadas

³⁷⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Ata da 27ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**. 2/7/1965. Fundo CSN. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0002_0011_f_108_122.

³⁷¹ ARQUIVO NACIONAL. **Ata da 27ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**. 2/7/1965. Fundo CSN. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0002_0011_f_108_122.

³⁷² ARQUIVO NACIONAL. **Ata da 27ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**. 2/7/1965. Fundo CSN. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0002_0011_f_108_122.

em funcionamento, pensando em sua futura diversificação para a petroquímica em parceria com o Estado e o capital internacional, explicita que o desenvolvimentismo privado que orientava a prática dos ministros da área econômica, oriundos do IPES, propunha uma mudança no “(...) sentido da ação estatal, mas não se previa uma redução drástica do papel que o Estado assumira na industrialização³⁷³”.

2.4 Capitão Martiniano Francisco de Oliveira – o primeiro governo local da ditadura e a resistência democrática na Câmara de Vereadores

Ainda no mês de maio de 1964, estando no posto a menos de um mês, Álvaro Pereira (PTB) renunciou ao cargo de prefeito de Rio Grande alegando problemas de saúde, sendo temporariamente substituído pelo presidente do Legislativo, Alvary Becker de Freitas (ADP). Os vereadores, então, procederam uma apressada modificação na Lei Orgânica do município e, apoiando-se na nova norma, elegeram indiretamente o capitão reformado do Exército Martiniano Francisco de Oliveira, para o cargo de prefeito, e o professor Carlos Loréa Pinto, para vice-prefeito. Eleitos em sessão extraordinária no dia 31 de maio de 1964³⁷⁴, a posse de ambos aconteceu no primeiro dia do mês de junho³⁷⁵.

Athaydes Rodrigues, que estava preso em Porto Alegre e havia tido seu mandato cassado, relatou ter tomado conhecimento posteriormente de que o nome de Martiniano fora escolhido “[...] no ‘palácio real’, isto é, na Capitania, presentes os vereadores ‘livres’ e o ‘reizinho’ [...]”³⁷⁶. Posteriormente, confrontados por Athaydes em meio a um processo de *impeachment* movido pela Câmara contra o prefeito, Francisco Santana Ferreira e Alvary Becker de Freitas mantiveram-se dizendo que o nome de Martiniano não fora imposto pela Capitania, mas escolhido livremente pelos vereadores dentre aqueles que contassem “(...) com livre trânsito das autoridades militares locais”. “Estávamos em plena vigência do Ato Institucional, e qualquer nome

³⁷³ MATTOS, Fernando; BASTOS, Pedro; BARONE, Ricardo. **O “debate pioneiro sobre distribuição de renda... Op. Cit., p. 26.**

³⁷⁴ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.170, de 31 de maio de 1964.**

³⁷⁵ CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande... Op. Cit., p. 434.**

³⁷⁶ RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu... Op. Cit., p. 147.**

que não satisfizesse essas condições, não teria tomado posse³⁷⁷, justificou Francisco Santana. O mesmo vereador apontou que a sugestão teria sido do vereador Alberto Martins da Silva (PTB), que negou tê-la feito, mas admitiu que “(...) compareceu à Capitania dos Portos a chamado do seu titular, Capitão Mário Rodrigues da Costa (...)”, quando concordou com o nome do Capitão Martiniano, “(...) em virtude desse cidadão estar desvinculado de cores político-partidárias³⁷⁸. No dia da eleição indireta, entretanto, Alberto não compareceu à Câmara porque “(...) não concordava com a eleição em que se negava o direito do povo de escolher o seu governante, e mais ainda da maneira como foi realizada: sob pressão³⁷⁹”.

Após ser posto em liberdade no dia 5 de junho de 1964, Athaydes Rodrigues traçou com seu advogado uma estratégia jurídica para retomar seu mandato de vereador. Segundo ele, na tentativa de dissuadi-lo, o C.M.G. Mário Rodrigues o mandou chamar à capitania e lhe disse:

Mandei chamar-lhe porque sei que o senhor está fazendo pressão nos vereadores para que lhe devolvam seu mandato. Isso eu não posso admitir. Não há condições políticas para os vereadores anularem o que fizeram, sem que fiquem desmoralizados. Não desejo intervir outra vez na Câmara, mas não posso admitir tal pressão³⁸⁰.

As ameaças, entretanto, não tiveram o efeito desejado e, em 21 de julho, Athaydes recebeu uma primeira decisão favorável, um mandado de segurança determinando sua reintegração à Câmara assinado pelo juiz substituto Paulo David Torres Barcellos³⁸¹. No prazo de 15 dias para questionamento da decisão, a Capitania dos Portos remeteu à Presidência da Câmara de Vereadores alguns arquivos que serviriam como prova das ligações de Athaydes com o movimento comunista. Dentre

³⁷⁷ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.326, de 28 de maio de 1965**. Discurso do vereador Francisco Santana Ferreira.

³⁷⁸ Segundo Rafael Madeira e Dirceu Gerardi, o capitão Martiniano Francisco de Oliveira não tinha familiares próximos na política e não havia ocupado cargos políticos eletivos ou não-eletivos entre 1945 e 1964. *Cf.*: MADEIRA, Rafael, GERARDI, Dirceu. O regime civil-militar e a política local: uma proposta de tipologia para análise de recrutamento e padrões de carreira de prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul. **Teoria e Pesquisa – Revista de Ciência Política**. N. 23 (2), 2014, p. 174.

³⁷⁹ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.326, de 28 de maio de 1965**. Discurso do vereador Alberto Martins da Silva.

³⁸⁰ Se faz necessário pontuar que este trecho é a reprodução da memória de Athaydes Rodrigues sobre o diálogo com o Capitão Mário Rodrigues. RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu... Op. Cit.**, p. 170.

³⁸¹ RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu... Op. Cit.**, p. 179.

eles, chamaram a atenção do próprio vereador dois rolos de fita com gravações suas, acompanhadas das instruções: “havendo necessidade da reprodução das fitas, deverão as mesmas serem reproduzidas no gravador de propriedade do Eng^o Roberto Bastos Tellechea³⁸²”, que as acompanhava. Para Athaydes, que não conheceu o conteúdo das fitas, elas teriam apenas discursos seus a favor da encampação das refinarias, posição que já era de amplo conhecimento. No entanto, ele avaliou que seria “(...) importante que as ‘manguinhas’ desses senhores apareçam também³⁸³”. Sobrinho do Presidente das Empresas Ipiranga Francisco Martins Bastos – que não teve filhos –, Roberto sucedeu o tio na função de superintendente da Refinaria quando aquele tornou-se Presidente do grupo, em 1960 e assumiu a quase totalidade de suas funções em 1977, motivado pelo adoecimento do tio. Estava sendo preparado para ser o sucessor legal de Francisco, quando faleceu repentinamente em 1982, vítima de um infarto³⁸⁴. A aparição de seu nome como fornecedor de “provas” da subversão de Athaydes, colaborando em ação repressiva com a maior autoridade militar e política do novo bloco de poder na cidade, indica o quão próximas destas autoridades estavam os mais destacados representantes do empresariado local.

Apesar disso, no dia 21 de setembro, o reconhecimento do direito de Athaydes recuperar seu mandato foi confirmado pelo juiz Gervásio Barcellos³⁸⁵, e o coronel encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) a que ele respondia concluiu que não havia “(...) qualquer prova de que o referido oficial tenha sido em algum tempo ou seja filiado ao extinto Partido Comunista³⁸⁶”. Dois dias depois, Athaydes retornou à Câmara de Vereadores e ao cargo de 2^o secretário na mesa diretora³⁸⁷. Mais tarde, conseguiu a aprovação de um projeto revogando a lei n^o 204/64³⁸⁸, que cassava os mandatos dos vereadores do PR. No dia nove de novembro, o vereador suplente Alfredo Cassahy (PR) tomou posse, restaurando a bancada republicana e o total de treze vereadores no legislativo municipal³⁸⁹. Ao comentar o caso para a reportagem do

³⁸² *Ibid*, p. 181-182.

³⁸³ *Ibid*, p. 183.

³⁸⁴ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, pp. 190-193.

³⁸⁵ *Ibid*, pp. 183-190.

³⁸⁶ *Ibid*, p. 168.

³⁸⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata n^o 2.218 de 23 de setembro de 1964.**

³⁸⁸ RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, p. 199.

³⁸⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata n^o 2.236 de 9 de novembro de 1964.**

jornal *Rio Grande*, o vereador Francisco Santana Ferreira lamentou a decisão judicial, que considerava uma “(...) vitória dos comunistas em Rio Grande³⁹⁰”.

O reestabelecimento dos mandatos por intervenção judicial sinalizava aos vereadores que, apesar de todo o poder repressivo concentrado nas mãos dos novos governantes, representados na cidade naquele momento pelo C.M.G. Mário Rodrigues, haveria ainda um campo onde as leis e a Constituição de 1946 seriam respeitadas³⁹¹. Vislumbrando a possibilidade de amparar-se no Poder Judiciário, os vereadores aos poucos retomaram para o Legislativo a função de fiscalizar as ações do Poder Executivo municipal.

Nos primeiros dias de novembro de 1964, o prefeito cap. Martiniano de Oliveira decidiu transferir, sem concorrência pública, a concessão da linha de ônibus ligando Rio Grande a Porto Alegre, que era da autarquia municipal chamada Serviço Rio-Grandino de Transportes Coletivos (SRGTC), para a empresa Expresso Fonseca Jr³⁹². Fundada na década de 1940, na cidade de Pelotas/RS, pelo imigrante português Manuel Marques da Fonseca Junior, a empresa já explorava a linha Rio Grande – Pelotas³⁹³. A transferência da linha de ônibus logo repercutiu na Câmara onde, além de Athaydes Rodrigues (PR), Lindalvo Curupy Monteiro (PTB) e outras lideranças da oposição, destacou-se o vereador Silvério Miranda Jr. (ADP), partilhando das denúncias e solicitações de explicações ao prefeito.

Chamado a dar explicações aos vereadores, o prefeito compareceu à sessão do dia 18 de novembro acompanhado do diretor do SRGTC, José Ferreira dos Santos. Já iniciada a oitiva, o presidente da Casa interrompeu o prefeito para anunciar e convidar à mesa o comandante da capitania dos portos, C.M.G. Mário Rodrigues da Costa – cuja presença na sessão foi considerada pelos vereadores, posteriormente,

³⁹⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Nova diretoria da Câmara de Vereadores de Rio Grande**. DCI.SSP.RS 1969. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012329.

³⁹¹ As intervenções do Poder Judiciário, sobretudo a concessão de *habeas corpus* para presos políticos, estiveram entre os motivos que sustentaram a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, que praticamente anulava qualquer possibilidade de resistência à ditadura por vias judiciais. Cf.: LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 179.

³⁹² RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, p. 201.

³⁹³ Tendo adotado o nome Expresso Embaixador, a empresa se mantém em funcionamento na atualidade. EXPRESSO EMBAIXADOR. **Como tudo começou; trajetória; consolidação**. Disponível em: <https://www.expressoembaixador.com.br/a-embaixador>. Acesso: 18/2/2021.

uma clara tentativa de intimidação³⁹⁴. O capitão Martiniano declarou que fora motivado “(...) a fazer a entrega da linha de ônibus Rio Grande – Porto Alegre, de uma vez por todas, a uma firma particular, (...) devido à grave situação financeira do município (...)”, e que outra empresa, de propriedade de José Madrid, estava requerendo ao DAER a obtenção da concessão sem qualquer benefício à Prefeitura. A entrega, portanto, teria sido feita para resguardar o patrimônio público, uma vez que, na avaliação do prefeito, haveria “(...) dentro do DAER (...) algo contra a Prefeitura, interesses escusos (...) aproveitando essa oportunidade para se apossarem da linha (...)”.

Quando questionado sobre o que a Prefeitura havia recebido com a entrega da linha à Expresso Fonseca Jr., entretanto, Martiniano afirmou que não recebera nada, nem para si nem para os cofres públicos³⁹⁵. O acordo teria sido firmado sem formalização, sob a garantia verbal de que a empresa, “(...) quando fosse aberta a concorrência, tomaria parte com um mínimo de vinte milhões por cada ônibus”. Ou seja, havia apenas a promessa de pagamento pelos ônibus do SRGTC, mas a entrega da concessão da exploração da linha a uma empresa privada, feita em nome de evitar sua transferência a outra empresa privada, não traria qualquer recompensa aos cofres públicos. O argumento central para a transferência, portanto, era o suposto prejuízo que a exploração da linha de ônibus Rio Grande – Porto Alegre trazia para o SRGTC. Os vereadores apontavam, contudo, que a linha intermunicipal era justamente o serviço mais rentável da autarquia e, por isso mesmo, estava sendo disputado por duas empresas privadas, enquanto não havia interesse do setor privado em explorar, por exemplo, o serviço de bondes urbanos.

Antes de concluir a sessão, Athaydes questionou ainda sobre informações que tinha de que a Prefeitura teria vendido, a preço baixo, dispensando a concorrência pública e a consulta ao Legislativo, uma camionete. Enquanto o prefeito negava ter conhecimento do caso, o diretor do SRGTC, José Ferreira dos Santos, o informou de que havia sido ele quem realizou a transação. Desta forma, a sessão foi encerrada com ainda mais suspeitas de ilicitudes sobre a administração do capitão Martiniano,

³⁹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.326, de 28 de maio de 1965.**

³⁹⁵ Em seu livro, Athaydes afirma que, na verdade, o pagamento pela concessão seria de 30 milhões de cruzeiros, a serem pagos um milhão por mês, sem especificar se estaria incluída a venda dos ônibus. O vereador avaliava, no entanto, que uma concorrência pública poderia arrecadar facilmente 500 milhões de cruzeiros pelas linhas. Cf.: RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu... Op. Cit.**, p. 201.

que também deixou registrado nas atas seu descontentamento com o que considerava ataques à sua honra por parte dos vereadores³⁹⁶.

O conflito se estendeu pelo primeiro semestre do ano seguinte e, novamente, a discussão se publicizou nas rádios da cidade. O jornalista Paulo Corrêa, da Rádio Minuano, desta vez defendia o prefeito e atacava os vereadores que o denunciavam. Estes revidavam pela Rádio Cultura Rio-Grandina – à exceção de Athaydes, a quem o diretor da emissora dissera não poder mais ceder espaço por preço algum³⁹⁷. Na tribuna da Câmara, Athaydes denunciou que o proprietário da Rádio Minuano seria o mesmo da Expresso Fonseca Jr. e tentou mobilizar seus companheiros a buscar a responsabilização judicial de Paulo Corrêa por ataques aos Legislativo³⁹⁸. Em memorial publicado sobre seu colega, o jornalista Nilo Dias confirmou que a rádio Minuano foi comprada, em 1962, por Manuel Marques da Fonseca Junior³⁹⁹.

Em 11 de abril de 1965, foi aceita a denúncia e iniciado o processo de *impeachment* do prefeito⁴⁰⁰. Logo, Washington Ballester (ADP) o acusava de não ser merecedor da “(...) confiança da Revolução, por ser omissor, esbanjador e ter-se cercado de inimigos da revolução”⁴⁰¹. Enquanto Ballester e Silvério Miranda optavam por atacar o prefeito e diferenciá-lo dos “ideais revolucionários” – golpistas – que eles mesmos defendiam, Alvaro Becker de Freitas e Francisco Santana Ferreira mantinham-se na defesa do capitão. Essa foi a origem de um duradouro racha entre os políticos que haviam sido os mais ferrenhos apoiadores do golpe de Estado em Rio Grande, que a ADP passaria em herança à Arena. Em meio às polêmicas, até mesmo o *Jornal Rio Grande* passou a se opor à permanência do capitão Martiniano na prefeitura⁴⁰².

Cerca de um mês após as primeiras denúncias contra Martiniano, no dia 2 de dezembro de 1964, os vereadores republicanos Athaydes Rodrigues e Alfredo Cassahy foram novamente presos. Desta vez, a acusação era de que eles fariam parte

³⁹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.240 de 18 de novembro de 1964.**

³⁹⁷ RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, pp. 197, 202 e 203.

³⁹⁸ *Ibid.*

³⁹⁹ DIAS, Nilo. **O rádio gaúcho está de luto.** Segunda-feira, 22 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://nilodiasreporter.blogspot.com/2010/02/radio-gaúcho-perde-um-de-seus-exponentes.html>. Acesso: 20/07/2023.

⁴⁰⁰ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 439.

⁴⁰¹ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.349 de 10 de setembro de 1965.**

⁴⁰² CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 436.

dos planos da fracassada Operação Pintassilgo que, conforme Moniz Bandeira, reuniu alguns membros da Brigada Militar e pretendia tomar a base área de Canoas/RS para bombardear o palácio Piratini⁴⁰³. Em seu livro de memórias, Athaydes afirmou que o verdadeiro motivo das prisões, uma vez que eles não tinham qualquer relação com planos de resistência armada, seria uma determinação do comandante da Capitania Mário Rodrigues que, ao tomar conhecimento das prisões de suspeitos de organizar o levante, teria incluído os nomes dos dois vereadores opositores na lista como forma de afastá-los novamente na Câmara⁴⁰⁴. O teor das acusações contra Alfredo e Athaydes somente ficou mais claro quando um vereador de Porto Alegre afirmou que o plano deles seria assassinar o presidente do Legislativo da capital, vereador Renato Souza. Segundo Athaydes, Renato teria sido o subchefe de polícia enviado a Rio Grande, em 1952 pelo Governador Ernesto Dornelles, para comandar a repressão à greve que ocorria na cidade. Como na ocasião os policiais assassinaram quatro manifestantes, os “pintassilgos” estariam planejando vingança. Sem quaisquer evidências das acusações, Alfredo foi posto em liberdade no dia seis, Athaydes no dia quatorze e ambos retomaram seus mandatos ainda em janeiro de 1965⁴⁰⁵.

Além de Alfredo e Athaydes, também foram presos os vereadores Lindalvo Monteiro (PTB) e Silvério Miranda Jr. (ADP). Conforme Willy Cesar, depois de uma semana detidos em Porto Alegre, os dois teriam sido libertados sem receber qualquer explicação sobre os motivos da prisão⁴⁰⁶. Na interpretação de Athaydes,

É a negociata da concessão da linha que está pegando fogo. Agora, o jornal fala no caso, grita, protesta e os vereadores querem aplicar o *'impeachment'* no Prefeito. O capitão Mário, não encontrando outra maneira para acalmar a situação, manda prender os mais ativos, a fim de que os outros fiquem assustados e a negociata prossiga tranquila⁴⁰⁷.

Os arquivos dos órgãos de informações levantados nesta pesquisa permitem confirmar as suspeitas de Athaydes Rodrigues quanto ao mandante das prisões de seus colegas. Sobre Silvério Miranda, o III Exército registra que “em 11 DEZ 64, foi

⁴⁰³ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart...** *Op. Cit.*, p. 375.

⁴⁰⁴ RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, p. 218.

⁴⁰⁵ RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, pp. 211, 219 e 226.

⁴⁰⁶ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 438.

⁴⁰⁷ RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, p. 208.

preso por solicitação do Sr. Cap. dos Portos do Estado do RS MARIO RODRIGUES DA COSTA e conduzido escoltado para Porto Alegre”. Sobre Lindalvo Curupy Monteiro, o documento repete as mesmas informações acima e acrescenta que, “(...) em 21 DEZ 64, foi posto em liberdade⁴⁰⁸”. De fato, enquanto representante máximo da “autoridade revolucionária” em Rio Grande, Mário Rodrigues tratava agora de pressionar os vereadores para proteger das denúncias de improbidade administrativa o capitão a quem ele próprio havia indicado para o cargo de prefeito.

A discussão na Câmara sobre a concessão da linha de ônibus, contudo, não arrefeceu. Em março de 1965, Silvério Miranda Jr. foi novamente preso e apresentado ao III Exército, desta vez por “(...) ter votado contra proposição de uma sessão solene em homenagem ao primeiro aniversário da Revolução de 1964, em cuja oportunidade fez acirrados ataques aos ditames revolucionários⁴⁰⁹”. Apesar das pressões, a Câmara deu início ao processo de *impeachment* contra o capitão Martiniano Francisco de Oliveira em abril de 1965⁴¹⁰. O restante do seu governo foi marcado pelos conflitos com a Câmara de Vereadores, cujas posições poderiam ser classificadas em três blocos: aqueles que, como Athaydes, Lindalvo e Alberto Martins, haviam sido contrários ao golpe de Estado e viam a administração de Martiniano como exemplo do fracasso dos autointitulados “revolucionários”; outros, como Silvério Miranda Jr. e Washington Ballester, acusavam o prefeito de não ser um “revolucionário legítimo”, como eles mesmos seriam; por fim, Alvary Becker de Freitas e Francisco Santana Ferreira mantiveram-se até o fim na defesa do governo Martiniano, inclusive pressionando os colegas pela aprovação de projetos enviados pelo Executivo. Na interpretação da comunidade de informações, Silvério estaria sendo manipulado por Athaydes, Lindalvo e Alberto, que o colocariam “(...) em conflito constante com os dois únicos vereadores aproveitáveis – Francisco Santana e Alvary Becker de Freitas⁴¹¹”.

Ainda em dezembro de 1965, os dois “vereadores aproveitáveis” defenderam, na câmara, a aprovação de um projeto do Executivo que aumentaria a autonomia

⁴⁰⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Eleições municipais 15 nov 68 Area de segurança** - E2 IIIEx Z-12 1968. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012328.

⁴⁰⁹ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Camara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672.

⁴¹⁰ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.* p. 438.

⁴¹¹ ARQUIVO NACIONAL. **Dossiê Silverio Miranda Jr** - SI.PF RG 1973. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009612.

fiscal do Serviço Rio-Grandino de Água e Esgotos (SRGAE). A medida era apresentada como urgente e necessária para a liberação de um empréstimo junto à *United States Agency for International Development* (USAID). Conforme registros da comunidade de informações, os vereadores Silvério, Lindalvo, Alberto e Athaydes, além de David Manoel Gautério (MTR), Walter Chaves Troina (PTB) e Pedro Correa de Azevedo (PSD) vinham “(...) obstruindo (...) a pretensão do Serviço Rio-Grandino de Água e Esgotos para obter auxílio da USAID⁴¹²”. Sob a chantagem do empréstimo, necessário para a ampliação dos serviços, o Executivo conseguiu a aprovação da medida. Quase dois anos depois, entretanto, o mandato de Martiniano já havia sido encerrado e os vereadores continuavam solicitando “(...) informações ao S.R.G.A.E. com relação ao empréstimo da USAID⁴¹³”, sem obter respostas satisfatórias. Na ocasião, Athaydes lamentou que “(...) o ‘conto do empréstimo’ (...)” havia sido, mais uma vez, “(...) aplicado nesta Casa, e sempre tem sido assim, quando desejam conseguir alguma coisa da Câmara, exercem pressão alegando um motivo urgente⁴¹⁴”.

Conforme Pedro Campos, a falta de clareza nas exigências da USAID em contrapartida aos financiamentos oferecidos ao setor público brasileiro suscitou conflitos também com entidades representativas das empreiteiras de obras públicas, formalizado na campanha do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em “defesa da engenharia brasileira”. Na ocasião, os empresários nacionais acusavam a USAID de favorecer empresas estadunidenses em detrimento das brasileiras mesmo quando estas possuíssem condições técnicas de realizar as obras, retirando o poder decisório do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). De forma semelhante, os acordos do Ministério da Educação com a USAID foram alvo de críticas da campanha empresarial, que indicava sua “(...) falta de transparência e a subordinação explícita (...)” ao capital e governo estadunidenses⁴¹⁵. Sobre os objetivos da campanha de ação política do empresariado ligado ao Clube de Engenharia, entretanto, Campos afirma:

⁴¹² ARQUIVO NACIONAL. **Eleições municipais 15 nov 68 Area de segurança** - E2 IIIEx Z-12 1968. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012328.

⁴¹³ CÂMARA DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.672 de 20 de setembro de 1967.**

⁴¹⁴ CÂMARA DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.672 de 20 de setembro de 1967.**

⁴¹⁵ CAMPOS, Pedro. **Estranhas catedrais...** *Op. Cit.*, p. 251, 252 e 254.

A campanha do CE tinha forte organização e articulação e não visava apenas esclarecer a situação e defender seu ponto de vista. Com o poder daqueles engenheiros-empresários, eles almejavam brevar a efetivação dos contratos e tinham meios para isso⁴¹⁶.

Entre os resultados da campanha, pode-se elencar, por exemplo, a reserva de mercado doméstico pra empresas nacionais em concorrências públicas. Apesar disso, sob a ditadura do marechal Castelo Branco, a maior parte dos postos de comando no aparelho de Estado representavam interesses dos capitais privados internacionais e seus associados⁴¹⁷. Por isso, o efetivo atendimento das demandas destes empresários somente viria sob a ditadura dos generais Costa e Silva e Médici, período “(...) mais duro, autoritário e repressivo do regime (...)” que foi também o de “(...) maior contentamento das classes dominantes residentes⁴¹⁸”.

Em Rio Grande, no dia 10 de março de 1966, o prefeito capitão Martiniano de Oliveira e vice-prefeito Carlos Loréa Pinto renunciaram a seus mandatos, e o ditador Marechal Castelo Branco nomeou o General Armando Cattani como interventor federal na Prefeitura Municipal. Em uma última demonstração de poder, Martiniano se negou a entregar o cargo ao presidente da câmara, permanecendo em exercício até a posse de Cattani, em abril de 1966⁴¹⁹.

Considerações parciais:

O capítulo que aqui se encerra teve como objetivo compreender a instituição da ditadura de segurança nacional em âmbito local, identificando seu comando, seus métodos e contradições e mapeando as relações do empresariado local com a direção político-militar e os principais interesses envolvidos. Primeiramente, destaca-se o papel central que a proposta de estatização das refinarias ocupou na política local

⁴¹⁶ *Ibid.*, p. 252.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 334.

⁴¹⁸ *Ibid.*, p. 339.

⁴¹⁹ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 438. HEMEROTECA DIGITA DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Jornal do Dia**. Porto Alegre. 7 de abril de 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098230&pesq=%22Armando%20Cattani%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=63059>. Acesso: 24/1/2023.

durante a conjuntura de crise e conspiração contra o governo de João Goulart. O apoio do prefeito Farydo Salomão a esta proposta, bem como sua defesa da legalidade constitucional, motivou sua cassação e prisão, e também a organização, por parte de lideranças empresariais, de uma marcha em “agradecimento” aos militares pelo golpe desferido contra a democracia.

Após o golpe de Estado, o comando da repressão na cidade foi confiado ao Capitão de Mar e Guerra Mário Rodrigues da Costa, que exercia a função de comandante da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul. Sob sua responsabilidade e do Capitão de Fragata Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, o navio *H-22 Canopus*, sob comando do último oficial, foi transformado em centro ilegal de detenção. Algumas fontes consultadas neste capítulo apontaram também para a possível utilização de outras embarcações, menores que o *Canopus*, como centros clandestinos de detenção e interrogatório – caso do depoimento do ex-prefeito Farydo Salomão. Além da direção repressiva, apurou-se ainda que o CMG Mário Rodrigues da Costa comandou operações táticas na política municipal, intervindo direta e indiretamente nos poderes executivo e legislativo.

Em ao menos um caso, com o fornecimento de fitas e equipamentos de gravação pertencentes a Roberto Bastos Tellechea à Capitania dos Portos com discursos que provariam a vinculação de Athaydes Rodrigues ao comunismo, a direção do grupo Ipiranga colaborou diretamente com a *operação gaiola* sob comando do C.M.G. Mário Rodrigues da Costa.

A resistência democrática na Câmara de Vereadores utilizou como estratégia principal os recursos ao Poder Judiciário na tentativa de, pelo cumprimento da lei, frear as perseguições e a concentração do poder local em torno dos interventores militares. Neste sentido, sob liderança do vereador Athaydes Rodrigues, promoveu-se a contestação de medidas administrativas que drenavam recursos públicos para grupos privados, como no caso da concessão da linha de ônibus que ligava Rio Grande a Porto Alegre.

3 Intervenção Federal na Prefeitura Municipal, binômio *segurança e desenvolvimento* e institucionalização jurídica e informacional-repressiva da ditadura de segurança nacional em Rio Grande (1966 – 1968)

O objetivo deste capítulo é compreender o processo gradual de institucionalização da ditadura de segurança nacional e o crescente papel nele atribuído ao planejamento estatal para o incentivo do desenvolvimento no setor privado, bem como suas implicações para o empresariado e a direção política municipal. O recorte temporal é aberto pela intervenção federal na prefeitura municipal, com a nomeação do general Armando Cattani ao cargo de prefeito, em 1966, e estende-se até a perda da autonomia na escolha do chefe do Executivo municipal, com a inclusão da cidade na lista de áreas de interesse da Segurança Nacional, em 1968. Em perspectiva nacional, trata-se do período de governo do ditador general Arthur da Costa e Silva (1967-1969).

3.1 Legitimação social e manutenção de *características híbridas* durante a institucionalização da ditadura de segurança nacional

A intervenção federal e a nomeação de um general para o cargo de prefeito eram sinais do avanço da institucionalização da ditadura. Conforme Claudio Vasconcelos, esse processo foi marcado por um “hibridismo” decorrente da opção feita pela coalização golpista de respeitar alguns princípios democrático-liberais, como a manutenção dos poderes Legislativo e Judiciário, em busca de legitimidade social. Nas palavras do autor,

Em síntese, havia uma política governamental – ao menos na facção militar castelista – baseada na crença de que, para se manter, o regime precisava de legitimidade junto a uma parcela significativa da sociedade e, em busca disto, tentava associar a sua ação a alguns princípios democráticos. Porém, esta opção não significava um retorno a um regime de “plenitude democrática”. O projeto pressupunha o estabelecimento, primeiro, de uma

situação híbrida, visando salvar o país do “perigo” comunista, para, em um segundo momento, permitir o retorno a uma “democracia ideal”⁴²⁰.

A “democracia ideal” seria, na realidade, um regime democrático-liberal sob estreita tutela militar. A “situação híbrida”, no entanto, logo foi confrontada com as contradições internas à coalizão golpista. A cada conflito, as posições do governo Castelo Branco iam, uma a uma, reafirmando o caráter ditatorial do regime sem, contudo, livrar-se completamente de suas características “híbridas”. Por exemplo, mantendo o Legislativo em funcionamento, mas diminuindo suas atribuições, cassando mandatos e decretando recessos quando as pressões não eram suficientes para aprovar medidas do governo⁴²¹.

Em Rio Grande, como vimos, as soluções judiciais e políticas que garantiram a recuperação dos mandatos dos vereadores do PR foram sucedidas de suas prisões, poucos meses depois. Esta solução autoritária, somada à detenção dos vereadores Lindalvo e Silvério, era também parte da estratégia do capitão dos portos C.M.G. Mário Rodrigues para enfrentar a resistência que o prefeito Martiniano encontrava na Câmara de Vereadores. Desta vez, nem mesmo o membro “rebelde” da coalizão que apoiara o golpe, Silvério Miranda Jr. da ADP, foi poupado.

Em âmbito nacional, o fim do governo Castelo Branco foi prorrogado para março de 1967, com a chancela do Congresso Nacional⁴²². Em outubro de 1965, após a derrota de candidatos governistas na Guanabara e em Minas Gerais, o governo decidiu adotar medidas que fortaleceriam o Poder Executivo federal e ampliariam o “poder revolucionário” autoatribuído. Ciente da necessidade de legitimidade, tentou primeiro o caminho do diálogo com o Legislativo. Frente à resistência dos parlamentares em diminuir o poder do próprio Congresso Nacional, entretanto, Castelo Branco editou o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965⁴²³.

⁴²⁰ VASCONCELOS, Claudio Beserra. **Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968)**: a preservação do Legislativo. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, jan/abr 2013, p. 342.

⁴²¹ *Ibid*, p. 349.

⁴²² BRASIL. **Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-9-22-julho-1964-363037-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 08/08/2023.

⁴²³ VASCONCELOS, Claudio. **Os militares e a legitimidade...** *Op. Cit.*, pp. 346-348.

Sob a pretensão de representar “(...) o interesse e a vontade da Nação (...)” no exercício do “(...) Poder Constituinte da Revolução (...)”, o segundo ato de institucionalização da ditadura extinguiu todos os partidos políticos existentes, aumentava o número de ministros do Supremo Tribunal Federal, suspendia garantias de servidores públicos e renovava as possibilidades de cassação de direitos políticos⁴²⁴. Apesar de estabelecer o prazo de 3 de outubro de 1966 para a realização de eleições presidenciais, o preâmbulo do documento já explicitava os planos continuístas dos que haviam tomado o poder: “não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará⁴²⁵”.

Em novembro, o Ato Complementar nº 4 estabeleceu as regras para a formação de novos partidos políticos no Brasil. Em um processo “de cima para baixo”, cada partido deveria reunir um mínimo de 120 deputados federais e 20 senadores para ter o registro autorizado. Com isso, segundo Lucia Grinberg, “(...) o governo pretendia possibilitar a formação de apenas dois partidos, o que não era consenso na sua base de apoio parlamentar⁴²⁶”. No novo sistema bipartidário, o artifício que permitia a cada agremiação apresentar até três candidatos às eleições majoritárias, chamado de “sublegenda”, visava acomodar no partido de sustentação da ditadura os interesses conflitantes de antigas lideranças da UDN, PSD e outros da direita⁴²⁷. Ainda em 1965, estavam constituídos o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), como base parlamentar da ditadura.

Em fevereiro de 1966, durante o processo de formação dos diretórios municipais dos novos partidos políticos, o SNI encaminhou informe à Casa Civil do Palácio Piratini partilhando preocupações com os rumos da organização da Arena em Rio Grande. O documento afirma que Manoel de Albuquerque Libório, Washington Ballester de Sá Freitas e Silvério Miranda Jr. estariam, por iniciativa própria, tentando organizar o partido governista local. Para o “informante idôneo” do SNI, seria

⁴²⁴ BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso: 23/1/2023.

⁴²⁵ *Ibid.*

⁴²⁶ GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 64.

⁴²⁷ *Ibid*, p. 64.

necessário “(...) que venha alguém de fora do município, organizar a ARENA para preservá-la da liderança dos antigos, viciados e desmoralizados grupos⁴²⁸”.

Sobre Manoel de Albuquerque Libório, o informe diz apenas que era membro do PSD e “(...) foi um dos fracassos da ADP⁴²⁹”. Já Washington é retratado como alguém que diz ser “(...) revolucionário, mas atua como se não o fosse (...)”, pois “(...) procura desmoralizar o Prefeito Martiniano Francisco de Oliveira, não atentando para os reflexos contra a Revolução⁴³⁰”. Além disso, Ballester seria “(...) elemento tido como de poucos recursos de inteligência, mau advogado e inescrupuloso”. Sobre Silvério Miranda Jr., o SNI diz ser “(...) estreitamente ligado à oposição. Diz-se que é tudo. Já foi comunista. Sobre ele pesa a acusação – não desmentida – de que nem brasileiro é⁴³¹”. Apesar dos comentários desqualificantes e desmoralizantes, fica claro no documento que o motivo principal pelo qual não seria interessante ao governo que a liderança local da Arena fosse assumida por Washington e Silvério eram suas críticas e denúncias contra o prefeito Martiniano, indicado ao cargo pela verdadeira autoridade da “revolução” em Rio Grande, o C.M.G. Mário Rodrigues da Costa.

O pedido do informante de que houvesse a nomeação de alguém “de fora” para presidir o diretório municipal da Arena não foi concretizado, visto que em junho de 1966 o vereador Alvary Becker de Freitas foi eleito seu primeiro presidente⁴³². Apesar dos “(...) reflexos contra a Revolução (...)” de seus posicionamentos na Câmara de Vereadores, Washington Ballester e Silvério Miranda Jr. foram aceitos nas fileiras do partido governista⁴³³. A intervenção federal na Prefeitura, entretanto, já era uma realidade desde abril, e é possível que a escolha do “vereador aproveitável⁴³⁴” para

⁴²⁸ ARQUIVO NACIONAL. **ARENA em Rio Grande – Organização do Diretório Municipal**. APA-SNI, 1966. Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012273.

⁴²⁹ *Ibid.*

⁴³⁰ *Ibid.*

⁴³¹ *Ibid.*

⁴³² CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 440.

⁴³³ MEMORIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL GAÚCHA. **Resultados das eleições municipais de 1968 – Rio Grande**. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/municipios-de-l-a-z/rio-grande> Acesso: 09/04/2020.

⁴³⁴ Alvary Becker de Freitas e Francisco Santana Ferreira foram definidos como “únicos vereadores aproveitáveis” pelo Serviço de Informações da Polícia Federal. *Cf.*: ARQUIVO NACIONAL. **Dossiê Silverio Miranda Jr - SI.PF RG 1973**. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009612.

presidir o diretório reflita as pressões do General Cattani para pacificar e controlar a Arena local, que já nascia rachada.

3.2 Intervenção Federal do general Armando Cattani na Prefeitura Municipal e a administração pública dos serviços de transportes coletivos, água e esgotos em Rio Grande

Ao ser nomeado interventor em Rio Grande, o General Armando Cattani já possuía uma longa trajetória militar e política. Nascido em 1897, ingressou no Exército em 1918. Enquanto coronel, foi adido militar no Chile entre 1952 e 1954. Em 1955, graduou-se General de Brigada e entre 1956 e 1959, comandou a 6ª Divisão de Infantaria, em Porto Alegre⁴³⁵. Transferido à reserva, foi diretor-presidente da Companhia Carris, de transportes coletivos, na gestão do prefeito José Loureiro da Silva (PDC) em Porto Alegre, de 1960 a 1963⁴³⁶. Segundo o jornalista Luiz Claudio Cunha, Cattani seria “(...) tão amigo do general Golbery que foi selecionado por ele para assumir como interventor a prefeitura de sua terra natal, Rio Grande”⁴³⁷. A proximidade do interventor com o Ministro-Chefe do SNI pode indicar que sua escolha tenha sido também uma resposta da agência ao pedido de envio de alguém que controlasse e acomodasse os conflitos na formação da Arena em Rio Grande. A versão oficial publicada no *Diário de Notícias*, contudo, foi de que a indicação de Cattani teria sido

⁴³⁵ BENTO, Claudio; GIORGIS, Luiz; MENEZES, Mário. **História da 6ª Brigada de Infantaria Blindada – Brigada Niederauer**. Porto Alegre: Promarte Comunicação Gráfica, 2002, p. 44-45. Atualmente denominada 6ª Divisão de Exército. Cf. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Antigos comandantes da 6ª Divisão de Exército – Divisão Voluntários da Pátria**. Disponível em: <http://www.6de.eb.mil.br/index.php/eternos-comandantes>. Acesso: 23/1/2023.

⁴³⁶ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. General Armando Cattani é o novo Diretor-Presidente da CARRIS. 22 de janeiro de 1960; **Jornal do Dia**. Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098230&pesq=%22Armando%20Cattani%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=39744>. Comitê Central para concentração do dia 15. 24 de novembro de 1963. **Jornal do Dia**. Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098230&pesq=%22Armando%20Cattani%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=53706>

⁴³⁷ CUNHA, Luiz Claudio. Histórias de tirar o fôlego. **Observatório da Imprensa**, edição 661, 27 de setembro de 2011. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/historias-de-tirar-o-sono/>. Acesso: 23/1/2023.

(...) decorrente de um entendimento entre o governador Ildo Meneghetti, o comandante do III Exército, Gal. Justino Alves Bastos e o comandante do 5º Distrito Naval, tendo o sr. Ildo Meneghetti feito a indicação ao presidente da República e este, usando das atribuições que lhe conferem o Ato Complementar nº 5, efetivado a nomeação⁴³⁸.

Tendo sido indicação direta do General Golbery ou fruto de entendimentos entre o governador do Estado e os comandantes militares, é fato notório que Cattani gozava de prestígio entre os dirigentes da ditadura. Apoiando-se em um relatório da CIA de maio de 1963, René Dreifuss afirmou que Cattani estaria diretamente envolvido nas conspirações que resultaram no golpe de 1964:

Em meados de 1963, o mesmo modelo desenvolvido no Estado de São Paulo, de civis e militares interagindo contra o Executivo e sendo organizados para derrubar o governo nacional, era comum aos Estados da Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em cada um desses Estados o movimento civil-militar se baseava na rede regional do complexo IPES/IBAD (...). No Rio Grande do Sul, podia-se contar com dois terços dos oficiais do III Exército, com a Polícia Civil e com a Força Pública. O Coronel [Walter Peracchi] Barcellos agiu ativamente na subversão das forças policiais do Rio Grande do Sul. **O General da reserva Armando Cattani estava encarregado da organização dos proprietários de terras nas zonas rurais em unidades paramilitares, que agiriam como um grupo coordenado na época do golpe.** O plano teve o apoio total de Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul, que era ligado à FARSUL e ao IPESUL⁴³⁹.

A falta de outras fontes não permite confirmar e detalhar melhor a participação efetiva do general Cattani nas campanhas de desestabilização do governo Goulart. Mais conhecidos são os papéis centrais desempenhados na coalizão golpista pelo governador Ildo Meneghetti e o coronel que o sucedeu no Piratini, Peracchi Barcellos. Enquanto diretor da Carris, sabemos que em outubro de 1963 Cattani assinou com o governo Ildo Meneghetti um convênio para a aquisição ônibus elétricos – os chamados

⁴³⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Cattani teve indicação encaminhada por Mondino. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 29 de março de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/38510. Acesso: 23 de janeiro de 2023.

⁴³⁹ DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado...** *Op. Cit.*, p. 389. *Grifo nosso*.

“Trolley-buses⁴⁴⁰” – que foi alvo, em janeiro de 1964, de denúncias de superfaturamento feitas pelo novo prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise (PTB)⁴⁴¹.

Sobre sua relação com o coronel Walter Peracchi Barcellos, o general Cattani afirmou ao Diário de Notícias em 1966 que havia entre eles “(...) uma amizade fraternal de longos anos (...)”⁴⁴². A notícia da participação de ambos na comissão organizadora do 5º Congresso Eucarístico Nacional, em Porto Alegre no ano de 1947, demonstra a longevidade desta relação⁴⁴³. Além disso, aponta para o ativismo do general Cattani no catolicismo conservador, que é confirmado por outras notícias do periódico católico *Jornal do Dia*⁴⁴⁴ e por algumas das crônicas que ele escreveu para o jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre entre 1960 e 1964. Em 28 de outubro de 1962, por exemplo, o general escreveu uma crônica em tom alarmista, muito comum ao anticomunismo católico, comentando a retirada de cruzeiros de um carro funerário que levaria o corpo de um embaixador: “um incidente que revela inacreditável intolerância dos vanguardistas do materialismo ateu (...)”⁴⁴⁵. Embora o país de origem do diplomata não seja revelado, implicitamente a crônica sugere se tratar de um funcionário de algum governo socialista.

As primeiras crônicas de Cattani publicadas no Diário de Notícias mostravam posicionamentos favoráveis à candidatura presidencial do Marechal Henrique Teixeira Lott (PTB/PSD) nas eleições de 1960. Para o general, a missão de Lott seria o “(...) avigoramento econômico, político e espiritual do Brasil”, orientado por um “(...) vero

⁴⁴⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Palácio Piratini – Meneghetti reassumiu e adota medidas para enfrentar cheias. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 17 de outubro de 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/25564. Acesso: 24/1/2023.

⁴⁴¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Cattani contesta Chaise: Troleys. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 28 de janeiro de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/27280. Acesso: 24/1/2023.

⁴⁴² HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Interventor. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 29 de setembro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/41895. Acesso: 28/1/2023.

⁴⁴³ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Comissão Organizadora do 5º Congresso Eucarístico Nacional. **Jornal do Dia**. Porto Alegre, 7 de setembro de 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/1088>. Acesso: 23/1/2023.

⁴⁴⁴ Por exemplo, o *Jornal do Dia* mencionou o General Cattani como um dos palestrantes em evento difundido via rádio alusivo à Páscoa dos Militares no ano de 1955. Cf.: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Páscoa dos Militares. **Jornal do Dia**. Porto Alegre, 15 de maio de 1955. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/22104>. Acesso: 24/1/2023.

⁴⁴⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. CATTANI, Armando. Retirada Constrangedora. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre. 28 de outubro de 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/19447. Acesso: 24/1/2023.

nacionalismo que não se confunde com rasgos de eloquência de palanque pré-eleitoral⁴⁴⁶". Após a renúncia do presidente Jânio Quadros e durante a crise político-militar gerada pelo impedimento da posse do vice João Goulart, Cattani acompanhou o prefeito de Porto Alegre Loureiro da Silva à uma reunião com o comandante do III Exército e outros oficiais, na qual Loureiro defendeu a posse de João Goulart⁴⁴⁷. Ao mesmo tempo, Cattani se mostrava preocupado com o "vírus da discórdia" na "política internacional" que acabaria por afogar "a alma de nossa idade (...) no mar morto da incredulidade". Como exemplo, menciona tentativas de "(...) nivelar o iluminado São Francisco de Assis com os adeptos de fuzilamento", em referência à Revolução Cubana. E concluía reafirmando a crença no papel salvacionista do Exército brasileiro: "Enfim, conforta-nos que no Brasil nem tudo está perdido, já que a cor verde-oliva continua indesbotável no coração de seus soldados, indesmaiável (*sic*) o sentimento cívico que nos anima na boa ou má fortuna⁴⁴⁸".

A notícia da nomeação do interventor Cattani foi bem recebida tanto por Alvary e Santana, defensores do governo Martiniano, quanto por Silvério e Washington, pretensos "revolucionários" críticos do prefeito anterior. Na oposição, o deputado estadual Carlos Santos, primeiro presidente do diretório do MDB de Rio Grande, discursou na Assembleia Legislativa assegurando a "colaboração dos rio-grandinos ao Gen. Armando Cattani" e classificou a intervenção como "(...) a solução de uma profunda crise político-administrativa que vinha realmente entrvando o progresso comunitário (...) ⁴⁴⁹".

Após sua nomeação como interventor, Cattani afirmou que conseguira um compromisso do ditador Castelo Branco de que o governo federal destinaria à Prefeitura de Rio Grande um auxílio de 500 milhões de cruzeiros, a fim de que se

⁴⁴⁶ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. CATTANI, Armando. A Verdadeira Missão da Espada. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre. 22 de março de 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/3400. Acesso: 24/1/2023.

⁴⁴⁷ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Loureiro defendeu posse de Jango perante III Exército. **Jornal do Dia**. Porto Alegre, 29 de agosto de 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/46227>. Acesso: 24/1/2023.

⁴⁴⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. CATTANI, Armando. Belo Exemplo. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 27 de agosto de 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/12907. Acesso: 24/1/2023.

⁴⁴⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Deputado assegura colaboração dos rio-grandinos ao Gen. Armando Cattani. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 19 de março de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/38501. Acesso: 24/1/2023.

pudesse pagar servidores e fornecedores em atraso. A promessa já havia circulado no governo Martiniano, quando o vereador Washington Ballester, em tom crítico ao então prefeito, argumentou que “(...) o Governo do Estado (*sic*) não remeteria os 500 milhões de cruzeiros solicitados pela Prefeitura enquanto estivesse à frente da mesma o atual Prefeito que não merece a confiança da Revolução⁴⁵⁰”. Em entrevista ao Diário de Notícias, o interventor Cattani declarou que o compromisso havia sido firmado por intermédio dos ministros Walter Peracchi Barcellos – “(...) o Walter (...) foi incansável (...)”, afirmou o general –, Mem de Sá e Octávio Gouveia de Bulhões, e que a primeira parte seria recebida já “(...) após a Semana Santa⁴⁵¹”.

No dia 29 de maio de 1966, o interventor Cattani compareceu a um evento promovido pela Câmara do Comércio de Rio Grande, onde deu entrevista a jornalistas da capital do Estado. Questionado sobre como puniria os “(...) responsáveis por irregularidades que se diziam abundantes” na Prefeitura, Cattani esquivou-se de comentar sobre as denúncias de improbidade administrativa na concessão da linha de ônibus e na venda de bens do Serviço Rio-Grandino de Transportes Coletivos. Ao invés disso, falou sobre a necessidade de acabar com os atrasos no pagamento do funcionalismo e promover reformas administrativas⁴⁵².

Comentando pequenas economias adotadas em seu governo, Cattani agradeceu a colaboração das “(...) classes conservadoras, que têm me emprestado todo apoio, inclusive o empréstimo de funcionários postos à minha disposição sem que isso implique em despesas para a prefeitura, como é o caso da Cia. Ipiranga, que me forneceu um secretário particular⁴⁵³”. Não seria difícil perceber que o sucesso da estabilização política a que se propunha a intervenção poderia trazer consideráveis

⁴⁵⁰ CÂMARA DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.349 de 10 de setembro de 1965.**

⁴⁵¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Cattani tem 500 milhões e um ramo de oliveira para assumir em Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias.** Porto Alegre, 7 de abril de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_04/38845. Acesso: 24/1/2023.

⁴⁵² HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. COPSTEIN, Jayme. Armando Cattani em Rio Grande: o coração é o construtor de pátrias: desta maneira vou governar a cidade. **Jornal Diário de Notícias.** Porto Alegre, 1º de junho de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_04&Pesq=Armando%20Cattani&pagfi_s=39829. Acesso: 24 de janeiro de 2023.

⁴⁵³ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. COPSTEIN, Jayme. **Armando Cattani em Rio Grande:** o coração é o construtor de pátrias: desta maneira vou governar a cidade. **Jornal Diário de Notícias.** Porto Alegre, 1º de junho de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader/093726_04/39829. Acesso: 24/1/2023.

benefícios ao Grupo Ipiranga. Isso porque uma melhor integração do município com as esferas estadual e federal do Poder Executivo criaria condições propícias à diversificação de seus negócios em áreas priorizadas pelo planejamento estatal. Neste sentido, a contratação de um secretário particular para assessorar o novo interventor funcionava também como um canal privilegiado de comunicação entre o grupo empresarial e o chefe do poder executivo municipal. A pesquisa não alcançou identificar este funcionário, o que nos poderia revelar mais a respeito de sua relação com a política municipal e a direção empresarial.

A colaboração dos representantes das famílias Bastos e Tellechea na direção da Ipiranga em Rio Grande com o interventor general Cattani faz pensar, ainda, sobre o papel atribuído ao militar na “(...) organização dos proprietários de terras nas zonas rurais em unidades paramilitares (...)”⁴⁵⁴ antes do golpe. Isso porque, como vimos no primeiro capítulo, os membros destas famílias não eram apenas industriais, mas também grandes proprietários rurais do oeste sul-rio-grandense. Dadas as proporções de suas propriedades e suas vastas relações familiares e políticas com outros grandes latifundiários, é improvável que o suposto plano tenha saído do papel sem o conhecimento ou participação dos Bastos e Tellechea de Uruguaiana.

A intervenção federal na prefeitura de Rio Grande, como vimos, era entendida como uma forma de apaziguar os conflitos na base partidária local da ditadura. Além disso, entretanto, ela significava um reconhecimento implícito de que o governo municipal anterior, viabilizado pela mesma ditadura, fora um fracasso. Em entrevistas ao *Diário de Notícias*, apesar de evitar tecer comentários sobre o caso da concessão da linha de ônibus RG-POA que originou o conflito com a câmara, o Gen. Cattani deixou escapar o conceito que fazia do governo do capitão Martiniano. Ao comentar denúncias de venda irregular de terrenos no balneário Cassino, disse que “(...) antes, no governo Martiniano as coisas eram feitas todas assim. (...) enquanto eu estiver na Prefeitura, tais fatos não se repetirão”⁴⁵⁵. Não há indícios, no entanto, de que o inquérito que o jornal anunciava ou as apurações de irregularidades denunciadas no

⁴⁵⁴ DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado...** *Op. Cit.*, p. 389.

⁴⁵⁵ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Aberto inquérito sobre venda de terrenos da Marinha em Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 17 de junho de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/40104. Acesso: 27/1/2023.

SRGTC e em outros setores tenham resultado na responsabilização do ex-prefeito e seus secretários. Alguns membros do secretariado de Martiniano foram, inclusive, reaproveitados na gestão do interventor Gen. Cattani. Altamir Lacerda do Nascimento, diretor do Serviço Rio Grandino de Água e Esgotos (SRGAE) e Leon Coutelle, secretário da Fazenda, mantidos no cargo, foram apontados pelo correspondente do *Diário de Notícias* como aqueles que “(...) dentre os auxiliares do antigo prefeito Martiniano (...) maiores críticas sofriam em suas administrações tanto da imprensa rio-grandina quanto da Câmara de Vereadores⁴⁵⁶”.

Logo no início da intervenção, o Gen. Cattani enviou à Câmara uma mensagem apresentando uma nova proposta de reforma no SRGAE. Sem notícias do empréstimo prometido com a USAID, para o qual já se havia aprovado um aumento da autonomia da autarquia, alguns vereadores se manifestaram contrários, mas a proposta foi aprovada. Desta vez, o conselho do SRGAE adquiria autonomia para firmar contratos e convênios, alienar bens e contrair financiamentos sem necessidade de autorização prévia do Legislativo municipal⁴⁵⁷. A justificativa, novamente, passou pelo atendimento de supostas exigências para liberar o empréstimo com a USAID que, mais uma vez, não foi concretizado.

Em janeiro de 1968, a interrupção do serviço de abastecimento de água por alguns dias levou a Câmara a convocar o diretor do SRGAE Altamir de Lacerda Nascimento a dar esclarecimentos. Em seu discurso, percebe-se a falta de investimentos na manutenção e ampliação da infraestrutura do serviço. Quanto às medidas emergenciais, Altamir afirmou que já as havia tomado, uma vez que a causa do problema fora uma faísca em um transformador de energia o qual, no momento da audiência, já havia sido consertado. Sua apresentação do panorama geral de abastecimento de água potável no município, entretanto, era mais preocupante:

“(...) A autarquia (...) possui três poços de onde extrai a água para abastecimento da população rio-grandina. (...) O Poço nº 1, há três anos passados, totalizava 260 abissíneos, que em 24 horas produzia quase que 5 milhões de litros d’água. Acontece que, sem o Executivo consultar o S.R.G.A.E., foi cedido parte do terreno onde estavam assentados esses

⁴⁵⁶ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Cattani forma o secretariado mantendo nos postos dois titulares do governo anterior. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 5 de maio de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/39356. Acesso: 27/1/2023.

⁴⁵⁷ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.446 de 9 de maio de 1966**.

abissíneos para a COHAB-RS construir 400 casas populares, sendo a autarquia obrigada a neutralizar a maior parte desses abissíneos, ficando com apenas 30, o que deu uma quebra tremenda na produção d'água⁴⁵⁸.

A fala do secretário expõe a contradição com que a questão da água era tratada nos dois primeiros governos municipais da ditadura. Em público, defendia-se que a autarquia era deficitária por causa do estreito controle financeiro exercido sobre ela pelo Legislativo Municipal e outros órgãos públicos, o que afastaria oportunidades de investimentos e financiamentos. Este argumento fundamentou as duas propostas aprovadas de aumento da autonomia do serviço. Na administração real da autarquia, entretanto, políticas alinhadas às prioridades do governo Castelo Branco, como a seção de terrenos para construção habitacional pelas cooperativas financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), se sobrepunham à manutenção – o que dirá a expansão – da infraestrutura do serviço e mesmo de suas reservas de água potável.

Muito embora o correspondente do Diário de Notícias tenha situado os secretários do SRGAE e da Fazenda Municipal como principais alvos das críticas ao governo Martiniano, sabemos que o verdadeiro núcleo da crise foram as denúncias de irregularidades no Serviço Rio-Grandino de Transportes Coletivos. Neste caso, o general Cattani não apenas substituiu o diretor José Ferreira dos Santos mas, desde o início da intervenção, deixou clara sua intenção em realizar ali uma reforma administrativa mais profunda. Para isso, contaria com a experiência adquirida na administração da Carris Porto-Alegrense. Depois de fugir do assunto nas primeiras entrevistas, em fins de setembro o Gen. Cattani afirmou que a prefeitura recuperaria naquela semana a concessão da linha de ônibus RG – POA⁴⁵⁹. A demora em se concretizar a promessa deu lugar a denúncias de que funcionários do DAER estariam “(...) fazendo pressão junto ao governo do Estado, a fim de conseguir o afastamento do interventor de Rio Grande (...), o que viria a facilitar os entendimentos a fim de que a linha continuasse a ser explorada por particulares⁴⁶⁰”. O general Cattani,

⁴⁵⁸ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.740 de 11 de janeiro de 1968.**

⁴⁵⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Cattani não quer ser mais interventor em Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias.** Porto Alegre, 28 de setembro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/41884. Acesso: 28/1/2023.

⁴⁶⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Ônibus P. Alegre – R. Grande dá o que falar. **Jornal Diário de Notícias.** Porto Alegre, 6 de outubro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/41993. Acesso: 28/1/2023.

inicialmente, afirmou que eram falsos os boatos e tratou de demonstrar que permanecia firme no cargo:

Só sairei de Rio Grande quando quiser. Sou revolucionário, estou integrado no esquema da Revolução Redentora de março de 1964 e conto com o prestígio do sr. Presidente da República, do sr. Ministro da Justiça, do governador Ildo Meneghetti, do Comandante do III Exército e ainda do futuro governador, cel. Walter Peracchi Barcellos, por quem nutro uma amizade fraternal de longos anos⁴⁶¹.

Quando o deputado Alexandre Machado (Arena) denunciou o assessor da diretoria do Departamento Elizio Telli pela trama contra ele, entretanto, o general disse que já “(...) conhecia os planos para sua derrubada e conhecia, inclusive, os nomes dos responsáveis, mas considerava-se invulnerável⁴⁶²” por conta dos apoios que já mencionara. Por fim, o SRGTC retomou a concessão da linha em dezembro de 1966⁴⁶³.

No ano seguinte, o serviço foi transformado no Departamento Autárquico de Transporte Coletivo (DATC), em uma reforma que visava aumentar a autonomia do órgão e permitir a reformulação de seu quadro de funcionários. Para dirigir a nova autarquia, o General Cattani escolheu Rubens Emil Correa, a quem já havia nomeado subprefeito do Taim. Considerado um “(...) abastado criador [de gado] daquela localidade (...)”⁴⁶⁴, tinha como negócio principal a rizicultura em sociedade com seu irmão, Enio Emil Corrêa⁴⁶⁵. Com formação técnica em contabilidade, Rubens presidiu a Associação Rural de Rio Grande e foi membro do conselho deliberativo da FARSUL, em 1963, mesmo ano em que fundou e presidiu a Legião Popular Ildo Meneghetti em

⁴⁶¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Interventor. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 29 de setembro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/41895. Acesso: 28/1/2023.

⁴⁶² HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Cattani continua firme. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 8 de outubro de 1966. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/42031. Acesso: 28/1/2023.

⁴⁶³ *Ibid.*, p. 439.

⁴⁶⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Cattani forma o secretariado mantendo nos postos dois titulares do governo anterior. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 5 de maio de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/39356. Acesso: 27/1/2023.

⁴⁶⁵ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos eleições parlamentares de 15.11.1978 - Dados de qualificação e antecedentes** - APA.SNI 1980. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80002008.

Rio Grande⁴⁶⁶. Não foi possível apurar maiores informações sobre a atuação desta organização, mas seu nome em homenagem a um notório conspirador contra o governo Goulart, o ano de sua fundação e seu vínculo com o ruralismo gaúcho indicam que se tratava, muito provavelmente, de uma articulação golpista. É notável também que o General Cattani, apontado como organizador de milícias golpistas entre os proprietários rurais do estado também em 1963, tenha atraído para seu governo este ativo representante do ruralismo municipal. À frente da nova autarquia, Rubens tornou-se mais amplamente conhecido no município e, nas eleições de 1968, seria eleito o vereador mais votado da Arena. Após duas legislaturas, parte delas como líder do governo na câmara dos vereadores, e uma nova passagem pelo DATC entre 1973 e 1975, Rubens Emil Corrêa foi nomeado prefeito municipal de Rio Grande em 1975⁴⁶⁷.

3.3 Institucionalização do aparato informacional-repressivo e lógica da comunidade de informações na interventoria do general Armando Cattani

Ao tomar posse como interventor em Rio Grande, o general Cattani declarou que “(...) desejava governar dentro da democracia, com a edilidade rio-grandina⁴⁶⁸”. Ao mesmo tempo, como vimos, tratava de conseguir que a câmara municipal aprovasse medidas que, na prática, reduziam seu poder de fiscalização sobre os atos do Executivo – casos da autonomia fiscal do SRGAE e da reformulação do Serviço de Transportes Coletivos em Departamento Autárquico. As formas que o General encontrou para pressionar a Câmara, entretanto, parecem ter sido mais sutis do que aquelas adotadas antes dele pelo C.M.G Mário Rodrigues da Costa⁴⁶⁹.

A documentação acessada por esta pesquisa demonstrou, contudo, que o “desejo” explicitado por Cattani de respeitar o Legislativo era contrariado pelas tramatas sigilosas do general. Em junho de 1966, dois meses após tomar posse, o interventor

⁴⁶⁶ *Ibid.*

⁴⁶⁷ *Ibid.*

⁴⁶⁸ Conforme declarou o vereador Lindalvo Curupy Monteiro em sessão do dia 9 de maio de 1966. Cf.: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.446 de 9 de maio de 1966.**

⁴⁶⁹ As pressões, ameaças e intervenções do C.M.G. Mário Rodrigues da Costa na Câmara Municipal de Rio Grande foram abordadas no segundo capítulo.

encaminhou ao comandante do III Exército e ao governador Ildo Meneghetti um processo requerendo ao Ministro da Justiça a cassação de diversos mandatos e decretação de “(...) recesso da Câmara de Vereadores de Rio Grande até o final da Intervenção Federal⁴⁷⁰”. Em manifestação da postura “híbrida” da ditadura de Castelo Branco com os mandatos eletivos, que os mantinha existindo em busca de legitimação social, mas solucionava qualquer conflito com a afirmação autoritária de seu “poder revolucionário”, o pedido encaminhado pelo general Cattani não foi aceito e permaneceu desconhecido do público. Os documentos produzidos pela comunidade de informações, entretanto, registraram vestígios deste processo, permitindo-nos conhecê-lo e saber os nomes dos vereadores que o general Cattani pretendia cassar: Silvério Miranda Jr. e Nilo Correa da Fonseca, da Arena; e Athaydes Rodrigues, Lindalvo Alberto Curupy Monteiro, Antônio Rodrigues, Alberto Martins da Silva e Walter Chaves Troina, do MDB⁴⁷¹. O não atendimento destas solicitações autoritárias do general Cattani, indicando seu “hibridismo”, não nos deve enganar quanto ao caráter ditatorial do governo estabelecido pelo golpe de 1964.

Em âmbito nacional, o período correspondente à intervenção do Gen. Cattani foi marcado justamente pela estruturação e expansão dos serviços de levantamento e processamento de informações, bem como de sua utilização em ações repressivas. Já em junho de 1964, o antigo Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) foi substituído pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão ligado à Presidência da República e cuja chefia concedia ao general Golbery do Couto e Silva as prerrogativas de Ministro de Estado. Dirigindo o IPES durante a campanha de desestabilização do governo Goulart, Golbery criou, no instituto, um arquivo com alguns milhares de dossiês e fichas sobre pessoas consideradas “inimigos internos”, que foi incorporado ao SNI.

⁴⁷⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Eleições municipais 15 nov 68 Area de segurança** - E2 IIIEx Z-12 1968. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012328.

⁴⁷¹ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos eleições parlamentares de 15.11.1978 - Dados de qualificação e antecedentes** - APA.SNI 1980. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80002008. ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672. ARQUIVO NACIONAL. **Dossiê Silverio Miranda Jr** - SI.PF RG 1973. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009612.

Considerado “pai” do SNI, entretanto, o general Golbery baseou o projeto no trabalho apresentado pelo coronel Humberto de Souza Mello no Curso de Informações da ESG de 1959, intitulado “Organização de um Serviço Nacional de Informação”. Após estagiar na *Central Intelligence of America* (CIA) e em outras instituições de segurança dos EUA, o coronel Souza Mello defendeu a criação de uma agência central inspirada na congênere estadunidense, com foco “(...) na segurança interna e destinado a produzir conhecimento sobre vulnerabilidades nacionais, avaliações estratégicas da conjuntura, formulação de um ‘Conceito Estratégico Nacional’, assim como a execução e o planejamento de políticas governamentais⁴⁷²”. Conforme Carlos Fico, durante o período da chefia do general Golbery no SNI, o órgão atuava principalmente no fornecimento de informações ao gabinete da Presidência da República⁴⁷³. A inspiração no texto do coronel Souza Mello e, portanto, no modelo da CIA, entretanto, revela que essa limitação decorria mais da necessidade de incrementar sua infraestrutura do que de qualquer divergência entre as alas militares que compunham a coalizão dirigente.

Durante a presidência de Castelo Branco, a ala da qual ele e o general Golbery faziam parte – os “castelistas”, com frequência considerados “moderados” na historiografia liberal – ocupava postos centrais da administração federal. Mas o grupo chamado de “linha dura” também estava representado, inclusive com seu maior líder, o general Artur da Costa e Silva, como Ministro da Guerra. Segundo Fico, a origem da chamada “linha dura” foram as pressões do grupo, no governo Castelo Branco, por maiores prazos e menos limitações – políticas ou jurídicas – à perseguição de adversários. Boa parte do “corpo” deste grupo era de coronéis encarregados dos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), frustrados em suas tentativas de repressão que encontravam, com frequência, barreiras nos poderes Judiciário e Legislativo. A historicização destas alas militares realizada por Rodrigo Lentz, entretanto, demonstra que elas haviam surgido da reorganização de outros blocos, formados para atuar em outras conjunturas políticas, e expressavam diferenças internas não tanto a respeito

⁴⁷² LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 160.

⁴⁷³ FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda:** os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org.). *O Brasil republicano*. Vol. 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 142-143.

dos objetivos, mas sim dos métodos a serem empregados pelas Forças Armadas na direção do Estado. Assim, os castelistas poderiam ser melhor definidos como militares liberais-conservadores, e os “linha dura” seriam antiliberais conservadores⁴⁷⁴.

Com a eleição indireta do general Artur da Costa e Silva, os antiliberais conservadores substituíram os “castelistas” na Presidência da República em março de 1967. A partir de janeiro de 1968, com o general Jayme Portella de Mello na chefia da Casa Militar e na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e o general Emílio Garrastazu Médici na chefia do SNI – ambos antiliberais conservadores, como o presidente – o serviço teve sua estrutura e atribuições ampliadas. Do fornecimento de informações como subsídio à tomada de decisões da Presidência, o foco da atuação do SNI passaria a estar voltado à superintendência e coordenação das ações de informação e contrainformação, visando subsidiar e orientar a repressão. O sucesso desta articulação entre informação e repressão dependeria do estabelecimento de uma rede capaz de acomodar e manter um fluxo contínuo de comunicação entre os diferentes órgãos, civis e militares, implicados neste processo.

A tarefa não era simples, visto que estas funções estavam dispersas e contavam, inclusive, com órgãos mais experientes que o SNI. Os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), vinculados às Polícias Civas estaduais, e as seções de informações das secretarias de segurança pública dos estados cumpriam o papel de polícia política, atuando na espionagem e na repressão desde as décadas de 1920 e 1930⁴⁷⁵. Do mesmo modo, os órgãos das três Forças Armadas – o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) – eram, em alguns casos, anteriores à ditadura e, durante ela, produziam informações e envolviam-se em prisões e interrogatórios⁴⁷⁶. O Departamento Federal de Segurança Pública existia desde 1944, mas foi reformulado e transformado na Polícia Federal em 1967, que

⁴⁷⁴ LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 110.

⁴⁷⁵ BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982).** Dissertação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 53.

⁴⁷⁶ FICO, Carlos. **Espionagem...** *Op. Cit.*, pp. 143-146.

também criou um Setor de Informações (SI/DPF)⁴⁷⁷. Havia ainda os serviços secretos das polícias militares estaduais e das Forças Armadas em nível de seu Estado Maior, conhecidas pelas siglas P2 (Polícia Militar), F2 (Forças Armadas), E2 (Exército) M2 (Marinha) A2 (Aeronáutica) e S2 (Ministérios Militares)⁴⁷⁸.

A formação da infraestrutura necessária para garantir a unidade da *comunidade* de órgãos de informação sob a égide do SNI passou também pela transformação das antigas seções de segurança nacional em Divisões de Segurança e Informações (DSI), instaladas em todos os Ministérios Civis a partir de 1968. Em 1970, foi institucionalizado o Sistema Nacional de Informações (SISNI), formado pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis – cada um deles com uma DSI e Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) em diversas repartições – e pelo Subsistema de Informações Estratégicas Militares – com os órgãos de informação e serviços secretos das Forças Armadas. O sistema deveria ser orientado pelo Plano Nacional de Informações, escrito em 1970 e atualizado a partir de planos elaborados pelos sistemas setoriais. O imperativo da comunicação entre todos os órgãos do SISNI fez com que ele ficasse mais conhecido pela alcunha de *comunidade de informações*⁴⁷⁹, termo que já aparecia na obra do cientista político estadunidense Harry Howe Ramson, de 1958, que serviu de referência ao projeto do coronel Souza Mello para o SNI⁴⁸⁰.

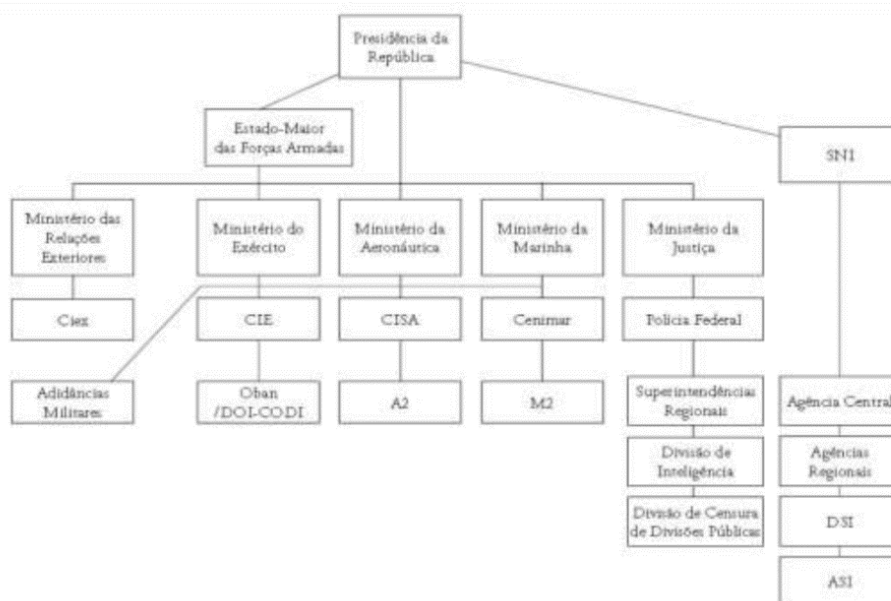
⁴⁷⁷ SANTOS, Anderson; MACHADO, Eduardo; GOMES, Adalmir. A Construção da Memória Organizacional: uma narrativa histórica sobre os cargos da Polícia Federal. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**. Brasília, v. 9, n. 2, jul/dez 2018, p. 111.

⁴⁷⁸ QUADRAT, Samantha. **La violencia política en el Brasil dictatorial**: cadenas de comando y formas de actuación. In: AGUILA, G.; ALONSO, L. (Org.). *Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo, 2013, p. 182.

⁴⁷⁹ *Ibid.*

⁴⁸⁰ LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 160.

Figura 2: Organograma do Sistema Nacional de Informações (SINI)



Fonte: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. 2014. V.1, p. 113.

Em 1971, foi criada em Brasília a Escola Nacional de Informações (Esni), responsável pela formação de aproximadamente 120 espões civis por ano. Desde 1964, o SINI estava isento de publicizar efetivos, recursos e atos administrativos, mas, segundo Carlos Fico, chegaria a ter 2.500 funcionários e oito agências regionais, dentre elas a Agência Porto Alegre (APA/SINI), responsável pelo Rio Grande do Sul⁴⁸¹. Deste modo, sob a chefia do general Carlos Alberto da Fontoura (1969 – 1974), o serviço estava plenamente estabelecido enquanto agência de espionagem, informações e contrainformações e enquanto órgão de coordenação e ligação direta da *comunidade de informações* com a Presidência da República. Sobre as práticas desta comunidade, Carlos Fico escreveu:

Seu material básico, como não poderia deixar de ser, era a 'informação', isto é, dados sobre quaisquer questões ou pessoas de interesse do regime. A produção de tais informações supunha uma rotina bastante regulamentada, que impunha classificações quanto à fidedignidade e à veracidade das fontes e normas rígidas de sigilo. Quase todo documento produzido pela comunidade recebia uma classificação de sigilo: 'reservado', 'confidencial' ou 'secreto'. Uma das atividades mais corriqueiras desses órgãos era a produção do 'levantamento de dados biográficos', uma ficha que indicava o perfil ideológico e as atividades políticas das pessoas, indispensável à nomeação de alguém para um cargo público. Uma 'ficha conceito' pretendia

⁴⁸¹ *Ibid.*, p. 145.

avaliar a inteligência, o caráter e o conceito profissional dos indivíduos. Não é difícil imaginar a que indignidades não serviram esses documentos, pois são conhecidos os casos de pessoas impedidas de tomar posse de cargos públicos em função de perseguições políticas praticadas pela comunidade de informações⁴⁸².

Em primeiro lugar, note-se a capilaridade da *comunidade de informações*, estendida por todo o aparato estatal. Além disso, a normatização de uma avaliação subjetiva como condicionante da vida profissional de qualquer um que pretendesse, por exemplo, ocupar um cargo público transformava o SISNI em um aparato com potencial para afetar, de forma decisiva, a vida de uma parcela muito mais ampla da população que, provavelmente, não seria alvo de ações de repressão violentas. Do mesmo modo, a orientação de vigiar com mais rigor familiares de pessoas consideradas “inimigas internas” podia gerar suas demissões, recomendações contrárias a promoções e aproveitamentos ou impedi-los de tomar posse em cargos. Além de subsidiar o aparato repressivo com informações, portanto, a *comunidade* praticava também um tipo específico de perseguição política administrativa.

O complexo de informações e repressão estaria completamente formado, entretanto, apenas depois do Ato Institucional nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968. O modelo de aparelho clandestino que reunia agentes civis e militares de diferentes órgãos de informação e repressão em uma única frente foi testado pela Operação Bandeirantes. Criado em São Paulo em 1969, o centro de torturas comandado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra inspirou a formação, a partir do ano seguinte, dos DOI-CODI em vários estados do País. Constituídos de um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), focado em investigações e processamento de informações, e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), com equipes de interrogatório treinadas em técnicas de tortura, os DOI-CODI foram organizados em Zonas de Defesa Interna criadas pelo país e respondiam diretamente ao comando do Exército de cada região⁴⁸³. Formalizados no Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), eles mantinham comunicação com a *comunidade de informações*, mas não estavam submetidos à superintendência do SNI⁴⁸⁴.

⁴⁸² FICO, Carlos. **Espionagem...** *Op. Cit.*, p. 146.

⁴⁸³ *Ibid.*, p. 152.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, pp. 145 e 150.

Em Rio Grande, o complexo de informações e repressão contava, já antes do golpe de 1964, com a atuação da divisão municipal do DOPS como polícia política. Suas práticas repressivas ao movimento operário na década de 1950 são bastante conhecidas⁴⁸⁵. Depois do golpe, em todo o Brasil os Departamentos de Ordem Política e Social sofreram reformulações que visavam sua adequação à Doutrina de Segurança Nacional. Um passo importante foi a militarização das Secretarias de Segurança Pública (SSP) dos estados, às quais estavam vinculadas as polícias militares e civis e, dentro destas, os DOPS. Conforme Caroline Bauer, este processo “(...) não incluiu somente a presença física de militares em cargos importantes, mas também – e principalmente – a possibilidade de realização das doutrinas defendidas ou formuladas pelos militares (...)”⁴⁸⁶. No mesmo sentido, a ditadura criou em 1967 a Inspetoria Geral da Polícia Militar (IGPM), comandada por um general-de-brigada para “coordenar, instruir e normatizar todas as PMs estaduais⁴⁸⁷”. No âmbito da SSP/RS, as Seções de Ordem Política e Social (SOPS) atuavam como “*braços operacionais* do DOPS/RS (...) na filtragem dos informes obtidos pelo controle sistemático das atividades políticas e sociais do Estado do Rio Grande do Sul⁴⁸⁸”. As SOPS foram montadas nas cidades de Lagoa Vermelha, Cachoeira do Sul, Erechim, Santo Ângelo, Cruz Alta, Lajeado, Alegrete, Caxias do Sul, Osório e Rio Grande, cada uma delas responsável também pelas cidades vizinhas⁴⁸⁹. A conexão entre o sistema DOPS/SOPS e a *comunidade de informações* era atribuição do Serviço Centralizado de Informações (SCI), substituído em 1969 pela Divisão Central de Informações (DCI), órgão diretamente ligado à chefia da SSP/RS⁴⁹⁰.

Além da documentação produzida diretamente pela SOPS de Rio Grande⁴⁹¹, outros organismos policiais e militares levantavam informações *in loco* na cidade. Os

⁴⁸⁵ Cf.: SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo...** *Op. Cit.*; LANDGRAF, Lênin Pereira. **Confronto no primeiro de maio de 1950 em Rio Grande...** *Op. Cit.*

⁴⁸⁶ BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar...** *Op. Cit.*, pp. 70-71.

⁴⁸⁷ LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 183.

⁴⁸⁸ LIEBERKNECHT, Vanessa. “**Conhece teu inimigo mas não deixa ele te conhecer**”: As Seções de Ordem Política e Social (SOPS) (1964-1982). Dissertação em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011, p. 66.

⁴⁸⁹ *Ibid.*, p. 65.

⁴⁹⁰ BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar....** *Op. Cit.*, p. 86.

⁴⁹¹ Parcela significativa desta documentação está resguardada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Restringindo seu escopo de análise de documentos sigilosos àqueles circulados na *comunidade de informações* e disponibilizados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, esta pesquisa não

diversos *serviços secretos* e órgãos de informações aqui mencionados – E2, P2, M2, CIE, CENIMAR, APA/SNI SI/DPF – mantinham agentes de informação em suas unidades locais, responsáveis pelo contato com informantes e processamento inicial das informações levantadas. Grande parte delas circulava pela *comunidade* e, assim deixaram registros no Fundo SNI do Arquivo Nacional.

Como exemplo de um caso concreto, a análise de como a ação do complexo de informações e repressão atingiu uma família de Rio Grande nos pode demonstrar, na prática, diretrizes e padrões destas atividades que foram apontados aqui, . Em março de 1967, o jornal *Rio Grande* noticiou que seis pessoas haviam sido presas em suas casas, interrogadas no Dops local e encaminhadas a Porto Alegre, acusadas de tomar parte em planos para lançar bombas caseiras contra indústrias locais – dentre elas, a refinaria Ipiranga – e prédios públicos. Uma das presas era Thalita Aveline, casada com o bacharel em Direito, político e militante comunista rio-grandino Carlos de Lima Aveline⁴⁹². A documentação da constante vigilância exercida pela *comunidade de informações* sobre Thalita e outros familiares de Carlos Aveline não oferece qualquer indício de que os planos mencionados pelo jornal *Rio Grande* fossem reais. Sua prisão, assim como tantas outras que ela sofrera desde 1964, “(...) sempre levada ao DOPS em condições humilhantes (...)”⁴⁹³, era justificada pela necessidade de produção de informações que subsidiassem ações repressivas mais efetivas contra Carlos Aveline, bem como dificultassem qualquer contato dele com sua família.

Com 51 anos em abril de 1964, Carlos se mantinha ligado à estrutura clandestina do PCB e era suplente de deputado estadual pela Aliança Republicana Socialista (ARS). Procurado desde o golpe de Estado, inclusive pela mesma patrulha que prendera e carregava o vereador Athaydes até a Capitania dos Portos em 7 de abril⁴⁹⁴, Aveline assumiu o codinome Jaime Freitas e passou a viver em Porto Alegre. Ali, deu continuidade à sua militância no PCB, produzindo e fazendo circular jornais e

incluiu os documentos da SOPS/RG como fontes primárias. Estas, entretanto, constam como fontes da pesquisa de Leandro Braz da Costa. Cf.: COSTA, Leandro. **A “Era dos Festivais” em Rio Grande**. Rio Grande: editora da FURG, 2022.

⁴⁹² CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 442.

⁴⁹³ Relato do filho de Carlos e Thalita Aveline sobre as perseguições sofridas pela mãe. Cf.: ARQUIVO NACIONAL. **Dossiê Carlos Aveline**. Fundo: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos – AT0. Ref.: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0169.

⁴⁹⁴ RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu...** *Op. Cit.*, p. 18.

promovendo ações de agitação e propaganda. Divergindo da direção partidária, entretanto, Carlos aderiu à tese de que o enfrentamento à ditadura exigiria a execução de ações armadas⁴⁹⁵. Já em 1965, conforme Ciro Lins, “Jaime” teria tentado explodir um avião da FAB no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, instalando cargas de dinamite gelatinosa na aeronave. A ideia era explodir a aeronave desocupada, em solo, em protesto contra a participação do Brasil na invasão promovida pelos Estados Unidos da América (EUA) e Organização dos Estados Americanos (OEA) à República Dominicana⁴⁹⁶.

A explosão planejada por Carlos Aveline teria falhado devido à alta umidade do ar, e sua participação no plano foi descoberta após a prisão de um companheiro⁴⁹⁷. Procurado pela polícia, Carlos fugiu para São Paulo. Até sua prisão em 1969, a comunidade não dispunha de informações seguras sobre sua localização. A tentativa de descobrir o paradeiro de Carlos parece ter sido, assim, o verdadeiro motivo da prisão de Thalita Aveline em 1967.

No DOPS de São Paulo, Carlos foi torturado junto de seu filho mais novo, preso como forma de pressionar o pai. Nesta ocasião, Carlos teria tentado suicidar-se, cortando veias do braço⁴⁹⁸. Após uma longa busca por informações e denúncias feitas por Thalita à OAB e órgãos governamentais, Carlos foi remetido à prisão em Porto

⁴⁹⁵ LINS, Ciro. Carlos Lima Aveline: de deputado federal a desaparecido político no interior da Bahia. **História da Ditadura – novas perspectivas.** Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/carlos-lima-aveline-de-deputado-federal-a-desaparecido-pol%C3%ADtico-no-interior-da-bahia>. Publicado em: 3 de outubro de 2017. Acesso: 31/1/2023.

⁴⁹⁶ O decreto assinado pelo ditador Marechal Castelo Branco em maio daquele ano determinava o envio de tropas para compor a Força Interamericana de Paz. O objetivo, supostamente, seria reestabelecer a paz no país dividido por uma guerra civil. Na realidade, a ação articulada pelos EUA visava defender o governo instituído por um golpe militar contra forças armadas paralelas que lutavam pelo retorno do presidente eleito, o nacionalista de esquerda Juan Bosch, ao cargo que lhe garantia a Constituição. No período de um ano, cerca de 4 mil soldados brasileiros foram enviados à República Dominicana, sendo o maior contingente nacional que contava também com hondurenhos, paraguaios, nicaraguenses, costa-riquenhos e salvadorenhos – além das tropas estadunidenses. No Brasil, críticos da ditadura de Castelo Branco logo viram, na suposta “missão de paz”, a retribuição dos golpistas brasileiros ao apoio a eles prestado pela Casa Branca. Cf.: BBC NEWS BRASIL. **50 anos depois, brasileiros que lutaram na República Dominicana brigam por reconhecimento.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/05/150522_soldados_faibras_brasil_dominicana_lgb#:~:text=Criada%20%C3%A0%20for%C3%A7a%20de%20um,a%20paz%22%20na%20Rep%C3%BAblica%20Dominicana. Publicado em: 25 de maio de 2015. Acesso: 2/2/2023.

⁴⁹⁷ LINS, Ciro. **Carlos Lima Aveline...** Op. Cit.

⁴⁹⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Dossiê Carlos Aveline.** Fundo: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos – AT0. Ref.: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0169.

Alegre, de onde logrou fugir em 1970⁴⁹⁹. Sua vida e atividades políticas depois disso são pouco conhecidas. Conforme Ciro Lins, após um período no exterior, Carlos de Lima Aveline teria retornado ao Brasil e vivido no povoado de Eunápolis, no interior da Bahia, onde faleceu em março de 1974 com o nome de Nelson Mesquita Peres. Seu genro, Carlos Alberto Álvaro de Oliveira, apresentou-se ao Hospital do distrito e se responsabilizou pelas despesas fúnebres⁵⁰⁰.

Alvos constantes da *comunidade de informações*, Thalita Aveline e Carlos Alberto Oliveira também sofreram com a perseguição política administrativa. Em outubro de 1964, Thalita foi demitida do Colégio Estadual Lemos Junior, ficando proibida até mesmo de entrar no prédio para retirar seus livros. Além das diversas prisões, foi obrigada a apresentar-se à Polícia Federal algumas vezes, como quando seu marido fugiu da prisão em 1970. Mesmo após a separação litigiosa, concedida em juízo naquele mesmo ano, as perseguições continuaram. Só em 1979 Thalita foi reintegrada ao Magistério Estadual do Rio Grande do Sul⁵⁰¹. Carlos Alberto teve sua correspondência violada e foi preso no 7º G.A.Cos.M, por receber a revista chinesa “Pequim Informa”, em dezembro de 1964. Até mesmo o clube de xadrez que ele coordenava em Rio Grande foi apontado como “local de reuniões subversivas⁵⁰²”. A violação de correspondências é demonstrada também pela reprodução de uma carta de cunho pessoal escrita por Carlos para seu filho, Alfredo, em documento do SNI de 1975⁵⁰³.

Com a prisão e tortura de um militante e seu filho e constante vigilância, violações de privacidade, prisões e perseguições administrativas contra seus familiares, o caso de Carlos de Lima Aveline demonstra o funcionamento regular do complexo de informações e repressão montado pela ditadura de segurança nacional, descrito na historiografia como “terrorismo de Estado⁵⁰⁴”. Nas palavras de Caroline

⁴⁹⁹ O dossiê não traz informações sobre o destino do filho mais novo de Carlos Aveline depois da prisão.

⁵⁰⁰ LINS, Ciro. **Carlos Lima Aveline...** *Op. Cit.*

⁵⁰¹ ARQUIVO NACIONAL. **Dossiê Carlos Aveline.** Fundo: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos – AT0. Ref.: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0169.

⁵⁰² ARQUIVO NACIONAL. **Carlos Alberto Alvaro de Oliveira** - DCI.SSP.RS 1971. Fundo SNI. Ref. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006076.

⁵⁰³ ARQUIVO NACIONAL. **Carlos Cardoso Aveline e outros - APA.SNI 1975.** Fundo: SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75101241.

⁵⁰⁴ PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de Estado:** reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. *In:* GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania. (orgs.). **Entre a memória e o**

Bauer, as estratégias de implementação do terror de Estado nas ditaduras de segurança nacional latino-americanas podem ser definidas como

(...) o conjunto de práticas de sequestro, tortura, morte e desaparecimento, assim como a censura e a desinformação e suas consequências, principalmente a formação da 'cultura do medo'. Essa estratégia pode ser entendida como 'projetos', em seu sentido consciente e racional, pois o terror, como forma de dominação política, foi uma 'opção' dos civis e militares responsáveis pelas ditaduras e não uma 'fatalidade' ou 'imposição' conjunturais⁵⁰⁵.

Ainda que não seja este o objeto de análise desta pesquisa, é importante compreender que a produção da documentação aqui analisada, sobretudo a que compõe o Fundo SNI do SIAN, ocorreu no contexto de implementação do terror de Estado pela ditadura de segurança nacional brasileira. Isso não quer dizer que ela tenha sido, em sua totalidade, empregada como subsídio de ações repressivas clandestinas. Ao contrário, a decisão sobre quais casos deveriam ser alvo de ações repressivas mais violentas exigia a ampla vigilância e, ao mesmo tempo, esta "onipresença" da *comunidade de informações* promovia a dissuasão da oposição política e da mera crítica à ditadura.

3.4 Binômio segurança e desenvolvimento: indústria da pesca, desenvolvimentismo privado e as estratégias de diversificação e crescimento do grupo Ipiranga

Com a forma e o funcionamento acima descritos, o aparato informacional-repressivo da ditadura era entendido, na lógica da doutrina de segurança nacional, como necessário para garantir a estabilidade que possibilitaria efetivar os planos de médio e longo prazo da coalizão empresarial-militar dirigente do Estado nacional. De fundamental importância, entretanto, ele não seria suficiente para garantir a segurança interna. Desde o governo Castelo Branco, apesar da atuação dos ministros

esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: editora Deriva, 2014, p. 13.

⁵⁰⁵ BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina:** ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012, p. 31.

Bulhões e Campos ter como foco imediato o combate à inflação, o objetivo a médio e longo prazo era garantir, por meio de incentivos estatais, condições favoráveis ao desenvolvimento industrial pela iniciativa privada. Isso ficou claro, como vimos, na justificativa encontrada para anular a encampação das refinarias, mantendo a situação de privilégio e excepcionalidade em que estas operavam, visando incentivar os grupos de capital privado nacional que as controlavam a investir na instalação da indústria petroquímica, o que àquela altura colocaria o Brasil como pioneiro neste setor na América Latina. Por isso, ao argumento em defesa da liberdade econômica da empresa privada e do crescimento do Produto Interno Bruto por ela protagonizado, somava-se a definição da indústria petroquímica como “do interesse nacional” e, como tal, questão de segurança nacional⁵⁰⁶.

A cada novo ato institucional ou complementar, a cada decreto-lei ou lista de cassações de direitos políticos, a ditadura foi se fechando e, com isso, o peso e o espaço de suas características *híbridas* – como a manutenção do Congresso Nacional em funcionamento – foram sendo reduzidos. Além disso as políticas anti-inflacionárias, o contexto de baixo crescimento entre 1964 e 1967 e o *arrocho salarial* aumentavam a insatisfação popular e dificultavam a estabilização. Tudo isso fortalecia a ideia de que seria necessário, para garantir a segurança interna, promover o desenvolvimento econômico. De acordo com Octavio Ianni, a economia política do governo Castelo Branco já estabelecia como objetivo o binômio “segurança e desenvolvimento”, nos seguintes termos:

Segurança, no sentido de ‘segurança interna’, envolve o controle e a expressão de toda organização e atividade política das classes assalariadas, para que o capital monopolista tenha as mãos livres para desenvolver a acumulação. E *desenvolvimento*, no sentido de florescimento das ‘forças do mercado’, com a ‘predominância da livre empresa no sistema econômico’⁵⁰⁷.

Fala-se em “binômio segurança e desenvolvimento” porque, como se pode perceber, ambos aspectos eram vistos como complementares. O “controle das atividades políticas das classes assalariadas”, envolvendo medidas policiais, judiciárias, administrativas e econômicas de repressão, garantiria a estabilidade

⁵⁰⁶ ARQUIVO NACIONAL. **Ata da 27ª sessão do Conselho de Segurança Nacional**. 2/7/1965. Fundo CSN. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0002_0011_f_108_122.

⁵⁰⁷ IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 31.

necessária aos planos do governo para promover a industrialização e o desenvolvimento econômico com ênfase no setor privado. Por sua vez, o aumento dos índices de crescimento do Produto Interno Bruto, o desenvolvimento de indústrias modernas com produtos de maior valor agregado e a modernização da agricultura e de indústrias alimentícias proporcionariam ao governo uma maior aprovação, ao menos das classes médias da população, compensando a insatisfação popular com o fechamento do regime ditatorial. Para alcançar este desenvolvimento, entretanto, seria preciso manter o programa econômico por mais tempo do que duraria o governo Castelo Branco. Segundo Luiz Carlos Prado e Fábio Earp, “o compromisso com a continuidade da política anti-inflacionária foi o único item que Castelo Branco exigiu de Costa e Silva para apoiar sua candidatura à Presidência da República⁵⁰⁸”.

Com os *antiliberais conservadores* na Presidência, sob a ditadura dos generais Costa e Silva (1967 – 1969) e Médici (1969 – 1974), o imperativo do desenvolvimento econômico assumiria, gradualmente, o papel legitimador que foi atribuído ao *hibridismo* político na ditadura do marechal Castelo Branco⁵⁰⁹. O general Arthur da Costa e Silva nomeou Delfim Netto para o Ministério da Fazenda e Hélio Beltrão para o Ministério do Planejamento, substituindo a dupla Campos e Bulhões. Apesar do compromisso com a manutenção das políticas anti-inflacionárias, fatores como o crescimento da oposição e da insatisfação popular com o quadro econômico recessivo que tais medidas causavam, a percepção de que a inflação já estaria sob controle, a existência de capacidade produtiva ociosa na indústria, o aumento do crédito interno criado pelas reformas institucionais do governo anterior e o crescimento da oferta internacional de crédito para os setores público e privado possibilitaram que a nova equipe econômica alterasse suas prioridades, passando a ter como foco a aceleração do crescimento econômico⁵¹⁰.

No decorrer da década de 1960, as operações de crédito internacional utilizando moedas estrangeiras – as chamadas divisas – cresceram a ponto de formar “(...) um imenso mercado de empréstimos bancários internacionais em dólar para

⁵⁰⁸ PRADO; Luiz Carlos. EARP, Fábio. **O “milagre” brasileiro...** *Op. Cit.*, p. 217.

⁵⁰⁹ Cf.: LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 110; VASCONCELOS, Claudio. **Os militares e a legitimidade do regime ditatorial...** *Op. Cit.*, p. 342.

⁵¹⁰ PRADO; Luiz Carlos. EARP, Fábio. **O “milagre” brasileiro...** *Op. Cit.*, p. 218.

empresas transnacionais, governos e empresas públicas⁵¹¹". O chamado "mercado de euromonedas" ou "eurodólares" cresceu, entre 1964 e 1973, a uma taxa anual de 36%, aumentando o valor das operações de 12 bilhões de dólares, em 1964, para 191 bilhões de dólares, em 1973⁵¹². A alta oferta de crédito internacional tanto para o governo brasileiro implementar programas de obras de infraestrutura e incentivar a industrialização quanto para o setor privado ampliar seus investimentos, somada ao crescimento médio do comércio mundial de 7,4% ao ano no mesmo período e às já mencionadas reformas administrativas da ditadura, criaram condições excepcionalmente favoráveis à retomada do crescimento econômico brasileiro, que realmente se faria sentir no período 1968 – 1973⁵¹³.

As *Diretrizes de governo* de 1967 garantiam ao setor privado a "(...) possibilidade de obter ou de gerar os recursos que precisa para operar e expandir-se (...) ⁵¹⁴". O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967 – 1976), que significava a expressão aberta da decisão de manter-se a ditadura por muitos anos, e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED 1968-1970) tornavam ainda mais explícito o comprometimento do Estado com o setor privado⁵¹⁵. Visando, dentre outras coisas, o "estabelecimento de mecanismos de incentivo e captação de poupança nacional, voluntária e compulsória (...)", bem como de financiamentos junto a agentes internacionais, e acelerar o "(...) repasse ao setor industrial dos fundos da poupança pública"⁵¹⁶, o PED previa, para o triênio 1968 – 1970, uma taxa de crescimento da ordem de 6% ao ano⁵¹⁷. Na realidade, a taxa já havia sido de 7% em 1966, mas caíra para 4% em 1967. O percentual do PIB revertido em formação bruta de capital fixo – investimentos industriais – manteve-se próximo dos 15% até 1967, passando a 19% no ano seguinte e superando os 20% a partir de 1971. Como resultado do crescimento de crédito e dos investimentos naquela "conjuntura especialíssima", a taxa de

⁵¹¹ *Ibid*, p. 218.

⁵¹² *Ibid*., p. 218.

⁵¹³ *Ibid*., p. 218.

⁵¹⁴ BRASIL – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Diretrizes de Governo**. Julho de 1967 *apud* IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital...** *Op. Cit.*, p. 32.

⁵¹⁵ IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital...** *Op. Cit.*, pp. 33-34.

⁵¹⁶ BRASIL – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968 – 1970)**. *Apud* IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital...** *Op. Cit.*, p. 34.

⁵¹⁷ PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio. **O "milagre" brasileiro...** *Op. Cit.*, p. 219.

crescimento do PIB superaria os 10% ao ano entre 1968 e 1973, no que ficou conhecido como “milagre econômico⁵¹⁸”.

Em Rio Grande, na década de 1960, o ramo da pesca era o mais dinâmico da indústria. A principal agência estatal de fomento de políticas públicas para o setor era a SUDEPE, que foi presidida por Emilio Varoli durante a ditadura de Castelo Branco. Criada durante o governo João Goulart, a superintendência não foi priorizada no primeiro governo da ditadura, e seu Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (1963 – 1965) não teve os objetivos alcançados⁵¹⁹. Ao noticiar uma reunião da Comissão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul sobre a pesca em dezembro de 1966, da qual participavam os deputados Carlos Santos (MDB) e Adolpho Puggina (Arena), o superintendente da SUDEPE, Emilio Varoli e o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, Almirante Antônio Maria Nunes de Souza, o *Diário de Notícias* sintetizou a percepção da indústria na manchete: “pesca está no terreno das ideias⁵²⁰”. O jornal informava que uma reformulação do Código da Pesca estaria por acontecer, e que a recente reivindicação do Centro de Indústrias de Rio Grande (CIRG) para que o setor fosse habilitado a recorrer ao crédito rural era “(...) assunto já aprovado pela alta direção do Banco do Brasil (...)”⁵²¹.

Com as referidas alterações na política econômica, que visavam acelerar o crescimento deixando em segundo plano o combate à inflação, a indústria da pesca ganhou relevância no planejamento estatal para o desenvolvimento privado. Ainda no fim do governo Castelo Branco, foi editado o Decreto-Lei nº 221, que definia a pesca como uma indústria de base, envolvendo “(...) o exercício de atividades de captura, conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização dos seres animais ou vegetais que tenham na água seu meio (...) de vida”. Até o ano de 1972, o DL-221 garantia isenção do imposto de importação de produtos industrializados (IPI) e quaisquer taxas aduaneiras federais para a importação de “(...) embarcações de

⁵¹⁸ *Ibid*, p. 222.

⁵¹⁹ GOULARTI FILHO, Alcides. **Da SUDEPE à criação da Secretaria...** *Op. Cit.*, p. 394.

⁵²⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Pesca está no terreno das ideias. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 14 de dezembro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/43137. Acesso: 20/2/2023.

⁵²¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Pesca está no terreno das ideias. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 14 de dezembro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/43137. Acesso: 21 de fevereiro de 2023.

pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e respectivos sobressalentes, ferramentas, dispositivos e apetrechos (...)", além de "(...) isenção do Imposto de Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas (...) as pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras (...)". O valor da isenção no IRPJ deveria ser "(...) incorporado ao capital da pessoa jurídica beneficiada (...) e mantida em conta denominada 'Fundo para Aumento de Capital' (...)". Além disso, a captura e transformação do pescado passavam a ser consideradas atividades agropecuárias e, assim, aptas a recorrer ao crédito rural institucionalizado pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, conforme o CIRG havia reivindicado⁵²².

Em abril de 1967, já sob a ditadura do general Costa e Silva, o almirante Antônio Maria Nunes de Souza foi nomeado superintendente da SUDEPE, substituindo Emílio Varoli na agência que seria responsável, de acordo com o DL-221, por autorizar o funcionamento e gerenciar os incentivos às empresas do setor pesqueiro⁵²³. Desde 1964, o almirante Nunes de Souza presidia a Confederação dos Pescadores do Brasil e, por isso, o jornal *Diário de Notícias* o definia como alguém "(...) plenamente identificado com a realidade pesqueira do País (...)"⁵²⁴. Criada em 1920, um ano depois da organização, pela Marinha do Brasil, das primeiras colônias de pescadores em território nacional, a história da Confederação dos Pescadores não é muito conhecida e, ao que tudo indica, em 1964 ela congregava tanto pescadores artesanais como industriais⁵²⁵. A separação entre eles, no período, não estava clara na legislação, e o DL-221/67 não alteraria esta condição. Neste sentido, pode-se supor que a nomeação do almirante Nunes de Souza para presidi-la fizesse parte das intervenções militares realizadas logo após o golpe de Estado em organizações de trabalhadores. Por outro lado, a provável presença de industriais na Confederação colocaria o almirante Nunes de Souza como um dirigente de organização empresarial na sociedade civil que, ao assumir a SUDEPE, levaria as principais reivindicações do

⁵²² BRASIL. **Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967**. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/legislacao/legislacao-geral-da-pesca?b_start:int=40. Acesso: 11/2/2023.

⁵²³ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. O ALMIRANTE ESTÁ A BORDO. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 30 de abril de 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/45501. Acesso: 11/2/2023.

⁵²⁴ *Ibid.*

⁵²⁵ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES – CNPA. **Conheça a CNPA**. Disponível em: <http://www.cnpa.org.br/conhecaCnpa.aspx>. Acesso: 20/2/2023.

empresariado pesqueiro para dentro da agência do Estado restrito responsável pelas políticas públicas do setor. Atualmente, a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA) possui representações apenas nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal, e não encontramos indícios de sua organização no Rio Grande do Sul na década de 1960⁵²⁶.

As relações da Marinha do Brasil e de seu oficialato com a pesca remetem, como vimos, à origem da regulamentação desta atividade no país. Durante a década de 1920 e entre 1942 e 1967, os pescadores estiveram subordinados ao Ministério da Marinha, que concedia seus registros de atividade profissional⁵²⁷. O DL-221 devolveu esta atribuição ao Ministério da Agricultura, representado pela SUDEPE. Além disso, a Marinha também promovia pesquisas e levantamentos sobre os mares brasileiros – como na missão desempenhada pelo navio *H-22 Canopus* antes do golpe de 1964 – que poderiam ser úteis à indústria pesqueira.

As pesquisas realizadas pela Marinha do Brasil e por instituições como a Sociedade de Estudos Oceanográficos de Rio Grande (SEORG) indicavam possibilidades de expansão da indústria pesqueira relativamente maiores no sul do país do que em outras regiões, que à época já haviam sido mais intensamente exploradas. Em entrevista ao *Diário de Notícias* logo após assumir a superintendência da SUDEPE, o almirante Nunes de Souza declarou:

'é forçoso reconhecer-se a maior potencialidade atual das águas sulinas, para onde, sem dúvida, farei conduzir os recursos e atendimentos necessários, proporcionando condições para que, ali, se desenvolva o trabalho pesqueiro, principal elemento a curto prazo no combate à subnutrição (...)'⁵²⁸.

Além de fixar a indústria pesqueira do Rio Grande do Sul – em sua maior parte instalada em Rio Grande – como prioridade no planejamento estatal, o almirante Nunes de Souza retomava a centralidade do argumento do combate à fome na defesa

⁵²⁶ *Ibid.*

⁵²⁷ MARTINS, César Augusto; RENNER, Marco Antônio. **Industrialização de pescado no município do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 49.

⁵²⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. O ALMIRANTE ESTÁ A BORDO. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 30 de abril de 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/45501. Acesso: 11/2/2023.

da necessidade dos incentivos estatais à expansão da indústria pesqueira. Desde a década de 1950, como vimos, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) promovia campanhas mundiais de incentivo ao consumo do pescado e ao desenvolvimento da pesca como meio de combater a fome, algumas delas com a participação de pesquisadores da Sociedade de Estudos Oceanográficos de Rio Grande (SEORG)⁵²⁹. Em 1965, o objetivo declarado pela FAO em todo o mundo era o de “(...) triplicar a produção de alimentos nos próximos 35 anos (...)”⁵³⁰ de modo a alimentar a população mundial, prevista para atingir os 6 bilhões e 250 milhões de habitantes em 2000.

O discurso do almirante Nunes de Souza ao assumir a SUDEPE, portanto, estava alinhado ao que diziam os pesquisadores e organismos internacionais sobre a importância de modernizar os processos produtivos para maximizar a produção de alimentos e, assim, reduzir seu custo e torná-lo acessível às populações de baixa renda. Sob sua gestão, a SUDEPE firmou novos convênios com a FAO para concluir levantamentos da situação da pesca no Brasil e promover a capacitação em técnicas mais modernas de captura e transformação do pescado⁵³¹. Em que pese a justificativa do combate à fome ter sido mais frequente, em algumas declarações o almirante Nunes de Souza mencionou também a importância do aumento nas exportações de pescado “(...) como fonte de carreamento de divisas (...)”⁵³² internacionais tão importantes, como vimos, para o acesso ao crédito internacional para financiar o desenvolvimento industrial no Brasil⁵³³.

O novo quadro de possibilidades de expansão da indústria pesqueira de Rio Grande completava-se com a formação, no âmbito do Governo do Estado, do Grupo

⁵²⁹ TORRES, Luiz Henrique. **Ciência Oceanográfica, academia e o processo industrial...** *Op. Cit.*, p. 187.

⁵³⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. MUNDO PASSA FOME: MISSÃO DA FAO É TRIPLICAR ATUAL PRODUÇÃO ATÉ O ANO 2000. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 25 de setembro de 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/36368. Acesso: 11/2/2023.

⁵³¹ *Ibid*; HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. SEMINÁRIO VÊ INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAMARÃO. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 7 de novembro de 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/54306. Acesso: 11/2/2023.

⁵³² HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Dólares e cruzeiros para a pesca crescer. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 13 de março de 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/50394. Acesso: 20/2/2023.

⁵³³ PRADO; Luiz Carlos. EARP, Fábio. **O “milagre” brasileiro...** *Op. Cit.*, p. 218.

Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca (GEDIP). Em janeiro de 1967, o coronel Walter Peracchi Barcellos substituiu Ildo Meneghetti no governo estadual e, no ano seguinte, criou o GEDIP, nomeando o engenheiro Cícero Marques Vassão como seu secretário executivo. Como vimos no primeiro capítulo, Vassão desenvolvia pesquisas sobre as águas do sul, marinhas ou lagunares, desde a década de 1940⁵³⁴. Em 1953, participou da criação da Sociedade de Estudos Oceanográficos de Rio Grande, sendo nomeado seu vice-presidente⁵³⁵. No mesmo ano, Vassão assumiu também a vice-presidência da Fundação Cidade do Rio Grande e, de forma provisória, a primeira Direção da Escola de Engenharia Industrial⁵³⁶. Tratava-se, portanto, de um *intelectual orgânico* intimamente vinculado aos *aparelhos privados de hegemonia* da indústria de Rio Grande, embora fosse funcionário público do DEPREC.

Diante deste cenário favorável, o grupo Ipiranga decidiu diversificar suas atividades para o setor pesqueiro. Em 1966, assumiu o controle das Indústrias Reunidas Leal Santos, tradicional fábrica de conservas, biscoitos e pescado congelado⁵³⁷. Mas sua principal empresa do setor foi inaugurada no final de 1968, na área que havia sido do frigorífico Swift junto ao porto de Rio Grande. Abandonadas desde o fechamento do frigorífico em 1959, as instalações faziam parte da “capacidade produtiva ociosa” priorizada nos planos governamentais de aceleração do crescimento. Visando realizar a captura, beneficiamento, industrialização, importação e exportação de peixes e camarões, a Indústria Rio-Grandense de Pescados – ISAPEIXE foi a primeira do país a ser beneficiada pelos incentivos e isenções fiscais previstos no DL-221/67, e sua direção ficou a cargo do contra-almirante Nelson Riet Correa, em mais uma demonstração de proximidade entre os oficiais da Marinha do Brasil e a indústria da pesca⁵³⁸. Conforme declarou o almirante Nunes de Souza ao jornal Diário de Notícias, até março de 1968 a SUDEPE já havia procedido “(...) a entrega de ações da Indústria Rio-Grandense de Pescados S.A. no

⁵³⁴ Blog do Lineu Vassão – As origens da família Vassão. **Engenheiro Cícero Marques Vassão**. Disponível em: <http://vassao.blogspot.com/p/personagens-inesqueciveis.html>. Acesso: 20 de fevereiro de 2023.

⁵³⁵ TORRES, Luiz Henrique. **Ciência Oceanográfica, academia...** *Op. Cit.*, p. 187.

⁵³⁶ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 376.

⁵³⁷ ACERVO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Grupo Ipiranga – empresas integradas na expansão brasileira. **Revista Ipiranga**, ano XVI, nº 67, 1976, pp. 24-25.

⁵³⁸ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 170.

valor de 1 bilhão de cruzeiros velhos (...)", em um total que chegaria a "(...) um milhão de cruzeiros novos (...) ⁵³⁹", conforme as regras de utilização das isenções para formação de capital previstas no DL-221/67.

A constituição da ISAPEIXE colocava o grupo Ipiranga dentre as grandes indústrias da pesca do país, condição ampliada pela aquisição da Leal Santos Pescados, em 1969 e da Wigg Pescados, em 1971 – todas em Rio Grande, além das empresas em outros estados ⁵⁴⁰. A diversificação para setores estratégicos foi uma tática adotada pelo grupo para superar os entraves impostos ao seu crescimento pela limitação do processamento de petróleo bruto pela refinaria prevista na Lei 2.004/53. Entre 1964 e 1973, a Refinaria de Petróleo Ipiranga processou, por ano, entre 529 e 553 mil metros cúbicos de petróleo bruto. A Destilaria Riograndense de Uruguaiana, também vinculada ao grupo Ipiranga, não superou os 20 mil metros cúbicos no mesmo período. Enquanto isso, a Refinaria Alberto Pasqualini, inaugurada pela Petrobrás em Canoas – RS em 1968, iniciou suas atividades processando 670 mil metros cúbicos de petróleo bruto naquele ano e alcançou 3.937 mil metros cúbicos em 1973 ⁵⁴¹.

Em que pese a alta demanda por produtos derivados do petróleo no mesmo período, as desvantagens da concorrência com uma refinaria que não tinha limitação de processamento reforçavam a necessidade de diversificação do grupo Ipiranga. Antes da pesca industrial, já haviam sido feitas diversificações para os setores de fertilizantes ⁵⁴² e da hotelaria. Neste, o grupo constituiu a Hotéis Charrua S.A. em 1962, inaugurando a primeira unidade em Rio Grande no ano de 1965, e diversas outras em cidades do interior do estado nos anos seguintes ⁵⁴³. Segundo o executivo do grupo João Pedro Gouvêa Vieira, a indicação da hotelaria como setor de investimentos partiu de dentro do Estado:

⁵³⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. SUDEPE e SUDESUL vão desenvolver a pesca. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 12 de março de 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/50394. Acesso: 20/2/2023.

⁵⁴⁰ ACERVO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Grupo Ipiranga – empresas integradas na expansão brasileira. **Revista Ipiranga**, ano XVI, nº 67, 1976, pp. 24-25.

⁵⁴¹ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE/RS. **RS Um Década: 1964 – 1974**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1974, p. 20.

⁵⁴² Como vimos no capítulo 1, a Ipiranga iniciou a produção e comercialização de fertilizantes em 1949 e, em 1958, criou a ICISA para atuar especificamente neste setor. Cf.: ACERVO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Grupo Ipiranga – empresas integradas na expansão brasileira. **Revista Ipiranga**, ano XVI, nº 67, 1976, pp. 24-25.

⁵⁴³ *Ibid.*; CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** Op. Cit., p. 392.

Interlocutores do governo nos disseram que, como éramos um grupo nascido no Rio Grande do Sul, tínhamos a obrigação de fazer alguma coisa a mais. E a hotelaria gaúcha não ia bem, precisava de investimentos. Em Rio Grande, só havia o velho Hotel Paris onde eu me hospedava, não tinha nenhuma suíte e o banheiro era coletivo no corredor. Então, partimos para a segunda diversificação que foi a hotelaria⁵⁴⁴.

Embora o empresário trate o caso como um “pedido de ajuda”, a indicação de um setor propício ao investimento privado, feita a seu grupo por “interlocutores do governo”, atendia aos interesses do grupo Ipiranga. Especialmente porque a diversificação, naquele momento, se fazia urgente pela competição nos mercados de derivados de petróleo da região, em condições cada vez mais desfavoráveis, com a refinaria Alberto Pasqualini.

Percurso semelhante de diversificação foi identificado por Pedro Campos nas grandes construtoras nacionais, que iniciaram no âmbito da própria construção civil, passaram a setores que aproveitavam o maquinário, como a mineração e, por fim, enfocavam qualquer setor considerado prioritário no planejamento estatal. Com isso, o pesquisador supõe que “(...) houve modos mais ou menos formais de convite por parte dos agentes governamentais aos empresários em questão para atuação nos referidos ramos econômicos”⁵⁴⁵. Caio Bugiato, por sua vez, menciona um caso ocorrido em 1973, quando um ministro da ditadura procurou pessoalmente o empresário industrial Abraham Kasinsky para lhe oferecer um financiamento volumoso e de longo prazo para que sua empresa desenvolvesse a fundição de blocos de motores em território nacional⁵⁴⁶. A constituição da primeira empresa beneficiada pelo DL-221 e a indicação de “interlocutores do governo” para investimentos na hotelaria demonstram que as estratégias do grupo Ipiranga para sua diversificação passavam, via de regra, por sua proximidade com o Estado e suas agências específicas nas esferas nacional, estadual e municipal.

Além de Cícero Vassão no GEDIP, outro frequente interlocutor da Ipiranga e de organizações da sociedade civil local sob seu controle no governo Peracchi Barcellos era o Secretário de Energia e Transportes Henrique Anawate, a quem

⁵⁴⁴ GOUVÊA VIEIRA, João Pedro *apud* CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 391.

⁵⁴⁵ CAMPOS, Pedro. **Estranhas Catedrais...** *Op. Cit.*, p. 132.

⁵⁴⁶ BUGIATO, Caio. **O BNDES na ditadura militar e no rumo do neoliberalismo...** *Op. Cit.*, p. 283.

Francisco Martins Bastos recorreria diversas vezes “(...) pedindo obras para Rio Grande”, conforme Willy Cesar⁵⁴⁷. Na inauguração da ISAPEIXE, o próprio governador compareceu a um banquete oferecido no Clube do Comércio, onde declarou:

(...) a Ipiranga é daquelas empresas que demonstram ao governo o que deve fazer no campo do bem público, principalmente em obras de infraestrutura de que necessitamos, como energia, estradas e comunicações. O governo sabia das intenções da Ipiranga na indústria da pesca no Rio Grande do Sul em bases racionais. Por isso, criamos um grupo de trabalho para estudar o problema (...) ressaltou-se aí a importância da pesquisa oceanográfica para a indústria da pesca (...) ⁵⁴⁸.

Com todos os incentivos fiscais e o aparato estatal criado para promover sua expansão, a indústria da pesca de fato apresentaria crescimento. Os dados da SUDEPE analisados e disponibilizados por Alcides Goularti Filho, no entanto, demonstram que a produção total de pescado em águas continentais e marítimas no Brasil passou de 274 mil toneladas em 1960 a 417 mil em 1963, mas entrou em queda e chegou 377 mil toneladas em 1964. Depois disso, a captura manteve-se em crescimento constante até 1975, quando atingiu 759,7 toneladas, caindo para 658,8 mil no ano seguinte, mas recuperando a alta, alcançando 971,5 mil toneladas em 1985, último ano de crescimento na atividade⁵⁴⁹. Em 1969, conforme Goularti Filho, foram capturadas 492 mil toneladas de pescado no Brasil. Em novembro daquele, entretanto, o jornal *Diário de Notícias* publicava que

(...) a produção pesqueira do Brasil deverá alcançar até o fim deste ano 700 mil toneladas, o que representa um recorde. A frota pesqueira passará de 501 barcos para 1.231 embarcações em 1970. É informação da Superintendência da Pesca (SUDEPE) que considera ser necessário elevar a produção pesqueira nacional para 3.500 toneladas anuais, com consumo mínimo de 500kg/ano por pessoa. Para o superintendente da SUDEPE, almirante Antônio Maria Nunes de Souza, a pesca é a única solução do Brasil para dar aos seus 90 milhões de habitantes um regime de proteína animal sadio. Por isso, a SUDEPE já aprovou 112 projetos, num total de 32,5 milhões de cruzeiros novos para desenvolver a pesca no Brasil. Serão formados 360 novos patrões de pesca e 60 motoristas de embarcações. Frisou o almirante Nunes de Souza que a pesca hoje é investimento, e muito tem colaborado

⁵⁴⁷ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, pp. 169-170.

⁵⁴⁸ PERACCHI BARCELLOS, Walter *apud* CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 170.

⁵⁴⁹ GOULARTI FILHO, Alcides. **Da SUDEPE à criação da Secretaria...** *Op. Cit.*, p. 411.

com isso o Decreto-Lei 221, que permitiu ao Brasil alcançar as 700 mil toneladas de pesca este ano⁵⁵⁰.

Embora a tendência da produção da indústria pesqueira fosse de alta, os números previstos para 1969 pelo almirante Nunes de Souza apresentavam notório exagero, com um acréscimo de 300 mil toneladas em relação aos dados da SUDEPE. Importa notar que a divulgação do que seria um recorde impressionante no aumento da produção do setor era acompanhada da propaganda de que isso resolveria problemas de alimentação da população e do anúncio de novos projetos da indústria pesqueira financiados por incentivos fiscais. Desta forma, a divulgação do suposto “recorde” servia para justificar a continuidade e ampliação das políticas estatais de incentivo ao desenvolvimento da indústria pesqueira, apresentada como economicamente pujante e fundamental na produção de alimentos suficientes à população brasileira, cada vez mais urbana.

Ao discursar na inauguração da ISAPEIXE, o governador Barcellos mencionou a intenção da Ipiranga de se estabelecer no setor pesqueiro em “bases racionais⁵⁵¹”. A proximidade entre a Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG) e os pesquisadores e entidades de pesquisa oceanográfica remetia, como vimos, ao surgimento da organização na década de 1950. A partir de 1961, a FCRG destinaria recursos à SEORG e ao Museu Oceanográfico, passando a administrá-los em 1969⁵⁵².

Neste período, a Fundação Cidade do Rio Grande estava empenhada na criação de uma Universidade sob sua direção, que deveria reunir as instituições de Ensino Superior então existentes no município. A Escola de Engenharia Industrial, federalizada em 1961, criou no ano seguinte o curso de Química Industrial e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (Ipoi), que teria o objetivo de manter e aprofundar as relações entre a escola e as indústrias locais, sobretudo a Refinaria Ipiranga, agora que sua direção não responderia mais ao presidente da Fundação e da empresa, Francisco Martins Bastos. Em 1964, a EEI inaugurou o Colégio Técnico Industrial,

⁵⁵⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Pescado: 700 mil toneladas em 1969. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 15 e 16 de novembro de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/59995. Acesso: 20/07/2023.

⁵⁵¹ PERACCHI BARCELLOS, Walter *apud* CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 170.

⁵⁵² TORRES, Luiz Henrique. **Ciência Oceanográfica, academia e o processo industrial...** *Op. Cit.*, p. 187.

escola profissionalizante de nível médio, e naquele momento funcionavam na cidade também a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua e a Faculdade de Filosofia de Rio Grande, não vinculadas à FCRG⁵⁵³.

Em 1965, a Ipiranga fez uma doação de Cr\$100 milhões de cruzeiros à Fundação Cidade do Rio Grande para que esta pudesse efetivar o projeto, já em debate pela sociedade médica local, da criação de uma Faculdade de Medicina. O presidente do grupo empresarial, Francisco Martins Bastos, havia passado o comando da Fundação a um de seus representantes próximos, Jorge da Cunha Amaral, e participou pessoalmente da cerimônia de entrega do cheque, quando lembrou outras contribuições que a Ipiranga já havia feito à municipalidade⁵⁵⁴. A Faculdade foi autorizada pelo Conselho Federal de Educação em 1966 e deu início às aulas utilizando as instalações hospitalares da Santa Casa. Com uma nova doação de Cr\$100 milhões de cruzeiros da Ipiranga, foi construído o Hospital de Ensino da Faculdade de Medicina de Rio Grande, cuja inauguração fez parte das festividades de 30 anos da empresa, em 1967⁵⁵⁵. No mesmo ano, Francisco Martins Bastos promoveu a criação de uma comissão no âmbito da FCRG para estudar o que seria necessário à formação de uma Universidade. Através do Decreto-Lei nº 774, de 20 de agosto de 1969, foi autorizado o funcionamento da Universidade do Rio Grande pela fusão das instituições de ensino superior então existentes no município⁵⁵⁶. Em 21 de outubro do mesmo ano, o Decreto nº 65.462 reconheceu o estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), entidade mantenedora da Universidade que utilizava a mesma sigla⁵⁵⁷.

⁵⁵³ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, pp. 381-382.

⁵⁵⁴ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 264.

⁵⁵⁵ *Ibid.*, p. 265-267.

⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 266.

⁵⁵⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **História**. Disponível em: <https://www.furg.br/a-furg/historia#:~:text=J%C3%A1%20em%2021%20de%20outubro,como%20entidade%20mantenedor%20da%20FURG>. Acesso: 11/6/2023.

3.5 Consolidação jurídica da ditadura de segurança nacional: a Constituição Federal de 1967 e a declaração de Rio Grande como área de interesse da segurança nacional

A posse do general Costa e Silva na Presidência da República em 1967 representou, como vimos, a ascensão dos militares *antiliberais conservadores* ao centro de tomada de decisões do Estado. De acordo com Rodrigo Lentz, este processo indicava a formação de uma “segunda aliança militar-civil”, que já teria sido esboçada na imposição do AI-2, em outubro de 1965⁵⁵⁸. Naquela ocasião, apareciam os primeiros indícios claros de que os militares não abririam mão do comando do bloco, estando dispostos a permanecer por muitos anos no poder. Além de aumentar o poder da “linha dura”, portanto, a segunda aliança excluía políticos civis que ajudaram a construir o golpe na esperança de que ele fosse um caminho para afastar opositores políticos e realizar suas próprias pretensões eleitorais. O caso mais importante foi o de Carlos Lacerda que, enquanto Governador da Guanabara, participou ativamente das conspirações golpistas com a pretensão de concorrer às eleições presidenciais em 1965. Em Rio Grande, como vimos, os vereadores Silvério Miranda Jr. e Washington Ballester de Sá Freitas, embora seguissem declarando-se “revolucionários”, indispuseram-se com as autoridades locais da ditadura e, já desde 1965, foram por elas considerados inconfiáveis.

Amparada nesta “segunda aliança”, a ditadura de Castelo Branco derrubou por completo a Constituição de 1946. Diante da tentativa dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ambos apoiadores do golpe de 1964, de retomar na nova Carta alguns poderes cassados do Legislativo pelos Atos Institucionais, a ditadura respondeu, mais uma vez, com soluções autoritárias: cassou mandatos, decretou recesso e promoveu a invasão militar do Congresso Nacional. O ato de reconvocação do Legislativo se deu em janeiro de 1967, já sob a nova Constituição⁵⁵⁹. A ditadura não poderia atender as demandas dos políticos civis de sua base de apoio pois, na realidade, o objetivo era justamente constitucionalizar as medidas

⁵⁵⁸ LENTZ, Rodrigo. *República de Segurança Nacional... Op. Cit.*, p. 165.

⁵⁵⁹ *Ibid.*, p. 168.

autocráticas previstas pelos Atos Institucionais. Na avaliação do Ministro da Justiça Milton Campos, o documento representava “(...) o encerramento do ‘processo revolucionário’, dando passo firme para institucionalizar a ‘revolução’ a ser desenvolvida pelos próximos governos⁵⁶⁰”.

A institucionalização mencionada pelo ministro teve atos importantes ainda antes do fim do governo Castelo Branco. A reforma da Lei de Segurança Nacional, realizada pelo Decreto-Lei nº 314/67, incorporava à legislação fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional – com dispositivos sobre “segurança interna”, “guerra psicológica” e “objetivos nacionais”⁵⁶¹. Ao mesmo tempo, uma nova Lei de Imprensa visava “(...) controlar a liberdade de manifestação de pensamento e de informação⁵⁶²”. O AI-2 já previa eleições indiretas aos governos estaduais e, em julho de 1966, o AC-16 impunha a fidelidade partidária, tornando o voto em candidato de outro partido punível com a cassação do mandato de deputado estadual ou federal. Dentre outros motivos para esta medida, estavam as preocupações em torno da possibilidade de vitória da candidatura de Rui Cirne Lima, do MDB, ao governo do Rio Grande do Sul. Com quatro novas cassações na Assembleia Legislativa e sob a disciplina da fidelidade partidária, o MDB retirou a candidatura oposicionista. Em setembro de 1966, em eleição indireta de chapa única, o coronel Walter Peracchi Barcellos (Arena) foi eleito Governador do Rio Grande do Sul e, como vimos, tomou posse em 31 de janeiro de 1967⁵⁶³.

Dentre as medidas de consolidação jurídica da ditadura previstas na Constituição de 1967, uma em especial afetaria diretamente a política municipal de Rio Grande. Em seu 16º artigo, § 1º, alínea b, a Carta determinava que seria competência dos governadores estaduais, sob aprovação prévia do Presidente da República, nomear os prefeitos de municípios declarados de interesse da segurança

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 169.

⁵⁶¹ LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 170.

⁵⁶² *Ibid.*, p. 170-171.

⁵⁶³ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO – DHBB. Verbetes. **Ildo Meneghetti**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meneghetti-ildo>. Acesso: 9/2/2022.

nacional. A escolha das cidades que perderiam a autonomia do Poder Executivo Municipal seria responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional⁵⁶⁴.

Com o único porto marítimo do Rio Grande do Sul e um histórico recente de conflitos entre membros do legislativo municipal e autoridades locais da ditadura, Rio Grande logo foi considerada candidata a compor a lista, que deveria ser publicada em Lei. Em junho de 1967, o jornal Rio Grande já dava como certo que a cidade seria considerada “(...) ponto chave para a segurança nacional⁵⁶⁵”. Na câmara, o vereador Athaydes Rodrigues denunciou “(...) que o Gal. Cattani solicitou ao Conselho de Segurança Nacional que declarasse o nosso município ponto estratégico. Com isso desejava se tornar um interventor perpétuo⁵⁶⁶”. O vereador propunha aos colegas um requerimento apelando às autoridades federais “(...) que não mandem mais interventores para Rio Grande e não seja tirado o direito do povo rio-grandino escolher o seu Prefeito através do voto popular⁵⁶⁷”. Lindalvo Monteiro, por sua vez, apelou “(...) às lideranças da ARENA, tanto a de um lado como a de outro (...),⁵⁶⁸ para que defendessem a autonomia municipal, pois “com um Prefeito eleito pelo povo, o governo teria mais autenticidade e não seriam levantadas questões sobre possíveis ilegalidades em sua permanência⁵⁶⁹”. Seu apelo ampliava o alcance de críticas tecidas à legitimidade do interventor, segundo Lindalvo, por um cidadão local através da Rádio Cultura Rio-grandina. Além disso, apontava para a permanência e aprofundamento da crise no diretório municipal da Arena, cuja superação havia sido importante na justificativa da nomeação do Gen. Cattani para a prefeitura.

Na mesma sessão, mais uma vez coube aos vereadores Francisco Santana Ferreira e Alvary Becker de Freitas a defesa da institucionalização da ditadura. Ferreira disse que considerava “(...) a Defesa Nacional como o ponto máximo de todos os nossos interesses (...)” e, por isso, concordava com a inclusão de Rio Grande na lista, caso o Conselho de Segurança Nacional avaliasse necessário. Ao mesmo

⁵⁶⁴ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso: 2/3/2022.

⁵⁶⁵ Jornal Rio Grande. **Rio Grande será considerado ponto-chave para a segurança nacional**. 16 de junho de 1967. *Apud* CESAR, Willy. **Rio Grande... Op. Cit.**, p. 441.

⁵⁶⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.645 de 23 de junho de 1967**.

⁵⁶⁷ *Ibid.*

⁵⁶⁸ *Ibid.*

⁵⁶⁹ *Ibid.*

tempo, argumentou que a medida não “(...) arranharia a democracia, (...) porquanto a Câmara se faria presente na administração e na fiscalização dos atos do Executivo, como estava procedendo agora, ao fiscalizar os atos do Sr. Interventor Federal⁵⁷⁰”. Proclamando-se defensor do “(...) respeito à religião, à ordem e aos direitos do homem”, finalizou dizendo acreditar na “(...) necessidade de muitas vezes o Governo usar da força, para manter as liberdades, a paz e a ordem na família brasileira e no País (...)”⁵⁷¹. Mais sucinto, Alvary reafirmou os posicionamentos do colega e disse que “(...) queria deixar bem claro (...) que continuava acreditando na revolução de 1964 e nos homens que atualmente dirigem a Nação⁵⁷²”. Com exceção de Alvary e Santana, os outros dez vereadores presentes aprovaram o requerimento de Athaydes Rodrigues. Conforme Lindalvo Monteiro, até mesmo o jornal *Rio Grande* publicou um artigo em contrariedade à declaração de Rio Grande como área de segurança nacional⁵⁷³.

O protesto dos vereadores e da imprensa, entretanto, não impediu que Rio Grande constasse na lista de 67 municípios considerados de interesse da segurança nacional pela Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968⁵⁷⁴. A ata da reunião do CSN onde o Projeto de Lei foi discutido situa Rio Grande como um município da Orla Marítima brasileira “(...) cuja posição-chave permite controlar as aquavias que vão atender a rica bacia da Laguna dos Patos e a economia da campanha sul-rio-grandense”. Entre os presentes, apenas o Ministro dos Transportes, Cel. Mário Andreazza, sugeriu que alguns municípios – dentre eles, os da orla marítima – ficassem fora da lista. Ou então que outros, com características semelhantes, fossem nela incluídos. Outro voto vencido foi o do chefe do Estado Maior do Exército, general Orlando Geisel, que defendeu que a lei declarasse, ao invés dos 67 sugeridos pelo projeto, 151 municípios brasileiros como áreas de interesse da segurança nacional⁵⁷⁵.

⁵⁷⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.645 de 23 de junho de 1967.**

⁵⁷¹ *Ibid.*

⁵⁷² *Ibid.*

⁵⁷³ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.645 de 23 de junho de 1967.**

⁵⁷⁴ BRASIL. **Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5449.htm. Acesso: 2/3/2022.

⁵⁷⁵ ARQUIVO NACIONAL. **Ata da 1ª consulta do Conselho de Segurança Nacional.** 15 de fevereiro de 1968. Fundo CSN. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0003_0006_f_133_149.

Em novembro de 1968 foram realizadas, em Rio Grande, as primeiras eleições diretas após o golpe de 1964. Com a cidade declarada área de interesse da segurança nacional, o pleito elegeu apenas os treze membros do Legislativo Municipal, enquanto era preparada a substituição do general Cattani na prefeitura por outro interventor. O MDB se manteve em ligeira maioria, com sete vereadores, enquanto a Arena elegeu seis. Deste partido, foram reeleitos Nilo Correa da Fonseca, o mais antigo na legislatura, e Silvério Miranda Jr. – ambos com histórico de conflitos com o Poder Executivo municipal. Os dois vereadores mais comprometidos com a defesa da institucionalização da ditadura, Alvary Becker de Freitas e Francisco Santana Ferreira, não foram reeleitos. Como veremos, no entanto, na nova legislatura esta função seria desempenhada por Rubens Emil Correa e Francisco Soares Giácomo, eleitos na ocasião. Completavam as cadeiras da Arena os vereadores Paulo David Francisco e Arnaldo dos Santos Quessada. Pelo MDB, reelegeram-se Walter Chaves Troina, Athaydes Rodrigues e Alberto Martins da Silva, enquanto os novos eleitos – que, em sua maioria, possuíam experiência na Câmara – foram Antônio Sóstenes Peres Barros, João Paulo de Araújo, Valdomiro Rocha Lima e a única mulher da legislatura, Adélia Lazzarini⁵⁷⁶.

Em 13 de dezembro de 1968, o governo Costa e Silva publicou o Ato Institucional nº 5, que abriria o período de ápice da violência política da ditadura de segurança nacional⁵⁷⁷. Como vimos, os anos entre 1968 e 1973 também teriam as maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto do país durante a ditadura, fomentadas pelo aumento do endividamento externo. A distribuição da renda gerada pelo chamado “milagre econômico”, entretanto, acentuou a desigualdade, mantendo problemas sociais já agravados pelas políticas salarial e fiscal do governo Castelo Branco. O crescimento da oposição, que promoveu greves operárias e grandes passeatas em 1968 recebeu, como resposta, a intensificação da repressão e da violência política para garantir a estabilidade necessária ao crescimento econômico.

⁵⁷⁶ MEMORIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL GAÚCHA. **Resultados das eleições municipais de 1968 – Rio Grande**. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/municipios-de-l-a-z/rio-grande> Acesso: 09/04/2020.

⁵⁷⁷ LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 179.

À medida que a noção de *desenvolvimento* ocupava lugar central na estratégia de legitimação da ditadura, tornava-se mais importante investir na divulgação de feitos e dados considerados positivos. Como veremos, as ações de propaganda do governo se tornariam mais robustas no período do general Médici à frente da ditadura, mas já eram uma preocupação durante o período do ditador general Costa e Silva.

No Rio Grande do Sul, a partir de janeiro de 1969, em diversas cidades foram criados núcleos do Centro Cívico 31 de Março, movimento que visava “(...) congregar os elementos atuantes em prol dos ideais da Revolução de Março estudantes, trabalhadores, intelectuais, enfim, integrantes de todos os setores da coletividade⁵⁷⁸”. A diretoria dos centros, instalada em Porto Alegre, tinha como presidente Franklin Veríssimo, como vice-presidentes o general Gastão Pereira dos Santos, Eduardo Túlio Barcellos e Waldyr Pires e como secretários o coronel Pedro Américo Leal e Jair Soares, futuro governador do Rio Grande do Sul⁵⁷⁹. Em março, o deputado federal Cid Furtado, da Arena, anunciava que os estatutos dos centros estavam “(...) quase prontos (...)”⁵⁸⁰ e, no início de abril, cento e vinte e uma cidades do estado já possuíam seus núcleos, enquanto o *Diário de Notícias* publicava que

(...) a partir do dia 15, a direção do Centro Cívico 31 de Março deverá iniciar uma campanha de divulgação permanente das obras do governo revolucionário em todo Estado. Para tanto serão proferidas conferências e encaminhado material aos Centros no interior, para divulgação⁵⁸¹.

Percebe-se, portanto, a intenção do governo em promover a rápida organização dos núcleos do Centro Cívico 31 de Março para utilizá-los como canais de propaganda. Para os diferentes grupos políticos que compunham a base do partido de apoio à ditadura, no entanto, o surgimento de um movimento que, amparado pela

⁵⁷⁸ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Serão instalados centros cívicos em todo o estado. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 15 de janeiro de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/55388. Acesso: 24/7/2023.

⁵⁷⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. As palavras de Dêntice. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 1º de abril de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/56524. Acesso: 24/7/2023.

⁵⁸⁰ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Jotaká Informa. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 5 de março de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/56112. Acesso: 24/7/2023.

⁵⁸¹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Centro Cívico vai divulgar governo. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 4 de abril de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/56588. Acesso: 24/7/2023.

estrutura do Estado, pretendia mobilizar amplos setores sociais em torno de ideais vagos como “civismo” e “patriotismo” significava uma alternativa para disputar o poder dentro da Arena. Desta forma, em Rio Grande, a diretoria do Centro Cívico 31 de Março foi formada em março de 1969 tendo como presidente Manoel Ricardo de Albuquerque Libório e, como 1º vice-presidente, Washington Ballester de Sá Freitas⁵⁸². Sem compor a diretoria, o vereador Silvério Miranda Junior era próximo ao grupo e acompanhou Washington e Manoel Libório em visita ao novo prefeito nomeado de Rio Grande, tenente coronel Cid Scarone Vieira, “(...) para levar-lhe a solidariedade do ‘31 de Março’⁵⁸³”. Considerados indesejáveis desde os conflitos com o prefeito capitão Martiniano e afastados do protagonismo da organização da Arena em 1966⁵⁸⁴, Manoel Libório, Silvério Miranda Junior, Washington Ballester e outros agora se reorganizavam em torno do Centro Cívico 31 de Março.

Depois do AI-5, o processo de consolidação jurídica da ditadura de segurança nacional foi consumado com outros 12 Atos Institucionais e uma Emenda decretados entre dezembro de 1968 e outubro de 1969. Entre outras coisas, estes dispositivos instituíram a pena de morte e o banimento do território nacional de cidadãos brasileiros considerados “inimigos” e garantiram a manutenção dos militares na chefia do Poder Executivo, afastando o civil Pedro Aleixo da Vice-Presidência da República quando o general Costa e Silva adoeceu⁵⁸⁵. De acordo com Rodrigo Lentz, em consequência das reformas internas às Forças Armadas promovidas no entre 1964 e 1969, houve entre os militares um “(...) estreitamento ideológico entre os *liberais-conservadores* e os *antiliberais-conservadores*, (...) abrindo caminho para o processo de integração ideológica que culminara na fusão de ambos⁵⁸⁶”. Além disso, pelo mesmo motivo, a “(...) política seria exercida não mais por uma fração de militares políticos (o partido), mas pela própria hierarquia da burocracia militar (...)”, ao passo que a ditadura se

⁵⁸² HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Eleita a primeira diretoria do Centro Cívico 31 de Março. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 16 de março de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/56286. Acesso: 24/7/2023.

⁵⁸³ *Ibid.*

⁵⁸⁴ ARQUIVO NACIONAL. **ARENA em Rio Grande – Organização do Diretório Municipal**. Agência Porto Alegre do SNI, 1966. Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012273.

⁵⁸⁵ BRASIL. **Ato Institucional nº 17, de 14 de outubro de 1969**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso: 11/2/2023.

⁵⁸⁶ LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 186-7.

institucionalizava. A Emenda Constitucional de 1969, não raro considerada uma nova Constituição, incorporava “(...) o binômio *segurança e desenvolvimento* (...) como objetivo do Poder Executivo, sendo competência da União Federal ‘planejar e garantir a segurança nacional’, além de ‘organizar as Forças Armadas’⁵⁸⁷”. No dia 30 de outubro de 1969, após ser cancelado por um Congresso Nacional reaberto especificamente para isso, o general Emílio Garrastazu Médici tomou posse na Presidência da República⁵⁸⁸.

Considerações parciais:

Como vimos, a resposta do poder central ditatorial à contestação do prefeito indicado pelo comandante da Capitania dos Portos foi a nomeação do general Armando Cattani como interventor na Prefeitura. A busca por legitimidade através da manutenção de características *híbridas* durante a ditadura de Castelo Branco impediu que a reivindicação de Cattani pela cassação de diversos vereadores e fechamento da Câmara até o fim de sua interventoria fosse acatada. Sem dúvidas, a decretação do recesso legislativo em 1966 teria sido entendida como uma perseguição motivada pelas denúncias de ilicitudes cometidas na gestão administrativa do Capitão Martiniano, posteriormente reconhecidas até mesmo em declaração do general Cattani.

À medida que demonstrava disposição em perpetuar-se no poder através de sucessivos Atos Institucionais e Complementares, além de diversas outras medidas autocráticas e do planejamento econômico para períodos cada vez mais longos, a direção da ditadura transferia a busca por legitimidade social da retórica do combate à corrupção como defesa da democracia à legitimação pela eficiência no planejamento do crescimento econômico. O controle da inflação com achatamentos salariais, a supressão das reivindicações trabalhistas pela repressão, as reformas dos sistemas monetário e financeiro e a ampliação da oferta internacional de crédito formaram um cenário mais favorável aos investimentos de grandes grupos privados e

⁵⁸⁷ *Ibid.*, p. 187.

⁵⁸⁸ *Ibid.*, p. 188.

a Ipiranga, através de contatos com agentes estatais, diversificou para o ramo de hotelaria. Neste momento, a Ipiranga contava com acesso privilegiado ao Interventor Federal na prefeitura, a quem a empresa forneceu um secretário particular.

Com a ISAPEIXE de Rio Grande, o grupo desenvolveu o primeiro grande projeto de pesca industrial financiado com os incentivos fiscais previstos no DL-221/1967, para o que também se beneficiou de boas relações institucionais. Enquanto a pesca industrial era elevada à categoria de indústria de base sob a gestão do almirante Antônio Maria Nunes de Souza na SUDEPE, a ISAPEIXE era dirigida pelo contra-almirante Nelson Riet Correa. A presença de militares oficiais da Marinha do Brasil em postos-chave de administrações públicas e privadas ligadas à indústria da pesca foi característica do período.

4 Hegemonia da aliança empresarial-militar local e reorientação produtiva estadual e municipal durante o governo do prefeito nomeado tenente coronel Cid Scarone Vieira (1969 – 1975)

O objetivo deste capítulo é compreender as formas de ação conjuntas do empresariado e dos dirigentes militares locais na defesa de interesses mútuos e desenvolvimento de projetos que promoveriam a reconversão produtiva da região à exportação de *commodities*, sintetizados no “Grande Rio Grande (1971-1974)”, elaborado no âmbito do governo estadual. A garantia das condições sociais e políticas locais adequadas ao desenvolvimento destes projetos e o interesse na diversificação de investimentos para setores priorizados pela ditadura favoreceram uma atuação mais articulada entre as lideranças do empresariado local e os dirigentes político-militares da ditadura nas esferas municipal, estadual e nacional durante o governo do prefeito nomeado tenente coronel Cid Scarone Vieira (1969-1975). Alcançados ao mesmo tempo em que a ditadura de segurança nacional atingia o ápice nas práticas de terrorismo de Estado, sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici, os índices de crescimento do Produto Interno Bruto na casa dos dois dígitos entre 1969 e 1973, ficaram conhecidos como “milagre econômico”. Aquela “conjuntura especialíssima” ao crescimento econômico privado, entretanto, promoveu a concentração não apenas na renda populacional, mas também na propriedade industrial através de políticas de incentivo direcionadas aos grandes grupos empresariais. O grupo Ipiranga, no período, expandiu a diversificação de ramos de operações e tornou-se um dos maiores conglomerados empresariais de capital nacional.

4.1 A nomeação do tenente-coronel Cid Scarone Vieira como prefeito de Rio Grande e a busca de legitimação pela eficiência econômica

O governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) foi o primeiro, desde o início da ditadura, em que Presidência e Vice-Presidência da República foram ocupadas por militares, com o almirante Augusto Rademaker assumindo o posto que,

até então, fora ocupado por civis⁵⁸⁹. Identificado entre os *antiliberais conservadores* assim como o general Costa e Silva, o ditador general Médici manteve em seu ministério a equipe econômica de seu antecessor, liderada por Delfim Netto no Ministério da Fazenda⁵⁹⁰. Sua gestão foi marcada por taxas de crescimento do Produto Interno Bruto de dois dígitos entre 1969 e 1973, o que logo foi propagandeado como um “milagre econômico”. Passado o surto de crescimento, entretanto, a dívida pública brasileira havia sido triplicada e o controle da economia nacional por empresas estrangeiras era muito mais abrangente. Com a manipulação dos dados inflacionários e o arrocho salarial, a participação dos pobres na riqueza nacional caiu de 1/6 para 1/7 no período, e tornou-se célebre a frase do ditador Médici: “a economia vai bem, mas o povo vai mal⁵⁹¹”.

O Ministro dos Transportes da ditadura do general Costa e Silva (1967-1969), o coronel Mário Andreazza, também foi mantido pelo general Médici (1969-1974), tendo assim permanecido por sete anos no cargo. Nascido em Caxias do Sul em 1918, Andreazza estudou e foi professor na Escola Superior de Guerra, sendo próximo do coronel Golbery do Couto e Silva, com quem trabalhou no Conselho de Segurança Nacional e no Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI)⁵⁹². Enquanto o SNI foi dirigido por Golbery, Andreazza atuou como informante do órgão. Afastou-se, contudo, do grupo de militares da ESG e aproximou-se dos *antiliberais conservadores* em 1965, quando aderiu à campanha em prol do general Arthur da Costa e Silva como sucessor do marechal Castello Branco na Presidência da República. Intimamente ligado às empreiteiras nacionais de obras públicas e a outros setores do empresariado nacional, o Ministro Andreazza foi responsável pelas maiores obras de infraestrutura da ditadura, como a pavimentação da rodovia Belém-Brasília, a construção da Transamazônica, da Rio-Santos, da ponte Rio-Niterói, da Perimetral Norte e da Cuiabá-Santarém, além da ampliação que criaria o “superporto” de Rio Grande⁵⁹³.

⁵⁸⁹ LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional...** *Op. Cit.*, p. 188.

⁵⁹⁰ *Ibid.*, p. 196.

⁵⁹¹ *Ibid.*, p. 196-197.

⁵⁹² CAMPOS, Pedro. **Estranhas catedrais...** *Op. Cit.*, p. 290.

⁵⁹³ *Ibid.*, pp. 233, 290 e 291.

O primeiro prefeito nomeado para Rio Grande após a cidade se tornar área de interesse da segurança nacional foi o tenente-coronel da reserva do Exército Cid Scarone Vieira. Natural de Rio Grande, Cid havia servido em missão diplomática no Batalhão de Suez, no Egito em 1962. O tenente-coronel não tinha familiares próximos na política nem ocupou cargos eletivos ou não-eletivos entre 1945 e 1964⁵⁹⁴. Em entrevista ao jornalista Willy Cesar em 1993, Cid Vieira afirmou o seguinte sobre sua nomeação para o cargo de Prefeito de Rio Grande:

Eu era amigo de confiança do coronel Peracchi, governador do estado. Ele me convidou para ser prefeito nomeado em Santa Vitória do Palmar e eu aceitei. Quando estava me preparando para viajar e assumir o cargo, recebo uma ligação telefônica dizendo que eu devia assumir a Prefeitura de Rio Grande. As forças políticas da Arena estavam em briga, ele havia recebido várias indicações e as guardava numa pasta. Dois desses nomes eram do dr. Francisco Soares de Giacomo e do vereador Alvary Becker de Freitas, estavam lá esses, mas havia outros. Ele me pediu que eu fosse acalmar aquela gente. Coloquei como condição ficar somente seis meses. Peracchi aceitou: 'Está certo, você fica seis meses'. Assumi e fiquei seis anos. Os seis meses se transformaram em seis anos⁵⁹⁵.

Assim como a escolha do general Cattani anos antes, a nomeação do tenente-coronel Cid Scarone Vieira também se apresentava como uma solução para os constantes conflitos internos na Arena local. O pedido do Governador para que o militar fosse “acalmar aquela gente” nos leva a concluir que as indicações de lideranças civis “confiáveis” da Arena local, como eram os dois mencionados, criavam apenas uma aparente participação das bases do partido de sustentação da ditadura no processo de escolha do prefeito.

Da mesma maneira, como também fizera o general Cattani, o tenente-coronel expressava sua relação de amizade e confiança com o coronel Peracchi Barcellos, governador do estado, como um símbolo de autoridade. Neste sentido, o que garantiria a legitimidade, tanto do general interventor quanto do tenente-coronel nomeado prefeito, seriam suas pretensas qualidades de militares pacificadores dos conflitos no partido político de apoio à ditadura e a investidura da confiança das

⁵⁹⁴ MADEIRA, Rafael; GERARDI, Dirceu. **O regime civil-militar e a política local...** *Op. Cit.*, p. 174.

⁵⁹⁵ VIEIRA, Cid Scarone. **Entrevista ao jornalista Willy Cesar.** Rádio Universidade FM, agosto de 1993. *Apud* CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 449.

autoridades político-militares estaduais e nacionais, com destaque para o coronel Walter Peracchi Barcellos, governador do Rio Grande do Sul.

Os motivos para o tenente coronel Cid Vieira ter permanecido por seis anos à frente da prefeitura e indicar seu sucessor parecem, no entanto, ter sido mais profundos do que suas supostas qualidades pacificadoras e o apoio das autoridades estaduais e nacionais. Em primeiro lugar, enquanto os dois primeiros governos municipais da ditadura em Rio Grande foram marcados pela crise da indústria de bens de consumo (frigoríficos e tecelagens) na cidade, o período de Cid coincidiu com a euforia desenvolvimentista do “milagre econômico”. Nas palavras de Luiz Carlos Prado e Fábio Earp,

Durante o governo Médici, a busca de legitimidade deslocou-se definitivamente do plano político para o plano econômico. A ideia de que estava em processo a construção de um ‘Brasil Potência’ passou a constituir a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade⁵⁹⁶.

Neste cenário, a institucionalização da perda da autonomia municipal na eleição do prefeito acabava com a expectativa social, ainda existente no governo do general Cattani, de que as intervenções fossem temporárias. A criação das áreas de interesse da segurança nacional e a promulgação de diversas outras legislações ditatoriais, sobretudo o Ato Institucional nº 5, criavam condições de bloquear definitivamente os espaços e meios de participação política popular em Rio Grande, dificultando por exemplo os recursos ao Poder Judiciário como forma de resistir a medidas autocráticas. Em 1972, como veremos, durante uma crise política no Legislativo municipal, o general Médici decretaria o recesso da Câmara de Vereadores de Rio Grande, concedendo poderes ao prefeito nomeado para legislar sozinho sobre questões relevantes aos projetos da ditadura para a economia da região. A interpretação de que, por se tratar de um “(...) município situado em área de segurança nacional (...) deve ser perfeito e regular o funcionamento entre os Poderes⁵⁹⁷” foi uma das justificativas apresentadas pelo Ministério da Justiça para o recesso.

⁵⁹⁶ PRADO; EARP. **O “milagre” brasileiro...** *Op. Cit.*, p. 228.

⁵⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo: SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672.

Por fim, mas não menos importante, o tenente-coronel Cid Scarone Vieira estabeleceu vínculos mais sólidos com as lideranças empresariais locais e seus aparelhos privados de hegemonia. Antes da divulgação do nome do sucessor do general Cattani na prefeitura, o presidente do Grupo Ipiranga concedeu entrevista ao jornal *Rio Grande* comentando o que ele considerava relevante na escolha:

(...) acho que os órgãos de representação da comunidade deveriam ser ouvidos (...) o conselho comunitário, a Câmara de Comércio, o Centro de Indústrias, a Sociedade União Comercial dos Varejistas, os sindicatos de todas as categorias e os diretórios acadêmicos, porque representam efetivamente a comunidade. (...) Nas eleições diretas, o povo escolhe o candidato de sua preferência. (...) no caso das áreas de segurança nacional, ainda assim, o povo não deveria ficar alheio à escolha do seu governante. (...) Não havendo uma disputa entre partidos, os órgãos da comunidade deveriam ser chamados a opinar. (...) Cultura, conhecimentos de administração pública, patriotismo e perfeita integração (...) são qualidades a serem observadas (...) Rio Grande tem muita gente capaz de administrá-la com êxito. Espero que seja um bom prefeito (...) e que seja um homem moço, cuja capacidade administrativa tenha sido comprovada nos setores público e privado (...) e que aplique à administração pública o princípio básico da administração privada, isto é, trabalho com máxima eficiência e mínimo de gastos⁵⁹⁸.

De acordo com o relato do tenente coronel Cid sobre sua escolha, esta teria partido da institucionalidade, representada pelo governador cel. Peracchi Barcellos, sem considerar as indicações locais. A demanda de Bastos para que as entidades representativas do empresariado local fossem consultadas seria atendida, como veremos, no processo de escolha do sucessor de Cid em 1975. Por obvio, a ditadura excluiu da consulta os sindicatos de trabalhadores e diretórios acadêmicos. Mas a recomendação de que a gestão pública fosse orientada por princípios administrativos próprios à iniciativa privada iria muito além da economia de recursos, tanto na

⁵⁹⁸ Trecho de entrevista de Francisco Martins Bastos ao Jornal Rio Grande de 24 de dezembro de 1968, reproduzido por Willy Cesar na biografia que escreveu sobre o empresário. Cf.: CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 172.

prefeitura quanto nas demais esferas administrativas, significando a elevação de interesses privados à condição de objetivos públicos do Estado.

Sendo assim, a relação entre o tenente coronel Cid Scarone Vieira e o presidente do grupo Ipiranga e da Fundação Cidade do Rio Grande, Francisco Martins Bastos, foi descrita por Willy Cesar como uma “(...) parceria de trabalho por Rio Grande ainda não superada por outro prefeito e por um empresário (...)”⁵⁹⁹. Como vimos, o grupo Ipiranga necessitava diversificar suas atividades e, para isso, investia em setores priorizados pela ditadura, beneficiando-se de suas boas relações políticas. Para o prefeito nomeado, por sua vez, a aliança empresarial-militar representada por sua relação com Bastos facilitaria a implementação dos projetos da ditadura para a reorientação econômica da região através da expansão pesqueira, do Distrito Industrial voltado ao processamento de soja e fertilizantes e do *Superporto* como ponto final dos *corredores de exportações de commodities* da região Sul do país. Em nossa interpretação, foi o atendimento deste interesse mútuo na aliança empresarial-militar local que transformou os “seis meses” de intervenção que o governador Walter Peracchi Barcellos teria acordado com seu “amigo de confiança” em um governo de 6 anos.

4.2 A rede empresarial-militar local durante o governo do tenente coronel Cid Scarone Vieira

A hegemonia empresarial-militar consolidada em Rio Grande durante a gestão de Cid Vieira, contudo, não era sustentada apenas na relação do prefeito com o presidente do grupo Ipiranga. Neste período, a confluência de interesses já mencionada levou a uma articulação mais intensa, constante e institucionalizada de uma rede empresarial-militar voltada à direção política local. Como veremos, enquanto todos os espaços e meios de participação política popular eram completamente bloqueados, tanto em esfera nacional como local, a articulação desta rede garantiu aos empresários que dela participaram manter e até ampliar sua participação na tomada de decisões estatais que afetariam seus negócios.

⁵⁹⁹ CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 449.

A liderança na ação política local dos empresários esteve, certamente, com Francisco Martins Bastos. Na condição de presidente de um grande grupo privado nacional que diversificava operações em setores priorizados pela política econômica da ditadura do general Médici, Bastos tinha grande interesse no desenvolvimento dos projetos para a região. Sua aproximação em relação ao antecessor do ten. cel. Cid na prefeitura, o gal. Cattani, já fora demonstrada, por exemplo, com a contratação pela Ipiranga de um secretário particular para o interventor em 1966.

Parcerias entre Ipiranga e prefeitura foram registradas desde os primórdios da Refinaria, por exemplo com a colaboração entre o prefeito Roque Aíta Jr., o diretor do DAER Baptista Pereira e Francisco Martins Bastos para o asfaltamento da estrada ligando Rio Grande ao balneário Cassino, em 1938⁶⁰⁰. Na democratização de 1946, como vimos, Bastos tornou-se vice-presidente do diretório municipal do PSD⁶⁰¹. No ano seguinte, lançou candidato a vereador um de seus homens de confiança, o advogado e acionista da Ipiranga Jorge da Cunha Amaral, descrito por Willy Cesar como “(...) uma espécie de representante (...)” dos interesses do grupo empresarial⁶⁰². Anos depois, Jorge Amaral teve atuação destacada na Fundação Cidade do Rio Grande – presidindo o organismo quando Bastos realizou a doação de 100 milhões de cruzeiros para financiamento da Faculdade de Medicina, em 1965⁶⁰³ – e na Fundação Universidade do Rio Grande, como veremos.

Outro nome da confiança de Bastos foi Ênio Duarte Fernandes, secretário do escritório da refinaria que, como vimos, participou em 1959 da criação da publicação *O Petrolinho*, transformada em 1962 na *Revista Ipiranga*⁶⁰⁴. Em 1964, após o secretário pessoal de Bastos ter sido demitido por aderir à campanha pela estatização da refinaria, Ênio Fernandes assumiu a função, que desempenhou até a morte de seu patrão, em 1987⁶⁰⁵. Como mencionamos no primeiro capítulo, Ênio Fernandes e Jorge Amaral, assim como o próprio Francisco Martins Bastos e seu sobrinho, Roberto

⁶⁰⁰ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, pp. 229-230.

⁶⁰¹ *Ibid.*, p. 113.

⁶⁰² *Ibid.*, p. 117.

⁶⁰³ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Ipiranga doa Cr\$100 milhões para criação da Faculdade de Medicina em Rio Grande. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 20 de janeiro de 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/32666. Acesso 15/4/2020.

⁶⁰⁴ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 167.

⁶⁰⁵ *Ibid.*, p. 167 e 238.

Bastos Tellechea, participaram por muitos anos da gestão da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, tendo Fernandes assumido a presidência da associação em 1989⁶⁰⁶.

O antecessor de Ênio na gestão hospitalar, também apresentado no primeiro capítulo, foi Bolívar Nóbrega Frazão⁶⁰⁷. Na presidência da associação desde 1959 e com atuação política municipal que remonta também à origem do PSD na cidade, Frazão acumulou diversos cargos de representação empresarial durante a ditadura. Entre 1966 e 1981 ocupou a presidência da Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande, pondo fim à rotatividade bianual na direção do organismo⁶⁰⁸. Já em 1967, foi citado pelo Diário de Notícias como presidente do Conselho Comunitário da Municipalidade de Rio Grande⁶⁰⁹, órgão do qual foi fundador e que, em 1971, ainda sob sua presidência, congregava 72 entidades de classe, em sua maioria empresariais⁶¹⁰.

A proximidade entre Frazão e a prefeitura durante a gestão de Cid Vieira pode ser demonstrada, por exemplo, em uma nota oficial do Conselho Comunitário de 15 de outubro de 1971, reproduzida em relatório da Comissão Geral de Investigações sobre a administração municipal de Rio Grande, na qual ele defende o prefeito nomeado de acusações levantadas pelo vereador Washington Ballester de Sá Freitas, da Arena. Eleito suplente de vereador em 1968, Washington assumiu a vaga em 1971 e, depois de um início de mandato alinhado ao prefeito nomeado, "(...) passou a atacar o Assessor Fazendário, usando de sua tribuna para fazer acusações de caráter pessoal, dizendo que o mesmo fazia parte de 'poderoso grupo econômico' (...)". Em outro ponto, o relatório identifica o assessor como sendo Adelino Soares de Oliveira e pontua que as críticas de Ballester até então poupavam o tenente coronel Cid, sendo

⁶⁰⁶ RODRIGUES, Sued. **Santa Casa do Rio Grande...** *Op. Cit.*, pp. 118-122.

⁶⁰⁷ *Ibid.*

⁶⁰⁸ Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande. **História**. Disponível em: <https://www.camaradecomercio.com.br/historico>. Acesso: 15/4/2020.

⁶⁰⁹ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Soja na liderança das exportações gaúchas para o exterior pelo porto de Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 24 de novembro de 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/48810. Acesso: 17/6/2023.

⁶¹⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório da investigação procedida na Administração Municipal de Rio Grande**. Fundo: Comissão Geral de Investigações – CGI (1M). 1974. Ref.: BR_DFANBSB_1M_0_0_3318.

apresentadas sob justificativa de alertá-lo de que “(...) teria entre os seus auxiliares elemento pernicioso à administração pública (...)”⁶¹¹.

Após a publicação das denúncias pela imprensa local, o prefeito Cid nomeou uma Comissão de Sindicância para apurar o caso. Presidida pelo coronel Carlos Gomes da Silva, a comissão era composta pelo Capitão Raimundo Modesto de Queiroz, o professor Eurípedes Falcão Vieira, o diretor do jornal *Rio Grande Daoiz de la Rocha*, o radialista e diretor da rádio *Minuano* Paulo Corrêa e o jornalista João Valério Junior. A comissão, por fim, chegou à conclusão de que não havia “(...) nenhuma comprovação de que o Dr. Adelino Soares de Oliveira pertença ou tenha criado poderoso grupo econômico nesta cidade (...)”, mas sugeriu adaptações em atividades da Secretaria de Agricultura e Comércio, também alvo de denúncias. Neste caso, embora a conclusão fosse de que não havia elementos comprobatórios do desvio de dinheiro público denunciado, “(...) ficou claro que a maneira como vinha sendo processado o mecanismo de compra, venda e guarda de dinheiro, propiciava a oportunidade de desvios”⁶¹².

Depois disso, quando em outubro de 1971 o vereador Rubens Emil Correa propôs o aumento do valor das diárias pagas ao prefeito em viagens, as críticas de Ballester voltaram-se também ao chefe do Executivo. No plenário da Câmara, Washington classificou as viagens constantes do prefeito como “(...) um verdadeiro abuso (...)” e disse que “(...) tinha certeza que no dia em que se extinguissem as diárias, o prefeito deixava de viajar”. Declarou ainda que Cid “(...) até agora, com suas constantes viagens, pouca coisa tem conseguido para Rio Grande, pois quem realmente tudo que quis obteve, foi o General Armando Cattani, ao qual classificou como o ‘melhor prefeito que Rio Grande teve nos últimos anos’⁶¹³”. O também vereador da Arena Silvério Miranda Jr. apoiou Ballester, dizendo “(...) que o Prefeito só passa os finais de semana em Rio Grande e que aquilo que ele alardeia por aí como coisa do Executivo nada mais é do que obras (*sic*) dos governos Federal e

⁶¹¹ *Ibid.*

⁶¹² *Ibid.*

⁶¹³ *Ibid.*

estadual⁶¹⁴". Foi aí então que o Conselho Comunitário, presidido por Frazão, lançou a já mencionada nota oficial em defesa do tenente coronel Cid Scarone Vieira.

Observando os nomes que compuseram a Comissão de Sindicância, pode-se notar que a maioria deles também possuía vínculos com a rede empresarial-militar mais próxima ao prefeito. O professor Eurípedes Falcão Vieira era primo do tenente coronel Cid e, desde 1969 quando este tomou posse na prefeitura, ocupava o cargo de secretário municipal de educação. Em 1972, como veremos, seria nomeado reitor da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), tendo sido escolhido ao cargo, segundo Willy Cesar, pelo próprio Francisco Martins Bastos, presidente da Fundação Cidade do Rio Grande, à qual se reportava o Conselho Superior da universidade⁶¹⁵.

Dos três nomes da Comissão ligados à imprensa local, não temos informações sobre o jornalista João Valério Junior. A atuação do diretor do jornal *Rio Grande*, Daoiz de la Rocha, em defesa do golpe de 1964, das perseguições políticas a vereadores críticos à ditadura e em combate à tentativa de estatização da refinaria Ipiranga já foi abordada nos capítulos anteriores. É interessante acrescentar que, segundo o relatório da CGI citado, Daoiz seria "(...) inimigo pessoal do assessor (...) ⁶¹⁶" Adelino Soares de Oliveira. Em outra informação, produzida em 1975, a Agência Porto Alegre do SNI informou que o Jornal Rio Grande vinha promovendo o nome de Rubens Emil Correa para substituir o prefeito nomeado Cid Vieira, em campanha que, segundo a OI, não era

(...) paga pelos cofres do município. Talvez seja paga pelo próprio Rubens (...) ou pode ser gratuita, graças à amizade que existe entre o nominado e o diretor do referido jornal, sr. Daoiz de la Rocha que, em última análise, poderia estar esperando um cargo, caso seu amigo seja o Prefeito escolhido, comportamento perfeitamente compreensível, quando se trata de política⁶¹⁷.

⁶¹⁴ *Ibid.*

⁶¹⁵ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 274.

⁶¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório da investigação procedida na Administração Municipal de Rio Grande.** Fundo: Comissão Geral de Investigações – CGI (1M). 1974. Ref.: BR_DFANBSB_1M_0_0_3318.

⁶¹⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande – processamento de denúncias formuladas contra os candidatos.** APA.SNI. 1975. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

De fato, em agosto de 1975 Rubens seria nomeado prefeito, sendo apoiado por seu antecessor, o tenente coronel Cid Vieira, e Daoiz de la Rocha se tornaria seu chefe de gabinete⁶¹⁸. Também membro da comissão de sindicância, o radialista e diretor da Rádio *Minuano* Paulo Corrêa possuía profundos vínculos com o Grupo Ipiranga desde 1963, quando criou o *slogan* “Refinaria de Petróleo Ipiranga – orgulho continental do Rio Grande” e passou a receber patrocínio da empresa para a transmissão de jogos de futebol pela rádio⁶¹⁹. No ano anterior, havia deixado a Rádio *Pelotense*, em sua cidade natal, para assumir a direção da *Minuano*, então adquirida pelo empresário Manuel Marques da Fonseca Junior⁶²⁰. Em 1964, empenhou-se na campanha contra a estatização da Refinaria Ipiranga e o governo do prefeito Farydo Salomão. No caso da outorga da linha de ônibus entre Rio Grande e Porto Alegre à Expresso Fonseca Junior, do mesmo proprietário da Rádio *Minuano*, Paulo Corrêa usou a emissora para atacar vereadores críticos ao prefeito capitão Martiniano de Oliveira e defender a normalidade da transação, posteriormente considerada irregular até mesmo pelo interventor general Armando Cattani⁶²¹.

Dos dois militares que compunham a comissão de sindicância, não possuímos informações acerca de cargos na administração pública ou relações políticas do capitão Raimundo Modesto de Queiroz. O coronel Carlos Gomes da Silva era diretor do Departamento Autárquico de Transportes Coletivos (DATC), sucedendo Rubens Emil Corrêa no cargo. Posteriormente, foi “(...) indiciado em inquérito administrativo por ‘desmandos’” na gestão do DATC⁶²² e acusado de estar, junto de seu amigo e ex-subordinado no Exército, o major da reserva Antônio de Pinho Maçada, “(...) aliciando cerca de 40 ou 50 elementos, para servirem de testas de ferro, quando da alienação

⁶¹⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Dados sobre os municípios de Rio Grande/RS e Pelotas/RS**. SI.PF. 1977, Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005050.

⁶¹⁹ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 160.

⁶²⁰ DIAS, Nilo. **O rádio gaúcho está de luto**. Segunda-feira, 22 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://nilodiasreporter.blogspot.com/2010/02/radio-gaucho-perde-um-de-seus-expoentes.html>. Acesso: 20/07/2023.

⁶²¹ Como vimos no subcapítulo 3.2. Cf.: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Aberto inquérito sobre venda de terrenos da Marinha em Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 17 de junho de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/40104. Acesso: 27/1/2023.

⁶²² ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada 2** - APA.SNI 1977. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009406.

dos Terrenos Acrescidos da Marinha, com o intuito de que futuramente sejam as escrituras transferidas e registradas em seus nomes⁶²³”.

Major da Reserva do Exército, professor da FURG e vereador eleito pela Arena em 1972, Antônio de Pinho Maçada também tinha, segundo a *comunidade de informações*, proximidade com João Marinômio Carneiro Lages. Funcionário do Banco do Brasil, dirigente de cooperativas habitacionais, professor e vice-reitor da FURG na gestão Eurípedes, Lages foi cogitado para suceder o prefeito nomeado Cid Vieira no cargo em 1975. Desta vez, o diretório municipal da Arena encaminhou ao governador Sinval Guazzelli (1975 – 1979) três indicações e o processo de escolha foi acompanhado pela Agência Porto Alegre do SNI, que promoveu consultas a registros, informantes e entidades empresariais afim de realizar um “processamento de denúncias formuladas contra os candidatos⁶²⁴”. No documento, órgão de informações registrou que João Marinômio Lages teria declarado que “(...) se for escolhido, fará uma série de imposições para assumir, entre as quais, a manutenção dos seus atuais vencimentos (Banco do Brasil e Vice-Reitor) e/ou elevação dos atuais vencimentos de Prefeito⁶²⁵”. Na Câmara de Vereadores, o SNI apurou que Antônio Maçada iria propor um aumento dos vencimentos do chefe do Poder Executivo de Cr\$6.100,00 mensais para Cr\$15.000,00, no que não teria obtido apoio do prefeito Cid⁶²⁶. Ainda conforme o SNI, no partido de apoio à ditadura Maçada alinhava-se a Ballester e outros em críticas ao prefeito nomeado. Apesar disso, presidiu a Câmara de Vereadores e foi professor de Estudos dos Problemas Brasileiros na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) – onde, como veremos, teve conflitos, mas recuperou a confiança do reitor Eurípedes Falcão Vieira⁶²⁷.

João Marinômio Carneiro Lages, por sua vez, não sendo o escolhido para suceder a Cid Vieira na prefeitura, permaneceu no cargo de vice-reitor da FURG até

⁶²³ *Ibid.*

⁶²⁴ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS** - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos - APA.SNI 1975. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

⁶²⁵ *Ibid.*

⁶²⁶ *Ibid.*

⁶²⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada** - APA.SNI 1977. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006937; ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada 2** - APA.SNI 1977. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009406; ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada 3** - AC.SNI 1982. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005343.

o fim da gestão Eurípedes, em 1977. Em informação de 1975 da Agência Porto Alegre do SNI, Lages era descrito como

(...) um homem culto, com dois cursos superiores (Advogado e Economista) e vários cursos de extensão. Pessoa introvertida, ambiciosa e calculista. Dotado de extraordinária capacidade de trabalho, ostentando, atualmente, apreciável situação financeira, sendo um dos homens mais ricos de Rio Grande. Tem verdadeira obsessão por dinheiro. (...) No Banco do Brasil, nunca se dedicou integralmente às suas funções, relegando-as a um segundo plano, em proveito de suas inúmeras atividades particulares⁶²⁸.

Neste e em outros documentos, a *comunidade de informações* registrou uma série de condutas de João Lages apontadas como ilegais, imorais ou irregulares de alguma maneira, tanto na vice-reitoria da FURG⁶²⁹ quanto na gestão de seus negócios particulares na área habitacional, sob financiamento do BNH. De acordo com o SNI, em 1973, enquanto diretor da Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande – HABICOP, Lages teria adquirido

(...) terrenos, parte em nome da Cooperativa e parte em nome de seus familiares. Quando eram feitos os projetos das construções habitacionais, estes excediam o tamanho dos terrenos da Cooperativa, que adquiria por preços elevados a parte lindeira, já então em nome de seus familiares, auferindo dessa forma grandes vantagens financeiras⁶³⁰.

Levantada pela Agência Porto Alegre do SNI através de seus métodos habituais envolvendo informantes anônimos, a informação acima não apresenta confirmação, mas tampouco é negada. Além disso, não é a única denúncia de ilicitudes ou irregularidades na gestão dos negócios privados de Lages. Na sequência, e desta vez revelando que sua fonte era interna ao estado, do Serviço de Patrimônio da União, o mesmo documento registra:

Informações prestadas à Delegacia do BNH local pelo Dr. Carlos Alberto Medeiros Morganti, Delegado do Serviço de Patrimônio da União neste

⁶²⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Cessão de terrenos de Marinha à Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande LTDA – HABICOP. (Decreto Nº 75.964 de 11/07/75 – DOU de 14/07/75).** APA.SNI. 1975. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004441.

⁶²⁹ Conforme abordaremos no subcapítulo 4.6.

⁶³⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Cessão de terrenos de Marinha à Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande LTDA – HABICOP. (Decreto Nº 75.964 de 11/07/75 – DOU de 14/07/75).** APA.SNI. 1975. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004441.

Estado, afirmam que o Dr. João Marinômio – com propósitos não revelados mas que podem ser facilmente compreendidos – vem adquirindo na cidade de Rio Grande, inúmeros terrenos acrescidos de marinha, utilizando-se de pressões, inclusive ameaçando de represálias a famílias humildes que se encontram na posse desses imóveis e que não concordam facilmente com a transferência dos mesmos para o nome dele⁶³¹.

Como vimos, os nomes do coronel Carlos Gomes da Silva e do major, professor e vereador Antônio de Pinho Maçada também estariam envolvidos, segundo o SNI, em irregularidades na compra de terrenos acrescidos de Marinha⁶³². Dada a proximidade entre Lages e Maçada, apontada também pelo SNI, é provável que os três tenham agido juntos neste caso. Mas foi em 1975 que o SNI registrou o caso mais explícito de beneficiamento dos negócios privados de Lages por conta de suas boas relações políticas com agentes de alto escalão da ditadura. As particularidades do caso exigem a transcrição de um trecho da Informação nº 110/18/APA/1975, de 12/09/75, da Agência Porto Alegre do SNI:

1. O Decreto nº 75.964, de 11/07/75, assinado pelo Exmº. Sr. Presidente da República e publicado no DOU de 14/07/75, autoriza a cessão, sob o regime de aforamento, dos terrenos de acrescidos de marinha situados na Av. D. Pedro II na cidade de Rio Grande/RS, ao Banco Nacional de Habitação para atendimento de plano habitacional destinado, preferencialmente, a servidores portuários, porém com a expressa condição da execução do plano pela Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande Ltda – HABICOP.

2. O referido Decreto vem atender solicitação do BNH, no sentido do atendimento do Plano Nacional de Habitação e aproveitamento por entidades integrantes do plano.

3. A Delegacia local do BNH foi surpreendida, no entanto, com a expressa determinação, contida no artigo 3º daquele diploma legal, de execução do Plano pela Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande Ltda – HABICOP.

Essa determinação retira das autoridades do BNH a plena competência de disciplinar e orientar a execução do Plano por Agente, como lhe assegura a lei, que melhor credenciais apresente não só quanto à viabilidade econômica do Plano, como quanto à idoneidade moral e profissional.

4. Em especial, no caso em apreço, necessário se faz esclarecer que a Direção da Cooperativa designada para a execução do Plano Habitacional, tem contra si os seguintes fatos negativos:

⁶³¹ *Ibid.*

⁶³² Terrenos acrescidos de Marinha, bens da União, são porções de terras formadas natural ou artificialmente, por aterro, em locais onde haviam mangues, praias ou canais marítimos até 1831, ano de referência para a Linha do Preamar Média (LPM), de acordo com o Decreto-Lei nº 9.760, de 1946. Cf.: BRASIL – MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Portal Gov.BR. **Terrenos de Marinha**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/bens-da-uniao/terrenos-de-marinha>. Acesso: 20/2/2023.

a) A Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande Ltda – HABCOP, tem como seu presidente o Sr. Cléo Gilberto Geraldo Lages, irmão do Dr. João Marinômio Carneiro Lages, ex-presidente da Cooperativa mas que realmente continua atuante, como se Presidente fosse⁶³³.

Em síntese, o documento do SNI informa que um decreto do ditador – àquela altura, o general Ernesto Geisel – beneficiava diretamente a cooperativa de João Lages e seu irmão, o que feria a competência atribuída por lei ao BNH de disciplinar e orientar a execução do Plano Nacional de Habitação. Na sequência da citação, o documento apresenta antecedentes registrados na Agência sobre Lages, que aparecem também em outros documentos e já foram, em boa medida, analisados aqui. Note-se que a determinação expressa da execução das obras pela HABCOP vem de um decreto presidencial, indicando que Lages possuía alguma influência nos altos círculos político-militares da ditadura em Brasília. Mesmo surpreendendo a própria delegacia do BNH e ferindo suas atribuições legais, a denúncia não parece ter saído dos círculos confidenciais para alcançar a devida investigação judicial. Em consulta a bases digitais de normas legislativas brasileiras foi possível confirmar o conteúdo do decreto mencionado e ainda que o beneficiamento foi efetivo, uma vez que este somente foi revogado por outro decreto de 15 de fevereiro de 1991. A área cedida era apresentada em duas partes, uma com 13.958,00m² e outra com 15.710,00m², e o decreto determinava ainda a isenção “(...) do pagamento do valor do domínio útil, bem como dos foros e laudêmos enquanto os terrenos lhe estiverem aforados⁶³⁴”.

O bloco de poder que dirigiu a política local durante o governo do tenente coronel Cid Scarone Vieira contou ainda com muitos outros nomes dentre militares, políticos e empresários de setores considerados estratégicos pela ditadura do general Médici, através de suas entidades representativas, como o Centro de Indústrias, a Câmara do Comércio ou mesmo a Fundação Cidade do Rio Grande. Ter boas relações nesta rede empresarial-militar, bem como em meio a altas autoridades

⁶³³ Grifos do autor. ARQUIVO NACIONAL. **Cessão de terrenos de Marinha à Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande LTDA – HABCOP. (Decreto Nº 75.964 de 11/07/75 – DOU de 14/07/75)**. APA.SNI. 1975. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004441.

⁶³⁴ BRASIL. **Decreto nº 75.964, de 11 de julho de 1975**. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-75964-1975_32413.html. Acesso: 18/6/2023.

político-militares nacionais, poderia garantir, como nos casos mencionados, a insuficiência de investigações e a impunidade. Além disso, enquanto os canais de participação política popular eram completamente bloqueados ou tornados inefetivos, esta articulação empresarial-militar local visou garantir o sucesso da reorientação econômica da região e, neste processo, o maior benefício possível aos seus atores políticos e seus negócios privados.

4.3 Financeirização da economia, indústria da pesca e modernização agrícola no Rio Grande do Sul

Além do desenvolvimento de projetos financiados com incentivos previstos no DL-221/67, outra medida adotada pela ditadura do general Médici em benefício do setor pesqueiro industrial foi a ampliação do mar territorial brasileiro para uma faixa de 200 milhas marítimas a partir da costa, em 1970. Em 1966, a Argentina já havia realizado a mesma mudança, no que foi acompanhada pelo Uruguai em 1969, isolando o Brasil como único país americano no extremo sul do Atlântico a ter limites de apenas 12 milhas marítimas⁶³⁵.

Tal disparidade levantava questões relacionadas à soberania e integridade do território nacional, além é claro de associar-se à lógica do binômio *segurança e desenvolvimento* que orientava a ditadura. Neste sentido, afirmar a soberania nacional sobre as 200 milhas marítimas a partir da imensa costa brasileira seria questão de segurança nacional e, como tal, não poderia estar dissociada da perspectiva de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, a formalização da fronteira ampliada e o patrulhamento desta pela Marinha do Brasil não seriam suficientes à garantia da segurança nacional sem o desenvolvimento de projetos de exploração econômica de seus recursos naturais. Para a indústria pesqueira, a decisão de ampliar o mar territorial significava mesmo o atendimento de uma reivindicação feita através de seus aparelhos privados de hegemonia desde, ao menos, a adoção da medida pela Argentina. Em 24 de novembro de 1967, o jornal *Diário de Notícias*, de Porto

⁶³⁵ CARVALHO, Gustavo. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 42, v. 1, 1999, p. 111.

Alegre, publicou que o Centro de Indústrias de Rio Grande havia enviado ao general Costa e Silva um memorial “(...) pedindo a ampliação do limite territorial marítimo até 200 milhas, em benefício da pesca industrial nacional e da segurança nacional⁶³⁶”. A adoção da medida em 1970 ampliava significativamente a zona de captura garantida às embarcações da indústria pesqueira nacional, expressando ao mesmo tempo a euforia desenvolvimentista no setor e a manutenção de um modelo altamente predatório que sustentava o crescimento da captura na máxima exploração de cardumes, na lógica da eficiência industrial capitalista.

Os incentivos fiscais à indústria pesqueira previstos no DL-221/67 deveriam, de acordo com o decreto, ser extintos em 1972. Em maio daquele ano, no entanto, um novo Decreto-Lei os prorrogou até 1976⁶³⁷. Além disso, a partir de dezembro de 1974, o Fundo de Investimentos Setoriais, instituído pelo DL-1.376, destinaria até 25% de seus recursos à Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca. Apesar dos dois programas de incentivo, os dados da SUDEPE apresentados por Alcides Goularti Filho demonstram que os resultados da indústria pesqueira ficaram aquém do esperado, atingindo a marca de 858 mil toneladas capturadas em 1979, enquanto a previsão da autarquia era chegar ao fim da década com 2 milhões de toneladas sendo capturadas anualmente⁶³⁸.

Ainda de acordo com Goularti Filho, a implementação dos programas de incentivo foi prejudicada por esquemas de “(...) desvio de recursos, com a conivência das empresas e intermediado por agentes financeiros⁶³⁹”. Baseando-se em documentos que a própria Sudepe produziu em 1978, Goularti Filho afirma que a aprovação de projetos de investimento demandava uma intermediação que, quando aprovado o financiamento, absorvia até 20% dos recursos deduzidos em comissão de corretagem, quando o percentual máximo permitido seria de 5%⁶⁴⁰.

⁶³⁶ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Soja na liderança das exportações gaúchas para o exterior pelo porto de Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 24 de novembro de 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/48810. Acesso: 17/6/2023.

⁶³⁷ BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.217, de 9 de maio de 1972**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1217-9-maio-1972-375390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 1º/5/2023.

⁶³⁸ GOULARTI FILHO, Alcides. **Da SUDEPE à criação da Secretaria...** *Op. Cit.*, p. 395-396.

⁶³⁹ *Ibid.*, p. 396.

⁶⁴⁰ *Ibid.*, p. 396.

A prática prejudicava especialmente as empresas menores, que recebiam 20% a menos do valor captado e não podiam declarar este déficit nos demonstrativos. Além disso, as irregularidades prejudicavam a própria SUDEPE que, a partir de 1975, aplicaria grande parte dos recursos do Fundo Setorial da Pesca (Fiset/Pesca) no “(...) saneamento financeiro de empresas e para financiar o processo de fusão e/ou incorporação liderado pelas grandes indústrias pesqueiras já consolidadas, localizadas nas regiões Sul e Sudeste⁶⁴¹”. Desta forma, as políticas de incentivo baseadas em renúncias fiscais acabaram contribuindo para intensificar o processo de concentração do setor, privilegiando “(...) grandes empresas que tinham livre acesso à Sudepe⁶⁴²” e, assim, beneficiavam-se dos esquemas ilícitos.

O grupo Ipiranga, como vimos, iniciou operações no setor com a aquisição das Indústrias Reunidas Leal Santos em 1966 e a formação da ISAPEIXE em 1968 e, seguindo a mencionada tendência à concentração, incorporou a Leal Santos Pescados em 1969 e a Wigg S.A. em 1971. Em 1976, todas as indústrias de pescados do grupo Ipiranga operando em Rio Grande foram incorporadas pela Leal Santos Pescados, em um movimento de centralização administrativa característico do período⁶⁴³. Em 1989, conforme a *Revista Ipiranga*, a Leal Santos era a maior empresa de pesca brasileira⁶⁴⁴. De acordo com uma publicação da Revista Visão que ranqueou o desempenho de 125 empresas brasileiras do setor no período 1969-1989, dentre as primeiras colocadas havia doze indústrias de Rio Grande: Pescal, Leal Santos, ISAPEIXE, Torquato Pontes, Abel Dourado, Joqueira, Cunha Amaral, Furtado, FR Amaral, Promar, Pesqueira Nacional e Figueiredo⁶⁴⁵.

Contradizendo os argumentos que justificavam a existência destas políticas de incentivo como estímulo ao aumento da oferta, que levaria à redução de preço e, logo, aumento do consumo interno de pescado nacional como estratégia de combate à fome⁶⁴⁶, “(...) os incentivos foram concentrados mais no estímulo às exportações do

⁶⁴¹ *Ibid.*, p. 396.

⁶⁴² *Ibid.*, p. 396.

⁶⁴³ MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Grupo Ipiranga – empresas integradas na expansão brasileira. *Revista Ipiranga*, ano XVI, nº 67, 1976, pp. 24-25.

⁶⁴⁴ MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE – MCRG. *Revista Ipiranga*, ano XXVII, nº 92, 1989, p. 3.

⁶⁴⁵ MARTINS, César Augusto; RENNERT, Marco Antônio. Industrialização de pescado... *Op. Cit.*, p. 57.

⁶⁴⁶ Como defendeu o almirante Antônio Maria Nunes de Souza em declaração ao Diário de Notícias ao tomar posse como presidente da Sudepe. *Cf.*: O ALMIRANTE ESTÁ A BORDO. *Diário de Notícias*.

que na ampliação do consumo doméstico de pescado⁶⁴⁷. Mantendo-se em expansão até 1985, ano em que alcançou o ápice com 971,5 mil toneladas capturadas, a produtividade pesqueira no Brasil entrou em declínio a partir de então, o que levou ao fechamento de grande parte das indústrias do setor em Rio Grande durante a década de 1990⁶⁴⁸.

Em paralelo ao setor da pesca industrial, outro foco das políticas desenvolvimentistas da ditadura na década de 1970 na cidade seria o Porto de Rio Grande, com sua expansão e a formação de um complexo industrial-portuário. Ainda durante a ditadura do general Costa e Silva, a notícia de que viria a ser criado, em Rio Grande, algo semelhante à Zona Franca de Manaus teve repercussão na imprensa local da cidade e em falas de vereadores no plenário da Câmara⁶⁴⁹. Instituída na capital amazonense pelo Decreto-Lei nº 288/1967, a zona oferecia isenções fiscais de até 30 anos para formar um polo industrial, comercial e agropecuário com vistas a acelerar a integração territorial e econômica da Amazônia⁶⁵⁰.

No dia dezesseis de junho de 1967, o deputado federal da Arena Alcides Flores Soares visitou a Câmara de Vereadores para, após a sessão, proferir “(...) uma palestra a respeito do Porto Livre de Rio Grande e do estabelecimento de uma Zona Franca em nosso município”⁶⁵¹. Ainda que a fala do deputado não tenha sido registrada nas atas, a inspiração no modelo de Manaus indicava que o projeto seria promover uma reindustrialização diversificada em Rio Grande, aproveitando-se sua localização estratégica junto ao porto, mas atraindo principalmente indústrias de maior valor agregado e empregabilidade na produção.

À época em que foi discutida a ideia da Zona Franca, no entanto, a soja já era o produto mais exportado pelo porto de Rio Grande⁶⁵². Inicialmente cultivada como

Porto Alegre, 30 de abril de 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/45501. Acesso: 11/2/2023.

⁶⁴⁷ GOULARTI FILHO, Alcides. **Da SUDEPE à criação da secretaria...** *Op. Cit.*, p. 397.

⁶⁴⁸ *Ibid.*, p. 411; MARTINS, Solismar. **Cidade do rio grande...** *Op. Cit.*, p. 209.

⁶⁴⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.636 de 16 de junho de 1967.**

⁶⁵⁰ BRASIL. **Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso: 21 de fevereiro de 2023.

⁶⁵¹ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO GRANDE. **Ata nº 2.636 de 16 de junho de 1967.**

⁶⁵² HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Soja na liderança das exportações gaúchas para o exterior pelo porto de Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias.** Porto Alegre, 24 de novembro de 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/48810. Acesso: 17/6/2023.

alternativa de verão ao trigo na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, a soja se consolidou ocupando o espaço deixado pelas sucessivas quedas na rentabilidade e na produção do trigo naquela região, entre fins da década de 1950 e a de 1960⁶⁵³.

Na ditadura do marechal Castelo Branco, a política agrária ficou marcada pelo Estatuto da Terra, que definia legalmente as diferentes relações de trabalho no campo e categorias de propriedade como latifúndios e minifúndios, e pela repressão aos movimentos sociais, sindicatos e associações de trabalhadores rurais⁶⁵⁴. Além disso, de acordo com Clovis Tadeu Alves, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural “(...) possibilitou um grande salto na modernização agrícola, proporcionando aos agricultores linhas de crédito acessíveis, baratas e subsidiadas pelo governo federal⁶⁵⁵”. Assim como no caso da indústria pesqueira, no entanto, “(...) o crédito agrícola subsidiado só foi acessível para os médios e grandes produtores em razão do acesso e da familiaridade desses produtores com o sistema financeiro⁶⁵⁶”. No caso da cultura de soja, a modernização tecnológica do cultivo e de seu financiamento favoreceu o predomínio empresarial no setor, além da consolidação das cooperativas de produtores, em grande parte formadas ainda no contexto da alta produtividade de trigo na mesorregião Noroeste do estado⁶⁵⁷.

A modernização tecnológica da envolvia, primeiramente, a difusão do uso de fertilizantes sintéticos à base de petróleo nas lavouras. O argumento do aumento de produtividade agrícola como caminho no combate à fome e compensação pelo êxodo rural causado pela industrialização foi central na defesa da necessidade da aplicação em larga escala da inovação tecnológica, em campanhas inicialmente promovidas pelas fundações Rockefeller e Ford, ligadas à indústria petrolífera estadunidense, em parceria com a ONU e o governo dos EUA. Em paralelo, os grupos empresariais que controlavam as fundações filantrópicas ramificavam suas operações para atender à crescente demanda por insumos e bens industrializados para a produção agrícola, de forma a compensar a queda na demanda europeia por derivados de petróleo

⁶⁵³ ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. Dissertação (mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013, pp. 95 e 107.

⁶⁵⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. **A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990)**. 2ª edição. Volume 5. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 71.

⁶⁵⁵ ALVES, Clovis. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste...** *Op. Cit.*, p. 63.

⁶⁵⁶ *Ibid.*, p. 63.

⁶⁵⁷ *Ibid.*, p. 91-93.

originários dos Estados Unidos da América após o fim da segunda guerra mundial. Na década de 1950, conforme Clovis Alves,

(...) verificou-se a presença de empresas ligadas, na época, ao grupo Rockefeller, atuando na agropecuária brasileira, como a Agroceres (semente), a Cargil (comercialização e fabricação de rações), a American Coffer (comercialização do café), a EMA (empreendimentos agrícolas). Todas tinham posição estratégica e dominavam os seus segmentos de mercado⁶⁵⁸.

Apresentada como “(...) uma forma de resolver o problema agrícola no mundo sem fazer a reforma agrária e preservar a estrutura agrícola e os interesses das organizações americanas em todo o mundo⁶⁵⁹”, a modernização tecnológica foi chamada também de “Revolução Verde”. Na prática, ela atendia aos interesses do grande capital internacional no país, promovendo a financeirização da agricultura e aprofundando a dependência do setor com relação a tecnologias privadas estrangeiras.

Com Delfim Netto à frente do Ministério da Fazenda (1967 – 1974) e com a alta na oferta internacional de crédito, os subsídios estatais à agricultura privilegiaram cada vez mais os grandes “complexos agroindustriais” modernos, sob controle empresarial e voltados ao atendimento de mercados internacionais. A política agrária, por sua vez, assumiu a forma da promoção da colonização de espaços subocupados ou de fronteira através da instalação destes estabelecimentos e da migração populacional⁶⁶⁰. Expandida desta forma pelo território nacional, a produção da soja passou de 1,5 milhão de toneladas em 1970 a 15 milhões de toneladas de grãos colhidas em 1980⁶⁶¹.

Na região sul do Rio Grande do Sul, entretanto, a expansão da cultura da soja foi sempre limitada pela presença das grandes estâncias destinadas à pecuária, cuja racionalidade dos investimentos difere radicalmente daquela que orienta os empresários agroindustriais. Na região, entretanto, a lavoura de arroz foi o vetor da

⁶⁵⁸ Ibid., p. 71.

⁶⁵⁹ ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste...** *Op. Cit.*, pp. 19, 22 e 29.

⁶⁶⁰ MENDONÇA, Sonia. **A questão agrária no Brasil...** *Op. Cit.*, p. 72-73.

⁶⁶¹ ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste...** *Op. Cit.*, p. 91.

modernização, por muito tempo coexistindo com as estâncias e, na década de 1980, passando mesmo a ocupar parte do seu espaço:

Nesse momento, enquanto se assistia, ao norte [do estado], ao esgotamento do surto de desenvolvimento da soja e a frustrações de suas safras, devido a fatores climáticos, na região Sul, o arroz transformava pastagens nativas em áreas de lavoura, e o fazia a um ritmo e a um padrão tecnológico tais que se revelaram capazes de constituir um importante elemento desestruturador das formas arcaicas e perenes que caracterizam o padrão de crescimento da pecuária tradicional. Quando a economia agropecuária entrou em crise, em meados dos anos 80, o arroz sustentou a renda regional⁶⁶².

A rizicultura, assim como a produção da soja, aplicou a modernização tecnológica ao seu processo produtivo, que envolve a compra de sementes, máquinas e insumos, a utilização de fertilizantes sintéticos, e o financiamento estatal e privado, caracterizando o arroteiro como “(...) um verdadeiro empresário capitalista na acepção *shumpeteriana* e *weberiana* do termo, e a exploração do arroz, o paradigma da exploração capitalista na agricultura⁶⁶³”. Ao contrário da soja, entretanto, o arroz era principalmente destinado ao mercado interno, atendendo à demanda crescente por um produto típico de alimentação das camadas pobres durante o crescimento acelerado da população urbana na década de 1970⁶⁶⁴.

Apesar de também estarem presentes na rizicultura, as cooperativas agrícolas tiveram peso maior na estrutura produtiva da soja. Inicialmente constituídas como ferramentas de acesso a crédito e negociações vantajosas, elas expandiram e diversificaram suas operações durante o processo de modernização agrícola, tornando-se conglomerados empresariais agroindustriais e financeiros. Na década de 1970, cooperativas já ofereciam serviços para além de seus corpos de associados em áreas como a corretagem de câmbio e seguros. Suas principais ramificações se deram na área da agroindústria, tanto em suas fases anteriores – produção de

⁶⁶² BENETTI, Maria Domingues. **Agropecuária na região sul do Rio Grande do Sul (1970-1990)**. In: BENETTI, Maria; ALONSO, José; BANDEIRA, Pedro (orgs.). Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser, 1994, p. 122.

⁶⁶³ *Ibid.*, p. 126.

⁶⁶⁴ *Ibid.*, p. 131.

máquinas, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas – quanto nas fases posteriores – óleos vegetais, processamento de ração animal e farelo – à produção da soja⁶⁶⁵.

Em 1969 uma cooperativa formada ainda no período áureo da triticultura na mesorregião noroeste do estado, a Cooperativa Tritícola Ijuí (COTRIJUÍ), instalou em Rio Grande um terminal graneleiro para armazenagem e beneficiamento da soja⁶⁶⁶. Na época, duas fábricas de fertilizantes sintéticos à base de petróleo operavam em Rio Grande. A Refinaria Ipiranga produzia e comercializava estes derivados desde 1949 e, em 1958, fundara a ICISA como sua primeira ramificação no setor. Em 1952, entrou em operação a fábrica da Companhia Rio-Grandense de Adubos (CRA)⁶⁶⁷, e a expansão das culturas da soja e do arroz mantinham a demanda por estes insumos em franco e acelerado crescimento.

Dessa forma, quando em 1969 o governador Cel. Walter Peracchi Barcellos criou a Secretaria de Coordenação e Planejamento como “(...) órgão superior e central do planejamento global da economia gaúcha⁶⁶⁸”, a configuração do complexo industrial-portuário de Rio Grande como polo de produção de fertilizantes direcionado às lavouras de soja e arroz do estado e, ao mesmo tempo, beneficiamento básico e exportação destas mercadorias – soja, sobretudo – já estava, na prática, esboçada. Mas foi através do Projeto Grande Rio Grande (1971-1974), implementado na gestão do sucessor de Peracchi por ele indicado ao Piratini, o governador Euclides Triches (1971-1975), que a destinação da área do retroporto, na segunda secção da Barra, para implementação do Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG) foi formalizada⁶⁶⁹. Estavam encerradas, em definitivo, as discussões sobre a criação da Zona Franca ou Porto Livre de Rio Grande.

4.4 Ação política empresarial-militar no planejamento econômico estadual: a PLANISUL S/A e o Montepio da Família Militar na elaboração do “Projeto Grande Rio Grande (1971 – 1974)”

⁶⁶⁵ ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste...** *Op. Cit.*, pp. 20 e 139.

⁶⁶⁶ VIEIRA, Eurípedes. **Rio Grande: Geografia física, humana e econômica.** Porto Alegre: Ed. Sagra, 1983, p. 137.

⁶⁶⁷ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 450.

⁶⁶⁸ DALMAZO, Renato. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul – 1940-74.** Porto Alegre: FEE, 1992, p. 121.

⁶⁶⁹ VIEIRA, Eurípedes. **Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 137.

Embora contando com a participação da Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP), a elaboração do Projeto Grande Rio Grande foi delegada à PLANISUL S/A. – Planejamento e Projetos, empresa privada pertencente ao grupo Montepio da Família Militar – MFM. Fundado em 1963, em Porto Alegre, por um grupo de oficiais do Exército, o MFM inicialmente vendia planos de pensão e aposentadoria e, em 1966, já contava com mais de 130 mil associados. No mesmo ano, beneficiando-se das reformas financeira e monetária da ditadura de Castelo Branco e da condição de oficiais militares de seus dirigentes, o grupo já controlava dois grandes bancos do Rio Grande do Sul. Em 1972, o MFM promoveu a fusão entre o Banco da Província do Rio Grande do Sul, o Banco Nacional do Comércio e o Banco Industrial e Comercial do Sul, dando origem ao gigante Banco Sul Brasileiro, listado entre os dez maiores estabelecimentos bancários do país⁶⁷⁰. O Presidente do banco em 1977 era Daniel Monteiro e, dentre os membros de seu conselho diretor, estava o senador e ex-ministro da Educação e do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho. Naquele ano, de acordo com o SNI, além da PLANISUL e do Banco Sul Brasileiro, o MFM controlava outras oito instituições financeiras e trinta e oito empresas de diversos setores⁶⁷¹.

Projetado por uma empresa controlada por um grande grupo bancário privado, portanto, o Grande Rio Grande acentuaria a financeirização da economia estadual, orientando-a definitivamente à produção de *commodities*. A relação entre a PLANISUL e o MFM revela, além disso, uma forma peculiar das relações entre os militares e o empresariado: quando os militares são empresários e, nesta condição, inserem-se no Estado e orientam seu planejamento econômico em benefício de seus negócios privados.

Como vimos em capítulos anteriores, após o golpe de Estado de 1964 o planejamento tornou-se uma “(...) palavra mágica, em nome da qual se exercia a ditadura, à revelia dos interesses dos assalariados em geral (...)”⁶⁷². Para esta tarefa,

⁶⁷⁰ GARCIA, Darcy. **O Sistema Financeiro do Rio Grande do Sul:** da criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos bancos múltiplos. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990, pp. 125-129.

⁶⁷¹ ARQUIVO NACIONAL. **Grupos financeiros – bancos de investimentos – AC.SNI 1977.** Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77108391.

⁶⁷² IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital...** *Op. Cit.*, p. 28.

os militares logo apresentaram-se como especialistas. Em seu discurso na Câmara de Vereadores após a cassação do prefeito Farydo Salomão (PTB), por exemplo, o C.M.G. Mário Rodrigues da Costa, comandante da Capitania dos Portos do RS, declarou que esperava “(...) em breve poder apresentar aos srs. o plano que temos elaborado (...)”⁶⁷³, enquanto mencionava medidas como o remanejamento de funcionários da Prefeitura. Naquele momento, entretanto, era a função de planejamento que saía da órbita dos políticos, sendo transferida aos chefes militares.

No início da década de 1970, com a contratação da PLANISUL para elaborar o plano de desenvolvimento regional, acontecia a inserção dos militares/empresários nas agências de planejamento estatais, em um processo que teve sequência nos anos seguintes. Dirigindo a MFM durante a elaboração do “Grande Rio Grande” no governo Triches (1971 – 1975) e sendo um de seus fundadores, o oficial de cavalaria Eduardo Emílio Maurell Muller⁶⁷⁴ tornou-se, no governo de Sinval Guazzelli (1975 – 1979), Secretário de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, ocupando o cargo também na gestão Amaral de Souza (1979 – 1983)⁶⁷⁵.

Enquanto militares, os dirigentes do MFM também cumpriram tarefas relevantes no desenvolvimento dos planos da ditadura. Em 1973, o Diretor-Presidente da PLANISUL era o coronel Carlos Aloysio Weber, que também era tesoureiro do Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul e ex-presidente da Ação Democrática Renovadora (ADR)⁶⁷⁶, organização definida pelo SNI como um “(...) movimento apartidário, cujo objetivo é a defesa da democracia e a difusão das ideias defendidas

⁶⁷³ CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Ata nº 2.150, de 10 de maio de 1964**. Livro 034 A, 5ª Legislatura.

⁶⁷⁴ Ainda que os registros sobre Eduardo Emílio Maurell Muller enquanto secretário e dirigente de bancos da MFM não tragam, via de regra, sua patente militar, encontramos uma referência à sua transferência para o Centro de Treinamento de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre em 1950, enquanto 1º tenente da cavalaria do Exército. Cf.: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Segundo Caderno. **Correio da Manhã**. 15 de julho de 1950, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/3920. Acesso: 26/7/2023.

⁶⁷⁵ ARQUIVO NACIONAL. **Secretaria de Planejamento/RS – CIE 1975**. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75102253; GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa – Administração Amaral de Souza Ano III**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1982. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084242-mensagem1982.pdf>. Acesso: 25/7/2023.

⁶⁷⁶ Sobre a Ação Democrática Renovadora, ver: CARLOS, Sara Dalpiaz. **Os “zeladores” da democracia: Ação Democrática Renovadora – um alicerce da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

pela Revolução de 1964 (...) ⁶⁷⁷. Em 1965, o coronel Weber havia sido designado para o comando do recém criado 5º Batalhão de Engenharia e Construção (5º BEC), em Porto Velho, Rondônia, cumprindo papel estratégico na promoção dos projetos de integração econômica da ditadura para a Amazônia ⁶⁷⁸. O Batalhão seria responsável pela pavimentação de mais de rodovias na região Norte do país, como as ligações entre Cuiabá e Porto Velho, Cuiabá e Santarém, trechos da Transamazônica e da Perimetral Norte ⁶⁷⁹.

Em entrevista à revista *Realidade* concedida em 1971, logo após deixar o comando do 5º BEC e assumir a presidência da Rede Ferroviária Federal, o coronel Weber deu a seguinte declaração sobre as ações realizadas na Amazônia sob seu comando:

Quando se quer fazer alguma coisa na Amazônia, não se deve pedir licença: faz-se. (...) Como você pensa que nós fizemos 800 quilômetros de estrada? Pedindo licença, chê? Usamos a mesma tática dos portugueses, que não pediam licença aos espanhóis para cruzar a linha de Tordesilhas. Se tudo o que fizemos não tivesse dado certo, eu estaria na cadeia, velho ⁶⁸⁰.

A declaração, recuperada em uma publicação da jornalista Eliane Brum de 2014, chama atenção pela sensação de impunidade que permitia às lideranças militares tecer comentários aludindo, ainda que com eufemia, às violações de direitos humanos cometidas sob seu comando em prol da consolidação de projetos de exploração econômica da Amazônia. As conexões do coronel Weber com o sistema bancário e financeiro e com o planejamento econômico estadual do RS, através da PLANISUL e do MFM, apontam para uma convergência entre os métodos violentos da ditadura na integração econômica da Amazônia e a promoção da reorientação produtiva que intensificaria a financeirização econômica do Rio Grande do Sul e, por

⁶⁷⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Secretaria de Planejamento/RS** – CIE 1975. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75102253; GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

⁶⁷⁸ EXÉRCITO BRASILEIRO. **Patronos**. 5º Batalhão de Engenharia e Construção – Batalhão Cel. Carlos Aloysio Weber. Disponível em: https://5bec.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=155. Acesso: 25/7/2023.

⁶⁷⁹ CAMPOS, Pedro. **Estranhas catedrais...** *Op. Cit.*, p. 265.

⁶⁸⁰ MAURELL MULLER, Eduardo Emílio. **Entrevista à Revista *Realidade***, 1971 *apud* BRUM, Eliane. **A ditadura que não diz seu nome**. Coluna de opinião. *El País online*, 31 de março de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/31/opinion/1396269693_200037.html. Acesso: 26/7/2023.

isso, era interessante ao grupo empresarial de militares. Exemplos como o do coronel Weber demonstram que, fosse ocupando altos cargos na hierarquia militar ou dirigindo empresas ligadas ao grupo, os militares-empresários do MFM agiram em prol do sucesso dos projetos da ditadura para a “integração do território nacional” e “dinamização de economias regionais”, como também em defesa dos próprios interesses econômico-corporativos. Por isso mesmo, se faz necessária a pesquisa de possíveis relações entre o MFM e outros militares politicamente relevantes, como o coronel Mário Andreazza – para quem as rodovias na Amazônia eram “(...) típico exemplo da humanização de uma vasta área (...)” compreendida por ele como um “(...) vazio demográfico (...)”⁶⁸¹.

O documento-síntese do projeto Grande Rio Grande, elaborado pela PLANISUL e pela SCP, limitava-se a estabelecer grandes objetivos e áreas prioritárias como diretrizes do governo Triches sem, no entanto, divulgar os projetos específicos e suas programações. Ao mesmo tempo, conforme Dalmazo, a PLANISUL elaborou um estudo diagnóstico da economia regional, chamado Estratégia de Desenvolvimento (1971), onde apresentou “(...) como razões do insuficiente desenvolvimento da economia gaúcha a desaceleração das atividades produtivas e o grande desemprego da força de trabalho durante o quinquênio 1965-69”⁶⁸².

O detalhamento dos diversos projetos que compunham o “Grande Rio Grande” foi realizado através das mensagens encaminhadas pelo governador Euclides Triches à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1972, 1973 e 1974 e do Orçamento Plurianual de 1972-1974. Diferentemente do estudo diagnóstico, conforme Dalmazo, estes documentos apresentam

(...) uma versão da economia gaúcha em crescimento e em transformação, pela consolidação e expansão da infraestrutura, pelo incentivo à produção de bens geradores e poupadores de divisas e pela implantação do complexo portuário e industrial de Rio Grande, que possibilitariam ampliar a participação da economia gaúcha no cenário econômico nacional⁶⁸³.

⁶⁸¹ CAMPOS, Pedro. **Estranhas catedrais...** *Op. Cit.*, p. 291.

⁶⁸² DALMAZO, Renato. **Planejamento estadual e acumulação...** *Op. Cit.*, p. 121.

⁶⁸³ *Ibid.*, p. 125.

Note-se que um dos principais problemas diagnosticados no documento Estratégia de Desenvolvimento, o desemprego, não recebe uma resposta efetiva nas mensagens à Assembleia Legislativa, que tomam como principal preocupação a consolidação do modelo de geração de divisas por exportação de *commodities*, como o pescado congelado e a soja. Os empregos gerados pela indústria da pesca, como vimos, até podiam ser quantitativamente expressivos, mas via de regra eram mal remunerados⁶⁸⁴. A expansão do cultivo de soja, por sua vez, baseada na modernização tecnológica, reduzia a mão-de-obra necessária à lavoura, potencialmente agravando o desemprego no estado. A diferença entre o diagnóstico e o projeto indica, portanto, que o principal objetivo do “Grande Rio Grande” era consolidar a reconversão produtiva do estado para aprofundar a financeirização e dependência externa de sua economia, o que beneficiaria diretamente o sistema financeiro do Montepio da Família Militar. Neste processo, seriam fundamentais o Distrito Industrial (DIRG) e o Porto de Rio Grande, que também receberia investimentos do Ministério dos Transportes sob Mário Andreazza e passaria então a ser conhecido como *Superporto*⁶⁸⁵.

Além da implementação do DIRG e outros distritos industriais pelo estado, o projeto “Grande Rio Grande” deu continuidade ao Programa de Desenvolvimento Industrial da Pesca, criado em 1968 e coordenado pelo já mencionado Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria da Pesca (GEDIP). Com recursos levantados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras fontes, o programa implementou o Complexo Portuário Industrial Pesqueiro da 4ª Secção da Barra de Rio Grande, criando “(...) as condições básicas de infraestrutura (...) e agilizando o financiamento do capital privado”⁶⁸⁶.

Na área habitacional, foi criado o Programa Estadual de Habitação, por meio do qual a COHAB-RS se responsabilizava por construir moradias para trabalhadores com renda de até três salários mínimos. A iniciativa visava complementar o Plano Nacional de Habitação, por meio do qual o Banco Nacional de Habitação (BNH) financiava a construção de moradias por cooperativas privadas. Ainda em

⁶⁸⁴ MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 209.

⁶⁸⁵ CAMPOS, Pedro. **Estranhas catedrais...** *Op. Cit.*, p. 292.

⁶⁸⁶ DALMAZO, Renato. **Planejamento estadual e acumulação...** *Op. Cit.*, p. 128.

infraestrutura habitacional, o Plano Setorial de Saneamento estabeleceu como meta a extensão das redes de água e esgoto a 80% da população urbana do estado, com obras executadas pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e financiadas pelo BNH⁶⁸⁷. Embora não nos tenha sido possível verificar os resultados obtidos pelo plano, veremos que o fortalecimento da CORSAN e a expansão de suas áreas de atividade seriam importantes, naquele contexto, para a execução de obras de infraestrutura necessárias à instalação do DIRG.

No setor de infraestrutura, o projeto Grande Rio Grande realmente se destacou pelas obras de construção e melhoria de estradas. Através dos Corredores de Exportação, o Estado regional pavimentou as ligações rodoviárias ligando pontos essenciais do território estadual, como cidades maiores no entorno das áreas de cultivo de soja – São Borja e Santa Maria – aos portos de Rio Grande e Porto Alegre – a chamada diagonal trigo-soja. Outro “corredor” faz o caminho Porto Mauá, Ijuí, Santa Maria e Rio Grande, outro de Sarandi, Estrela, Porto Alegre e Rio Grande – além da autoestrada Porto Alegre – Osório. O projeto previa ainda construção ou melhoria das chamadas estradas alimentadoras, que ligariam as regiões produtoras aos corredores de exportações⁶⁸⁸. As vias de tráfego intenso, segundo o projeto, levariam fertilizantes do DIRG e outros polos industriais até as estradas alimentadoras e, por estas, até as regiões produtoras de soja e arroz, para o que a BR-471 também foi pavimentada, ligando Rio Grande a Santa Vitória do Palmar e Chuy, no Uruguai. No caminho inverso, os caminhões levariam os grãos até as indústrias do DIRG e ao Porto de Rio Grande. Por seu caráter de grandes obras e pela essencialidade destas na execução geral do “Grande Rio Grande”, os corredores de exportação por vezes são confundidos com a totalidade do projeto que, como vimos, era consideravelmente mais amplo.

Além do DIRG, O “Grande Rio Grande” propunha a criação de distritos industriais em outras regiões do estado, como Santa Maria, Farroupilha, Santa Rosa, Gravataí e o mais importante deles, o de Triunfo e Montenegro, também chamado III Polo Petroquímico. Como vimos, a viabilização da moderna indústria petroquímica era

⁶⁸⁷ *Ibid.*, p. 130.

⁶⁸⁸ *Ibid.*, p. 131.

um objetivo da política econômica da ditadura desde o governo Castelo Branco, quando serviu de argumento em defesa da revogação das encampações de refinarias privadas de petróleo em sessão do Conselho de Segurança Nacional que discutiu o assunto, em julho de 1965⁶⁸⁹. Demandando altos investimentos e avançado *know-how*, a indústria petroquímica seria consolidada no Brasil a partir do modelo tripartite, no qual participavam o governo, através da subsidiária Petroquisa – Petrobrás Química S.A., grupos privados nacionais e estrangeiros⁶⁹⁰.

O primeiro polo petroquímico foi criado na grande São Paulo, operando de forma muito preliminar desde 1955 e sendo consolidado a partir de 1972, com a transformação da Refinaria União em Petroquímica União (PQU), em Mauá. Ainda em 1972 foi formada a Copene – Companhia Petroquímica do Nordeste, sendo o segundo polo sediado em Camaçari, Bahia. As obras do terceiro polo foram iniciadas em 1974, como parte do Projeto Grande Rio Grande. Em 1976 foi criada a Companhia Petroquímica do Sul – Copesul, cuja fábrica entrou em operação em 1982 como uma central de matérias primas de primeira geração.⁶⁹¹

Também em 1976 foi formada outra das mais importantes empresas do setor que atuavam no polo de Triunfo e Montenegro, a Polissul Petroquímica. Seguindo o modelo tripartite de associação multinacional de capital, 20% de suas ações pertenciam à estatal Petroquisa, 40% ao grupo Ipiranga e outros 40% ao grupo alemão Hoechst AG. Recebendo produtos petroquímicos de primeira geração da Copesul, a Polissul atuaria na industrialização de segunda geração, produzindo principalmente o polietileno de alta densidade (PEAD). Esta já era uma especialidade da Hoechst AG em seu país de origem e, por isso, suas fábricas na Alemanha forneceram treinamento a equipes de funcionários da Ipiranga. Com suas obras iniciadas em 1978, a planta

⁶⁸⁹ **Ata da 27ª sessão do Conselho de Segurança Nacional.** 2/7/1965. Fundo CSN. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0002_0011_f_108_122.

⁶⁹⁰ MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. **Publicação de 70 anos da Ipiranga.** 2007, p. 68.

⁶⁹¹ As indústrias petroquímicas são classificadas em primeira, segunda ou terceira geração. As de primeira geração recebem insumos de refinarias de petróleo e produzem matérias-primas para processamento em indústrias de segunda geração, como eteno e propeno, além de produtos intermediários como sulfato de amônia. As de segunda geração utilizam estas matérias-primas para produzir, por exemplo, polietileno tereftalato (PET) e policloreto de vinila (PVC). Nas indústrias de terceira geração estes materiais são transformados em produtos para o consumo, como garrafas plásticas e embalagens. Cf.: MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. **Publicação de 70 anos da Ipiranga.** 2007, p. 69-71.

entrou em operação quando a Copesul deu início ao fornecimento das matérias-primas necessárias, em 1982⁶⁹².

Com a criação do Distrito Industrial de Rio Grande como um polo de fertilizantes, o grupo Ipiranga fundou a Fertilizantes do Sul – Fertisul. As obras da planta industrial iniciaram em 1970, na mesma área que pertencera à Cia. Swift e onde já funcionava a Isapeixe. Em 1972, a fábrica entrou em operação, tendo Roberto Bastos Tellechea como Diretor-Superintendente. Segundo Willy Cesar, “(...) a empresa já era a mais rentável da indústria química brasileira em 1974, com o índice do patrimônio líquido de 91,7 por cento e registrando um crescimento de 252 por cento nas vendas⁶⁹³”.

Projetada pela Montreal Engenharia, a planta da Fertisul tinha capacidade inicial de produzir 300 mil toneladas por ano de adubos complexos à base de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK). Após duplicar sua capacidade, em 1977 a empresa dobrou também seu faturamento em relação ao ano anterior⁶⁹⁴. Naquele ano, com a cultura da soja em expansão, a Fertisul empregava 530 trabalhadores, e outras três fábricas de fertilizantes já haviam sido instaladas no DIRG. A Indústrias Luchsinger Madorin S/A, instalada na 4ª seção da Barra, era a maior empregadora, com 630 funcionários e seu diretor, Frederico Madórin, residia em Porto Alegre. A Companhia Riograndense de Adubos – CRA era dirigida por Ubiratan Ubirajara de Jesus Pereira, também residente em Porto Alegre, e empregava 340 trabalhadores. A Manah S/A – Comércio e Indústria, dirigida por Eduardo Lacerda de Camargo, de São Paulo, empregava 15 pessoas, tudo conforme dados da Seção de Informações do Departamento de Polícia Federal⁶⁹⁵.

Além dos investimentos em infraestrutura previstos no Projeto Grande Rio Grande, entretanto, a instalação do polo de fertilizantes na cidade portuária exigia também uma solução para o problema da escassez no abastecimento de água à área industrial, tendo em vista que a produção de fertilizantes faz uso de grandes quantidades deste recurso. Como vimos, o Serviço Rio-Grandino de Água e Esgotos

⁶⁹² MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE **Publicação de 70 anos da Ipiranga**. 2007, p. 72-73.

⁶⁹³ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 177.

⁶⁹⁴ MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. **Revista Ipiranga**, Ano XVIII, nº 69, 1978, pp. 20-21.

⁶⁹⁵ ARQUIVO NACIONAL. **Dados sobre os municípios de Rio Grande e Pelotas – SI.DPF 1977**. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005050.

(SRGAE) agonizava há anos por falta de investimentos e má administração. Por mais de uma vez, durante a ditadura, a autonomia administrativa da autarquia frente ao Legislativo municipal foi ampliada sob pretexto de adequação às normas para receber investimentos da USAID, mas estes não vieram. Enquanto interventor federal em Rio Grande, o general Armando Cattani ainda havia cedido terrenos com fontes de água potável utilizada no abastecimento do município para a construção de moradias, conforme declarou o próprio diretor do serviço na Câmara de Vereadores⁶⁹⁶.

A solução encontrada foi a construção de um canal adutor que abasteceria o município e o distrito industrial com água do rio São Gonçalo, há 50 quilômetros do DIRG. O prefeito nomeado tenente coronel Cid Vieira relatou que a ideia lhe foi apresentada pelo engenheiro João Ivo Souza, que acompanhara o prefeito e o presidente da Ipiranga, Francisco Bastos, em um sobrevoo da área⁶⁹⁷. Para a execução da obra, a prefeitura precisaria firmar um convênio com a CORSAN que, como vimos, estava ampliando sua atuação e, financiando a construção do canal, passaria a administrar os serviços de água e esgotos em Rio Grande. A medida, que extinguiria definitivamente o SRGAE, exigia aprovação da Câmara de Vereadores – o que, como veremos, não seria tão fácil.

4.5 Os debates sobre a concessão dos serviços de água e esgoto à CORSAN e o papel dos vereadores governistas na crise legislativa de 1972

A legislatura empossada em 1969 na Câmara de Vereadores tinha leve maioria do MDB, com sete cadeiras, enquanto a Arena ocupava as outras seis. O presidente da Casa durante 1971 foi o vereador Walter Chaves Troina, e atas das sessões legislativas registraram que haveria um acordo de revezamento anual de vereadores do MDB na presidência. Em 30 de dezembro de 1971, entretanto, a chapa encabeçada por Troina recebeu seis votos, derrotando seu correligionário Valdomiro Rocha Lima, presidente do diretório do partido de oposição, que recebera cinco votos⁶⁹⁸.

⁶⁹⁶ Cf.: Subcapítulo 3.2.

⁶⁹⁷ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 183.

⁶⁹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 3.370, de 7 de abril de 1972.**

Na primeira sessão extraordinária de 1972, no dia 10 de janeiro, o vereador Valdomiro Rocha Lima levantou questão de ordem dizendo que a eleição deveria ser considerada nula, pois não haveria respeitado o regimento interno, que impunha que a mesa diretora deveria ser eleita por maioria absoluta – no caso, sete votos de treze. Segundo ele, era prevista a realização, em sequência, de quantos pleitos fossem necessários até que algum candidato recebesse os sete votos. O vereador Athaydes Rodrigues, por sua vez, defendeu que a questão deveria ser dirimida pela Justiça e, enquanto isso, a vereadora Adélia Lazzarini (MDB), eleita 1ª secretária por doze votos, deveria assumir a presidência dos trabalhos⁶⁹⁹.

Na mesma sessão, o requerimento de Valdomiro Rocha Lima pela anulação da mesa recebeu apoio de ambos partidos. Do MDB, assinavam Alfredo Cassahy, João Paulo Araújo e Antonio Sóstenes Peres Barros, além do próprio Valdomiro. Da Arena, Arnaldo dos Santos Quessada, Nilo Correa da Fonseca, Francisco Soares Giácomo e o líder do governo, Rubens Emil Corrêa. Diante da recusa de Walter Chaves Troina em renunciar ao cargo, sob o argumento de que a contestação deveria ter sido feita no momento da eleição, Valdomiro Rocha Lima declarou que considerava seu requerimento aprovado pois, embora não tivesse sido pautado na sessão, já tinha apoio formalizado da maioria absoluta da Casa. Após um recesso de 45 minutos, os trabalhos foram retomados com o vereador mais velho da Casa, Nilo Correa da Fonseca (Arena), na Presidência para proceder a nova eleição da mesa. Inconformado, o vereador Walter Chaves Troina se retirou do plenário, acompanhado por Athaydes Rodrigues, Adélia Lazzarini, Silvério Miranda Jr. e Ruy Soares Godinho⁷⁰⁰.

Tendo restado oito vereadores no plenário, a nova eleição foi realizada. Com todos os candidatos eleitos com oito votos, a nova composição da mesa diretora para 1972 foi a seguinte: Presidente – Nilo Correa da Fonseca (Arena), 1º Vice-Presidente – Rubens Emil Correa (Arena), 2º Vice-Presidente – Athaydes Rodrigues (MDB), 1º

⁶⁹⁹ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672; CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Atas nº 3.354, nº 3.355 e nº 3.356, de 10 de janeiro de 1972.**

⁷⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672; CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Atas nº 3.354, nº 3.355 e nº 3.356, de 10 de janeiro de 1972.**

Secretário – João Paulo Araújo (MDB), 2º Secretário – Arnaldo dos Santos Quessada (Arena). A anulação da eleição, como se vê, trouxe um prejuízo ao próprio MDB, partido do autor de seu requerimento, que perdeu a presidência para a Arena. Além disso, o vereador Athaydes Rodrigues, que não teria sido consultado sobre sua candidatura, apresentou renúncia do cargo de 2º vice-presidente⁷⁰¹.

De acordo com o vereador Ruy Soares Godinho, da Arena, a chapa de Troina havia sido eleita com o apoio dos vereadores da Arena, que seguiram orientação, mas não determinação, do diretório municipal. Segundo Godinho, poucos dias após a eleição o vereador Nilo Correa da Fonseca o teria sondado para que aderisse à contestação, que já contaria com adesão do líder do governo na Câmara, vereador Rubens Emil Correa e “(...) tinha as simpatias do Senhor Prefeito Municipal⁷⁰²”. Para Ruy, as movimentações de seus colegas de bancada pela anulação da eleição da chapa por eles mesmos apoiada tinha motivos ocultos, sugerindo a existência de um “(...) acordo espúrio, sem o conhecimento de seu texto pela Direção partidária e sem a sua chancela (...), coisa que só consulta os interesses do Presidente do MDB⁷⁰³”, vereador Valdomiro Rocha Lima.

Provocado pelo vereador Troina, o Poder Judiciário se manifestou através do Juiz Joel Furtado de Lima, que declarou que “(...) o requerente deverá fazer valer sua autoridade – com os meios de que dispõe, sem auxílio de qualquer outro Poder, em especial do Judiciário (...)”⁷⁰⁴. Com a recusa da intervenção judicial, a crise se estendeu no tempo e, em fevereiro, conforme o relatório do SNI sobre o caso, “(...) os jornais da área exploram a situação de maneira sensacionalista (...)”⁷⁰⁵. No dia 24 de março, os vereadores Valdomiro Rocha Lima, Antonio Barros e Rubens Emil Correa teriam procurado a direção do jornal *Diário Popular*, em Pelotas, para reclamar do tratamento dado ao chamado “grupo rebelde” que compunham na querela da eleição

⁷⁰¹ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672; CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 3.370, de 7 de abril de 1972; Atas nº 3.354, nº 3.355 e nº 3.356, de 10 de janeiro de 1972;**

⁷⁰² CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 3.370, de 7 de abril de 1972.**

⁷⁰³ *Ibid.*

⁷⁰⁴ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672.

⁷⁰⁵ *Ibid.*

da Mesa por parte do redator-chefe da sucursal do veículo em Rio Grande, Dr. Gil Barlém Martins, que atuava também como advogado de Troina no caso.

Em 14 de março, se encerrou o período de recesso legislativo, e a dualidade de poderes se mantinha. No dia 16, a Seção de Informações da Polícia Federal registrou que havia dezenove mensagens do Executivo aguardando manifestações da Câmara e que o Prefeito havia encaminhado consulta à presidência da Casa listando os expedientes. Ainda antes do fim do recesso, Troina tentou convocar algumas sessões extraordinárias, mas com a presença de apenas quatro vereadores elas não ocorreram por falta de quórum⁷⁰⁶.

No dia 20 de março, a SI/DPF registrou que Troina estaria aguardando “(...) que o diretório regional do MDB decida sobre a crise”, pois “(...) tanto os filiados da ARENA como os do MDB entregaram a solução do impasse aos respectivos Diretórios Regionais⁷⁰⁷”. Em 12 de abril, foi registrado que havia “(...) notícias de que o Presidente Walter Chaves Troina renunciará ao seu cargo por determinação da direção gaúcha do MDB, recebendo em troca a indicação de líder da bancada do MDB na Câmara⁷⁰⁸”.

Na sessão de 5 de abril, os vereadores Nilo Fonseca, Rubens Emil Correa, Antônio Barros, João Paulo Araújo e Arnaldo Quessada renunciaram aos cargos a que foram eleitos em 10 de janeiro, mas continuavam ausentando-se do plenário para impedir a votação de requerimentos sob a presidência de Walter Troina. Dois dias depois, Ruy Soares Godinho informou que o Executivo havia requerido regime de urgência na tramitação das matérias enviadas à Câmara. Assim, dentro de 45 dias, os projetos enviados pelo Prefeito Municipal, independentemente de serem ou não pautados na Ordem do Dia, estariam tacitamente aprovados⁷⁰⁹. Em questionamento retórico, Godinho acabou por levantar um ponto central na compreensão do papel dos arenistas na crise legislativa:

Por que, eis a pergunta, os vereadores arenistas obstruem a matéria da Ordem do Dia, quando essa matéria é quase toda oriunda do Executivo? O

⁷⁰⁶ *Ibid.*

⁷⁰⁷ *Ibid.*

⁷⁰⁸ *Ibid.*

⁷⁰⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 3.370, de 7 de abril de 1972.**

que o Executivo está encaminhando à Câmara de tão errado que nem merece discussão, votação ou sequer a tomada de conhecimento?⁷¹⁰

Na mesma sessão de 7 de abril, o vereador Athaydes Rodrigues chamou a atenção para a necessidade urgente do Legislativo retomar seu funcionamento normal e discutir o projeto do Executivo para convênio com a CORSAN, que ele considerava “(...) lesivo aos interesses do município (...)” e sobre o qual adiantava que faria explanações nas sessões subsequentes⁷¹¹.

Na sessão de 19 de abril, no tempo dedicado à “Hora da Doutrina”, Athaydes afirmou que já esperava que o Executivo apresentasse o projeto de convênio como sendo a única solução possível para o “(...) abastecimento perene de água para a cidade de Rio Grande e as indústrias que já se estabeleceram no chamado Distrito Industrial (...)”. No entanto, segundo ele, o famoso escritório de engenharia Saturnino de Brito, “(...) em seu plano integrado para abastecimento d’água à cidade, elaborado no ano passado com grandes despesas para o Município, apresentou três soluções sobre o abastecimento (...)”⁷¹². Além disso, o fato de cidades como Pelotas, Bagé e Livramento terem mantido suas autarquias municipais e ainda assim melhorado os serviços de água e esgotos demonstrariam, para Athaydes, que o mesmo poderia ocorrer com o SRGAE em Rio Grande. Na sessão de 24 de abril, mais uma vez o vereador Athaydes discutiu o projeto da CORSAN, registrando que o faria mesmo que “(...) quixotescamente, diante de um Plenário vazio, com o próprio povo sem tomar conhecimento de nossa batalha em defesa de seu patrimônio”⁷¹³. Em tom de lamentação, declarou:

O projeto será aprovado, com ou sem estudos, pelo Plenário ou tacitamente e, quando o povo despertar, já terá sido entregue à poderosa CORSAN o imenso patrimônio do SRGAE e estará pagando cerca de 300% (trezentos por cento) mais caro pela água que consumir (...)”⁷¹⁴.

⁷¹⁰ *Ibid.*

⁷¹¹ *Ibid.*

⁷¹² CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 3.375, de 19 de abril de 1972.**

⁷¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 3.376, de 24 de abril de 1972.**

⁷¹⁴ *Ibid.*

Concluindo, Athaydes pediu ao Prefeito que, ao menos, retirasse a urgência do Projeto. Assim, agora que a Câmara dava sinais de estar normalizando seu funcionamento, seria possível que os vereadores se detivessem mais a fundo no debate da questão⁷¹⁵. Em 28 de abril, Athaydes informou que o Prefeito havia solicitado não apenas a retirada da urgência, mas a devolução do projeto, o que o vereador entendia como um sinal do reconhecimento de que o mesmo merecia ser melhor estudado⁷¹⁶. Com isso, entretanto, evitava-se a discussão do convênio com a CORSAN na Câmara.

Na mesma sessão, a primeira que teve quórum para votações desde janeiro, foi realizada nova eleição para os cargos vagos da Mesa Diretora, sendo eleitos Nilo Correa da Fonseca como 1º vice-presidente e Rubens Emil Correa 2º vice-presidente. Adélia Lazzarini, do MDB, havia sido eleita 1ª secretária por doze votos e, a esta altura, era reconhecida no cargo por todos os vereadores. A partir desta data, foram retomadas as sessões com quórum e a discussão de requerimentos, geralmente presididas pelo 1º vice-presidente, vereador Nilo Correa da Fonseca. A presença em plenário dos oito vereadores que não aceitavam a permanência de Walter Chaves Troina na presidência, no entanto, permanecia condicionada a ausência deste.

Em 6 de maio, a secretaria da Câmara encaminhou à Prefeitura quinze projetos de lei que estavam aguardando apreciação e, de acordo com a legislação vigente, foram automaticamente aprovados. O projeto de convênio com a CORSAN, devolvido ao Executivo por demanda deste, não estava em trânsito na Câmara nesta data. No mesmo mês, o vereador da Arena Ruy Soares Godinho, apoiador de Troina, solicitou licença até o fim do mandato. O prefeito Cid Vieira, segundo a SI/DPF, "(...) não veria com bons olhos a posse do suplente Dr. Washington Ballester de Sá Freitas, que embora sendo da Arena, em outras ocasiões moveu vigorosa oposição ao chefe do Executivo". Apesar da contrariedade do prefeito nomeado e da demora de alguns dias, Ballester assumiu a cadeira⁷¹⁷.

⁷¹⁵ *Ibid.*

⁷¹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata nº 3.378, de 28 de abril de 1972.**

⁷¹⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672.

Embora não se possa dizer que a crise havia sido completamente superada, em princípios de maio o Legislativo Municipal dava sinais de que estava a caminho do retorno à normalidade. Ainda assim, no dia 4 de junho, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, sugeria a imposição de um recesso como solução da crise legislativa no município de Rio Grande – medida que, segundo a publicação, já era estudada pelo governo federal⁷¹⁸. O vereador Washington Ballester teria procurado a redação do *Correio do Povo* para informar que a crise política não estaria afetando a funcionalidade da Câmara, e a solução proposta foi comentada com preocupação na Assembleia Legislativa e em declarações à imprensa pelo deputado estadual rio-grandino Carlos Santos (MDB)⁷¹⁹. No dia 8 de junho, o relatório registrou ainda os seguintes acontecimentos:

8 JUN 72 – Durante a recente visita feita a redação do jornal ‘Correio do Povo’, o Sr. Walter Chaves Troina, disse nada haver no Legislativo Rio-grandino além de trabalho. Na sessão realizada ontem foi aprovado um requerimento do edil Francisco Soares Giácomo, no qual pede seja remetida correspondência para os órgãos de imprensa, solicitando retificação de notícias sobre a epigrafada, bem como às autoridades estaduais, por entender que as últimas notícias mencionadas na imprensa não são exatas. O jornal ‘Diário Popular’ abre manchete sintetizando assim os últimos acontecimentos sobre a epigrafada: ‘Divergências de lado, Câmara unida luta contra recesso’⁷²⁰.

A disposição de Rubens e Francisco, lideranças governistas na Câmara, em defender a manutenção dos trabalhos legislativos era tardia. Naquele mesmo 8 de junho de 1972, o ditador general Emílio Garrastazu Médici publicou o Ato Complementar nº 95 que, amparado nos artigos 2º e 9º do Ato Institucional nº 5, decretava o recesso da Câmara de Vereadores de Rio Grande. Comentando o recesso em entrevista ao jornalista Willy Cesar, o prefeito nomeado Cid Vieira declarou:

(...) eu não sabia a quem mandar os projetos, pois havia dois presidentes e duas câmaras fazendo reuniões e votando coisas, a essa altura nenhuma das decisões valia mais nada. Num encontro com o presidente Médici em Bagé, eu disse a ele que a coisa estava difícil, Rio Grande estava ficando sem água potável para a comunidade e a indústria. A Ipiranga estivera pensando em

⁷¹⁸ *Ibid.*

⁷¹⁹ *Ibid.*

⁷²⁰ *Ibid.*

construir a fábrica da Fertisul na Bahia. Desse jeito, Rio Grande vai fechar! (...) Eu, precisando passar o projeto da água e a Câmara naquela situação! O general me disse: 'É, vamos mandar aqueles meninos descansarem um pouco'⁷²¹.

Com a Câmara Municipal em recesso, o prefeito nomeado ten. cel. Cid Scarone Vieira aprovou de forma unilateral o projeto de convênio com a CORSAN. Aprovou também a doação de um terreno de 50 hectares, utilizado pelo SRGAE para captar água, para a Fundação Universidade do Rio Grande a fim de que fosse construído seu campus universitário. As justificativas do prefeito, no entanto, à luz do que foi apresentado até aqui, não se sustentam. Em primeiro lugar, vimos que desde maio a Câmara retomara as atividades, realizando inclusive votação de requerimentos. Vimos também que diversos projetos do Executivo haviam sido tacitamente aprovados, e o mesmo teria ocorrido com o convênio da CORSAN, caso o projeto não tivesse sido devolvido por solicitação do prefeito. A transferência da fábrica da Fertisul para a Bahia, por sua vez, era bastante improvável àquela altura, visto que sua instalação foi iniciada em 1970. O fato de a fábrica ter sido inaugurada ainda em 1972 e funcionado por dez anos antes da conclusão da etapa final de construção do canal adutor do São Gonçalo, em 1982, reforça o caráter de chantagem econômica deste argumento do então prefeito nomeado.

Além da real causa do recesso, portanto, permanece o mistério sobre as motivações dos vereadores arenistas que garantiram maioria absoluta ao requerimento de Valdomiro Rocha Lima e, desta forma, deflagraram a crise. Sobre Arnaldo Santos Quessada, o relatório do SNI informa que constariam "(...) antecedentes desabonatórios (*sic*) no DOPS (...)", acusando-o inclusive de falsificar documentos no sentido de favorecer sua eleição⁷²². Nilo Correa da Fonseca, que se beneficiou diretamente da crise com a ascensão ao cargo de 1º vice-presidente, é descrito de forma moralmente pejorativa e preconceituosa. Segundo o SNI, seria "(...) público e notório ser pederasta passivo e ébrio contumaz. Elemento desequilibrado sob todos os aspectos⁷²³". Ainda sobre Nilo, consta que teria incitado os "(...)

⁷²¹ VIEIRA, Cid Scarone *apud* CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, pp. 183-184.

⁷²² ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672.

⁷²³ *Ibid.*

companheiros de bancada a não comparecerem em plenário quando a Câmara de Vereadores fosse presidida pelo Sr. Walter Chaves Troina, Presidente de Direito da Câmara⁷²⁴. Troina, por sua vez, é descrito como “(...) elemento *pivot* na crise da Câmara de Vereadores (...)”⁷²⁵. Sobre Rubens Emil Correa e Francisco Soáres Giácomo, os outros dois vereadores da Arena que compunham o “grupo rebelde”, no entanto, as Fichas Informativas reproduzidas no relatório do SNI não trazem registros.

O relatório traz ainda a informação de que Valdomiro Rocha Lima teria atacado “(...) violentamente a mensagem do Executivo para obtenção de uma Lei que o autorizasse a assinatura de um convênio com a CORSAN afim de solucionar o problema da água em Rio Grande (...)”. Some-se a isso a insistência de Athaydes em realizar o debate sobre o tema mesmo diante de um plenário esvaziado, seguida da devolução do projeto concomitante à retomada das atividades da Câmara e a informação prestada por Ruy Soares Godinho de que, segundo Nilo Fonseca, a contestação à eleição de Troina contaria com “(...) as simpatias do Senhor Prefeito Municipal”⁷²⁶. Além de tudo isso, é fato que, para Rubens Correa e Francisco Giácomo, o envolvimento ativo na crise não apenas não gerou punições ou represálias por parte da Arena ou do governo, como ambos permaneceram depositários da confiança do prefeito nomeado após o fim do recesso, com Rubens sendo até mesmo indicado por este e nomeado seu sucessor na Prefeitura de Rio Grande, em 1975. Com tudo isso, nos é inevitável propor que a participação de Rubens Emil Correa e Francisco Soáres Giácomo na crise da Câmara de Vereadores de Rio Grande em 1972 tenha tido como motivação a garantia da aprovação do convênio com a CORSAN e dissolução do SRGAE sem discussões que gerassem desgastes à imagem do governo, fosse pelo prazo de decurso de 45 dias para projetos de urgência, fosse pela solução autoritária da imposição do recesso. A própria declaração do Ministro da Justiça, publicada pelo jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre, assim apresentava os motivos da suspensão dos trabalhos da Câmara:

1) A Câmara de Rio Grande tem impedido a realização de convênio com o Estado, para o abastecimento de água ao porto; 2) Em consequência, os

⁷²⁴ *Ibid.*

⁷²⁵ *Ibid.*

⁷²⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. Ata nº 3.370, de 7 de abril de 1972.

navios não podem abastecer-se no próprio porto e precisam recorrer aos serviços de água de Porto Alegre; 3) a dualidade da Mesa Diretora; 4) Trata-se de Município situado em área de segurança nacional, onde, pela própria natureza, deve ser perfeito e regular o funcionamento entre os Poderes⁷²⁷.

A dualidade da Mesa Diretora, como vemos, aparece como terceira justificativa, sendo as duas primeiras relacionadas às dificuldades impostas pela Câmara ao convênio da prefeitura com a CORSAN e ao próprio funcionamento do Distrito Industrial e do Porto. A quarta justificativa apela para a caracterização do município como área de Segurança Nacional para defender a necessidade de intervenção, o que, sendo obviamente do conhecimento dos vereadores governistas, reforça a interpretação de que a crise foi insuflada como estratégia para evitar o desgaste da imagem do governo em discussão dos projetos polêmicos.

Antes de reproduzir documentos, o relatório no qual consultamos boa parte das informações sobre o caso, elaborado pela Agência Porto Alegre do SNI com base em informes do III Exército e registros da Polícia Federal, apresenta o conflito na Câmara de Rio Grande como um “(...) antagonismo entre legisladores e o Processo de Desenvolvimento e Paz Social, estabelecido pela Revolução de 1964, neste Município⁷²⁸”, e diz que sua elaboração foi motivada pelos riscos de que, com o aumento das cadeiras do Legislativo Municipal para 21 na próxima legislatura, ocorresse a reeleição dos “(...) atuais vereadores e suplentes em exercício, todos geradores da crise legislativa (...)”⁷²⁹. Apesar de ter tido sua atuação registrada em diversos pontos do relatório, entretanto, como vimos Rubens Emil Correa e Francisco Soares Giácomo foram deixados de fora na seção que registrava nominalmente as informações desabonadoras sobre cada vereador.

Pode parecer contraditório que uma estratégia para evitar o desgaste da imagem do Poder Executivo municipal envolvesse a participação de seus representantes legislativos mais fieis no insuflamento de tamanha crise e a adoção, por fim, de uma medida autocrática. Com isso, entretanto, o processo legislativo – único que ainda contava com a participação popular por meio do voto – era

⁷²⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672.

⁷²⁸ *Ibid.*

⁷²⁹ *Ibid.*

representado como sinônimo de desordem e ineficiência, em oposição à ordem e à eficiência representadas pela integração do Executivo municipal aos planos de desenvolvimento econômico elaborados nos governos estadual e federal, bem como pelas supostas aptidões atribuídas aos militares na elaboração e execução destes planos.

A consolidação do modelo de legitimação social calcado no binômio *segurança e desenvolvimento* encontrou sua expressão ideológica em elaborações de importantes intelectuais vinculados à ditadura, como demonstrou Lucia Grinberg em sua pesquisa sobre a Arena⁷³⁰. No lugar das justificativas de defesa ou restauração da democracia, típicas do período do marechal Castelo Branco, passa a predominar a defesa da construção de um “modelo brasileiro de democracia”. Neste, o atendimento aos “interesses da nação” seria priorizado em relação a garantias típicas de democracias liberais. O sociólogo Gilberto Freyre, por exemplo, que com seu “Casa Grande & Senzala” já havia contribuído para a disseminação do mito da “democracia racial” supostamente fundada no “pendor para a tolerância” do povo brasileiro, defendia que este mesmo “traço cultural” estivesse na base do regime político do país. Em 1969, filiado ao partido governista e presidindo o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Freyre apresentou sugestões ao novo programa da Arena, defendendo que o partido colaborasse com “o país” – leia-se, com a ditadura – na procura por

(...) desenvolver suas próprias formas – inclusive as políticas – de organização social, independentes de qualquer cópia ou arremedo de organizações estrangeiras desse tipo. (...) instituições brasileiramente democráticas: (...) despojadas de balofas ideias liberais, mas baseadas no respeito àquele sentimento de liberdade, àquele apreço à diversidade, àquele pendor para a tolerância, tão das nossas tradições ou das nossas constantes⁷³¹.

A ideia da construção de um regime político “à brasileira” encontrou respaldo em palavras do vereador Ruy Soares Godinho na Câmara de Rio Grande durante a crise de 1972. Ao defender a cassação de mandatos dos geradores da crise com base

⁷³⁰ GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

⁷³¹ FREYRE, Gilberto *apud* GRINBERG, Lucia. **Partido político**... *Op. Cit.*, p. 169.

no Decreto-Lei nº 201/1967, que estabelecia esta pena aos legisladores que faltassem a cinco sessões ordinárias consecutivas, Ruy declarou que

Desde a Revolução de março de 1964, vem sendo implantado um modelo brasileiro de democracia. Nada de coisas copiadas, coisa nossa, coisas que consultam os interesses supremos do país e de seu povo. Assim como temos, prenhe de êxito, um modelo brasileiro de desenvolvimento, cria-se um modelo político nacional e muito mais nacionalista do que todos já lançados em praça pública⁷³².

A relação entre organização social – ou modelo brasileiro de desenvolvimento – e organização política – ou modelo brasileiro de democracia – é uma expressão mais elaborada do já conhecido binômio segurança e desenvolvimento. Ao discursar, só não contava o vereador Ruy que os “interesses supremos do país” exigiriam que as “balofas ideias liberais” sacrificadas naquele caso seriam as garantias legais do Poder Legislativo municipal e dele mesmo, como vereador. No “modelo brasileiro de democracia” do general Médici, a identificação de um “(...) antagonismo entre legisladores e o Processo de Desenvolvimento e Paz Social (...)”⁷³³ – como a oposição de alguns vereadores ao convênio com a CORSAN – ou algum abalo no “(...) perfeito e regular (...) funcionamento entre os Poderes⁷³⁴” – como a crise na Câmara, mesmo que a maioria em prol da contestação que gerou o conflito tenha sido garantida pela adesão de dois vereadores de confiança do governo – justificava o recesso da Câmara de vereadores.

Além de assinar o convênio com a CORSAN, como vimos, durante o recesso o prefeito Cid doou à FURG um terreno destinado à captação de água pelo SRGAE. Com o início da construção do *campus carreiros*, qualquer crítica às decisões unilaterais do prefeito nomeado ou apontamento de alguma espoliação do patrimônio público do SRGAE precisaria abordar também os inegáveis benefícios trazidos pela consolidação da Universidade na cidade. A parceria entre a FURG e a prefeitura, neste período, foi muito além da doação do terreno, refletindo a proximidade entre o tenente coronel Cid Scarone Vieira e a direção do grupo Ipiranga e da Fundação

⁷³² CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Ata n. 3.370, de 7 de abril de 1972.**

⁷³³ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande** - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672.

⁷³⁴ *Ibid.*

Cidade do Rio Grande, bem como outros *aparelhos privados de hegemonia* do empresariado industrial local.

4.6 A Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e a rede empresarial-militar local

Criada e reconhecida pelo MEC em 1969, a FURG teve como primeiro reitor *pro tempore* o professor da Escola de Engenharia Industrial Adolpho Pradel. Em 1971, a Universidade incorporou a Faculdade de Medicina, funcionando na cidade desde 1967. Também em 1971, a FURG criou o curso superior de Oceanologia, inédito no país.

Simultaneamente, a Fundação Cidade do Rio Grande promovia uma campanha entre os industriais da pesca pelo financiamento da construção de uma nova sede para o Museu Oceanográfico. Assim como sua entidade mantenedora, a SEORG, o museu havia sido incorporado pela FCRG em 1969⁷³⁵. Naquele mesmo ano, em comunicação ao Centro de Indústrias, a Fundação pedia "(...) aos industriais da pesca de Rio Grande que destinassem meio por cento em dinheiro do valor total das compras mensais de peixe e camarão in natura, pelo prazo de três anos (...) ⁷³⁶" para a construção da nova sede. A justificativa era a

necessidade de ampliação dos meios disponíveis para estudos e pesquisas que o Museu Oceanográfico efetua, da maior importância pelos reflexos no progresso da indústria e na economia regional (...) as atividades de estudo e pesquisas científicas concorrerão para o desenvolvimento de uma indústria pesqueira em bases racionais e técnicas (...) ⁷³⁷.

A viabilização de pesquisas para o desenvolvimento da indústria era também a motivação principal da criação do curso de Oceanologia. A nova sede foi inaugurada em 1973, contando com uma placa de bronze com os nomes das empresas

⁷³⁵ TORRES, Luiz Henrique. **Ciência Oceanográfica, academia...** *Op. Cit.*, p. 187.

⁷³⁶ CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 244.

⁷³⁷ *Ibid.* Segundo Willy Cesar, o registro do instrumento particular de compromisso de doação assinado pelas empresas da pesca industrial com a FCRG, para fins de construção da sede do Museu Oceanográfico, consta na Ata de reunião da Fundação Cidade do Rio Grande de 29 de setembro de 1969.

contribuintes: Refinaria de Petróleo Ipiranga, Leal Santos, Isapeixe, Wigg, Pescal e Torquato Pontes⁷³⁸. Apenas as duas últimas não faziam parte do grupo Ipiranga, sendo também importantes processadoras de pescado da cidade.

Em dezembro de 1972, o reitor *pro tempore* Adolpho Pradel foi substituído pelo professor Eurípedes Falcão Vieira. Primo do prefeito nomeado tenente coronel Cid Scarone Vieira, Eurípedes até então era Secretário de Educação do Município. Sendo a FURG uma entidade de direito privado, a escolha de seu reitor cabia, em última análise, à Fundação Cidade do Rio Grande, sua mantenedora. Francisco Martins Bastos era o presidente da fundação, enquanto Jorge da Cunha Amaral presidia seu Conselho Diretor. Por isso, segundo Willy Cesar, a escolha de Eurípedes teria partido do próprio Bastos que, em conversa com o prefeito, o teria questionado acerca do conceito que fazia do primo. “Ele é meu primo, conheço bem, boa gente, excelente professor. Já sei que vou perder o meu secretário de Educação”⁷³⁹, teria respondido o prefeito ao questionamento do presidente da FCRG e do grupo Ipiranga. O jornal pelotense *Diário Popular* noticiou que o Conselho Universitário se reuniu em outubro de 1972 e escolheu – como vimos, por indicação de Bastos – os professores Eurípedes Falcão Vieira e Mário Riet Correa Jr. para os cargos de reitor e vice-reitor. João Marinômio Carneiro Lages recebeu a segunda maior soma de votos para ambos cargos e, por motivo que nos é oculto, acabaria assumindo a vice-reitoria⁷⁴⁰.

A gestão de Eurípedes e João Lages na FURG se estendeu até o ano de 1977. Durante este período de consolidação das estruturas e atividades universitárias, Leonardo Kantorski apurou que a cúpula da instituição manteve uma rede interna de informantes e impôs rígida vigilância sobre as atividades acadêmicas de professores e estudantes. Entre março de 1973 e fevereiro de 1977, vinte e quatro docentes da instituição foram demitidos sem justa causa, conforme o Ofício nº 261/86 da Superintendência de Administração de Pessoas da FURG⁷⁴¹. Kantorski entrevistou alguns destes professores, cujos nomes manteve em sigilo, e um deles afirmou:

⁷³⁸ *Ibid.*

⁷³⁹ VIEIRA, Cid Scarone *apud* CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 274.

⁷⁴⁰ KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**... *Op. Cit.*, p. 68.

⁷⁴¹ *Ibid.*, p. 76.

(...) a gente pode se referir como sendo um ditador que passou pela Reitoria da Universidade e esse ditador, ele não era por si só um ditador, ele era ditador porque ele tinha um respaldo para ser ou para se comportar como tal (...). Precisa ficar claro que quem perseguiu os professores não foi a instituição FURG, foram pessoas que, amparadas por uma ditadura, se aproveitaram das circunstâncias para tirar do seu caminho docentes que pensavam uma Universidade mais progressista, pessoas estas que queriam concentrar o poder local e transformavam em inimigos da ditadura qualquer um que estivesse frente a seus objetivos. No caso da FURG, o Reitor era o ditador⁷⁴².

O mesmo professor disse ainda que as perseguições podiam ocorrer também por “(...) finalidades pessoais ou carreiristas (...)”⁷⁴³. Outro docente relatou que as pressões começaram após ele ter recusado um “(...) convite de pessoas ligadas à (...) administração para ingressar no partido situacionista (...)”⁷⁴⁴ e emitido “(...) opiniões sobre a Reforma Universitária elaborada pelo governo da época (...)”⁷⁴⁵. Segundo seu depoimento, depois disso o professor ouviu do próprio reitor Eurípedes que este “(...) tinha sua ‘rede de informantes’, nos quais confiava plenamente”⁷⁴⁶.

Nos depoimentos, aparecem diferentes nomes de professores que teriam desempenhado algum papel nesta rede. Em síntese, eram docentes em cargos de chefia, coordenação de projetos de pesquisa ou da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros. Na chefia do Departamento de Medicina, por exemplo, o professor Jaime Quartas Palacio teria determinado “(...) que não fossem feitas atas durante as reuniões (...)” e “(...) ignorava (...) decisões, tomando (...) atitudes contrárias às votadas e decididas pela maioria”⁷⁴⁷. Como resposta às manifestações de protesto de docentes contra a direção da Faculdade, a reitoria editou, em janeiro de 1974, algumas portarias com o intuito de os “REPREENDER por atitude incompatível com os padrões de comportamento, com os princípios éticos de observância de determinações e desnecessária posição de resistência às normas do

⁷⁴² Trecho de depoimento ao pesquisador Leonardo Kantorski de docente expurgado da FURG na década de 1970, identificado como “Professor 1”. Cf.: KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** Op. Cit., pp. 76-77.

⁷⁴³ *Ibid.*

⁷⁴⁴ Professor 2 *apud* KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** Op. Cit., p. 82.

⁷⁴⁵ *Ibid.*

⁷⁴⁶ *Ibid.*

⁷⁴⁷ Professor 4 *apud* KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** Op. Cit., p. 93.

sistema, na Universidade⁷⁴⁸". Além dos docentes, dois estudantes da Faculdade de Medicina foram advertidos e outros dois, suspensos por terem "(...) conduzido o movimento em defesa dos professores repreendidos (...)"⁷⁴⁹ que, em protesto pelas perseguições e cerceamentos, acabariam por pedir demissão.

Também no Projeto Atlântico, primeira grande iniciativa de pesquisa a ganhar corpo no curso de Oceanologia, foram relatadas ações de vigilância e perseguição. O projeto foi idealizado em 1973 pelo professor Carlos Alberto Fossati Dutra Pereira, contando em sua implementação com participação de outros docentes, especialmente o professor Lênio Jones Borsato⁷⁵⁰. Propondo a criação de uma Base Oceanográfica Atlântica no Campus Carreiros da FURG, o Projeto Atlântico possibilitaria o desenvolvimento do grande complexo de pesquisa e ensino que a universidade hoje mantém nesta área. Sendo destino de vultosos investimentos, inclusive com grandes aportes do governo federal, o projeto logo se tornou alvo de disputas. Conforme um dos professores entrevistados por Kantorski, o estopim do conflito teria sido "(...) a proposta dos professores Dutra e Borsato de criar um instituto ou centro de pesquisa (...) que embora integrado à universidade, teria independência administrativa e financeira (...)"⁷⁵¹. Por fim, Dutra e Borsato foram demitidos, e a implementação do Projeto Atlântico foi continuada sob coordenação de outros docentes⁷⁵².

Sendo pioneiro no país, o curso de Oceanologia inicialmente encontrou dificuldades na contratação de professores. Por isso, aproveitando-se das antigas ligações de pesquisadores locais da área com colegas argentinos e uruguaios⁷⁵³, A FURG recorreu com frequência à contratação de estrangeiros. Isso ocorreu principalmente a partir de 1975, no âmbito da implementação do Projeto Atlântico, levando o diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação (DSI/MEC), Armando Menezes, a solicitar dados ao Reitor Eurípedes sobre a

⁷⁴⁸ Portarias números 10, 11, 14, 15 e 16/74, todas de 10 de janeiro de 1974, consultadas no Acervo Geral da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Cf.: KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** *Op. Cit.*, p. 94.

⁷⁴⁹ KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** *Op. Cit.*, p. 94.

⁷⁵⁰ *Ibid.*, p. 96.

⁷⁵¹ Professor 2 *apud* KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** *Op. Cit.*, p. 96.

⁷⁵² *Ibid.*, p. 99.

⁷⁵³ TORRES, Luiz Henrique. **Ciência Oceanográfica, academia...** *Op. Cit.*, p. 186.

participação de estrangeiros no projeto e na universidade como um todo. A justificativa para tanto era de que

(...) as pesquisas do 'Projeto Atlântico', desenvolvido por brasileiros e custeado pelo BRASIL, poderiam ter seus resultados graciosamente filtrados para o exterior sem o necessário conhecimento e controle das autoridades competentes, além do perigo, sempre presente, de uma possível infiltração em nosso país de elementos subversivos e comunistas⁷⁵⁴.

A produção da *comunidade de informações* sobre professores e técnicos estrangeiros atuando na FURG foi abundante. Diversos documentos trazem longas listagens de nomes, antecedentes, atuação na FURG e condições de permanência dos mesmos no país. Um informe produzido pela Polícia Federal com colaborações da universidade em 1979 traz dados de 49 estrangeiros contratados pela FURG e informa, por exemplo, que o técnico de pesca argentino Alexandre Gamberelli, embora sem envolvimento político-partidário, atuava como um "(...) reivindicador, levando problemas seus e de seus colegas – sobretudo salariais – até a direção da universidade⁷⁵⁵".

Em outro documento, de 1977, o SNI listou sete estrangeiros demitidos da FURG entre 1976 e 1977 por diversos motivos, dentre eles alguns deportados, como "Geraldo Rodrigues Aldabalde, uruguaio, deportado pela DPF/RG por determinação do DPMF/DPF/BSA em 31/03/1976, sendo demitido da FURG na mesma data⁷⁵⁶". Sobre o brasileiro Cezar Augusto Chiaffitelli, médico e professor da FURG, a APA/SNI informou que fora "(...) demitido do Ministério da Saúde e SAMDU/GB de acordo com o art. 7º, § 1º do AI nº1, contando com extenso prontuário nesta AR⁷⁵⁷". Sobre Ilda Silveira Chiaffitelli, brasileira naturalizada, o informe registra: "(...) foi 'pombo-correio' dos asilados na ROU [República Oriental do Uruguai] com o Brasil. É professora do curso de Medicina da FURG. É casada com Cesar Augusto Chiaffitelli do qual consta

⁷⁵⁴ Ofício nº 012/7955/76/DSI/MEC/78, FURG – Acervo Geral *apud* KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** Op. Cit., pp. 97-98.

⁷⁵⁵ ARQUIVO NACIONAL. **Atividades de professores estrangeiros contratados pela FURG Rio Grande RS** - SI.SR.DPF.RS 1979. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001187.

⁷⁵⁶ ARQUIVO NACIONAL. **Argentinos no Brasil** - APA.SNI 1977. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002936.

⁷⁵⁷ *Ibid.*

estar desquitada⁷⁵⁸". Em 1986, Cezar Chiaffitelli entraria em conflito com os interesses do grupo Ipiranga ao assinar uma petição pública pelo fechamento de fábricas apontadas como poluidoras no município, dentre as quais figuravam a Refinaria Ipiranga e a Fertisul. Nesta ocasião, o médico remeteu carta ao presidente do grupo empresarial, Francisco Martins Bastos e, na intenção de se desculpar, escreveu:

(...) devo ao sr. muitas coisas. Em 1973/74, eu era um proscrito, ex-exilado político, visado pelos órgãos de segurança da época, havia sido preso no Chuí e ameaçaram impedir minha entrada no Brasil, o que prejudicaria nosso trabalho recém-iniciado no serviço de oncologia do hospital. Como último recurso viajei a sua estância, em Uruguaiana, e o senhor, usando de sua influência, conseguiu contornar o problema. Qual preço poderia pagar esse favor?⁷⁵⁹

Com seu relato, Chiaffitelli nos ajuda a compreender o alcance da influência política de Francisco Martins Bastos na estrutura administrativa e mesmo repressiva da ditadura. Além de sua posição como presidente de um dos maiores grupos empresariais privados do país, as relações históricas da família Bastos com grandes proprietários e investidores do outro lado da fronteira certamente fortaleciam esta influência.

Voltando à preocupação com a contratação de estrangeiros na FURG, outro documento do SNI reproduz uma fala do vice-reitor para Ensino e Pesquisa na gestão de Eurípedes Falcão Vieira, o professor Paulo Gonçalves, na qual ele defendia a necessidade e normalidade das contratações, embora admitindo que "(...) tais professores disputam o mercado de trabalho (...) ⁷⁶⁰" com os brasileiros. Esta prática induziu os órgãos de informações, embebidos de ideologia xenófoba, a produzir informes desabonadores até mesmo sobre o reitor Eurípedes, que tanto prestígio gozava na aliança empresarial-militar local.

Em documento de 1977, o serviço secreto do Exército registrou que, ao contratar estrangeiros e coloca-los em cargos de chefia na universidade, Eurípedes estaria causando uma "fuga de cérebros". Ainda mais graves eram as acusações de

⁷⁵⁸ *Ibid.*

⁷⁵⁹ CHIAFFITELLI, Cezar *apud* CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, pp. 204-205.

⁷⁶⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Contratação de professores estrangeiros** - APA.SNI 1979. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000827.

“(...) crime de lesa-língua com a concordância do atual Reitor (...)” supostamente praticados pelos professores estrangeiros, que em suas aulas utilizavam “(...) a língua espanhola para publicações de ensino (...)”. Por fim, o agente registra no documento uma queixa que estaria prejudicando a atuação da *comunidade de informações* na FURG:

a falta de um Agente do DSI/MEC para apurar as irregularidades na FURG, bem como a presença do Reitor na Fundação, impedem uma melhor ação do sistema de Informação que seria altamente proveitosa e saneadora para se conseguir novamente a confiança do corpo discente e docente na Revolução de Março de 1964⁷⁶¹.

Motivado pela possibilidade de que Eurípedes tivesse mais um mandato à frente da universidade, este documento é fortemente marcado pelas preocupações com a contratação de estrangeiros, a ponto de contraindicar a renovação de sua gestão. Uma vez que a FURG, embora financiada com verbas públicas, além do pagamento de mensalidades pelos estudantes e contribuições de sua mantenedora, era uma entidade de direito privado, ela não compunha a estrutura administrativa do Poder Executivo Federal. Por isso, a universidade não integrava o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que instalava em cada autarquia, fundação ou empresa pública uma Assessoria Especial de Informações e Segurança (AESI) para estabelecer a ligação entre a instituição e a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério a que esta estivesse vinculada.

Apesar de não compor formalmente o SISNI, entretanto, os documentos analisados nesta pesquisa e a dissertação de mestrado de Leonardo Kantorski permitem concluir que houve uma estrutura organizada na FURG voltada à vigilância de professores, técnicos e estudantes, bem como à comunicação com órgãos componentes da *comunidade de informações*. A preocupação expressa no documento do SNI mencionado acima dizia respeito à relativa falta de controle da rede interna de informantes da FURG pelas instâncias superiores do aparato informacional-repressivo, visto que, apesar de colaborações com o *sistema*, ela era diretamente subordinada apenas ao reitor – o que também dava a este um poder excessivo.

⁷⁶¹ ARQUIVO NACIONAL. **Eurípedes Falcão Vieira** - E2.IIIEx 1977. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009381.

Um dos docentes entrevistados por Kantorski afirmou que a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), “(...) além de direcionar a formulação do conhecimento, era desenvolvida como um braço do controle interno⁷⁶²”. Neste sentido, uma das atividades desempenhadas por seus professores seria a de realizar avaliações ideológicas de candidatos a vagas na Universidade. Kantorski ampara esta afirmação no ofício do Centro de Ciências Humanas e Sociais nº 179/75, de 28 de julho de 1975, encaminhado pelo professor Luiz Arthur Correa Dornelles ao Sub-Reitor para Assuntos de Ensino e Pesquisa, informando que “(...) o médico Álvaro Joaquim Luongo Cespedes foi examinado na disciplina de EPB⁷⁶³”.

Capitão da Brigada Militar, Luiz Arthur Correa Dornelles foi transferido para a reserva remunerada ao ser eleito vereador pela Arena, em 1976. Não foi possível apurar a data de seu ingresso na docência de EPB na FURG, mas Kantorski o aponta como coordenador geral da disciplina em 1976⁷⁶⁴. O SNI, por sua vez, registrou que Dornelles desempenhou a função até 1978, quando “(...) pediu demissão (...) por discordâncias com o reitor⁷⁶⁵”. Em seu currículo, constante do mesmo informe do SNI de 1985, é possível notar sua proximidade com temas relacionados à produção e circulação de informações outros temas caros à Doutrina de Segurança Nacional, por meio de registros como sua participação em um curso de informações e ações psicológicas da Brigada Militar e no XVº Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), ambos sem data. Na FURG, foi também diretor do Centro de Ciências Humanas e Sociais, do Centro de Artes e Letras (Interino) e presidente do Grupo de Trabalho Universitário do Campus Avançado de Cáceres/MT, vinculado ao Projeto Rondon, no qual foi coordenador da área Litoral Sul. Em 1985, era cogitado ao cargo de vice-reitor da FURG, o que motivou o SNI a produzir a referida informação⁷⁶⁶.

Em agosto de 1978, Dornelles foi substituído na coordenação geral da disciplina de EPB pelo também vereador da Arena e major da reserva do exército

⁷⁶² Professor 3 *apud* KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** Op. Cit., p. 81.

⁷⁶³ FURG. Ofício nº 179/75 *apud* KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** Op. Cit., p. 81.

⁷⁶⁴ FURG. Ofício nº 294/76 *apud* KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** Op. Cit., p. 81.

⁷⁶⁵ ARQUIVO NACIONAL. **Antecedentes de Luiz Arthur Correa Dornelles e de Antônio de Pinho Maçada** - APA.SNI 1985. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012427.

⁷⁶⁶ *Ibid.*

Antônio de Pinho Maçada⁷⁶⁷. O major já havia composto a equipe que ministrava a disciplina antes, mas pediu demissão do cargo em março de 1974 após ser advertido pela reitoria, por meio da Portaria nº 61/74, de que “(...) qualquer reincidência em atitudes que firam a boa ordem disciplinar e a hierarquia funcional da Universidade, implicará em medidas decisivas para salvaguardar o regular funcionamento das atividades universitárias inerentes⁷⁶⁸”. Segundo o SNI, o motivo da advertência seriam “(...) considerações tecidas em aula, relativas à política federal na Amazônia e à política municipal de Rio Grande/RS⁷⁶⁹”. Os informes destacam ainda as relações de Maçada, já mencionadas, com o coronel Carlos Gomes da Silva – diretor do DATC a partir de 1972 e, antes disso, seu superior no 7º GACosM/III Exército, em Rio Grande – e com o vice-reitor, João Marinômio Lages⁷⁷⁰.

Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1954, Antônio Maçada já estava lotado no 7º GACosM em Rio Grande em 1964 quando, após o golpe, foi responsável por prender e levar à Capitania dos Portos o prefeito cassado Farydo Salomão⁷⁷¹. Em 1972, foi transferido para a reserva e eleito vereador pela Arena de Rio Grande⁷⁷². Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) em 1966, trabalhava também como professor na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde em 1977 foi cogitado para o cargo de vice-diretor do Instituto de Ciências Humanas. Após defini-lo como um “(...) professor ‘gozador do sistema’ (...), amigo e defensor de Farydo Salomão” e acusado de “(...) não comparecer às festividades de 10 anos da Revolução de 64, na condição de presidente da Câmara de Vereadores de RG (...)”, o SNI concluiu a Ficha Sintética do candidato sugerindo que ele não fosse aproveitado no cargo⁷⁷³.

⁷⁶⁷ KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes...** *Op. Cit.*, p. 81.

⁷⁶⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada** - APA.SNI 1977. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006937.

⁷⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁷⁰ *Ibid.* ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada 2** - APA.SNI 1977. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009406.

⁷⁷¹ CESAR, Willy. **A Cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 432.

⁷⁷² MEMORIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL GAÚCHA. **Resultados das eleições municipais de 1972 – Rio Grande**. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/municipios-de-l-a-z/rio-grande> Acesso: 09/04/2020.

⁷⁷³ ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada** - APA.SNI 1977. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006937.

O currículo de Antônio de Pinho Maçada, reproduzido pelo SNI em uma informação de 1982, também revela sua proximidade a Doutrina de Segurança Nacional. Dentre outras publicações de sua autoria, constam “Instrução Educacional e Instrução Contra Revolucionária - POA, 1969”; “Segurança Nacional e Forças Armadas - 18ª Delegacia de Ensino RS, 1970”; e "A indústria: seus fundamentos e suas relações com a Educação, Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico - Pelotas, 1977⁷⁷⁴. Assim como no caso de Luiz Arthur Correa Dornelles, a familiaridade de Antônio Maçada com estes temas é mais um indício de sua participação na rede de produção de informações na FURG sob direção do reitor Eurípedes Falcão Vieira.

No momento da produção deste documento, em 1982, Maçada era coordenador da disciplina de EPB e professor titular de topografia da FURG, e a informação era motivada não por sua indicação a um cargo de chefia universitária, mas por sua proposição como aluno do curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (CAEPE/ESG). Por isso, a avaliação que o SNI fez do major nesta ocasião era consideravelmente mais positiva que as anteriores. Segundo a Agência, Antônio Maçada possuía “(...) bom conceito junto aos docentes e discentes da FURG (...)” e que seu “(...) posicionamento em relação ao atual regime não é desfavorável, entretanto devido à sua condição de professor de EPB é levado a tratar de temas atuais com realidade sem, contudo, expressar sua opinião pessoal⁷⁷⁵”. Da mesma forma, sua reputação junto à reitoria da UFPel é descrita como ótima, e a agência menciona que o professor, em suas aulas, deixava transparecer “(...) seu descontentamento com a proliferação de tendências de esquerda, jornais alternativos e demasiada liberdade aos cassados e subversivos, que em nada ajudam o governo (...)”⁷⁷⁶. Em 1982, ainda segundo a informação do SNI, Antônio de Pinho Maçada era também assessor do Prefeito Municipal de Rio Grande, o empresário da pesca industrial Abel Abreu Dourado, presidente do Rotary Club Rio Grande, Diretor da loja maçônica União Constante de Rio Grande e frequentador assíduo do diretório

⁷⁷⁴ ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada** 3 - AC.SNI 1982. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005343.

⁷⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁷⁶ *Ibid.*

municipal do PDS, partido sucessor da Arena⁷⁷⁷. Identificado não como militar, mas como professor, Antônio de Pinho Maçada está listado como diplomado do CAEPE/ESG na turma de 1983⁷⁷⁸. Note-se, portanto, que o motivo e a conjuntura da produção de informações pelo SNI ou outras OI influenciavam diretamente no resultado dos levantamentos e avaliações.

Sobre o vice-reitor João Marinômio Carneiro Lages, como já vimos, os órgãos de informações da ditadura registraram abundantes condutas irregulares. No que diz respeito à administração universitária, no último trimestre de 1973 Lages foi acusado pelo vereador Athaydes Rodrigues, na Câmara Municipal, de promover, junto do Reitor Eurípedes Falcão Vieira, um desvio de verbas no valor de Cr\$9.000,00 da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua, da FURG. Na ocasião, Athaydes se recuou a votar um aumento das verbas municipais destinadas à referida faculdade alegando possuir provas documentais do desvio, mas ao que tudo indica nenhuma investigação aprofundada foi feita na instituição⁷⁷⁹. Sendo Athaydes *persona non grata* da ditadura, em outro caso a *comunidade de informações* registrou explicitamente que ele, tendo sido convocado para depor sobre possíveis irregularidades na administração municipal denunciadas pelo grupo arenista ligado ao deputado estadual Adolpho Puggina, não foi ouvido “(...) em virtude de ser elemento comunista⁷⁸⁰”.

Ainda em 1973, segundo o SNI, Lages teria

“(...) pressionado o Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande – FURG a desalienar terreno doado pela Prefeitura, local da futura cidade universitária, situado nos carreiros. A desalienação favoreceria a Cooperativa HABITARE I, da qual o nominado é um dos sócios. (...) A modificação pleiteada pelo nominado permitiria o loteamento de uma parte da área, com casas populares, através da Cooperativa que dirigia. O Reitor, por questões de ordem moral e por ser prejudicial aos interesses da Universidade, não aceitou a proposta⁷⁸¹”.

⁷⁷⁷ *Ibid.*

⁷⁷⁸ BRASIL. Portal GOV.BR - Ministério da Defesa - Escola Superior de Guerra – Diplomados CAEPE Turma 1983. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/a-esg/diplomados/turmas-de-1980-a-1989>. Acesso: 19 de junho de 2023.

⁷⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos** - DCI.SSP.RS 1974. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009681.

⁷⁸⁰ *Ibid.*

⁷⁸¹ ARQUIVO NACIONAL. Cessão de terrenos de Marinha à **Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande LTDA – HABCOP. (Decreto Nº 75.964 de 11/07/75 – DOU de 14/07/75)**. APA.SNI. 1975. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004441.

Nesta informação, apresentada como “confirmada” pelo SNI, fica explícita a tentativa de desvio de funcionalidade do terreno doado à FURG pela prefeitura em benefício de seus interesses privados, o que potencialmente prejudicaria tanto a Universidade em si quanto o desenvolvimento de pesquisas em benefício mais amplo de setores da indústria, como os projetos da Oceanologia em prol do desenvolvimento da pesca industrial. O mesmo documento do SNI aponta ainda outra ação administrativa de Lages conflitante com os interesses da FURG, quando o vice-reitor,

(...) na ausência do Reitor, nomeou o Sr. Darcy Tissari da Silva, seu colega do Banco do Brasil, como representante da FURG em Brasília. O objetivo seria o estabelecimento de um escritório para reivindicações em Brasília. Porém, na verdade, o nominado seria um seu representante para tratar negócios junto ao BNH, remunerado pela Universidade. O Reitor, por não ter sido consultado e por não ser o nominado pessoa de sua confiança, e ainda por ser contrário aos interesses da FURG, tornou sem efeito a referida nomeação⁷⁸².

Mais uma vez, os atos administrativos lesivos à Universidade imputados ao vice-reitor Lages foram anulados pelo Reitor Eurípedes, o que demonstra o comprometimento deste último com a consolidação da FURG, em consonância aos interesses da Fundação Cidade do Rio Grande e da Prefeitura Municipal – ou seja, da direção da aliança empresarial-militar local. Note-se, contudo, que mesmo com a identificação e confirmação de suas condutas por parte dos órgãos de informações, em contatos com a reitoria e/ou a administração municipal, Lages não foi afastado do cargo de vice-reitor, ocupando-o até o fim da gestão Eurípedes, em 1977. Mais relevante, as informações permaneceram sigilosas e, até onde foi possível apurar, sequer levaram a uma investigação judicial regular, tanto nos casos relacionados à FURG quanto naqueles ligados às atividades econômicas do nominado junto ao BNH. Apesar dos interesses por vezes conflitantes aos do bloco industrial, a participação de Lages na rede empresarial-militar que dirigia a cidade parece ter sido importante para o alcance dos objetivos desta, uma vez que ele era considerado “(...) um dos homens mais ricos de Rio Grande (...)”⁷⁸³ e sua influência, como vimos no caso do decreto

⁷⁸² *Ibid.*

⁷⁸³ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos** - APA.SNI 1975. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

presidencial de cessão de terrenos acrescidos de marinha em seu benefício direto e exclusivo, chegava aos mais altos escalões da ditadura.

Por tudo que foi exposto até aqui, conclui-se que a FURG cumpriu relevante papel na consolidação da hegemonia da aliança empresarial-militar local durante e após o governo do prefeito nomeado Cid Scarone Vieira. Neste processo, foi importante manter a universidade sob o controle político e administrativo da aliança empresarial-militar, função que coube, primordialmente, ao reitor Eurípedes Falcão Vieira. Por outro lado, foi necessário também organizar a ação política empresarial em prol dos setores prioritários da pesca e dos fertilizantes, o que coube à liderança de Francisco Martins Bastos. Sobretudo no que diz respeito à indústria pesqueira, que desde 1953 já contava com a colaboração ativa, porém insuficiente de pesquisadores locais na SEORG, a constituição do curso de Oceanologia representou a elevação desta articulação entre pesquisa e indústria a um patamar institucional. Por fim, para além da Universidade, o prefeito nomeado Cid foi capaz de agregar em seu entorno a direção empresarial local, o que pode ser representado por sua relação com Bastos, mas, como vimos, ia muito além dela. Como demonstra a tentativa atribuída ao vice-reitor Lages de lotear parte do terreno doado à FURG pela prefeitura, por vezes a direção da aliança empresarial-militar local exigia equilibrar interesses contraditórios em seu interior. Em uma conjuntura de euforia desenvolvimentista, a Universidade teria um papel importante ainda na consolidação de aspectos culturais da hegemonia da aliança político-militar-empresarial que dirigia localmente a ditadura, favorecendo a renovação de seus quadros políticos. Em 1979, já sob a ditadura do general João Figueiredo, uma comissão de vereadores de Rio Grande reuniu-se com os Ministros gal. Golbery do Couto e Silva, da Casa Civil e Eduardo Portella, da Educação, e conseguem a liberação de recursos federais para garantir, a partir do ano seguinte, a gratuidade do ensino na FURG⁷⁸⁴. O processo de federalização, com a inclusão dos docentes no quadro de servidores públicos federais, ocorreu durante a década de 1980⁷⁸⁵.

⁷⁸⁴ CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande...** *Op. Cit.*, pp. 411-412.

⁷⁸⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **História**. Disponível em: <https://www.furg.br/a-furg/historia#:~:text=J%C3%A1%20em%2021%20de%20outubro,como%20entidade%20mantenedor%20da%20FURG>. Acesso: 11/6/2023.

4.7 Consolidação da hegemonia, renovação política e perpetuação no poder da rede empresarial-militar local

O processo que estamos caracterizando como um momento de consolidação da hegemonia da aliança empresarial-militar local se desenvolveu na primeira metade da década de 1970. Como vimos, ele envolveu a criação da universidade e seu direcionamento político-administrativo, além da organização e mobilização de uma rede de empresários e militares em prol da efetivação dos projetos da ditadura para a região. A direção do processo coube ao prefeito nomeado ten. cel. Cid Scarone Vieira e ao grupo Ipiranga, sobretudo por meio de seu Presidente, Francisco Martins Bastos.

Mas a crise legislativa de 1972 e os conflitos anteriores entre membros do diretório municipal da Arena e os chefes do Executivo impostos à cidade evidenciavam a necessidade de um realinhamento dos vereadores da Arena com a direção política local da ditadura. O grupo ao qual pertenciam Washington Ballester de Sá Freitas e Silvério Miranda Jr., organizado também no Centro Cívico 31 de Março, foi mantido afastado da administração pública municipal. Ainda no fim da intervenção do general Cattani na prefeitura, provavelmente estendendo-se pelo início da gestão do tenente coronel Cid Vieira, um de seus membros – Sérgio Daniel Freire – chegou a ocupar a posição de presidente do diretório municipal da Arena⁷⁸⁶. Documentos da *comunidade de informações* revelam que ele foi sucedido no cargo por Ay Lima e, em 1975, por Francisco Soares Giácomo. Nesta eleição, Giácomo teve o apoio do então presidente, Ay Lima e do prefeito nomeado Rubens Emil Correa, derrotando a chapa de Sérgio Daniel Freire, que tentava voltar à presidência do diretório⁷⁸⁷.

Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e no diretório estadual da Arena, o grupo vinculado ao Centro Cívico encontrou o apoio dos deputados Alexandre Machado da Silva e Adolpho Puggina, que era de Rio Grande. A este último, inclusive, alguns documentos atribuem a liderança do grupo na oposição

⁷⁸⁶ Não nos foi possível confirmar o período de presidência de Sérgio Daniel Freire no Diretório Municipal da Arena de Rio Grande, mas é provável que tenha sido entre 1968 e 1972.

⁷⁸⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS** - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos - APA.SNI 1975. Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

interna aos prefeitos Cid Vieira e Rubens Emil Correa⁷⁸⁸. Ainda em 1969, conforme o SNI, Alexandre Machado da Silva conseguiu impedir que o diretório estadual da Arena expulsasse o vereador Silvério Miranda Jr. de seus quadros⁷⁸⁹.

Em 1973, entretanto, vínculos com deputados estaduais não impediram que o TRE/RS cassasse o mandato do vereador Silvério a pedido do diretório estadual. O motivo alegado foi ele ter se ausentado do plenário durante a eleição da Mesa Diretora em 1973, ferindo a norma de fidelidade partidária e permitindo que, com o empate dos votos, os membros mais velhos da legislatura fossem nomeados – sendo estes, em sua maioria, do MDB⁷⁹⁰.

A cassação, naquele momento, de um antigo “opositor interno” à direção local da ditadura representava um novo patamar na hegemonia política deste grupo, sendo acompanhada de esforços do governo Cid para a promoção de novos líderes políticos locais. Francisco Soares Giácomo, vereador que teve atuação importante na desestabilização do legislativo municipal que levou ao seu fechamento por decreto em 1972, como vimos, tornou-se presidente do diretório municipal da Arena em 1975. No mesmo ano, Rubens Emil Correa, outro vereador com atuação importante naquela crise, foi nomeado Prefeito Municipal. Legítimo representante do empresariado agroindustrial e dos grandes proprietários rurais, rizicultor e membro do Conselho Fiscal da Fertisul, Rubens era politicamente atuante desde a oposição ao governo João Goulart e preparação do golpe de Estado, quando presidiu e fundou associações de ruralistas. Seu ingresso na administração municipal se deu com o convite do interventor general Cattani para dirigir o recém criado DATC – Departamento Autárquico de Transportes Coletivos – em 1967. Aproveitando a exposição pública que o cargo lhe rendeu, concorreu e foi eleito vereador pela Arena em 1968 e 1972, sendo líder do governo Cid na câmara. Em 1973, retornou à direção do DATC e em 1975, com apoio do tenente coronel Cid, foi nomeado prefeito⁷⁹¹.

⁷⁸⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS** - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos - APA.SNI 1975. Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

⁷⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL. **Alexandre Machado da Silva** - APA.SNI 1975. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83007190.

⁷⁹⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Câmara de Vereadores de Rio Grande RS** - Anulação da eleição da mesa - APA.SNI 1973. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009650.

⁷⁹¹ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos eleições parlamentares de 15.11.1978 - Dados de qualificação e antecedentes** - APA.SNI 1980. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80002008;

A escolha de Rubens Emil Correa ao cargo de prefeito foi a primeira a seguir o protocolo de indicação de lista tríplice ao governador do Estado pelo diretório municipal da Arena, processo que deixou registros na documentação da *comunidade de informações*. Além dele, outros dois arenistas civis com atuação local compunham a lista: o vice-reitor da FURG e empresário da construção habitacional João Marinômio Carneiro Lages e o ex-vereador, professor, advogado e delegado regional de educação da 18ª DRE, Francisco Santana Ferreira. Exercendo a função de subsidiar com informações a tomada de decisões políticas da ditadura, o SNI elaborou dossiê com um “processamento de denúncias formuladas contra os *candidatos*” à nomeação, onde já ficava explícita a preferência da direção da aliança empresarial-militar local por Correa.

João Marinômio Carneiro Lages, como já mencionamos, foi conceituado pelo SNI nesta ocasião como “(...) um homem culto (...), dotado de extraordinária capacidade de trabalho (...) sendo um dos homens mais ricos de Rio Grande⁷⁹²”. Após listar e apurar condutas irregulares atribuídas ao nominado, inclusive informando que o mesmo, caso assumisse a prefeitura, pretendia acumular o salário do cargo com os de vice-reitor e funcionário do Banco do Brasil, o documento do SNI sintetiza sua análise da proposição de Lages ao cargo nas seguintes palavras:

Em todas as funções públicas que desempenhou, não tem prestado a sua integral colaboração, face as suas atividades particulares, que consomem grande parte de seu tempo. Todas as pessoas ouvidas afirmam que o nominado teria condições para ser um bom prefeito, entretanto, pelos seus antecedentes e formação, dificilmente se dedicará integralmente à Prefeitura municipal, não deixando também de ver neste cargo uma possibilidade de beneficiar os seus interesses particulares.⁷⁹³

A avaliação de que, não fosse por seu excesso de ambição, Lages seria perfeitamente capaz de desempenhar bem a função de prefeito amparava-se em uma

ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos** - APA.SNI 1975. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

⁷⁹² ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos** - APA.SNI 1975. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

⁷⁹³ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos** - APA.SNI 1975. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

ideia de administração pública orientada por princípios de eficiência próprios da iniciativa privada. Por isso, apesar de contribuir para sua convalidação, as denúncias de irregularidades na condução de seus negócios não lhe renderam uma investigação formal, uma vez que, nesta lógica, eram naturalizadas por priorizar seus interesses particulares.

Por motivos diferentes, Francisco Santana Ferreira também foi convalidado pelo SNI ao cargo de prefeito nomeado. Apesar de ser “católico praticante, bom chefe de família, (...) dotado de boa oratória e bom nível cultural”, Ferreira foi considerado inepto ao cargo. Conforme o SNI,

Todas as pessoas e autoridades ouvidas o consideraram um candidato fraco, que não conseguiu triunfar na vida particular, e todos os encargos que assumiu deram problemas. Tanto na Cohab/RS como na Delegacia Regional de Ensino, não teria saído a contento. Consta que foi exonerado pela SEC das funções que exercia na Delegacia de Ensino de Rio Grande. Os entrevistados afirmam que quem não teve condições de administrar uma Delegacia de Ensino, não terá gabarito para ser prefeito. As restrições se referem à sua incapacidade administrativa, nada havendo contra a sua formação e conduta moral⁷⁹⁴.

Com destacada atuação na conjuntura imediata ao golpe de Estado de 1964, Ferreira havia sido autor da lei que cassava os mandatos dos vereadores do Partido Republicano e era considerado, ao lado de Alvary Becker de Freitas, um dos únicos dois vereadores “confiáveis” naquela legislatura pelas autoridades políticas e militares da ditadura⁷⁹⁵. Como vimos, a lei seria revogada pela mesma Câmara poucos meses depois, e os vereadores do PR reassumiriam os mandatos. Em mais uma derrota, Ferreira não foi reeleito em 1968 e, como demonstra o citado documento, seu desempenho na função que assumiu depois disso na Delegacia de Educação foi considerado insatisfatório.

Tanto nas informações sobre Lages como sobre Ferreira, o documento não menciona os nomes das pessoas ouvidas. Já na parte sobre Rubens Emil Correa, aparecem alguns nomes relevantes da direção da aliança empresarial-militar local que

⁷⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS** - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos - APA.SNI 1975. Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

⁷⁹⁵ ARQUIVO NACIONAL. **Dossiê Silverio Miranda Jr** - SI.PF RG 1973. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009612.

o apoiavam. Bolívar Nóbrega Frazão, presidente da Câmara do Comércio, do Conselho Comunitário e da Associação Santa Casa, apresentado pelo SNI como “(...) pessoa altamente conceituada na comunidade rio-grandina (...)”, teria sido responsável por indicar Rubens ao cargo de diretor do DATC pela segunda vez, ao qual ele foi nomeado em 1973 pelo prefeito Cid. No afã de rechaçar “(...) denúncia apócrifa (...)” de que o nominado seria “(...) um perverso sexual (...)” – referência preconceituosa aos boatos de que ele seria homossexual –, o SNI diz que Rubens, “(...) na realidade, é dado a aventuras amorosas, inclusive possuía em companhia de Paulo Correa de Paiva, Dr. Francisco Bastos e outros amigos, uma casa onde mantinha encontros com mulheres⁷⁹⁶”. Primo de Rubens, o também proprietário rural Paulo Correa de Paiva estaria rompido com ele e apoiando a indicação de Lages, e é apontado como provável responsável pelos boatos acerca de sua sexualidade. Tanto a avaliação de Francisco Ferreira como “católico praticante” e “bom chefe de família” quanto o comentário acima sobre Rubens Emil Correa eram expressões da moralidade heteronormativa e conservadora que permeava os órgãos de informação. Ao mesmo tempo, informações como a de que Rubens, “(...) quando vereador, seguidamente procurava as Delegacias de Polícia pleiteando favores para si ou para amigos⁷⁹⁷” não eram consideradas desqualificadoras para sua nomeação.

A correlação entre sucesso nos negócios e capacidade administrativa, presente na avaliação de Lages, se repete nos comentários sobre Correa, tido como “(...) pessoa economicamente independente (...) [cujos] negócios particulares são bem administrados e encontram-se em franco progresso (...)” e, ao mesmo tempo, “(...) um administrador ativo e interessado à frente do DATC⁷⁹⁸”. O apoio do prefeito nomeado, tenente coronel Cid Vieira, também recebe destaque, bem como a informação de que, no Executivo municipal, Rubens provavelmente sofreria “(...) oposição do grupo liderado pelo Dep. Adolpho Puggina, pois representaria o continuísmo (...)”⁷⁹⁹. O documento também menciona o apoio do diretor do jornal *Rio Grande*, Daoiz de la

⁷⁹⁶ ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS** - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos - APA.SNI 1975. Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

⁷⁹⁷ *Ibid.*

⁷⁹⁸ *Ibid.*

⁷⁹⁹ *Ibid.*

Rocha, que estaria fazendo propaganda da nomeação de Rubens possivelmente com interesse em algum cargo – o que pode ser confirmado por sua nomeação como chefe de gabinete em sua gestão na prefeitura⁸⁰⁰.

Por fim, o documento informa que a indicação de Correa era “(...) apoiada pela Câmara de Comércio, Centro de Indústrias Clube de Diretores Lojistas e Centro de Navegação⁸⁰¹”, que eram algumas das principais organizações do empresariado na sociedade civil local. O registro da consulta aos *aparelhos privados de hegemonia* e a efetivação de sua vontade com a nomeação do prefeito demonstram que, enquanto todos os meios de participação política da população local eram bloqueados ou esvaziados, o empresariado organizado ampliava seus canais de participação. Tanto neste ponto quanto no que dizia respeito à orientação da administração pública pelos critérios de eficiência próprios da iniciativa privada, a avaliação dos indicados feita pelo SNI estava em sintonia com as ideias defendidas por Francisco Martins Bastos em entrevista já mencionada de 1968, quando este falou sobre o que considerava importante na escolha do prefeito após Rio Grande ser declarado município de interesse da Segurança Nacional⁸⁰².

Antes ainda da escolha do sucessor do tenente coronel Cid na prefeitura, a estratégia adotada em seu governo para a renovação política da Arena municipal envolveu também o estabelecimento de vínculos com lideranças e organizações estudantis e a promoção de eventos culturais. Inspirados pelos grandes festivais de música popular brasileira televisionados, estudantes do Diretório Acadêmico das Engenharias da FURG organizaram, em 1970, o 1º Festival Universitário de Música Popular (FUMP). No ano seguinte, estudantes do Diretório Acadêmico Francisco Martins Bastos, da Faculdade de Medicina, organizaram o 1º Festival Universitário de Rio Grande (Furgão), realizado no ginásio do Ipiranga Atlético Clube. No mesmo local e ano, aconteceu o 1º Festival de Música Popular do Colégio Lemos Jr., sob organização do grêmio estudantil e algumas professoras da escola⁸⁰³.

⁸⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Dados sobre os municípios de Rio Grande/RS e Pelotas/RS** - SI.PF 1977. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005050.

⁸⁰¹ *Ibid.*

⁸⁰² CESAR, Willy. **Chico Bastos...** *Op. Cit.*, p. 172.

⁸⁰³ COSTA, Leandro. **A “Era dos Festivais” em Rio Grande...** *Op. Cit.*, pp. 45, 48 e 49.

Em 1972, na sua segunda edição, o festival do Colégio Lemos Jr. teve apoio de um número maior de empresários e contou com a participação do prefeito nomeado Cid Scarone Vieira e do Reitor da FURG, Eurípedes Falcão Vieira no corpo de jurados. Uma publicação de apresentação do festival no jornal *O Peixeiro*, mencionada por Leandro Costa, define o objetivo do evento nas seguintes palavras:

(...) este Festival procura levar ao público e aos estudantes de Rio Grande, momentos de divertimento sadio, capazes de penetrarem em seus corações e despertarem ecos de alegria e de paz. Que a sua mensagem seja compreendida por todos, e que a arte dos compositores que nele tomam parte seja um pilar para fortificar a nossa juventude, pois ela vem de Deus⁸⁰⁴.

Note-se a preocupação em definir o festival como “divertimento sadio” e relacionado à religião cristã, em oposição a outras atividades culturais associadas, no imaginário popular, à contestação política ou cultural. Semelhante orientação teve o 1º Festival Intercolegial da Canção (FICC), organizado pela União Rio-Grandina dos Estudantes (URES) também em 1972. O presidente da agremiação era Renato Tubino Lempek, organizador da Arena Jovem no município que, em novembro daquele ano, seria eleito vereador⁸⁰⁵. Segundo ele, concorreu a convite do próprio prefeito nomeado, o tenente coronel Cid Vieira, em cujo governo foi assistente de gabinete⁸⁰⁶ e de quem se tornaria “amigo e compadre”⁸⁰⁷.

Com massivo apoio empresarial e institucional, o FICC teve quatro edições e foi praticamente o único evento do gênero na cidade desde que foi lançado. A exceção foi o 1º Festival Interescolar da Canção, organizado em 1973 sob coordenação da professora Hilda Lontra, da 18ª Delegacia Regional de Educação (DRE). Segundo Leandro Costa, este foi marcado pela “(...) retomada do caráter de estímulo ao senso crítico na organização de eventos com a temática musical (...)” na cidade e envolveu ativamente a juventude da periferia, uma vez que a professora Hilda trabalhava na escola Alcides Barcelos, no bairro periférico Getúlio Vargas.

⁸⁰⁴ O PEIXEIRO, 19 de setembro de 1972 *apud* COSTA, Leandro. **A “Era dos Festivais” em Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 54.

⁸⁰⁵ COSTA, Leandro. **A “Era dos Festivais” em Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 54.

⁸⁰⁶ *Cf.*: ARQUIVO NACIONAL. **Dados sobre os municípios de Rio Grande/RS e Pelotas/RS** - SI.PF 1977. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005050.

⁸⁰⁷ LEMPEK, Renato Tubino. Seis anos sem Cid. **Bom dia Comunidade**. Rio Grande, 14 fev. 2005. Disponível em: <http://www.bomdiacomunidade.com.br>. Acesso 6/9/2018.

Diferente dos demais festivais, o 1º Festival Interescolar da Canção possuía dois corpos de jurados, um deles composto exclusivamente de jovens estudantes, que somado à ausência dos jurados ligados às elites políticas, que integravam a ARENA, compondo a mesa avaliadora do evento talvez possa explicar a pouca adesão e credibilidade do empresariado local em apoiar financeiramente o evento, que assim como os festivais organizados pelos estudantes da Escola de Engenharia e da Faculdade de Medicina, acabou ocorrendo apenas uma única vez. Em contrapartida, os festivais realizados pela URES, que contavam com a tutela das elites políticas e econômicas que apoiavam a Ditadura, passaram a ser os únicos eventos realizados na cidade desde então, perdurando até 1976⁸⁰⁸.

O processo de institucionalização e instrumentalização política dos festivais foi gradativo. Em sua última edição, no ano de 1976, o FICC foi promovido pela URES em parceria com o Diretório Central de Estudantes da FURG e o Serviço Rio-Grandino de Turismo (SERGTUR). Naquele ano o prefeito nomeado já era Rubens Emil Correa, que integrou o corpo de 28 jurados do festival, também composto por Renato Espíndola Albuquerque, diretor do SERGTUR e candidato a vereador pela Arena, e Waldir Silveira Zacarias, Delegado da Polícia Federal⁸⁰⁹.

Nas eleições de 1976, após a promoção de suas figuras no 4º FICC, Renato Tubino Lempek foi reeleito com margem de votos maior que a alcançada na eleição anterior e Renato Albuquerque também passou a ocupar cadeira no Legislativo municipal⁸¹⁰. Além das eleitorais, o festival tinha também claras intenções de promover o turismo na cidade. Esta já era uma preocupação desde o início da administração municipal do tenente coronel Cid Vieira, e somava os interesses do Executivo municipal em aumentar a arrecadação de impostos aos do empresariado local, destacadamente o grupo Ipiranga, interessado no aumento das vendas de combustíveis e das hospedagens nos Hotéis Charrua que o turismo doméstico proporcionaria. Em 1970, a iniciativa privada financiou e a Prefeitura produziu e

⁸⁰⁸ COSTA, Leandro. **A “Era dos Festivais” em Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 55-56. Em nota, Leandro Costa lista as empresas que apoiaram o Festival Intercolegial da Canção em 1973, conforme publicação no jornal O Peixeiro: “N. S. Dionello Materiais de Construção, Casa Germano, Despachante Emplakar LTDA., Casa Lira Produtos de Beleza, Padaria Luzo Brasileira, Haertel S/A Distribuidora, Arteção renovadora de calçados e Confeitaria Brasil”. Note-se a ausência de qualquer empresa do Grupo Ipiranga, das indústrias de pescados e fertilizantes ou qualquer grande empresa vinculada à rede empresarial-militar local.

⁸⁰⁹ *Ibid.*, p. 57.

⁸¹⁰ *Ibid.*, p. 58.

distribuiu vinte mil panfletos de divulgação das atrações turísticas de Rio Grande em viagens por diversos locais do Brasil. No ano seguinte, o grupo Ipiranga e a loja Arrieche Pinturas financiaram a instalação de um painel na BR-471 com o mesmo objetivo, e um curta-metragem de 13 minutos sobre as “potencialidades da Noiva do Mar” foi produzido e exibido em salas de cinemas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro⁸¹¹.

A realização de reformas urbanas na região central, apesar das críticas de Silvério Miranda Jr. de que elas seriam financiadas pelos governos estadual e federal, também foram mobilizadas para a promoção da popularidade do prefeito nomeado Cid Vieira. Apesar disso, conforme Leandro Costa, ao término da gestão do tenente coronel, os jornais *Agora* e *O Peixeiro* observavam aumentos na ordem de 60% no valor das passagens de transporte coletivo urbano, os preços mais altos do estado nos dois gêneros alimentícios mais consumidos – arroz e feijão –, miséria e condições precárias de habitação nos bairros pobres⁸¹².

A hegemonia cultural da aliança empresarial-militar local sob liderança do prefeito nomeado Cid Vieira era reforçada por ações que foram definidas por Renato Lempek como um “resgate da autoestima” dos rio-grandinos. Neste sentido, são lembradas a promoção turística da cidade, a criação da Universidade, a organização dos eventos culturais e as reformas urbanas centrais, por exemplo. Mas um episódio em especial, rememorado com algumas variações por Lempek e Péricles Antônio Fernandes Gonçalves, professor da FURG e assessor de relações públicas da prefeitura na gestão Cid, é lembrado com frequência para a caracterização de seu governo e de sua pessoa como defensores da “comunidade rio-grandina”. Durante um concurso artístico-cultural promovido pela TV Gaúcha em Porto Alegre, o prefeito nomeado de Rio Grande teria tomado o microfone de um apresentador e incentivado os participantes e o público de seu município a retirar-se do local em protesto contra um suposto beneficiamento da equipe adversária. Após o fato, a empresa de televisão decidiu repetir as gravações em Rio Grande, no ginásio do Ipiranga Atlético Clube, e o tenente coronel Cid Vieira, como agradecimento, recebeu uma placa onde era

⁸¹¹ *Ibid.*, p. 23-24.

⁸¹² COSTA, Leandro. **A “Era dos Festivais” em Rio Grande...** *Op. Cit.*, p. 26.

apresentado como prefeito “eleito” do município⁸¹³. Embora este seja um fato menor diante das profundas relações estabelecidas por Cid com o empresariado local organizado e das diversas medidas aqui analisadas em prol da consolidação da hegemonia político-cultural da rede empresarial-militar local, a narrativa pessoalizada contribui para a elaboração de uma memória alusiva a uma época em que Rio Grande teria sido economicamente relevante e politicamente bem relacionado.

No mesmo sentido são frequentes, na elaboração de uma memória local positiva sobre a ditadura, as referências à proximidade da direção político-militar-empresarial local com o general Golbery do Couto e Silva como garantia de um “tratamento especial” do governo federal à municipalidade. Embora haja evidências da intervenção de Golbery no atendimento de demandas locais – caso da complementação orçamentária para a implementação da gratuidade do ensino da FURG em 1980, por exemplo –, ela não parece ter sido fundamental criação da FURG ou na implementação do DIRG, por exemplo, efetivadas no período entre 1967 e 1974 em que Golbery esteve relativamente afastado do centro de tomada de decisões da ditadura.

Ainda antes da substituição do tenente coronel Cid Vieira por Rubens Emil Correa na prefeitura de Rio Grande, a conjuntura internacional de alta oferta de créditos que permitira o crescimento econômico acelerado e concentrador de renda no Brasil entre 1969 e 1973 – o chamado “milagre econômico” – sofreria profundas alterações. Em 1971, o presidente dos EUA Richard Nixon decidiu abolir a conversibilidade do dólar em ouro. Somada aos impactos da súbita alta do preço do petróleo, adotada pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em retaliação ao apoio ocidental a Israel em conflitos do Oriente Médio em 1973, essa medida levou a uma crise econômica e ao “(...) surgimento de uma nova ordem na economia mundial, baseada em taxas de câmbio flutuantes e maior instabilidade financeira (...)”⁸¹⁴.

O alto preço do petróleo diminuía o interesse por investimentos privados na indústria de fertilizantes. Assim, apesar da conclusão da etapa final das obras do canal

⁸¹³ *Ibid.*, p. 27; LEMPEK, Renato Tubino. **Seis anos sem Cid**. Bom dia Comunidade. Rio Grande, 14 fev. 2005. Disponível em: <http://www.bomdiacomunidade.com.br>. Acesso 06 de setembro de 2018.

⁸¹⁴ PRADO; EARP. **O “milagre” brasileiro...** *Op. Cit.*, p. 234.

adutor do São Gonçalo em 1982, o Distrito Industrial de Rio Grande jamais alcançaria seu desenvolvimento pleno como polo de produção de fertilizantes e beneficiamento de soja, “(...) deixando a cidade com uma infraestrutura para o recebimento de fábricas muito maior do que aquilo que se concretizou⁸¹⁵”. No setor pesqueiro, a partir da segunda metade da década de 1980, “(...) a retirada do Estado como incentivador fiscal ao setor e a redução da matéria-prima pela sobrepesca de algumas espécies, apesar dos decretos que buscavam regulamentar a captura, levaram à gradativa diminuição da produção fabril⁸¹⁶”. Em 1985, a captura de pescado no Brasil alcançou o recorde de 971,5 toneladas, entrando em queda contínua para chegar a 603 toneladas em 1999⁸¹⁷. Também na década de 1990, com a flexibilização do monopólio do petróleo pela Petrobrás, o grupo Ipiranga decidiu vender suas empresas de diversificação nas áreas de fertilizantes, pescado industrial, hotelaria, seguros, pecuária e reflorestamento, focando-se nas áreas química, petroquímica, de refino e distribuição de derivados de petróleo⁸¹⁸. Durante o início do período democrático, o cenário de desemprego causado pela crise industrial e a permanência de lideranças políticas constituídas durante a gestão do prefeito nomeado Cid Vieira nas sucessivas administrações municipais contribuiriam, ainda, para a consolidação de uma memória social positivada do período, caracterizado pela fina articulação empresarial-militar local com as instâncias superiores de administração e planejamento estatal e pela conjuntura de crescimento acelerado dos índices econômicos⁸¹⁹.

Considerações parciais:

O quarto e último capítulo desta tese teve por objetivo compreender as relações entre a ação política do empresariado local e os projetos de desenvolvimento da ditadura para a região durante a fase áurea do *desenvolvimentismo privado* e o governo do prefeito nomeado tenente-coronel Cid Scarone Vieira. O processo de

⁸¹⁵ MARTINR, Solismar. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade...** *Op. Cit.*, p. 197.

⁸¹⁶ *Ibid.*, p. 209.

⁸¹⁷ GOULARTI FILHO, Alcides. **Da SUDEPE à criação da Secretaria...** *Op. Cit.*, p. 411.

⁸¹⁸ CESAR, Willy. Chico Bastos... *Op. Cit.*, p. 306.

⁸¹⁹ LEMPEK, Renato Tubino. **Seis anos sem Cid**. Bom dia Comunidade. Rio Grande, 14 fev. 2005. Disponível em: <http://www.bomdiacomunidade.com.br>. Acesso 06 de setembro de 2018.

fechamento da ditadura foi gradual e, em Rio Grande, um momento importante foi a regulamentação do artigo constitucional que previa a nomeação pelo governador do estado de prefeitos em áreas consideradas de interesse da segurança nacional, condição na qual a Lei 5.449/1968 inseria a cidade da orla marítima. Com a normatização das intervenções, o sucessor do general Cattani na Prefeitura, tenente coronel Cid Scarone Vieira, procurou estabelecer vínculos mais profundos com políticos e empresários locais visando, com isso, garantir o sucesso da implementação dos projetos econômicos da ditadura para a região a longo prazo. Neste sentido, teve importância a promoção de novas lideranças políticas da Arena local, como Rubens Emil Correa e Francisco Soares Giácomo. Enquanto vereadores, os dois tiveram papel importante na crise legislativa de 1972, apoiando o presidente do MDB no questionamento da eleição da Mesa Diretora e impedindo o funcionamento da Câmara. Se à primeira vista esta atuação parecia prejudicar os planos do governo municipal, a manutenção da confiança das autoridades da ditadura em Rubens e Giácomo demonstra que ela pode ter tido como objetivo a criação de uma justificativa para que a ditadura decretasse o recesso em prol do reestabelecimento da ordem. Como vimos, a Câmara de fato foi fechada em junho de 1972 e o convênio com a CORSAN, que viabilizaria a construção do canal adutor do São Gonçalo, mas que extinguiria o Serviço Rio-Grandino de Água e Esgotos, foi assinado sem o debate legislativo.

Mas o planejamento econômico da ditadura não acontecia em âmbito municipal. Analisando o planejamento econômico estadual durante a ditadura do general Emílio Garrastazu Médici, identificamos a prevalência de interesses do grupo financeiro-bancário Montepio da Família Militar, através da contratação da PLANISUL pelo governador Euclides Triches para elaboração do “Projeto Grande Rio Grande (1971 – 1974)”. Este, por sua vez, orientou-se pela perspectiva da financeirização da economia e intensificação do recurso a créditos internacionais, consolidando a reconversão produtiva do Rio Grande do Sul na direção da produção e exportação de *commodities*. Visando o máximo aproveitamento das oportunidades abertas por este planejamento global da economia estadual, o grupo Ipiranga diversificou para os ramos de fertilizantes e, posteriormente, petroquímica – além da pesca industrial e hotelaria, já citados, e outras atividades na cidade do Rio Grande e fora dela – aproveitando-se dos incentivos fiscais previstos na política dos Distritos Industriais.

Conclusão

A tese que aqui se encerra teve como objetivo compreender como o empresariado local associou esforços, em defesa de seus interesses políticos e econômicos, aos projetos e objetivos econômicos da ditadura de segurança nacional para a região, oriundos de suas esferas estaduais e federais de planejamento e direção político-militar. Em âmbito local, como vimos no primeiro capítulo, a imposição de limite no processamento de barris de petróleo pela refinaria Ipiranga, através da Lei 2.004/1953, pressionou os interesses do grupo na direção da diversificação de investimentos. Apesar da liderança pessoal do presidente do grupo Ipiranga e de sua influência no diretório municipal do PSD, do qual foi vice-presidente, na Fundação Cidade do Rio Grande e em outras organizações da sociedade civil local, vimos que o PTB alcançou melhores resultados eleitorais no período, elegendo Farydo Salomão para a prefeitura em 1963. Em sintonia com os projetos do Presidente João Goulart e ao lado de lideranças do PTB e do PR – dentre os quais, alguns comunistas – Farydo defendeu a encampação da refinaria Ipiranga, empresa matriz do grupo. Com o golpe de Estado, a possibilidade de estatização da refinaria foi afastada, mas a orientação de priorizar o controle inflacionário não apresentava um cenário atrativo à diversificação.

No período de governo do ditador marechal Castelo Branco, analisado no segundo capítulo, o poder local foi concentrado nos altos representantes da autoridade militar golpista na cidade. O Capitão de Mar e Guerra Mário Rodrigues da Costa, como vimos, não apenas comandou a repressão policial-militar a quem resistia ao fim da democracia, mas também coordenou o planejamento político-administrativo municipal imediatamente após o golpe. Em ao menos um caso, com o fornecimento de fitas e equipamentos de gravação pertencentes a Roberto Bastos Tellechea à Capitania dos Portos com discursos que provariam a vinculação de Athaydes Rodrigues ao comunismo, a direção do grupo Ipiranga colaborou diretamente com a *operação gaiola* sob comando do C.M.G. Mário Rodrigues da Costa.

A resistência democrática na Câmara de Vereadores utilizou como estratégia principal os recursos ao Poder Judiciário na tentativa de, pelo cumprimento da lei, frear as perseguições e a concentração do poder local em torno dos interventores militares. Neste sentido, sob liderança do vereador Athaydes Rodrigues, promoveu-se a contestação de medidas administrativas que drenavam recursos públicos para

grupos privados, como no caso da concessão da linha de ônibus que ligava Rio Grande a Porto Alegre. Com isso, originou-se também uma dissidência na base política de sustentação local do golpe que se revelaria duradoura, posteriormente organizada em torno do Centro Cívico 31 de Março e do deputado estadual Adolpho Puggina, da Arena de Rio Grande.

A resposta da direção da ditadura à contestação do prefeito indicado pelo comandante da Capitania dos Portos foi a nomeação do general Armando Cattani como interventor na Prefeitura. A busca por legitimidade através da manutenção de características *híbridas* durante a ditadura de Castelo Branco impediu que a reivindicação de Cattani pela cassação de diversos vereadores e fechamento da Câmara até o fim de sua interventoria fosse acatada. Sem dúvidas, a decretação do recesso legislativo em 1966 teria sido entendida como uma perseguição motivada pelas denúncias de ilicitudes cometidas na gestão administrativa do Capitão Martiniano, posteriormente reconhecidas até mesmo em declaração do general Cattani.

À medida que demonstrava disposição em perpetuar-se no poder através de sucessivos Atos Institucionais e Complementares, além de diversas outras medidas autocráticas e do planejamento econômico para períodos cada vez mais longos, a direção da ditadura transferia a busca por legitimidade social da retórica do combate à corrupção como defesa da democracia à legitimação pela eficiência no planejamento do crescimento econômico. O controle da inflação com achatamentos salariais, a supressão das reivindicações trabalhistas pela repressão, as reformas dos sistemas monetário e financeiro e a ampliação da oferta internacional de crédito formaram um cenário mais favorável aos investimentos de grandes grupos privados e a Ipiranga, através de contatos com agentes estatais, diversificou para o ramo de hotelaria. Com a ISAPEIXE de Rio Grande, o grupo desenvolveu o primeiro grande projeto de pesca industrial financiado com os incentivos fiscais previstos no DL-221/1967, para o que também se beneficiou de boas relações institucionais. Enquanto a pesca industrial era elevada à categoria de indústria de base sob a gestão do almirante Antônio Maria Nunes de Souza na SUDEPE, a ISAPEIXE era dirigida pelo contra-almirante Nelson Riet Correa.

O processo de fechamento da ditadura foi gradual e, em Rio Grande, um momento importante foi a regulamentação do artigo constitucional que previa a nomeação pelo governador do estado de prefeitos em áreas consideradas de

interesse da segurança nacional, condição na qual a Lei 5.449/1968 inseria a cidade da orla marítima. Com a normatização das intervenções, o sucessor do general Cattani na Prefeitura, tenente coronel Cid Scarone Vieira, procurou estabelecer vínculos mais profundos com políticos e empresários locais visando, com isso, garantir o sucesso da implementação dos projetos econômicos da ditadura para a região a longo prazo. Neste sentido, teve importância a promoção de novas lideranças políticas da Arena local, como Rubens Emil Correa e Francisco Soares Giácomo. Enquanto vereadores, os dois tiveram papel importante na crise legislativa de 1972, apoiando o presidente do MDB no questionamento da eleição da Mesa Diretora e impedindo o funcionamento da Câmara. Se à primeira vista esta atuação parecia prejudicar os planos do governo municipal, a manutenção da confiança das autoridades da ditadura em Rubens e Giácomo demonstra que ela pode ter tido como objetivo a criação de uma justificativa para que a ditadura decretasse o recesso em prol do reestabelecimento da ordem. Como vimos, a Câmara de fato foi fechada em junho de 1972 e o convênio com a CORSAN, que viabilizaria a construção do canal adutor do São Gonçalo, mas que extinguiria o Serviço Rio-Grandino de Água e Esgotos, foi assinado sem o debate legislativo.

Analisando o planejamento econômico estadual durante a ditadura do general Emílio Garrastazu Médici, identificamos a prevalência de interesses do grupo financeiro-bancário Montepio da Família Militar, através da contratação da PLANISUL pelo governador Euclides Triches para elaboração do “Projeto Grande Rio Grande (1971 – 1974)”. Este, por sua vez, orientou-se pela perspectiva da financeirização da economia e intensificação do recurso a créditos internacionais, consolidando a reconversão produtiva do Rio Grande do Sul na direção da produção e exportação de *commodities*. Visando o máximo aproveitamento das oportunidades abertas por este planejamento global da economia estadual, o grupo Ipiranga diversificou para os ramos de fertilizantes e, posteriormente, petroquímica – além da pesca industrial e hotelaria, já citados, e outras atividades na cidade do Rio Grande e fora dela – aproveitando-se dos incentivos fiscais previstos na política dos Distritos Industriais.

O governo do tenente coronel Cid Scarone Vieira pode, em mais de um sentido, ser considerado um momento de transição para Rio Grande. Precedido do general Armando Cattani e, antes dele, do capitão Martiniano Francisco de Oliveira e do C.M.G. Mário Rodrigues da Costa, Cid foi o último dos interventores militares nomeados pela ditadura no município. Mas foi o primeiro nomeado após a declaração

de Rio Grande como área do interesse da segurança nacional, em 1968. Depois dele, todos os prefeitos nomeados seriam empresários locais relacionados a setores prioritários da indústria e com alguma trajetória em cargos político-administrativos estatais e em organizações de classe. Como vimos, Rubens Emil Correa era um grande proprietário rural da região do Taim que tinha como principal ramo de operação a rizicultura, setor que seria o principal responsável pela modernização tecnológica da produção agrícola na região sul do estado. Além da rizicultura, a participação no Conselho Fiscal da Fertisul caracteriza Rubens Emil Correa como empresário agroindustrial.

Em 1981, Rubens foi substituído por Abel Abreu Dourado, empresário da indústria pesqueira com longa trajetória em cargos públicos estaduais e de representação classista⁸²⁰. Sua empresa, entretanto, enfrentava dificuldades financeiras e, em 1983, o SNI informava que Abel Dourado era o sétimo maior devedor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul⁸²¹. No ano seguinte, outro documento registrava que o prefeito de Rio Grande estava “(...) impedido de participar de operações de crédito de qualquer modalidade (...)”⁸²². A generalização da crise na indústria pesqueira ocorreria a partir de 1985, mas as irregularidades e desigualdades no acesso às políticas de incentivo fiscal favoreceram a concentração no setor, através da compra de empresas menores pelas maiores. Enquanto a Abel Dourado Indústrias Alimentícias já estava em crise em 1981, por exemplo, a Leal Santos Pescados, do grupo Ipiranga, havia incorporado a ISAPEIXE e a Wigg Pescados em 1976 e, em 1989, era considerada a maior indústria brasileira de pescados.

A transição das intervenções militares para governos municipais organicamente vinculados ao empresariado local de setores industriais estratégicos no planejamento econômico estadual aconteceu já sob a ditadura do general Ernesto Geisel. A preparação para esta passagem do poder local a um grupo dirigente local aconteceu, entretanto, desde o início do governo Cid e da ditadura do general Médici.

⁸²⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Nomeação de Prefeitos Municipais no RS** - APA.SNI 1981. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003634.

⁸²¹ ARQUIVO NACIONAL. **Banco do Estado do Rio Grande do Sul, irregularidades**. APA.SNI 1983. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83007455.

⁸²² ARQUIVO NACIONAL. **Impedimento de participar de operações de crédito de qualquer modalidade – prefeito de Rio Grande – Área de Segurança Nacional**. APA.SNI 1984. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008970.

Marcada pela euforia com o crescimento econômico acelerado, aquela conjuntura pode ser descrita como um momento de consolidação da hegemonia empresarial-militar dirigente em âmbito municipal. Dentre outros aspectos, caracterizam este momento: a aproximação da prefeitura com o Conselho Comunitário, presidido por Bolívar Nóbrega Frazão e congregando 72 entidades de classe, sobretudo empresariais; a articulação política para garantir o convênio com a CORSAN e o abastecimento de água ao DIRG pelo canal adutor do São Gonçalo; a doação de terreno para a construção do *campus* carreiros da FURG; a indicação, feita pelo Presidente da Ipiranga Francisco Martins Bastos, do primo do prefeito ten. cel. Cid Vieira, o professor Eurípedes Falcão Vieira, para o cargo de Reitor da Universidade do Rio Grande; a promoção de novos líderes políticos em eventos culturais patrocinados pela prefeitura e grupo Ipiranga; o silenciamento da oposição e controle ou isolamento de divergentes internos à Arena; a consulta às opiniões das principais organizações empresariais da sociedade civil local sobre as indicações à prefeitura em 1975, registrada pelo SNI; e a própria escolha do nome de preferência destas organizações, Rubens Emil Correa, que contava com o apoio do tenente coronel Cid e possuía profundas relações políticas, econômicas e pessoais com a rede empresarial-militar dirigente da ditadura em âmbito local.

Por fim, caberia destacar dois aspectos que derivam deste momento de hegemonia. Primeiramente, como vimos, os empresários relevantes na rede de poder local, que normalmente exerciam também alguma influência em outras esferas administrativas, garantiram não apenas canais de inserção ou representação de interesses nas agências estatais de tomada de decisões que afetavam seus negócios, como também foram beneficiados pela falta de investigações e responsabilizações sobre atos ilícitos ou irregulares em suas relações com o Estado. Exemplos disso foram os recursos do grupo Ipiranga à influência na administração pública em diferentes esferas para direcionar investimentos em diversificação aos setores priorizados nos planejamentos econômicos para a região; os indícios de irregularidades praticadas entre grandes empresas do setor pesqueiro e a SUDEPE na gestão dos benefícios fiscais que, apesar de reconhecidos pela própria agência estatal, não resultaram em responsabilizações; e a denúncia de beneficiamento irregular da cooperativa de João Marinômio Carneiro Lages em decreto de cessão de terrenos acrescidos de marinha assinado pelo ditador general Ernesto Geisel. Registradas pela *comunidade de informações*, esta e outras denúncias envolvendo o

empresário não motivaram investigações judiciais regulares ou qualquer responsabilização. A análise das relações entre empresariado e Estado durante a ditadura exige, portanto, que se amplie a noção de impunidade comumente associada ao período, que diz respeito aos crimes contra a dignidade da pessoa humana e ao banimento da justiça pela lei de anistia de 1979. Além deste aspecto, havia também uma garantia de impunidade contemporânea aos fatos pela ausência de investigações que pudessem revelar ilicitudes nas relações empresariado-Estado e, com isso, contrariar a propaganda de que os militares seriam eficientes no planejamento econômico e no combate à corrupção.

Além dos benefícios pela proximidade com os centros de tomada de decisões e da garantia de impunidade nas relações com o Estado, como vimos, a consolidação da hegemonia durante o governo Cid contribuiu para a perpetuação no poder local da rede empresarial-militar articulada em seu entorno. Após o fim da ditadura, muitas lideranças políticas forjadas naquele período mantiveram-se na Câmara de Vereadores ou no Poder Executivo. O caso mais explícito é o de Rubens Emil Correa, que retornou à prefeitura após vencer o primeiro pleito realizado para o cargo em mais de vinte anos, em 1985. Além dele, nomes como Renato Espíndola Albuquerque, Francisco Soares Giácomo, Edes Cunha e Renato Lempek, cuja carreira política despontou durante o governo Cid, ocuparam cargos eletivos ou em secretarias de âmbito municipal durante o período democrático. Esta perpetuação, como vimos na introdução, possibilitou diversas movimentações ao longo dos anos em prol da construção de uma memória positivada ou até heroicizada do governo do tenente coronel nomeado prefeito.

REFERÊNCIAS

Acervos e fontes

ARQUIVO NACIONAL

Abel Abreu Dourado – APA.SNI. Fundo SNI. 1981. Ref.:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003001.

Alexandre Machado da Silva - APA.SNI 1975. Fundo SNI. Ref.:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83007190.

Antecedentes de Luiz Arthur Correa Dornelles e de Antônio de Pinho Maçada -
APA.SNI 1985. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012427.

Antônio de Pinho Maçada - APA.SNI 1977.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006937;

Antônio de Pinho Maçada 2 - APA.SNI 1977.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009406.

Antônio de Pinho Maçada 3 - AC.SNI 1982.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005343.

ARENA em Rio Grande – Organização do Diretório Municipal. APA-SNI, 1966.
Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012273.

Argentinos no Brasil - APA.SNI 1977. Ref.:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002936.

Ata da 1ª consulta do Conselho de Segurança Nacional. 15 de fevereiro de 1968.
Fundo CSN. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0003_0006_f_133_149.

Ata da 27ª sessão do Conselho de Segurança Nacional. 2/7/1965. Fundo CSN.
Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0002_0011_f_108_122.

Atividades de professores estrangeiros contratados pela FURG Rio Grande RS
- SI.SR.DPF.RS 1979. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001187.

Banco do Estado do Rio Grande do Sul, irregularidades. APA.SNI 1983. Fundo
SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83007455.

Câmara de Vereadores de Rio Grande RS - Anulação da eleição da mesa - APA.SNI
1973. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009650.

Candidatos - DCI.SSP.RS 1974. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009681.

**Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS – processamento de denúncias
formuladas contra os candidatos.** 1975. Fundo SNI.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

**Candidatos eleições parlamentares de 15.11.1978 - Dados de qualificação e
antecedentes - APA.SNI 1980. Fundo SNI. Ref.:**
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80002008.

Carlos Alberto Alvaro de Oliveira - DCI.SSP.RS 1971. Fundo SNI. Ref.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006076.

Carlos Cardoso Aveline e outros - APA.SNI 1975. Fundo: SNI. Ref.:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75101241.

**Cessão de terrenos de Marinha à Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio
Grande LTDA – HABICOP. (Decreto Nº 75.964 de 11/07/75 – DOU de 14/07/75).**
APA.SNI. 1975. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004441.

Contratação de professores estrangeiros - APA.SNI 1979. Ref.:
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000827.

Dossiê Carlos Aveline. Fundo: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos – AT0. Ref.: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0169.

Dados sobre os municípios de Rio Grande/RS e Pelotas/RS. 1977, Fundo SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005050.

Dossiê Silverio Miranda Jr - SI.PF RG 1973. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009612.

Eleições municipais 15 nov 68 Area de segurança - E2 IIIEx Z-12 1968. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012328.

Eurípedes Falcão Vieira - E2.IIIEx 1977. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009381.

Grupos financeiros – bancos de investimentos – AC.SNI 1977. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77108391.

Informação para o excelentíssimo senhor presidente da República sobre Exposição de Motivos do Setor Pesqueiro. Fundo Conselho de Segurança Nacional – CSN. 1978. Ref.: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_AIC_0130.

Impedimento de participar de operações de crédito de qualquer modalidade – prefeito de Rio Grande – Área de Segurança Nacional. APA.SNI 1984. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008970.

João Pedro Gouvea Vieira - SISA.GabMin.MA 1969. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69015622.

Nomeação de Prefeitos Municipais no RS - APA.SNI 1981. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003634.

Nova diretoria da Câmara de Vereadores de Rio Grande. 1969. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012329.

Processo SUDEPE nº 8.011/67. Ministério da Justiça. Comissão Geral de Investigações. 1967. Fundo Comissão Geral de Investigações. BR_DFANBSB_1M_0_0_0159.

Relatório da investigação procedida na Administração Municipal de Rio Grande. Fundo: Comissão Geral de Investigações – CGI (1M). 1974. Ref.: BR_DFANBSB_1M_0_0_3318.

Relatório sobre a Câmara de Vereadores de Rio Grande - APA.SNI 1972. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009672.

Secretaria de Planejamento/RS – CIE 1975. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75102253.

SETOR DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

Ata nº 2.118, de 15 de março de 1964. Livro 034, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.121, de 20 de março de 1964. Livro 034, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.122, de 23 de março de 1964. Livro 034, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.125, de 1º de abril de 1964. Livro 034, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.127, de 3 de abril de 1964. Livro 034, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.132, de 15 de abril de 1964. Livro 034, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.142, de 2 de maio de 1964. Livro 034, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.148, de 8 de maio de 1964. Livro 034 A, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.150, de 10 de maio de 1964. Livro 034 A, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.170, de 31 de maio de 1964. Livro 034 A, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.218, de 23 de setembro de 1964. Livro 034 A, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.236, de 9 de novembro de 1964. Livro 034 B, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.240, de 18 de novembro de 1964. Livro 034 B, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.326, de 28 de maio de 1965. Livro 035, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.349, de 10 de setembro de 1965. Livro 036, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.446, de 9 de maio de 1966. Livro 037, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.636, de 16 de junho de 1967. Livro 038 A, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.645, de 23 de junho de 1967. Livro 038 A, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.672, de 20 de setembro de 1967. Livro 038 A, 5ª Legislatura.

Ata nº 2.740, de 11 de janeiro de 1968. Livro 039, 5ª Legislatura.

Atas nº 3.354, de 10 de janeiro de 1972. Livro 044, 6ª Legislatura.

Ata nº 3.355, de 10 de janeiro de 1972. Livro 044, 6ª Legislatura.

Ata nº 3.356, de 10 de janeiro de 1972. Livro 044, 6ª Legislatura.

Ata nº 3.370, de 7 de abril de 1972. Livro 044, 6ª Legislatura.

Ata nº 3.375, de 19 de abril de 1972. Livro 044, 6ª Legislatura.

Ata nº 3.376, de 24 de abril de 1972. Livro 044, 6ª Legislatura.

Ata nº 3.378, de 28 de abril de 1972. Livro 044, 6ª Legislatura.

Ata nº 4.171, de 9 de agosto de 1979. Livro 056, 8ª Legislatura.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

Comissão Organizadora do 5º Congresso Eucarístico Nacional. **Jornal do Dia.** Porto Alegre, 7 de setembro de 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/1088>. Acesso: 23/1/2023.

Segundo Caderno. **Correio da Manhã.** 15 de julho de 1950, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/3920. Acesso: 26/7/2023.

Páscoa dos Militares. **Jornal do Dia.** Porto Alegre, 15 de maio de 1955. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/22104>. Acesso: 24/1/2023.

General Armando Cattani é o novo Diretor-Presidente da CARRIS. **Jornal do Dia.** Porto Alegre, 22 de janeiro de 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/63059>. Acesso: 24/1/2023.

CATTANI, Armando. A Verdadeira Missão da Espada. **Jornal Diário de Notícias.** Porto Alegre. 22 de março de 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/3400. Acesso: 24/1/2023.

CATTANI, Armando. Belo Exemplo. **Jornal Diário de Notícias.** Porto Alegre, 27 de agosto de 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/12907. Acesso: 24/1/2023.

Loureiro defendeu posse de Jango perante III Exército. **Jornal do Dia**. Porto Alegre, 29 de agosto de 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/46227>. Acesso: 24/1/2023.

CATTANI, Armando. Retirada Constrangedora. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre. 28 de outubro de 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/19447. Acesso: 24/1/2023.

Palácio Piratini – Meneghetti reassumiu e adota medidas para enfrentar cheias. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 17 de outubro de 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/25564. Acesso: 24/1/2023.

Comitê Central para concentração do dia 15. **Jornal do Dia**. Porto Alegre, 24 de novembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/53706>. Acesso: 24/1/2023.

Cattani contesta Chaise: Troleys. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 28 de janeiro de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/27280. Acesso: 24/1/2023.

Ipiranga doa Cr\$100 milhões para criação da Faculdade de Medicina em Rio Grande. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 20 de janeiro de 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/32666. Acesso 15/4/2020.

MUNDO PASSA FOME: MISSÃO DA FAO É TRIPLICAR ATUAL PRODUÇÃO ATÉ O ANO 2000. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 25 de setembro de 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/36368. Acesso: 11/2/2023.

Deputado assegura colaboração dos rio-grandinos ao Gen. Armando Cattani. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 19 de março de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/38501. Acesso: 24/1/2023.

Cattani teve indicação encaminhada por Mondino. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 29 de março de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/38510. Acesso: 23 de janeiro de 2023.

Jornal do Dia. Porto Alegre. 7 de abril de 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/63059>. Acesso: 24/1/2023.

Cattani tem 500 milhões e um ramo de oliveira para assumir em Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 7 de abril de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/38845. Acesso: 24/1/2023.

Cattani forma o secretariado mantendo nos postos dois titulares do governo anterior. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 5 de maio de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/39356. Acesso: 27/1/2023.

Jayme. Armando Cattani em Rio Grande: o coração é o construtor de pátrias: desta maneira vou governar a cidade. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre. 1º de junho de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/39829. Acesso: 24/1/2023.

Aberto inquérito sobre venda de terrenos da Marinha em Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 17 de junho de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/40104. Acesso: 27/1/2023.

Cattani não quer ser mais interventor em Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 28 de setembro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/41884. Acesso: 28/1/2023.

Interventor. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 29 de setembro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/41895. Acesso: 28/1/2023.

Ônibus P. Alegre – R. Grande dá o que falar. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 6 de outubro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/41993. Acesso: 28/1/2023.

Cattani continua firme. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 8 de outubro de 1966. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/42031. Acesso: 28/1/2023.

Pesca está no terreno das ideias. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 14 de dezembro de 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/43137. Acesso: 21 de fevereiro de 2023.

O ALMIRANTE ESTÁ A BORDO. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 30 de abril de 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/45501. Acesso: 11/2/2023.

Soja na liderança das exportações gaúchas para o exterior pelo porto de Rio Grande. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 24 de novembro de 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/48810. Acesso: 17/6/2023.

SUDEPE e SUDESUL vão desenvolver a pesca. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 12 de março de 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/50394. Acesso: 20/2/2023.

Dólares e cruzeiros para a pesca crescer. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 13 de março de 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/50394. Acesso: 20/2/2023.

SEMINÁRIO VÊ INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAMARÃO. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 7 de novembro de 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/54306. Acesso: 11/2/2023.

Serão instalados centros cívicos em todo o estado. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 15 de janeiro de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/55388. Acesso: 24/7/2023.

As palavras de Dêntice. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 1º de abril de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/56524. Acesso: 24/7/2023.

Jotaká Informa. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 5 de março de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/56112. Acesso: 24/7/2023.

Eleita a primeira diretoria do Centro Cívico 31 de Março. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 16 de março de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/56286. Acesso: 24/7/2023.

Centro Cívico vai divulgar governo. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 4 de abril de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093726_04/56588. Acesso: 24/7/2023.

Pescado: 700 mil toneladas em 1969. **Jornal Diário de Notícias**. Porto Alegre, 15 e 16 de novembro de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/59995. Acesso: 20/07/2023.

MEMORIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL GAÚCHA – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL (TRE-RS)

Resultados das eleições municipais de 1959, 1968 e 1972 – Rio Grande. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/municipios-de-l-a-z/rio-grande> Acesso: 09/04/2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa** – Administração Amaral de Souza Ano III. Porto

Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1982. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084242-mensagem1982.pdf>. Acesso: 25/7/2023.

MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE

Revista Ipiranga, ano XVI, nº 67, 1976.

Revista Ipiranga, Ano XVIII, nº 69, 1978.

Relatório Anual de 1982 – Empresas Petróleo Ipiranga. 1982

Revista Ipiranga, ano XXVII, nº 92, 1989.

Publicação de 70 anos da Ipiranga. 2007.

BIBLIOTHECA RIOGRANDENSE

Revista Ipiranga. N° 39, agosto/setembro de 1965.

LEGISLAÇÕES

BRASIL. **Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2004.htm. Acesso: 6/3/2021.

BRASIL. **Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leidel/1960-1969/leidelegada-10-11-outubro-1962-364967-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 6/3/2021.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de Abril de 1964.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm; Acesso: 18/2/2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-9-22-julho-1964-363037-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 08/08/2023.

BRASIL. **Decreto nº 56.570, de 9 de julho de 1965.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56570-9-julho-1965-396912-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso: 18/2/2021.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso: 23/1/2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm. Acesso: 6/3/2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso: 21 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso: 2/3/2022.

BRASIL. **Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5449.htm. Acesso: 6/3/2021.

BRASIL. **Ato Institucional nº 17, de 14 de outubro de 1969.** Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso: 11/2/2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.217, de 9 de maio de 1972.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1217-9-maio-1972-375390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 1º/5/2023.

BRASIL. **Decreto nº 75.964, de 11 de julho de 1975.** Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-75964-1975_32413.html. Acesso: 18/6/2023.

BRASIL. **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso: 31/7/2023.

BRASIL. **LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso: 31/7/2023.

SITES

ARQUIVO NACIONAL – GOV.BR. **Acervos sobre o Regime Militar (1964-1985).** Disponível em <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/consulta/acervos-mais-consultados/acervos-sobre-o-regime-militar-1964-1985>. Acesso: 7/3/2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).** Disponível em: <http://sian.an.gov.br>

AVILA Jr., CELSO. **Leilões: História, suas dinâmicas e psicologias – leilão de pecuária mais antigo do Rio Grande do Sul.** Artigo publicado no *site* da FF Velloso & Dimas Rocha Assessoria Agropecuária, 17 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.assessoriaagropecuaria.com.br/noticia/2016/11/17/leiloes-historia-suas-dinamicas-e-psicologias-cap-7-leilao-de-pecuaria-mais-antigo-do-rio-grande-do-sul/modo-impressao>. Acesso: 04/1/2023.

BBC NEWS BRASIL. **50 anos depois, brasileiros que lutaram na República Dominicana brigam por reconhecimento.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/05/150522_soldados_faibras_brasil_dominicana_lgb#:~:text=Criada%20%C3%A0%20for%C3%A7a%20de%20um,a%20paz%22%20na%20Rep%C3%BAblica%20Dominicana. Publicado em: 25 de maio de 2015. Acesso: 2/2/2023.

Blog do Lineu Vassão – As origens da família Vassão. **Engenheiro Cícero Marques Vassão.** Disponível em: <http://vassao.blogspot.com/p/personagens-inesqueciveis.html>. Acesso: 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL – MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Portal Gov.BR. **Terrenos de Marinha.** Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/bens-da-uniao/terrenos-de-marinha>. Acesso: 20/2/2023.

BRASIL. Portal GOV.BR - Ministério da Defesa - Escola Superior de Guerra – Diplomados CAEPE Turma 1983. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/a-esg/diplomados/turmas-de-1980-a-1989>. Acesso: 19 de junho de 2023.

BRUM, Eliane. **A ditadura que não diz seu nome.** Coluna de opinião. *El País online*, 31 de março de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/31/opinion/1396269693_200037.html. Acesso: 26/7/2023.

Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande. **História.** Disponível em: <https://www.camaradecomercio.com.br/historico>. Acesso: 15/4/2020.

CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Galeria de ex-comandantes.** Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cprs/comandantes> Acesso: 16/06/2020.

CENTRO DE NAVEGAÇÃO RIOGRANDENSE – CENTRONAVE. **Institucional.** Disponível em: <http://www.centronave.com.br/>. Acesso 15/4/2020.

COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL. **Histórico.** Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com5dn/historico>. Acesso: 24/4/2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES – CNPA. **Conheça a CNPA.** Disponível em: <http://www.cnpa.org.br/conhecaCnpa.aspx>. Acesso: 20/2/2023.

CUNHA, Luiz Claudio. **Benfeitor em Rio Grande, malfeitor no Brasil**. Observatório da Imprensa, 5 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/voz-dos-ouvidores/benfeitor-em-rio-grande-malfeitor-no-brasil/>. Acesso: 31/7/2023.

CUNHA, Luiz Claudio. **Histórias de tirar o sono**. Observatório da Imprensa, 27 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/historias-de-tirar-o-sono/>. Acesso: 1º/8/2023.

DIAS, Nilo. **O rádio gaúcho está de luto**. Segunda-feira, 22 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://nilodiasreporter.blogspot.com/2010/02/radio-gaicho-perde-um-de-seus-expoentes.html>. Acesso: 20/07/2023.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO – DHBB. Verbetes. **Ildo Meneghetti**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/meneghetti-ildo>. Acesso: 9/2/2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Antigos comandantes da 6ª Divisão de Exército – Divisão Voluntários da Pátria**. Disponível em: <http://www.6de.eb.mil.br/index.php/eternos-comandantes>. Acesso: 23/1/2023.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Patronos**. 5º Batalhão de Engenharia e Construção – Batalhão Cel. Carlos Aloysio Weber. Disponível em: https://5bec.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=155. Acesso: 25/7/2023.

EXPRESSO EMBAIXADOR. **Como tudo começou; trajetória; consolidação**. Disponível em: <https://www.expressoembaixador.com.br/a-embaixador>. Acesso: 18/2/2021.

GRUPO OCEANO. **Advogado Enio Fernandez Jr. iniciou debate da Oceano FM sobre a Santa Casa**. Rio Grande, 17 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/advogado-enio-fernandez-iniciou-o-debate-da-oceano-fm-sobre-a-santa-casa-8381/>. Acesso: 5/1/2023.

Histórico da Gouvêa Vieira Advogados. Disponível em: <http://www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx>. Acesso: 04/1/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades e estados – Rio Grande – RS. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/rio-grande.html>. Acesso: 23/02/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Dados populacionais, sociais e culturais. <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>. Acessado em 20 de junho de 2020.

LEMPEK, Renato Tubino. Seis anos sem Cid. **Bom dia Comunidade**. Rio Grande, 14 fev. 2005. Disponível em: <http://www.bomdiacomunidade.com.br>. Acesso 6/9/2018.

LINS, Ciro. Carlos Lima Aveline: de deputado federal a desaparecido político no interior da Bahia. **História da Ditadura – novas perspectivas**. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/carlos-lima-aveline-de-deputado-federal-a-desaparecido-pol%C3%ADtico-no-interior-da-bahia>. Publicado em: 3 de outubro de 2017. Acesso: 31/1/2023.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Biografia – Golbery do Couto e Silva**. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/golbery-do-couto-e-silva/>. Acesso: 31/7/2023

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DENÚNCIA CULMINA EM AFASTAMENTO DO PRESIDENTE DA SANTA CASA DE RIO GRANDE. 14 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/40634/>. Acesso: 5 de janeiro de 2023.

Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Universidade Federal de Santa Catarina. Valor da Transformação Industrial – IBGE. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/valor-de-transformacao-industrial-ibge/>

PORTAL EBC. **Bolsonaro dedicou seu voto a favor do *impeachment* ao torturador Ustra.** Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/viva-maria/edicao/2016-04/bolsonaro-dedicou-seu-voto-favor-do-impeachment-ao-torturador-ustra>. Acesso: 1º/8/2023.

Portal Memórias da Ditadura – Linha do tempo. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/>. Acesso: 20/4/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Lançada a pedra fundamental do monumento ao gal. Golbery do Couto e Silva.** Site da Prefeitura Municipal de Rio Grande, 22 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/http-www-riogrande-rs-gov-br-p10423/>. Acesso: 31/7/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Atrativos turísticos – Saco da Mangueira.** Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+3042,,saco-da-mangueira.html>. Acesso 23/02/2021.

Tellechea & Bastos Leilões Ltda. Disponível em: <http://www.tellecheaebastos.com.br/quem-somos>. Acesso: 04/1/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **História.** Disponível em: <https://www.furg.br/a-furg/historia#:~:text=J%C3%A1%20em%202021%20de%20outubro,como%20entidade%20mantenedora%20da%20FURG>. Acesso: 11/6/2023.

Bibliografia:

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. Dissertação (mestrado em História). 175f. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013.

ALVES, Francisco. Governo do prefeito Farydo Salomão. **Biblos**, Rio Grande, n.3, 1990, pp. 19-47

APROFURG. **3 Marias**. n.1, 2019.

ARIOZA, Moisés. **Maximiano Eduardo da Fonseca** (verbete biográfico). *In*: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas – versão *Online* disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso: 13/06/2020.

ASTURIAN, Marcos. **A República Democrática (1945-1964) e a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul**. *In*: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza (org.). **O PTB no Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, pp. 51-86

BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

BAUER, Caroline Silveira. Comemorando a ditadura, celebrando o capital: uma leitura do monumento a Castelo Branco em Porto Alegre. *In*: MENEGUELLO, Cristina, BENTIVOGLIO, Julio. (Org.). **Corpos e Pedras: estátuas, monumentalidade e história**. Rio de Janeiro: HelpBook, 2022, p. 105-128.

BENETTI, Maria Domingues. **Agropecuária na região sul do Rio Grande do Sul (1970-1990)**. *In*: BENETTI, Maria; ALONSO, José; BANDEIRA, Pedro (orgs.).

Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser, 1994.

BENTO, Claudio; GIORGIS, Luiz; MENEZES, Mário. **História da 6ª Brigada de Infantaria Blindada – Brigada Niederauer**. Porto Alegre: Promarte Comunicação Gráfica, 2002.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. 2014. V. 1.

BUGIATO, Caio. **O BNDES na ditadura militar e no rumo do neoliberalismo**. In: CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael; LEMOS, Renato (org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2020, pp. 277-300.

CAMPOS, Pedro. **Estranhas catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói, RJ: EDUFF, 2014.

CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael (org.). **Os donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael; LEMOS, Renato (org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CAMPOS, Pedro. **Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia**. **Sillogés**, v. 3, n. 1, 2020, pp. 15-42.

CARLOS, Sara Dalpiaz. **Os “zeladores” da democracia: Ação Democrática Renovadora – um alicerce da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

CARVALHO, Gustavo. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 42, v. 1, 1999, pp. 110-126.

CASTRO, Robert. **Na esteira da memória: a questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande – RS (1962-1964).** Dissertação (Mestrado em História). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2016.

CESAR, Willy. **Chico Bastos, o pescador.** Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., 2011.

CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande: do big bang a 2015.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

COSTA, Leandro. **A Cidade do Rio Grande na primeira metade da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância, repressão e legitimação da ditadura civil-militar.** In: COSTA, Leandro; FRIDERICHS, Lidiane (orgs.). Rio Grande Século XX: olhares históricos. Pelotas: Editora e gráfica Universitária, 2012, pp. 125-164.

COSTA, Leandro. **A “Era dos Festivais” em Rio Grande.** Rio Grande: editora da FURG, 2022.

COUGO JUNIOR, Francisco. **“Golbery e a Cidade Surreal”:** reflexões de uma luta sem fim. In: COSTA, Leandro; FRIDERICHS, Lidiane. (orgs.). Rio Grande século XX: olhares históricos. Pelotas: editora e gráfica universitária, 2012, pp. 207-230.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DALMAZO, Renato. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul – 1940-74.** Porto Alegre: FEE, 1992.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista.** Estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

FERREIRA, Maria Letícia. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, 2013, pp. 69-98.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda**: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org.). O Brasil republicano. Vol. 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 135-178.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970)**. Dissertação (mestrado em História). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE/RS. **RS Um Década: 1964 – 1974**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1974.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE/RS. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1960 – 1980**. Porto Alegre, 1984

GANDRA, Edgar. **O cais da resistência**. a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969. Cruz Alta: Unicruz, 1999.

GANDRA, Egdar; SILVEIRA, Marcos César. **Rio Grande na Era dos Titãs, 1880 – 1920**: O movimento operário em sua “fase heroica”. In: COSTA, Leandro; FRIDERICHS, Lidiane (orgs.). **Rio Grande Século XX**: Olhares históricos. Pelotas: Editora e gráfica Universitária, 2010, pp. 81-96

GARCIA, Darcy. **O Sistema Financeiro do Rio Grande do Sul**: da criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos bancos múltiplos. Porto Alegre: Programa de

Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

GOMES, Angela de Castro. **Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1965):** getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. *In:* FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 53-82.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5ª Ed. São Paulo: Expressão Popular – Fundação Perseu Abramo, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. Da SUDEPE à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, nº 49, 2017, pp. 385-412.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório:** um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GROS, Denise. **Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional – 1964-1978.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990.

GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. *In:* GERTZ, René; BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul – Volume 4.** República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930 – 1985). Passo Fundo: Méritos, 2007, pp. 257-272.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JOFFILY, Mariana. **O aparato repressivo:** da arquitetura ao desmantelamento. *In:* REIS FILHO Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014, pp. 158-171.

JURANDIR, Dalcídio. **Linha do parque.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.

KANTORSKI, Leonardo. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011.

LAMEIRA, Rafael. **O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul: a ação política liberal-conservadora**. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

LANDGRAF, Lênin Pereira. **Confronto no primeiro de maio de 1950 em Rio Grande: o massacre da linha do parque e a disputa pela memória**. Porto Alegre: Evangraf, 2022.

LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional – Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

LIEBERKNECHT, Vanessa. **“Conhece teu inimigo mas não deixa ele te conhecer”**: As Seções de Ordem Política e Social (SOPS) (1964-1982). Dissertação em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

LIGUORI, Guido. **Estado**. In: LIGUORI, Guido., VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926 – 1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 261-264.

LONER, Beatriz. **Construção de classe**. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. da UFPel, 2001.

MADEIRA, Rafael, GERARDI, Dirceu. O regime civil-militar e a política local: uma proposta de tipologia para análise de recrutamento e padrões de carreira de prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul. **Teoria e Pesquisa – Revista de Ciência Política**. N. 23 (2), 2014, pp.

MARTINS, César Augusto; RENNEN, Marco Antônio. Industrialização de pescado no município do Rio Grande: da gênese ao final do século XX. **Geosul**. Florianópolis, v. 29, n. 58. 2014, pp. 29-72.

MARTINS, Denise. **Ipiranga**: a trajetória de uma refinaria em Rio Grande (RS) rumo à consolidação de um grupo empresarial (1930-1967). Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

MARTINS, Mônica; CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael (org.). **Política econômica nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

MATTOS, Fernando; BASTOS, Pedro; BARONE, Ricardo. **o “debate pioneiro” sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira**. In: MARTINS, Mônica; CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael (org.). **Política econômica nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, pp. 23-54.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A questão agrária no Brasil**: A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990). 2ª edição. Volume 5. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Pesquisando com Gramsci**: sugestões metodológicas. In: MENDONÇA, Sônia Regina de; LAMOSA, Rodrigo (orgs.). **Gramsci e a pesquisa histórica**. Curitiba: Appris, 2018, pp. 7-24.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). São Paulo: editora UNESP, 2010.

MORAES, Rafael. **Estratégia & crescimento da firma**: as respostas aos desafios organizacionais e o destino da Ipiranga. Dissertação (mestrado em Administração). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

NABAES, Glaucia. **Rio Grande no contexto de 64: a repressão institucionalizando o regime militar.** Monografia (bacharelado em História). Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1999.

PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia; LOPEZ, Vanessa; FERNANDES, Ananda (orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** V. 1, 3ª ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional.** In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania. (orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil.** Porto Alegre: editora Deriva, 2014, pp. 13-34.

PRADO, Daniel. **Operariado e meio ambiente: um estudo sobre os trabalhadores da indústria de Rio Grande e sua percepção ambiental.** Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio Sá. **O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973).** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org.). **O Brasil Republicano.** V. 4. O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, pp. 209-242.

QUADRAT, Samantha. **La violencia política en el Brasil dictatorial: cadenas de comando y formas de actuación.** In: AGUILA, G.; ALONSO, L. (Org.). **Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur.** Buenos Aires: Prometeo, 2013, pp. 175-195.

RODRIGUES, Athaydes. **Agora Eu... A Revolução de 1964, em Rio Grande.** Rio Grande: edição do autor, 1980.

RODRIGUES, Sued. **Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia**. Rio Grande: Ed. da Fundação Universidade do Rio Grande, 1985.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo**: Rio Grande 1949, 1950 e 1952. Porto Alegre: edição do autor, 2012.

SANTOS, Anderson; MACHADO, Eduardo; GOMES, Adalmir. A Construção da Memória Organizacional: uma narrativa histórica sobre os cargos da Polícia Federal. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**. Brasília, v. 9, n. 2, jul/dez 2018, pp. 111-140.

SCHMIDT, Benito. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). **Cadernos AEL**, v. 6, n. 10/11, 1999, pp. 148-170.

TORRES, Luiz Henrique. Ciência Oceanográfica, academia e o processo industrial: Rio Grande na década de 1950. **Historiae**, Rio Grande, 2 (2), 2011 pp. 175-190.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande**: 180 anos de jornalismo. Rio Grande: FURG, 2012.

TORRES, Luiz Henrique. 1964 na visão de O Peixeiro. **Historiae**, Rio Grande, v.5, n.2, 2014, pp. 297-311.

VASCONCELOS, Claudio Beserra. **Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968)**: a preservação do Legislativo. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, jan/abr 2013, pp. 333-358.

VIANNA, Marcelo. “Um gigante confinado entre as paredes de um cubículo” – o Golpe Militar de 1964 no Ministério Público do Rio Grande do Sul. **MÉTIS: história & cultura**. V. 12, n. 23, 2013, pp. 154-176.

VIEIRA, Eurípedes. **Rio Grande**: geografia física, humana e econômica. Porto Alegre: Sagra, 1983

VOZA, Pasquale. **Intelectuais orgânicos**. *In*: LIGUORI, Guido., VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926 – 1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 430-431.